UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

AMANDA ARRAIS MOUSINHO

Au pairs brasileiras e suas rotas desviantes: história oral e vidas móveis

São Paulo

2019

AMANDA ARRAIS MOUSINHO

Au pairs brasileiras e suas rotas desviantes: história oral e vidas móveis

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:
Cultura, Política e Identidades

Orientador:
Prof. Dr. Ricardo Santhiago Corrêa

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 - 4936

Mousinho, Amanda Arrais
Au pairs brasileiras e suas rotas desviantes: história oral e vidas móveis / Amanda Arrais Mousinho ; orientador, Ricardo Santhiago Corrêa. – 2019
165 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão original

1. Imigrantes - Brasil - Estados Unidos - Aspectos sociais. 2. Intercâmbio cultural. 3. Mulheres. I. Corrêa, Ricardo Santhiago, orient. II. Título

CDD 22.ed.- 304.873081

Nome: MOUSINHO, Amanda Arrais.

Título: *Au pairs* brasileiras e suas rotas desviantes: história oral e vidas móveis

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de Concentração:

Cultura, Política e Identidades.

Aprovada em: ___ / ___ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para todas as mulheres que coloriram e colorem fora das linhas. Para todas as mulheres que desviaram e desviam suas rotas dos itinerários predeterminados. Para todas as mulheres que atravessaram e atravessam fronteiras geográficas e sociais. Para todas aquelas que desafiaram e desafiam tradições com o propósito de reescrever as histórias das mulheres.

AGRADECIMENTOS

À minha casa, 17-A. Em São Luís, em Manaus, em São Paulo ou em qualquer lugar: vocês são o chão e as paredes que me erguem, o teto que me segura, a janela que me encanta e todos os meus infinitos de saudades e memórias.

Aos meus avós pela companhia diária, pelo cuidado, pela troca constante que transcende gerações e fala numa só linguagem: a do carinho.

Aos amores com quem não compartilho sangue, mas com quem divido um afeto inquestionável: minha mãe de coração, minhas melhores amigas, minha namorada. Vocês são as melhores escolhas que eu fiz na vida. E ainda faço. Escolho vocês todos os dias.

Ao meu orientador pela paciência, pela inspiração, pela liberdade de criação e pela parceria.

Às au pairs e ex-au pairs brasileiras pela coragem, pela ousadia e pela curiosidade. Que vocês se sintam livres para desviar de quaisquer rotas previamente traçadas. Que vocês construam seus destinos com trajetórias coloridas, memoráveis e grandiosas, cada uma a sua maneira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

"Vocês, que são os chamados 'imigrantes ilegais', devem saber que ***nenhum ser humano é ilegal****. Isso é uma contradição em termos. Os seres humanos podem ser bonitos ou mais bonitos, podem ser gordos ou magros, podem estar certos ou errados, mas ilegais? Como um ser humano pode ser ilegal?"*

(Elie Wiesel)

RESUMO

MOUSINHO, Amanda Arrais. ***Au pairs* brasileiras e suas rotas desviantes**: história oral e vidas móveis. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão original.

A *au pair* é uma jovem mulher oriunda de um país estrangeiro que mora com uma família anfitriã – normalmente por um período de 12 a 24 meses – para a qual trabalha prestando serviços de assistência à infância. O presente trabalho buscou analisar de que forma o programa *Au Pair*, formalmente classificado como intercâmbio cultural, serve como porta de entrada para a imigração de brasileiras nos Estados Unidos. A pesquisa partiu de levantamento bibliográfico e documental sobre o tema e analisou a participação de brasileiras no intercâmbio, investigando, principalmente, sua motivação no que se refere à escolha pelo programa, bem como à decisão de permanecer nos Estados Unidos após o término do contrato assinado com a família anfitriã. O principal método utilizado é o da história oral, que permite o registro, em primeira mão, das experiências dos sujeitos em questão. A partir desta pesquisa, conclui-se que o intercâmbio, por vezes, resulta em "rotas desviantes" nos casos de brasileiras que, em vez de voltar ao Brasil, como previsto pelo programa, optam por continuar a residir nos Estados Unidos sob uma variedade de estratégias, sendo as mais comuns: troca de *status* para turista, estudante ou obtenção do *green card*.

Palavras-chave: Mobilidades contemporâneas. Au Pair. História Oral. Brasileiras nos Estados Unidos

ABSTRACT

MOUSINHO, Amanda Arrais. **Brazilian *au pairs* and their deviant routes**: oral history and mobile lives. 2019. 165 f. Dissertation (Master of Cultural Studies) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Original version.

The au pair is a young woman from a foreign country who lives with a host family - usually for a period of 12 to 24 months - for whom she works providing childcare services. The present work aimed to analyze how the Au Pair program, formally classified as cultural exchange, serves as a gateway to the immigration of brazilians in the United States. The research starts from a bibliographical and documentary survey on the subject and intends to analyze the participation of brazilians in the exchange program, investigating, mainly, their motivation regarding the choice of the program, as well as the decision to remain in the United States after the end of the contract signed with the host family. The main method used is the oral history, which allows the first-hand record of the experiences of the subjects in question. From this research, we conclude that the Exchange program sometimes results in "deviant routes" in the cases of brazilians who, instead of returning to Brazil, as foreseen by the program, choose to continue to reside in the United States under a variety of strategies, being the most common: change of *status* to tourist, student or obtainment of a *green card*.

Keywords: Contemporary mobility. Au Pair. Oral History. Brazilians in the United States.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda do Programa *Au pair* no website de uma agência de turismo 34
Figura 2 – Publicação no "*Au pair* – Grupão do Amor ♥" sobre as motivações das mulheres brasileiras no que diz respeito a escolha do programa *Au pair* 49
Figura 3 – O fórum "*Au pair* - Grupão do Amor ♥" no Facebook 59
Figura 4 – Publicação no "*Au pair* - Grupão" sobre uma situação traumática com uma "família perigo" 67
Figura 5 – Publicação no "*Au pair* - Grupão" alertando sobre uma "família perigo" 69
Figura 6 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" a respeito de uma possível "família perigo" ... 70
Figura 7 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" de um oferecimento de família 72
Figura 8 – Publicação satírica de uma au pair no fórum "*Au pair* - Grupão" 77
Figura 9 – Publicação de uma au pair no "*Au pair* – Grupão" sobre a postagem de uma host mom 78
Figura 10 – Publicação no "*Au pair* – Grupão do Amor ♥" referente a dúvida quanto a extensão do programa 93
Figura 11 – Postagem no fórum "*Au pair* - Grupão do Amor ♥" sobre o pós-*Au Pair* 100
Figura 12 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" referente a troca de status 105
Figura 13 – Pedido de conselhos relativos a casamento no "*Au pair* – Grupão" 118
Figura 14 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" sobre as consequências da indocumentação" 120
Figura 15 – Publicação no "Pos AP" sobre insatisfação com o trabalho de assistência à infância 133
Figura 16 – Imagem da capa do grupo "Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas" 138
Figura 17 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" sobre o retorno ao Brasil 140
Figura 18 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" sobre a "síndrome do retorno" 142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cor ou raça declarada pelas mulheres brasileiras que foram ou são *au pairs* 42
Gráfico 2 – Idade em que as mulheres brasileiras desembarcaram nos Estados Unidos para iniciar o intercâmbio 43
Gráfico 3 – Estado de origem das *au pairs* brasileiras 45
Gráfico 4 – Principal motivo que levou mulheres brasileiras a escolherem o programa *Au pair* 48
Gráfico 5 – Progressão no número de membros em dois fóruns online de *au pairs* brasileiras 58
Gráfico 6 – Participação das mulheres brasileiras em fóruns online de *au pairs*..... 61
Gráfico 7 – Frequência com que as regras do programa foram quebradas por parte da *host family*..... 86
Gráfico 8 – Duração do intercâmbio das *au pairs* brasileiras 95
Gráfico 9 – Colocação das participantes brasileiras após encerramento do programa *Au pair* 101
Gráfico 10 – Primeiro *status* imigratório das brasileiras que continuaram a residir nos Estados Unidos após o término do programa *Au pair* 103
Gráfico 11 – Atual *status* imigratório das brasileiras que continuaram a residir nos Estados Unidos após o término do programa *Au pair* 104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regras do programa *Au pair* em diferentes países 32
Tabela 2 – Fóruns de *au pairs* brasileiras no Facebook..... 62
Tabela 3 – Comparativo entre o salário de *au pair* e o salário de *nanny* no pós-*Au Pair* 130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ONU	Organização das Nações Unidas
USIA	*United States Information Agency*
AIFS	*American Institute of Foreign Study*
APIA	*Au Pair in America*
BELTA	*Brazilian Educational & Language Travel Association*
CBN	Central Brasileira de Notícias
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DHS	*Deparment of Homeland Security*
IRCA	*Immigration Reform and Control Act*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LCC	*Local Childcare Consultant*
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SEVP	*Student and Exchange Visitor Program*
STB	*Student Travel Bureau*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 O CAPITAL SOCIAL E AS VIDAS MÓVEIS DAS *AU PAIRS* BRASILEIRAS NOS ESTADOS UNIDOS 24

2.1 O capital social no contexto da mobilidade 26

2.2 O programa *Au Pair* 29

2.2.1 *O programa Au pair nos Estados Unidos* 32

2.3 *Au pairs* brasileiras nos Estados Unidos 38

2.3.1 *Por que ser au pair nos Estados Unidos?* 46

2.3.2 *As vidas móveis das au pairs* 52

3 TRABALHO DOMÉSTICO E MOBILIDADE DE INFORMAÇÕES ENTRE *AU PAIRS* BRASILEIRAS 55

3.1 Grupos de *au pairs* brasileiras no Facebook 56

3.1.1 *Família perigo: as host families não recomendadas por au pairs brasileiras* 65

3.1.2 *Oferecimento de família* 71

3.2 As contradições da condição de *au pair* nos Estados Unidos: de "irmã mais velha" a "elfo doméstico" 76

3.2.1 Trabalho doméstico 79

3.2.2 Regras do programa 84

3.3 Extensão do programa: renovação do contrato 90

4 AS ROTAS DESVIANTES: MUDANÇA DE *STATUS* E DE VIDA 99

4.1 De J-1 para F1/M1: a ex-*au pair* brasileira estudante 107

4.1.1 *Acordos informais entre ex-au pairs estudantes e host families* 110

4.2 De J-1 para *green card*: a ex-*au pair* brasileira casada 113

4.3. De J-1 para a indocumentação: a ex-*au pair* brasileira indocumentada 119

4.4 Assistência à infância fora do programa *Au Pair* 129

4.5 Redes digitais de relacionamento para brasileiras ex-*au pairs* 135

4.6 O Brasil como um país para visitar 140

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 150

REFERÊNCIAS 154

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AS *AU PAIRS* E EX-*AU PAIRS* BRASILEIRAS..... 159

1 INTRODUÇÃO

"A vida é o que fazemos dela.
As viagens são os viajantes.
O que vemos, não é o que vemos,
Senão o que somos."
(PESSOA, 1982, p. 387)

Para começar a explicar o desenvolvimento deste trabalho e o interesse pelo tema escolhido é necessário, primeiramente, narrar o caminho que percorri até a presente pesquisa. Quando adolescente, na época do colegial, pedi a minha mãe que me deixasse participar de um intercâmbio para os Estados Unidos para que eu pudesse vivenciar a experiência de *high school* a que eu tanto assistia na televisão. Ela negou alegando que eu era muito nova e que os Estados Unidos era muito longe.

Ainda em São Luís, Maranhão – onde nasci e cresci –, aos 18 anos tive que decidir qual faculdade cursar e então resolvi que queria me mudar para São Paulo. Mais uma vez, minha mãe disse que eu era muito nova e que o destino escolhido era muito longe. Mas foi esse interesse pelo distante e essa curiosidade pelo desconhecido que despertaram em mim a vontade de cursar Jornalismo. Durante a graduação, pude investigar realidades alheias à minha vivência e me senti teletransportada para lugares para onde nunca havia viajado, tudo através de depoimentos, entrevistas e experiências de depoentes diversos.

No decorrer do quarto e último ano da graduação, aos 21 anos, comecei a planejar o que faria no ano seguinte. Resolvi que era hora de sair do Brasil e dessa vez não pedi autorização à minha mãe. Fui a uma agência de turismo com o intuito de me inteirar das opções e dos preços de intercâmbios de longa duração. Chegando lá, constatei que a grande maioria dos pacotes custava aproximadamente 20 mil reais. Até que a agente de viagem citou um intercâmbio diferente: o *Au pair*.

Aquela palavra francesa a mim desconhecida não me remeteu a absolutamente nada. Mas, pacientemente, a agente de viagem me explicou do que se tratava: basicamente eu moraria na casa de uma família estadunidense enquanto trabalharia como babá. "Não é um intercâmbio pra se divertir e passear, você vai passar a maior parte do tempo trabalhando", ela disse enquanto me mostrava a inacreditável relação custo-benefício. A família anfitriã pagaria pela minha

passagem aérea de ida e volta, e eu não teria que pagar aluguel, ou seja, eu não acharia uma opção mais acessível e cômoda que aquela.

Voltei para casa decidida a procurar mais sobre o assunto e, então, me deparei com um vasto universo de *blogs*, *vlogs* e fóruns *online*. Milhares de jovens mulheres que já haviam participado ou participavam do programa *Au pair* compartilhavam dicas e experiências com outras mulheres que almejavam viajar para os Estados Unidos. Decidi: vou ser *au pair*! Mas como eu explicaria pra minha mãe que a "princesa" dela estava largando o diploma de Jornalismo no Brasil para ser babá[1] nos Estados Unidos?! Optei por usar como argumento favorável ao intercâmbio o componente de estudo. Expliquei a ela que eu ganharia uma bolsa anual de 500 dólares que seria dedicada aos meus estudos em uma universidade nos Estados Unidos – mesmo sabendo que esse valor não custearia nenhum curso que pudesse, de fato, contribuir para a minha carreira enquanto jornalista. Ainda que a contragosto e sabendo que nada que falasse me faria desistir, ela me apoiou.

Mas tinha ainda uma série de pré-requisitos que eu precisava preencher para me inscrever no programa. Eu precisava de, no mínimo, 200 horas de experiência de trabalho com assistência à infância, permissão internacional para dirigir, contrato assinado com uma agência e com uma família norte-americana, além de uma série de outras burocracias. Em janeiro de 2014, assinei contrato com uma agência no Brasil e, durante o primeiro semestre desse ano, trabalhei para preencher todas as exigências necessárias para "ficar *online*". Nesse caso específico, "ficar *online*" significa estar disponível no site que faz a mediação entre as *au pairs* e as *host families* dos Estados Unidos.

Trabalhei como professora de inglês para crianças com o propósito de acumular experiência com assistência à infância, visitei médicos a fim de que eles assinassem formulários atestando meu bom estado de saúde, solicitei a minha permissão internacional para dirigir no Departamento Estadual de Trânsito (Detran), bem como a minha certidão de antecedentes criminais à Polícia Federal. Com todos os pré-requisitos preenchidos, em junho, "fiquei *online*" e em julho, após realizar entrevistas via *Skype* com cinco famílias, optei por assinar contrato com uma família residente na costa noroeste do país, no estado de Washington, em Seattle.

Em setembro de 2014, desembarquei em Nova York e segui com um grupo de meninas para Nova Jersey, onde aconteceria o treinamento para *au pairs* no Hotel Hilton. O treinamento, que dura três dias, abarca uma variedade de temáticas: desde primeiros socorros até a

---

[1] Adiante, no segundo capítulo, será abordado o conceito do dilema cosmopolita. Segundo Mirza Aguilar Pérez (2015), esse dilema consiste em mulheres relativamente privilegiadas que se veem envolvidas em experiências contraditórias resultantes do deslocamento.

administração de conflitos. Durante as palestras, as agentes ensinavam desde como aplicar *allergy shots* (injeções antialérgicas, com efeito imediato, para crianças) até o método sanduíche, que poderia ser utilizado pela *au pair* para criticar ou apontar insatisfação de modo sutil, seguindo a ordem de intermediar uma crítica entre dois elogios, de forma a manter uma relação harmoniosa com a *host family*. As palestras aconteciam em um salão de eventos e o público era de mais de 180 *au pairs* de diferentes origens territoriais, sendo os maiores grupos os de brasileiras, alemãs e colombianas. Naquele momento, percebi a relevância daquele intercâmbio.

Esse treinamento de *au pairs* da agência com a qual fechei contrato acontece duas vezes a cada mês. Partindo do pressuposto que cada grupo fosse aproximadamente do tamanho do grupo que eu havia presenciado, só a minha agência, *Au pair Care*, levaria, por mês, mais de 360 *au pairs* para os Estados Unidos. E a *Au pair Care* era apenas uma entre as 15 agências[2] norte-americanas que trabalham no ramo *Au pair*, o que me levou a pensar sobre o surpreendente fluxo de *au pairs* nos Estados Unidos.

Após o fim do treinamento, era hora de pegar seis horas de avião e ir ao encontro da minha *host family*, a família com quem eu viveria e para quem eu trabalharia por um ano. Chegando em Seattle, fui recebida no aeroporto pelos pais e pelas crianças da família. Durante o primeiro mês, a minha *host mom*[3] me guiou em atividades básicas como abrir a conta em um banco e tirar a carteira local de habilitação para dirigir, e me mostrou os lugares que eu visitaria com frequência, tais como a escola das crianças, clubes esportivos e centros comerciais próximos. Imersa no cotidiano da família, eu cuidava de três crianças. Um trabalho que abrangia leva-las ao colégio e para realizar atividades extracurriculares como aulas de *ballet*, *hockey* e futebol, e também passava grande parte do tempo em *playgrounds* e no quarto de brinquedos. O relacionamento com a *host family* era ótimo. Fizemos duas viagens juntos ao Havaí e costumávamos jantar juntos pelo menos duas vezes na semana.

Eu costumava trabalhar 45 horas por semana, mas para além do meu cotidiano como uma *au pair*, eu também tinha experiências alheias à minha ocupação com as crianças. Ao

---

[2] Existem 15 agências, também conhecidas como *sponsors*, designadas pelo Departamento do Estado para administrar o programa *Au Pair*: *Care Exchange, A.P.EX. American Professional Exchange (PROaupair), Agent Au Pair, Au Pair 4 Me, Au Pair Foundation, Au Pair International, Au Pair in America/AIFS, Au Pair USA (InterExchange), AuPairCare, Cultural Care Au Pair (EF Education First), Cultural Homestay International, EurAupair, Expert Group International (Expert AuPair), GreatAuPair, USAuPair*. Disponível em: <https://j1visa.state.gov/participants/how-to-apply/sponsor-search/?program=au%20pair> Acesso: 7 fev. 2019.

[3] *Host mom* é como é chamada a mãe das crianças que a *au pair* cuida. As *au pairs* brasileiras, especificamente, costumam chamar a *host mom* de "hosta". A *host mom* é a pessoa com a qual a *au pair*, na grande maioria das vezes, trata de questões profissionais. O pai das crianças é chamado de *host dad*, ou "hosto", e as crianças são chamadas de *host kids*.

assinar o contrato comigo, minha *host family* me informou que eles comprariam um carro que seria de uso exclusivo meu e que eu usaria para dirigir as crianças para a escola e outros lugares, mas que também poderia ser usado por mim aos fins de semana, inclusive para ultrapassar as fronteiras do estado de Washington, contanto que eu avisasse o destino. Dessa forma, nos finais de semana eu tinha liberdade e tempo livre para me locomover, fazer viagens e explorar o território estadunidense com meus amigos.

No fim do sétimo mês do intercâmbio, a minha *host mom* me chamou para uma conversa séria. "Nós lhe amamos e as crianças são loucas por você. Nós queríamos saber se você gostaria de estender o contrato com a gente e ficar por mais um ano", ela me perguntou enquanto dirigia e acrescentou que caso eu quisesse, ela poderia me ajudar a ficar "para sempre" nos Estados Unidos.

Ao propor a extensão, a minha *host mom* disse que a família poderia me ajudar com os custos da *tuition* de uma universidade em Seattle, que algumas amigas dela que também tinham *au pair* já haviam feito isso. A *tuition* é o valor a ser pago para cursar uma universidade nos Estados Unidos e, no estado de Washington, o custo anual médio[4] para um cidadão estadunidense em tempo integral cursando uma *community college* é de US$ 7.524. Entretanto a taxa varia de acordo com o *status* de residência, de forma que estudantes internacionais pagam mais que o dobro que os cidadãos nativos por cada crédito. Enquanto um nativo pagaria US$841,36 por 8 créditos, um estudante internacional deveria desembolsar US$ 2.257,36 pela mesma quantidade de créditos.

Apesar do valor aparentemente alto, esse acordo é comum entre *host families* que querem estender o contrato com *au pairs* por um tempo maior que o permitido pelo programa, que é de dois anos. Fora o salário semanal pago para a *au pair*, a *host family* desembolsa para as agências patrocinadoras do programa uma taxa[5] de US$8.465 pela assinatura do contrato. Dessa forma, caso a *au pair* aceite fazer parte de um contrato extra-oficial com a *host family*, a família anfitriã redireciona esse valor – que anteriormente era pago à agência - para a faculdade da *au pair*.

Além disso, a minha *host mom* disse que me daria uma semana extra de férias – além dos 14 dias regulamentadas pelo programa – para que eu visitasse o Brasil e matasse a saudade da minha família. Pedi um tempo para pensar e duas semanas depois resolvi que estenderia sim, mas que por apenas mais seis meses e depois voltaria para o Brasil. Renovamos o contrato.

---

[4] Disponível em: <https://www.northseattle.edu/tuition-fees/tuition-rates>. Acesso em: 20 mar. 2018.
[5] Disponível em: <https://www.aupaircare.com/host-families/program-costs>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Durante esses 19 meses em que residi nos Estados Unidos, não só participei, mas também observei atentamente toda a dinâmica do programa *Au pair*: desde os incontáveis benefícios educacionais e culturais proporcionados por essa imersão em uma outra cultura até a exploração do trabalho doméstico fundamentado nessa mão-de-obra internacional e provisória. Mas mais do que isso, percebi uma constante: muitas meninas entravam no programa já com a vontade de se mudar permanentemente para os Estados Unidos e utilizavam o *Au pair* apenas como uma porta de entrada. Outras nem tinham esse plano inicial, mas ao chegar na "terra do Tio Sam" e se deparar com os preços baixos e a qualidade de vida alta, decidiam não retornar ao Brasil e passavam a buscar estratégias para alcançar residência fixa nos Estados Unidos.

Além disso, durante minha vivência no exterior, conhecidos e familiares me questionavam com frequência sobre como eu havia ido parar nos Estados Unidos e me perguntavam sobre a dinâmica do programa em tom curioso, visto que nem mesmo sabiam o que significava "*au pair*", ao que eu tentava simplificar como sinônimo para babá. Essa ignorância da maior parte dos meus conhecidos batia de frente com o alto número de *au pairs* brasileiras nos Estados Unidos: como um programa com uma taxa de participação brasileira tão alta é ainda tão desconhecido pela maioria das pessoas?

Ao retornar ao Brasil em 2016, me dediquei à pesquisa bibliográfica intensa sobre o *Au pair*. A dificuldade, que beira a impossibilidade, de encontrar material bibliográfico em português só evidencia a carência de estudos acerca do tema no Brasil. À vista disso, traduzi, para uso pessoal, artigos, dissertações e livros da língua inglesa para o português durante meses. Utilizei como referências as pesquisadoras Anna Kuroczycka Schultes (2014) e Janie Chuang (2013), dentre outras, enquanto contributos que ajudam a entender a dinâmica e o histórico do programa *Au pair* nos Estados Unidos.

Além dessa pesquisa bibliográfica, realizei um levantamento de documentos encontrados nos mais diferentes órgãos, governamentais ou não, tanto brasileiros, quanto norte-americanos. A partir desse levantamento, passei a me concentrar na participação de brasileiras nesse programa, focando nas mulheres que optaram por continuar a residir nos Estados Unidos após o término do contrato de trabalho. O resultado desses levantamentos baseou a elaboração deste trabalho, que tem como tema as "*Au pairs* brasileiras e suas rotas desviantes: história oral e vidas móveis" e objetiva analisar de que forma o intercâmbio cultural *Au pair* pode qualificar-se como uma porta de entrada para a imigração do Brasil para os Estados Unidos.

Posto isso, este trabalho tem como sujeito de estudo as *au pairs* brasileiras e as formas como elas utilizam as oportunidades abertas pelo programa, valendo-se de estratégias diversas

para alcançar seus projetos de forma a implicar na sua permanência no país, mesmo após finalizado o período do intercâmbio. O conhecimento dessas histórias e experiências diversas foi obtido por intermédio da realização de entrevistas. Optei pelo uso das entrevistas devido a minha formação acadêmica e profissional, visto que o Jornalismo me possibilitou aproximação constante com esse método. Trabalhei como repórter durante dois anos e tive a oportunidade de entrevistar pessoas das mais diferentes origens territoriais, culturais, sociais e políticas. E como aponta Jacques Wainberg (2010), "a função do jornalismo também é a de narrar histórias" através de palavras organizadas em capítulos e sustentadas por um enredo, drama e personagens.

Entretanto, a metodologia utilizada neste trabalho não foi por mim conhecida durante a graduação em Jornalismo, mas sim no decurso da minha pós-graduação particularmente na disciplina "História Pública, Memória Coletiva e História Oral", ministrada pelos professores Valéria Barbosa, Soraia Ansara e pelo meu orientador Ricardo Santhiago. Durante a disciplina, compreendi a história oral enquanto ferramenta metodológica eficiente na captura de memórias e experiências que, apesar de pessoais e singulares, inserem-se na coletividade de forma a compor a realidade em que os depoentes estão inseridos.

Neste trabalho, a história oral está sendo utilizada como método com o propósito de "oferecer contribuição para o avanço do conhecimento histórico e sociológico, principalmente para desvendar o lado subjetivo dos processos sociais e dos processos de mudança" (PEREIRA, 2013, p. 121). Para melhor entender o lado subjetivo dos processos dos sujeitos em questão, a maioria das perguntas foram pensadas anteriormente a realização das entrevistas; entretanto, o fluxo da conversa, bem como a narrativa contada pelas entrevistadas, resultaram em questões que não haviam sido planejadas previamente.

As perguntas das entrevistas abarcaram temas centrais na minha pesquisa, tais como: a motivação da escolha do intercâmbio *Au pair*, bem como a motivação da escolha de continuar no país após o fim do programa; o processo da troca de *status*[6]; a importância do capital social e das redes digitais de relacionamento[7] nos processos listados anteriormente; o componente de

---

[6] O processo da troca de *status* será abordado no terceiro capítulo, mas, basicamente, consiste na transição a condição do imigrante em território internacional. Por exemplo, uma *au pair* tem o visto J-1, obtido no Brasil, ao chegar nos Estados Unidos, ela passa a ter o *status* J-1. Se, após o programa, essa jovem optar por tornar-se estudante, ela necessitará trocar o *status* J-1 para F1 ou M1. O processo de troca de *status* acontece em território norte-americano, enquanto a obtenção do visto acontece no país de origem do aplicante.

[7] Como neste trabalho serão abordadas as redes sociais – redes de relacionamento presenciais - nas quais se fundamentam o capital social, faz-se necessária a diferenciação do uso dos termos redes sociais (presenciais) e das redes digitais de relacionamento (Facebook, Whatsapp e etc).

trabalho dentro do Programa *Au pair*, dentre outros.

A respeito do uso específico da história oral enquanto método nos estudos de imigração, Lang a entende como uma metodologia que permite "conhecer o fenômeno migratório através da trajetória, vivência e experiência daqueles que empreenderam o percurso migratório" (2005, p. 144). E, ao fazer uso da história oral, o pesquisador, por meio de entrevistas, apreende visões de indivíduos socialmente inseridos em posições diferentes, de modo a abarcar experiências múltiplas.

Com este propósito, foram entrevistados três grupos de brasileiras que participaram do programa *Au pair* e continuaram a residir nos Estados Unidos: as que se casaram e possuem um *green card*, as que trocaram o *status* para estudante e passaram a frequentar universidades estadunidenses, e ainda as que optaram por continuar a residir no país indocumentadas[8]. Tal escolha aconteceu mediante minha observação enquanto *au pair* e membro de fóruns online de *au pairs*, visto que é perceptível pelas postagens nos grupos no Facebook e pelo convívio com outras *au pairs* que esses são os três *status* imigratórios mais recorrentes no período que segue ao fim do intercâmbio. Esses três grupos expõem vivências singulares e relatam capitais sociais distintos, de forma a colaborar com o objetivo de compreender as estratégias usadas por essas jovens para subverter a finalidade alegada do programa *Au pair*.

As experiências narradas nessas entrevistas são um reflexo do resgate de memórias das depoentes. Em relação a essas memórias, Demartini (2012, p. 156) afirma que, no caso dos imigrantes, existe uma complexidade ainda maior, pois as memórias referem-se tanto à sociedade de origem quanto à sociedade de adoção, isto é, o país para o qual o sujeito imigra. Esse deslocamento territorial resulta em uma série de rompimentos e cria situações que permitem aos sujeitos comparar as sociedades de origem e de adoção a partir das representações e das identidades que construíram e reconstruíram em cada uma.

A fim de melhor compreender a construção e reconstrução de identidades que passam a ser realizadas e organizadas no percurso desses deslocamentos, proponho a discussão do conceito de vidas móveis desenvolvido por John Urry e Elliot (2010). A utilização desse conceito no contexto da vida das *au pairs* brasileiras nos Estados Unidos possibilitará uma

---

[8] O uso do termo “indocumentado” em detrimento do termo “ilegal” se deu devido a crença de que “nenhum ser humano é ilegal”. Como aponta o Museu da Imigração (2014), em um contexto de fronteiras cada vez mais fechadas e do fortalecimento de discursos xenofóbicos, a qualificação desses imigrantes como ilegais poderia reforçar a criminalização dos movimentos migratórios. Por isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) defende, desde a década de 1970, a utilização dos termos não documentado ou irregular e afirma, ainda, que os Estados membros devem respeitar os direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes, documentados ou não.

melhor compreensão a respeito de como esses sujeitos se relacionam com um mundo móvel em expansão de forma a reorganizar seu cotidiano e conexões em sociedade.

No intuito de introduzir o conceito de vidas móveis, no primeiro capítulo será discutido o novo paradigma das mobilidades, teoria proposta pelo sociólogo John Urry em conjunto com Mimi Sheller. De acordo com os autores, a conjuntura atual pede por uma nova abordagem na teoria social que deixe de perceber viagens apenas como um conjunto neutro de tecnologias e processos, mas sim que tenha como base os deslocamentos heterogêneos interligados em uma rede de conexões que ultrapassa fronteiras (2006, p. 208).

As vidas móveis dos sujeitos desta pesquisa, au pais brasileiras, desafiam binarismos de categorizaçao no que diz respeito a natureza de seus deslocamentos. Seria turismo? Migração? Lazer? Trabalho? A fim de desafiar os entendimentos convencionais acerca desses deslocamentos de corpos pelo espaço, no primeiro capítulo também foi utilizada a abordagem interdisciplinar ofertada pelos autores Cohen, Duncan e Thulemark (2013), que propõem uma zona cinza onde os fenômenos sociais não necessariamente se enquadram nas classificações de viagens ou migrações, mas sim contornam e provocam essas concepções.

Para compreender melhor as experiências dessas mulheres, nada melhor que perguntar diretamente a elas. Por isso, optei por, além das entrevistas, aplicar também questionários estruturados que abarcaram diferentes aspectos da migração de *au pairs* brasileiras para os Estados Unidos tais como: o motivo da escolha do intercâmbio, a duração de sua experiência como *au pair*, o cumprimento das regras do programa, a motivação da decisão de permanecer no país após o término do contrato de trabalho, dentre outros.

Estão sendo entrevistadas apenas mulheres pois estas constituem maioria no programa e porque o horizonte de possibilidades para participantes do *Au pair* está, em alguma medida, associado ao gênero, a começar pelo fato de que há algumas agências mediadoras do programa que não aceitam candidatos do sexo masculino. Posto isso, para melhor entender a relevância do fator gênero no *Au pair*, um programa baseado no trabalho feminino de cuidado ou *care*, no segundo capítulo, usei como referências trabalhos de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007).

O modelo de delegação, apresentado pelas duas autoras, descreve justamente uma dinâmica de contratação de trabalho que gera uma "relação étnica" (HIRATA, KERGOAT, 2017, p. 602) entre mulheres baseada em contratação de serviços particulares de mulheres migrantes. Estas últimas vendem sua força de trabalho doméstico e permitem às mulheres burguesas do norte – no caso do programa *Au pair*, permite às *host moms* – uma maior flexibilidade em relação à demanda de envolvimento das empresas para as quais trabalham.

O objetivo desse estudo é registrar entrevistas de história oral a fim de fixar experiências

de vida de participantes brasileiras no programa *Au pair* com o propósito de construir uma "história da interpretação dos eventos através da memória" (PORTELLI, 2016, p. 18). Busco, também, analisar a participação de brasileiras no programa *Au pair* nos Estados Unidos, pesquisando a motivação das participantes no que se refere a escolha pelo programa, bem como na decisão de permanecer, definitivamente, no país após o término do contrato de trabalho, com o propósito de compreender as estratégias usadas pelas jovens para subverter a finalidade alegada do programa.

Esta pesquisa se apresenta relevante socialmente pois apesar de o trabalho doméstico, bem como as migrações, serem uma prática antiga, a implementação do programa *Au pair* é relativamente recente. Assim, pontuar a precariedade de certos aspectos do programa, além de analisar o deslocamento dessas jovens brasileiras, bem como as causas e as consequências que essa mobilidade implica, é uma forma de levantar discussões acerca do tema na tentativa de dar visibilidade ao assunto e incentivar futuros debates.

2 O CAPITAL SOCIAL E AS VIDAS MÓVEIS DAS *AU PAIRS* BRASILEIRAS NOS ESTADOS UNIDOS

Com o advento e desenvolvimento dos meios de transporte e das tecnologias móveis, o movimento de corpos pelo espaço tornou-se cada vez mais frequente e em escalas cada vez maiores. No prisma dos deslocamentos, há corpos que viajam por lazer, a fim de visitar amigos distantes ou conhecer pontos turísticos clássicos; há os mochileiros; há corpos que viajam como estilo de vida e já não imaginam um cotidiano inerte, fincado em um só lugar; há também os que se movimentam após serem expulsos do que consideravam ser seu lar; dentre outros.

Alguns vão com data de volta, outros vão sem saber se vão voltar, e há ainda os que vão e não planejam retornar. A fluidez desses deslocamentos, bem como sua incerta duração, traz à tona a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre a natureza desses movimentos: poderiam todas essas mobilidades ser classificadas servindo-se de conceitos binários, sendo categorizadas como "turismo" ou como "migração"?

Segundo Anthony Elliot e John Urry (2010), existem, pelo menos, treze[9] tipos diferentes de prática social de mobilidade contemporânea e cada uma detém especificidades distintas. Entre as treze práticas sociais móveis - que são descritas pelos autores como assembleias de humanos, objetos, tecnologias e roteiros - estão desde viagens pós-emprego realizadas por pessoas aposentadas até a migração de refugiados ou mesmo as viagens de descoberta praticadas por estudantes, *au pairs* e outros jovens, que representam um rito de passagem.

Ao trabalhar com o termo "mobilidades contemporâneas", Scott Cohen, Tara Duncan e Maria Thulemark propõem uma abordagem interdisciplinar que desafie o pensamento atual binário em relação as intersecções entre lazer e trabalho, bem como turismo e migração. Segundo os autores, o objetivo dessa reflexão é:

> Contribuir para estudos de mobilidade, mostrando como os estilos de vida móveis voluntários em curso: (1) desfazem as fronteiras entre viagens, lazer e migração; (2) são exemplares de como uma divisão binária entre trabalho e lazer pode ser colapsada; (3) desestabilizar dicotomias de "lar" e "longe"; e (4) ilustram complexidades de pertença e identidade associadas à mobilidade sustentada. (2013, p. 156)

[9] Os treze tipos diferentes de prática social de mobilidade contemporânea citados por Elliot e Urry são: 1) viagens de negócios e profissionais; 2) viagens de descoberta realizadas por estudantes, *au pairs* e outros jovens em suas experiências no exterior, o que normalmente representa um "rito de passagem"; 3) viagens médicas para spas, hospitais e assim por diante; 4) mobilidade militar de exércitos, tanques, helicópteros, aeronaves, foguetes, satélites, dentre outros; 5) viagens de peregrinação, tais como as que acontecem na Meca; 6) viagens pós-emprego realizados por aposentados; 7) refugiados, asilo e migração de sem-abrigo; 8) trabalhadores de serviços viajam ao redor do mundo e especialmente para cidades globais; 9) viagens turísticas para visitar lugares e eventos; 10) viagens para visitar amigos e parentes; 11) viagens dependentes do trabalho, especialmente pendulares; 12) "*trailing travel*" de crianças, parceiros, outros parentes e funcionários domésticos; 13) e viagem e migrações dentro de uma diáspora, como a de dezenas de milhões de chineses no exterior.

Seguindo essa linha de raciocínio, o sociólogo John Urry, juntamente com Mimi Sheller, propôs o novo paradigma das mobilidades, uma teoria baseada nos deslocamentos heterogêneos de pessoas, produtos ou ideias, partindo do princípio que todos os lugares estão interligados em uma rede de conexões que ultrapassa qualquer fronteira. De acordo com os autores, por muito tempo a ciência social fez uso de referenciais imóveis e estáticos, o que acabou por banalizar a importância dos movimentos sistemáticos de pessoas ao perceber viagens como um conjunto neutro de tecnologias e processos (2006, p. 208).

Para entender o novo paradigma das mobilidades, é necessária uma narrativa que inclua os conceitos de fluidez e liquidez, sugerindo um conjunto de questões, teorias e metodologias que ultrapassem uma descrição total ou redutora do mundo e dos deslocamentos contemporâneos. Sendo assim, a partir do momento em que essas mobilidades proporcionam experiências, conexões e recursos diversos, elas deixam de ser apenas uma forma de deslocar-se de um ponto X para um ponto Y. Diante dessa discussão sobre mobilidades e a transformação e reformulação de vidas pelo globo, John Urry, em cooperação com Elliott (2010), desenvolveu o conceito de vidas móveis, que "conecta a análise sociológica de diferentes formas de viagens, transportes, turismo e comunicações com as formas múltiplas e às vezes inovadoras nas quais as identidades são constituídas, realizadas e organizadas em diversos espaços e tempos" (Prefácio X). Ainda segundos os autores:

> A vida "em movimento" é o tipo de vida em que a capacidade de ser "em outro lugar" em um momento diferente dos outros é central. E-mail, mensagens de texto SMS, áudio MP3, gravadores de DVD pessoais, serviços telefônicos pela Internet e assim por diante permitem que as pessoas busquem escapar das restrições de tradições pré-existentes ou formas tradicionais de vida cultural, sob padrões e práticas mais fluidos. Essas vidas móveis exigem flexibilidade, adaptabilidade, reflexividade - para estarem prontas para o inesperado, abraçar a novidade, pois até mesmo os outros significativos estão fazendo coisas diferentes e em momentos diferentes. As experiências das pessoas são dessincronizadas umas das outras, de modo que os sistemas e as pessoas precisam estar disponíveis "*just-in-time*". (2010, p. 4)

De acordo com Elliot e Urry, estudar as vidas móveis e sua relação com os sistemas de mobilidade amplos exige uma nova abordagem na teoria social que foque na mobilidade em si e na reestruturação das vidas comuns das pessoas. Essa nova abordagem inclui o uso de novos conceitos na tentativa de capturar a forma como os sistemas de mobilidade se entrelaçam com as vidas móveis. Dessa forma, "o envolvimento de um indivíduo com este mundo móvel em expansão não é simplesmente sobre o uso de formas específicas de movimento" (ELLIOT, URRY, 2010, p. 3). Para além do uso dessas mobilidades, é importante investigar de que forma essas dinâmicas reorganizam o sujeito, sua identidade, seu cotidiano e suas conexões com o

mundo.

Em uma crônica[10] intitulada "O alto preço de viver longe de casa. Muito além do valor do aluguel", a advogada e professora universitária Ruth Manus discorre justamente sobre a "tentação de ir e a necessidade de ficar", sobre os desejos paradoxais e sentimentos dissonantes aos quais indivíduos "móveis" estão sujeitos:

> A vida de quem inventa de voar é paradoxal, todo dia. É o peito eternamente divido. É chorar porque queria estar lá, sem deixar de querer estar aqui. É ver o céu e o inferno na partida, o pesadelo e o sonho na permanência. É se orgulhar da escolha que te ofereceu mil tesouros e se odiar pela mesma escolha que te subtraiu outras mil pedras preciosas. (…) Será que a gente aprende? A ser filho de longe, a amar via Skype, a ver crianças crescerem por vídeos, a fingir que a mesa do bar pode ser substituída pelo grupo do whatsapp, a ser amigo através de caracteres e não de abraços, a rir alto com HAHAHAHA, a engolir o choro e tocar em frente? (MANUS, 2015)

Isto é, a mobilidade, por vezes, afeta diretamente a questão de pertencimento visto que o movimento dos corpos pelo espaço gera conflitos como senso de lar, de cidadania ou mesmo a existência ou não da afinidade de pessoas com determinados lugares. Por consequência, a escolha do estilo de vida móvel acaba por ressignificar o senso de identidade, o que gera consequências nas relações de consumo bem como nas relações sociais desses sujeitos móveis com o mundo e com outros sujeitos.

Entretanto, ainda que ir e vir sejam um direito fundamental, os corpos são sujeitos a fatores limitadores referentes a classe social, gênero, nacionalidade, dentre outros, o que acaba por orientar as escolhas e restringir o acesso a determinadas práticas móveis para diferentes pessoas em diferentes circunstâncias (COHEN, DUNCAN, THULEMARK, 2013, p. 157).

2.1 O capital social no contexto da mobilidade

Seja em casa, no ambiente de trabalho, nas ruas ou em estabelecimentos comerciais, pessoas interligam-se por um ou por vários tipos de relações. Essas conexões, presentes na "vida real" e no universo digital, permeiam o cotidiano de forma a criar redes de relacionamento que podem ser fortalecidas ou rompidas a qualquer momento. Para tipificar essas ligações sociais existentes em contextos específicos de migrações, o pesquisador Weber Soares (2002) utiliza o termo redes migratórias. Segundo o autor, a principal diferença entre rede pessoal e rede migratória é o distanciamento temporal, visto que a rede pessoal precede a migração. De

[10] Disponível em: <http://emais.estadao.com.br/blogs/ruth-manus/o-alto-preco-de-viver-longe-de-casa/>. Acesso em: 6 mar. 2018.

acordo com Soares:

> Rede migratória não se confunde com redes pessoais; estas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar. (…) Rede migratória implica origem e destino e a compreensão do retorno como elemento constitutivo da condição de migrante, o que põe em xeque alguns padrões de análise: assimilação, esforço individual – no limite, a assimilação absoluta representa a negação da própria condição de migrante. (SOARES, 2002, p. 24)

Para diferenciar rede pessoal de rede migratória, pode-se tomar como exemplo a vida de um brasileiro no exterior. Em sua rotina de trabalho e convivência em comunidade, esse brasileiro possui redes sociais; entretanto, se esse sujeito utiliza seus laços a fim de auxiliar uma segunda pessoa a migrar ou prepara condições para seu retorno, então se trata de uma rede migratória. No entanto, além de diferenças, essas duas redes possuem também semelhanças. Ambas as redes são sustentadas através de laços que unem pessoas e, por intermédio dessas relações, os sujeitos conectam seus recursos e necessidades a estruturas de oportunidades. Esses laços sociais são caracterizados como "conjuntos ordenados de negociações interpessoais às quais os participantes adicionam interesses compartilhados, obrigações, expectativas e normas, que são condicionados pela natureza estrutural dessas relações" (FUSCO, 2007, p. 17).

Ou seja, para entender a vida móvel, é primeiro necessário entender o pré-requisito fundamental para que a mobilidade exista: o capital social. Sistematizado pioneiramente por Pierre Bourdieu, o conceito de capital social refere-se ao:

> Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação* a *um grupo,* como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (1998, p. 67 – grifos do autor)

Ao articular um estudo sobre a relação entre o capital social e as dinâmicas migratórias, o pesquisador demográfico Wilson Fusco concluiu que a utilização do capital social enquanto novo aparato conceitual é útil para o trabalho de análise porque permite "uma visão mais completa do movimento, mostrando tanto os constrangimentos e incentivos estruturais, como as estratégias individuais da população migrante" (2007, p. 9 e 10).

Entretanto, vale ressaltar que o acesso à mobilidade requer recursos tais como tempo e dinheiro, podendo variar conforme gênero, classe social, nacionalidade e uma série de outros fatores, de forma que aqueles que não possuem tais recursos encontram-se em desvantagem em relação àqueles que gozam desses benefícios (URRY, 2011, p. 24). Por consequência, a variação na disponibilidade destes elementos influencia diretamente a capacidade de mobilidade – ou imobilidade – de um indivíduo.

Esses benefícios emocionais, financeiros e práticos são gerados e sustentados pelas relações sociais e configuram o capital social necessário para a eficácia de uma vida móvel. Esse capital é composto por elementos tais como: uma série de documentos adequados (desde vistos até habilitação para dirigir), capacidade de movimento e de informação livre de localização e também o acesso à dispositivos de comunicação. Portanto, o capital social é o que oferece ao sujeito que experimenta uma vida móvel a capacidade de formar conexões entre pessoas, conexões essas que acabam por formar padrões com capacidades de ampliar e sustentar redes (URRY, 2011, p. 27). Esse capital social, que se fundamenta em uma rede de contatos, é destrinchado pelos autores em oito elementos básicos que promovem a sustentação dos relacionamentos:

> 1) Um conjunto de documentos apropriados capazes de assegurar o movimento seguro de um corpo de um local para o outro; 2) colegas de trabalho, amigos e familiares que possam oferecer convites e hospitalidade; 3) capacidade de movimento – desde poder caminhar distâncias em diferentes ambientes até para poder acessar informação em formação através de dispositivos móveis como telefones celulares e *laptops*; 4) acesso amplo a informações e contatos; 5) dispor de dispositivos de comunicação; 6) dispor de locais de encontro adequados e seguros; 7) acesso aos meios de transporte e tecnologias da comunicação; 8) tempo e uma série de outros recursos para administrar os sete elementos anteriores e remediar eventuais falhas. (ELLIOT, URRY, 2010, p. 10 e 11)

Dessa forma, dispondo de todos ou da maioria dos recursos acima citados, os sujeitos estão mais suscetíveis a experimentarem vidas móveis. Mas é importante lembrar que há grupos específicos que detém um baixo capital de rede. No artigo *Social networks, mobile lives and social inequalities,* Urry cita um estudo da socióloga estadunidense Arlie Hochschild (2000, p. 136), que utiliza as trabalhadoras domésticas que oferecem o serviço de cuidado enquanto exemplo de sujeitos detentores de capital de rede excepcionalmente baixo.

Ainda segundo a autora, capital social são benefícios emocionais, financeiros e práticos gerados e sustentados pelas relações sociais entre pessoas. No caso das trabalhadoras domésticas, esse baixo conjunto de benefícios resulta em uma grande suscetibilidade a abuso e exploração. Hochschild descreve essa dinâmica por intermédio da relação entre famílias ricas

em capital social que compram o trabalho de uma mulher pobre em capital social que, provavelmente, terá que viajar de um outro país. Dessa forma, a mão-de-obra feminina precária é fundamental para as cadeias de cuidados globais, que se sustentam por intermédio das mulheres com maior capital social trabalhando fora de casa e consumindo o trabalho de cuidado de outras mulheres com menor capital social (2000, p. 136).

No presente trabalho, os sujeitos de estudo são mulheres brasileiras que oferecem serviço de assistência à infância nos Estados Unidos: as *au pairs*. Entretanto, apesar das similaridades óbvias com o trabalho doméstico, a dinâmica realizada no *Au pair* não se encaixa nos moldes clássicos desse tipo de trabalho, visto que, no programa, a função é realizada por jovens necessariamente bilíngues, portadoras de visto, com carteira de motorista e permissão internacional para dirigir e que, em sua maioria, possuem curso superior completo ou em formação – pré-requisitos que fazem com que a maioria das participantes do programa seja pertencente a classe média. Na maioria dos casos, essas jovens deixam, no Brasil, carreiras que pouco – ou nada – tem a ver com assistência à infância com o intuito de se aventurar a trabalhar temporariamente como babá nos Estados Unidos a fim de explorar uma nova cultura, viajar, melhorar habilidades na língua inglesa ou mesmo conquistar crescimento pessoal.

Portanto, apesar dos significantes privilégios das jovens participantes do programa *Au pair* em relação a mulheres que, por vezes, imigram ilegalmente para os Estados Unidos por verem o trabalho doméstico como única solução possível para criar seus filhos, as *au pairs* não deixam de estar vulneráveis a exploração[11] e abuso do trabalho doméstico por parte do empregador (*host family*). E a tolerância da *au pair* diante desse possível quadro pode ser compreendida devido ao fato de essa trabalhadora jovem estar em território estrangeiro, não possuir moradia própria e ser vista como uma latina que desempenha um trabalho com baixa remuneração, que é o de babá. Ou seja, um conjunto de fatores que engloba gênero, nacionalidade, idade, dentre outros, e resulta em conexões mais fracas e desigualdades no acesso a benefícios.

2.2 O programa *Au Pair*

[11] A situação de vulnerabilidade das *au pairs* não é, de modo algum, considerada equivalente à de mulheres indocumentadas que trabalham com assistência à infância. Entretanto, almeja-se demonstrar que, ainda que essa diferença no grau de vulnerabilidade seja significante e que as *au pairs* contem com suporte institucional, estas jovens não deixam de estar vulneráveis à exploração e maus tratos.

Do francês "*au pair*", o termo significa "ao par" ou "igual" e é usado para descrever uma ajudante vinda de um país estrangeiro que trabalha e vive como se fosse parte de uma família hospedeira. O programa *Au pair* consiste em um intercâmbio cultural para jovens, de ambos os sexos – apesar de algumas agências não aceitarem candidatos do gênero masculino – e tem duração média de 12 a 24 meses, a depender do país e da escolha dos participantes. O programa pode acontecer de forma oficial com reconhecimento do governo, mas também pode acontecer sem intermediários oficiais.

A prática europeia de ter uma jovem estrangeira ajudando com o cuidado infantil tornou-se generalizada após a Segunda Guerra Mundial, quando um grande número de mulheres jovens passou a se deslocar por toda a Europa em busca de trabalho. A fim de buscar uma solução para a recém-adquirida independência dessas jovens mulheres – que, de certa forma, era vista pela igreja como um possível declínio moral desse grupo -, a igreja passou a incentivá-las a viver e trabalhar para famílias a fim de adquirir habilidades domésticas e melhorar suas competências de linguagem estrangeira (CHUANG, 2013, p. 275).

Por essa razão, em 1969, preocupado com o "problema do desenvolvimento descontrolado dessa migração temporária"[12], o Conselho da Europa propôs o Acordo Europeu sobre Colocação *Au pair*, que entrou em vigor em maio de 1971. Segundo o acordo, as *au pairs* constituem uma categoria especial, que não é de estudante nem de trabalhadora, mas que participa ao mesmo tempo de ambas, visto que são "jovens de países estrangeiros que desejam melhorar seu conhecimento linguístico e talvez profissional bem como sua cultura geral" (ORTEGA, RODRÍGUEZ, 2015, p. 542).

Somente em 1986 o programa *Au pair* chega na América, quando, em resposta a uma proposta de uma empresa privada dos EUA, o *American Institute of Foreign Study* (AIFS) – então conhecida como *United States Information Agency* (USIA) - estabeleceu um programa piloto de *Au pair* para levar aproximadamente 3.000 jovens europeias ocidentais para viverem nos Estados Unidos como *au pairs* em um teste que duraria dois anos. O teste obteve sucesso e, desde então, o programa passou a ser oficializado pelo governo de modo a movimentar um fluxo anual de aproximadamente 22.000 jovens *au pairs* de todo o mundo para os Estados Unidos (CHUANG, 2013, p. 275).

Segundo as regras gerais que fundamentam o programa globalmente, a *au pair* deve ser recebida em um país de língua estrangeira por uma família com crianças, onde recebe moradia, alimentação e uma bolsa de estudos (geralmente do idioma local). A participante tem como

---

[12] Relatório explicativo sobre o acordo europeu relativo à Colocação das *Au pairs* (1972). Disponível em: <http://conventions.coe.int/treaty/en/Reports/Html/068. htm> Acesso em 26 mar. 2018.

responsabilidade cuidar das crianças da família anfitriã e ajudar com parte dos trabalhos domésticos da casa. O programa oferece às jovens uma oportunidade para conhecer um novo país, aprender uma nova língua e garantir um trabalho remunerado neste processo.

Apesar de existirem regras gerais que se aplicam a qualquer nação que receba *au pairs*, cada país estipula regras específicas para o programa em sua fronteira – regras essas que vão desde a idade limite para as participantes até a carga horária máxima de trabalho. Devido as propriedades do programa e suas especificidades, *au pairs* não podem ser descritas exclusivamente como turistas nem como trabalhadoras, visto que o deslocamento das jovens é impulsionado por dupla motivação de lazer e trabalho. Essa experiência no exterior, também conhecidas como *gap year*, combina conceitos convencionais de viagens, trabalho e migração, fazendo com que um empregado seja, ao mesmo tempo, um estudante, um visitante, um trabalhador sazonal, um morador de férias, um residente semipermanente e potencialmente muitos outros papéis e identidades (ALLON, ANDERSON E BUSHELL, 2008, p. 5).

Na França[13], entre os pré-requisitos para participar do programa estão: ter entre 18 a 30 anos, possuir um mínimo de conhecimento da língua francesa e ter sido aprovado[14] no vestibular no país de origem em uma universidade reconhecida pelo Ministério da Educação. Em território francês, a carga horária máxima permitida são cinco horas diárias e 30 horas semanais, e a remuneração deve ser acordada entre a família anfitriã e *au pair*, mas o valor mínimo estipulado é de 260 euros mensais. O programa não deve ter duração inferior a três meses nem superior a um ano, com possibilidade de renovação por mais seis meses.

Já na Alemanha[15], o limite de idade para participar do programa é menor no caso de candidatos não-europeus, restringindo a idade máxima a 26 anos (e de candidatos europeus a 30). Além disso, é necessário ter ensino médio completo e ter conhecimentos básicos do idioma alemão, que devem ser comprovados com a realização de um teste de nível. O contrato de trabalho da *au pair* deve ter a duração mínima de seis meses e máxima de um ano, e garante um mês de férias pagas por ano trabalhado. A carga horária de trabalho pode chegar a seis horas diárias, não ultrapassando 30 horas semanais, com remuneração de 260 euros mensais.

Enquanto isso, na Holanda, entre os pré-requisitos para tornar-se uma *au pair* está ser solteiro, sem filhos, não ter solicitado visto de estudante anteriormente no país, ter

---

[13] Disponível em: <http://www.bresil.campusfrance.org/sites/locaux/files/au_pair_marco_2013.pdf> Acesso em: 14 mar. 2018.

[14] O uso das palavras no gênero masculino relembra que homens também podem candidatar-se ao programa *Au Pair* nesses países, ainda que representem minoria participativa.

[15] Disponível em: <https://www3.arbeitsagentur.de/web/wcm/idc/groups/public/documents/webdatei/mdaw/mjix/~edisp/l6019022dstbai636747.pdf?_ba.sid=L6019022DSTBAI636753> Acesso em: 14 mar. 2018.

conhecimentos básicos do inglês e idade entre 18 e 30 anos. A duração máxima do contrato de trabalho é de 12 meses e, ao contrário dos países mencionados acima, é obrigatória a contratação de uma agência intermediadora indicada pelo governo.

Tabela 1 – Regras do programa *Au pair* em diferentes países

País	**Idade máxima permitida**	**Carga horária semanal de trabalho**	**Remuneração mensal mínima**	**Bolsa auxílio para estudos**	**Duração máxima permitida do contrato**
França	30 anos	30 horas	320 euros	Não é obrigatório	1 ano e 6 meses
Holanda	30 anos	30 horas	300 euros	270 euros	1 ano
Alemanha	30 anos	30 horas	260 euros	200 euros	1 ano
Estados Unidos	26 anos	45 horas	800 dólares	500 dólares	2 anos

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar de oferecido em vários países, o programa *Au pair* implementado nos Estados Unidos será o foco deste trabalho, devido ao fato de ser um país no qual o programa é regulamentado pelo governo, bem como porque, segundo o *American Institute for Foreign Study* (SCHULTES, 2014, p. 211), o Brasil ocupa o segundo lugar no *ranking* de países com maior número de participantes *au pairs* nos Estados Unidos.

2.2.1 *O programa Au pair nos Estados Unidos*

O programa *Au pair* teve início nos Estados Unidos em 1986, como um programa piloto que levou 3.000 jovens europeias para os Estados Unidos num teste que duraria dois anos. Para compreender a aplicação desse programa piloto, é preciso, primeiramente, considerar a Lei de Intercâmbio Educacional e Cultural Mútuo, aprovada pelo congresso americano em 1961, que permitia a entrada de visitantes estrangeiros nos Estados Unidos sob uma nova categoria de visto, o J-1 (DELANEY, 1994, p. 310).

Administrado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, o Programa "J-1 *Exchange Visitor Visa*" consiste em um programa de intercâmbio educacional e cultural que, atualmente, reune quatorze programas de migração temporária (ILR, 2018, p. 4). Entretanto, o programa *Au pair* foi excluído da categoria de visto de visitante de intercâmbio de 1961 até 1986. Naquele momento, as regras do programa eram diferentes: poderiam ser *au pairs* apenas

mulheres europeias entre 18 e 25, que poderiam ficar no país durante o período máximo de um ano ganhando a quantia de 100 dólares por semana como "mesada" (DELANEY, 1994, p. 311).

Em 1988, a agência governamental federal, Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA), havia designado oito agências mediadoras (*sponsors*), cada uma autorizada a levar até 2.840 participantes por ano para os Estados Unidos. Somente em 1997, o Congresso deu uma extensão permanente ao programa que continua em vigor até hoje. A regra sobre a origem dos participantes foi modificada (PÉREZ, 2015, p. 205), de forma que provedores de cuidados infantis de países em desenvolvimento – nações da região do Pacífico e da América Central e do Sul – passaram a poder trabalhar legalmente para famílias norte-americanas. Isto é, a partir de 1997 não mais apenas mulheres europeias poderiam ser *au pairs* nos Estados Unidos. O fim da restrição da nacionalidade como pré-requisito para participar do programa não só aumentou o número de potenciais *au pairs*, como também apagou o viés eurocêntrico da anterior norma do intercâmbio (DELANEY, 1994, p. 323).

Atualmente, nos Estados Unidos, o programa *Au pair* aceita participantes de 18 a 26 anos que querem viver a experiência de ser babá num país estrangeiro, aprimorando assim o aprendizado do inglês enquanto segundo idioma. Para se candidatar, o participante deve comprovar, no mínimo, 200 horas de experiência com assistência à infância, possuir carteira de motorista e permissão internacional para dirigir, ter conhecimentos intermediários na língua inglesa, ter segundo grau completo, estar disposto a viver nos Estados Unidos por um ano (ou mais), ser solteiro e sem filhos.

No site da agência de turismo *Student Travel Bureau* (STB)[16], o intercâmbio *Au pair* é vendido como um programa de trabalho remunerado, estudo e intercâmbio cultural nos Estados Unidos, e mais do que uma experiência profissional, como uma experiência de vida. A agência explica, também, que o termo *au pair*, ao qual o título do programa se refere, vem do francês e significa "ao par" ou "igual", e implica que a participante irá morar na casa de uma família americana, supostamente tornando-se parte dela, participando de todas as rotinas e atividades da casa.

Em fevereiro de 2019, na agência STB, o intercâmbio estava sendo vendido para as participantes por 500 dólares. De acordo com a cotação deste dia, a quantia em reais corresponderia a 1.835 reais – valor sensivelmente mais baixo se comparado ao preço de outros modelos de intercâmbio vendidos por agências de turismo, que ultrapassam os 15.000 reais. No *website* da agência de turismo CI Intercâmbio e Viagem[17], por exemplo, o programa *Au pair* é

[16] Disponível em: <https://www.stb.com.br/trabalhar-no-exterior/au-pair>. Acesso em 12 dez. 2017
[17] Disponível em: <https://www.ci.com.br/trabalhar-no-exterior/au-pair> Acesso em: 27 mar. 2018.

anunciado como “um dos programas mais econômicos de intercâmbio”.

Figura 1 – Propaganda do Programa *Au pair* no website de uma agência de turismo

Fonte: Reprodução/Internet

O programa inclui passagens aéreas de ida e volta entre o país de origem e o de destino pagas pela *host family*, bem como a acomodação e refeições, bolsa de estudos anual no valor de 500 dólares, duas semanas de férias remuneradas e assistência médica internacional. A *au pair* pode trabalhar até 45 horas semanais[18] – não excedendo 10 horas diárias – e deve ter um dia e meio de folga a cada semana, tendo como remuneração 195,75 dólares semanais, ou seja, 783 dólares ao mês.

Na apresentação do programa no *website*[19] estadunidense não há menção direta ao trabalho. Segundo o governo dos Estados Unidos, “através do programa *Au pair*, os participantes e as famílias anfitriãs (*host families*) participam de uma oportunidade intercultural

[18] Existe também o EduCare, uma subcategoria do programa *Au Pair*, na qual as *au pairs* podem trabalhar até 30 horas por semana e ganham uma bolsa de estudos anual no valor de 1.000 dólares. Entretanto, as jovens que participam do programa dentro dessa subcategoria são minoria, de forma que neste trabalho foram entrevistadas somente meninas que fizeram o programa padrão.
[19] Disponível em: <https://j1visa.state.gov/programs/au-pair> Acesso em: 12 dez. 2017.

mutuamente gratificante", visto que os participantes podem continuar a educação enquanto vivem a vida cotidiana com uma família americana ao passo que os anfitriões recebem cuidados infantis confiáveis e responsáveis de indivíduos que se tornam parte da família.

A despeito dos "artifícios linguísticos", a origem do programa nos Estados Unidos já sinalizava, em certa medida, a interpenetração entre as categorias de programa de intercâmbio cultural e migração com foco no trabalho. Em 1986, o *Immigration Reform and Control Act* (IRCA), ou Lei de Controle e Reforma de Imigração, impôs leis estritas que criminalizavam tanto os imigrantes ilegais como seus empregadores, de forma que a lei resultou na inserção desses imigrantes ilegais no serviço doméstico clandestino. Neste mesmo ano, o governo dos Estados Unidos designou que as primeiras agências de *au pairs* agissem como subcontratados no mercado de trabalho para as famílias que quisessem ter uma empregada doméstica legal do exterior (SCHULTES, 2010, p. 75 e 76).

Segundo matéria publicada em 2017 no periódico norte-americano *Washington Post*[20], essa contradição entre as propriedades e a classificação do programa é consequência da categorização do *Au pair* que, ao ser lançado com um piloto em 1986, foi oficialmente classificado como um "programa de visitas de intercâmbio", alojado no Departamento de Estado. Desde o início, agências governamentais questionaram o porquê de um programa de trabalho em tempo integral, que exige até 45 horas de assistência à infância por semana, ser classificado enquanto intercâmbio cultural. As agências de *au pair* tentaram reclassificar o programa enquanto programa de trabalho ou reduzir as horas de trabalho para 30 horas semanais, de forma que, de fato, pudesse ser considerado um intercâmbio cultural, porém não obtiveram êxito sob alegação de que caso as horas de trabalho no programa fossem reduzidas, as *au pairs* não cobririam o horário de trabalho dos *host parents*, que em sua maioria trabalha em tempo integral (THRUPKAEW, 2017).

A rápida expansão do programa *Au pair* aconteceu justamente devido ao trabalho em tempo integral dos *host parents*, mais especificamente devido à inserção das mulheres no mercado de trabalho, que foi respondida pelo governo dos Estados Unidos com poucas políticas para solucionar o conflito trabalho-família criado pelo influxo de mulheres na força de trabalho. A legislação estadunidense não garante licença maternidade paga, dias pagos de doença, limites de horas extras obrigatórias ou direito de solicitar flexibilidade no tempo de trabalho sem retaliação, o que dificulta a conciliação entre a maternidade e a vida profissional. Por isso, essas

---

[20] THRUPKAEW, Noy. Washington Post*, Are au pairs cultural ambassadors or low-wage nannies? A lawsuit enters the fray*. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2017/03/au-pair-program-abuse-state-department-214956> Acesso em: 17 dez. 2017.

mulheres encontram no programa *Au pair* uma solução estratégica flexível e economicamente acessível (CHUANG, 2013, p. 276), de modo que somente no ano de 2017, 20.353 *au pairs* iniciaram o programa *Au pair* nos Estados Unidos (ILR, 2018, p. 4).

Apesar de reconhecer que o *Au pair* atende uma necessidade urgente de serviço de assistência à infância, organizações dos Estados Unidos relutam em reconhecer *au pairs* enquanto trabalhadoras, o que acaba por perpetuar uma divisão internacional do trabalho baseada na concentração de mulheres migrantes temporárias desamparadas no que tange aos direitos trabalhistas locais. Essa relutância norte-americana, fundamentada na aplicação seletiva dos diferentes regimes jurídicos referentes à migração, é resultado das leis restritivas de imigração e do protecionismo das fronteiras do país, que pretende evitar a permanência de trabalhadoras domésticas no país dentro de um regime que não seja provisório (CHUANG, 2013, p. 279).

Isto é, a combinação das restrições contínuas à migração com o endurecimento das políticas de contratação de imigrantes resultaram em um nicho de mercado que garante a rotação constante de jovens mulheres que se encarregam das necessidades de cuidados infantis e algum trabalho doméstico sob o *status* de "não-imigrante". O programa revela uma atitude ambígua: apesar de o Estado criminalizar a força de trabalho não qualificada e geralmente empobrecida que entra nos Estados Unidos em busca de trabalho e os denotar "imigrantes ilegais", simultaneamente legaliza e promove a mobilidade de mulheres qualificadas para cobrir o trabalho doméstico a baixo custo enquanto seu *status* de "não-imigrante" é reiterado (PÉREZ, 2015, p. 203 e 206).

Segundo o Instituto Americano de Estudos Estrangeiros (AIFS), as *au pairs* são membros da família anfitriã e a “a regulamentação do programa como programa de trabalho estrangularia a relação especial entre a família de acolhimento e a *au pair* e resultaria em danos à missão de intercâmbio educacional e cultural" (CHUANG, 2013, p. 283). Dessa forma, segundo o governo estadunidense, as *au pairs* recebem uma compensação financeira pelo seu trabalho que está de acordo com o *Fair Labor Standards Act* (Lei Padrão de Trabalho Justo), conforme interpretado e implementado pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. A respeito da nomeação dessa compensação financeira, Janie Chuang aponta que:

> A partir do momento em que o salário da *au pair* é enquadrado como uma “bolsa-auxílio” com valor substancialmente menor que o salário vigente no mercado, o programa de *au pair*, enquanto trabalho doméstico privado, enfraquece a noção de que o trabalho doméstico é, sim, um trabalho, sinalizando que o trabalho doméstico é uma exceção às normas laborais. O fato de o local de trabalho doméstico ser uma casa, um ambiente privado, é mais uma razão para excluir o trabalho doméstico de maiores

> observações críticas partindo do pressuposto que o domínio privado é, ou deve ser, livre da intrusão do governo. Tal exclusão aplica-se no contexto do programa *Au pair* nos Estados Unidos, apesar de o programa ter sido criado e ser regulamentado pelo Estado. (2013, p. 317)

Ainda sobre o assunto, Chuang continua afirmando que perceber o trabalhador doméstico como um intercambista pode desempenhar um papel significativo em aliviar o desconforto de levar relações mercantis para dentro de casa, visto que "a noção de hospedar um intercambista é mais reconfortante do que a ideia de empregar um estrangeiro" (2013, p. 314).

Também é importante destacar que enquanto a *au pair* desembolsa apenas 500 dólares para participar do programa, para a família anfitriã o programa tem um custo de aproximadamente 20 mil dólares por ano, a depender da agência escolhida. Na *Au pair* Care[21], por exemplo, o custo anual do programa é de $18.508. O valor parece alto, entretanto, é uma economia considerável em relação ao custo anual médio de uma babá em tempo integral que em Washington D.C por exemplo é de 45 mil dólares[22]. Dessa forma, em comparação com outas opções de assistência à infância, o programa *Au pair* oferece economias consideráveis de custo para famílias com múltiplas crianças, visto que o salário semanal de *au pair* é o mesmo, independentemente do número de filhos (CHUANG, 2013, p. 288). Além disso, empregar uma *au pair* acaba por simbolizar *status*, partindo do ponto que para terceirizar a assistência à infância é necessário verba para tal. O *status* de "ter uma *au pair*" é paradoxal "uma vez que esta forma mais barata de assistência à infância também é percebida como a mais alta em *status*" (SCHULTES, 2010, p. 88).

Para além das propriedades e contradições do programa, é necessário também entender de que modo as potenciais *au pairs* tomam conhecimento da existência do programa, quais os motivos as levam a escolher o *Au pair* dentre tantas outras opções de mobilidade, bem como compreender a dinâmica de trabalho e de contato dessas jovens com seu país de origem durante o intercâmbio. Uma série inumerável de questões, que merece uma exploração mais abrangente e aprofundada, atravessa a vivência dessas mulheres dentro do programa. Neste trabalho serão exploradas especificamente as experiências vivenciadas por mulheres brasileiras.

---

[21] Custos do Programa *Au Pair* para uma *host family*. Disponível em: <https://www.aupaircare.com/host-families/program-costs>. Acesso em: 14 mar. 2018.

[22] Esses valores foram relatados em uma pesquisa sobre Salários e Benefícios das *nannies* encomendada pela *International Nanny Association*, em 2011. Disponível em: <https://nanny.org/production/wp-content/uploads/2013/12/2011-Salary-Summary.pdf> Acesso em: 11 abr. 2019.

2.3 *Au pairs* brasileiras nos Estados Unidos

Apesar de o Brasil ter participado do circuito das migrações internacionais desde o século XIX – como país destino das correntes migratórias da Europa e Ásia –, somente nas décadas de 1980 e 90 percebeu-se, pela primeira vez, uma inflexão no processo emigratório internacional. Isso não significa que brasileiros não emigravam anteriormente, visto que, especialmente durante os anos mais repressivos do regime ditatorial no Brasil, aproximadamente 3.000 refugiados políticos deixaram o país. No entanto, essa migração de refugiados teve pequena expressão numérica, isto é, apesar de configurar emigração, não configurou uma corrente migratória visto que não consistiu em "um fluxo contínuo, conectado por redes sociais e de proporções significativas" (SALES, 1999, p. 13).

Durante a intensificação no fluxo emigratório nos anos 1990 e no início dos anos 2000, foi amplificada a "exportação" do melhor "produto" do território brasileiro: a sua própria população. Jovens cidadãos brasileiros "nos quais o nosso (embora precário) *Welfare State* investiu em educação e saúde e que, no momento mais precioso de suas vidas, vão realizar alhures um trabalho geralmente aquém de sua qualificação profissional" (SALES, 1999, p. 14).

No Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou 500 mil brasileiros morando fora do país (MARTES, 2016, p.32). No entanto, segundo estimativas[23] do Ministério das Relações Exteriores, pressupõe-se a existência de até 3,7 milhões de emigrantes brasileiros. Dentre estes milhões de brasileiros vivendo no exterior, 1,4 milhão residem nos Estados Unidos, país que, há anos, ocupa o primeiro lugar no pódio da preferência nacional.

Em matéria[24] publicada no *website* da Revista Época, ainda segundo os dados do Governo Federal, de 2007 a 2015, a quantidade estimada de brasileiros que vivem nos Estados Unidos saltou de 1.240.000 para 1.410.000, um aumento de 13%. Partindo do pressuposto que crises operam como agente de expulsão na migração, é possível deduzir que, em 2015, a emigração voltou a ser pauta na imprensa brasileira devido à crise econômica que se aprofundou durante aquele ano. Índices altos de desemprego e a retração da economia brasileira somados à retomada do crescimento econômico dos Estados Unidos fizeram com que brasileiros voltassem

---

[23] MRE. Censo IBGE estima brasileiros no exterior em cerca de 500 mil. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/censo-ibge-estima-brasileiros-no-exterior-em-cerca-de-500-mil/?searchterm=3%20milh%C3%B5es> Acesso em: 11 abr. 2019.

[24] Mais de 1 milhão de brasileiros vivem nos EUA, segundo o Itamaraty. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/08/mais-de-1-milhao-de-brasileiros-vivem-nos-eua-segundo-o-itamaraty.html> Acesso em: 22 out. 2018.

a sair do Brasil. Ao dizer "voltassem a sair do Brasil", ressalta-se o fato de que a partir de 2008 foi divulgada, pelo Ministério das Relações Exteriores, a ocorrência de uma migração de retorno, ocasionada pelo crescimento econômico do Brasil combinado com crises consecutivas dos Estados Unidos (MARTES, 2016, p. 32 e 33).

Entretanto, o fator econômico raramente é a exclusiva razão a fazer com que um cidadão decida sair do seu país. Como explicam Valéria Magalhães e José Renato Araújo, "imigrar é sempre uma resolução multicausal" que combina "fatores macroestruturais com outras dimensões sociais e do próprio sujeito que explicam esses fluxos (MAGALHÃES, ARAÚJO, 2016, p. 38). Dessa forma, perceber a emigração como um fenômeno que não é estritamente econômico significa evidenciar que, na verdade, existe um enorme leque de motivações que orienta migrantes, desde sua infância até o momento da decisão de migrar. Especificamente no caso brasileiro, as características mais marcantes e visíveis dessa emigração é que ela é composta por brasileiros de classe média baixa, "que são atraídos pelo sonho de consumo e estilo de vida nos Estados Unidos e que enxergam pouca possibilidade de satisfazer suas expectativas no Brasil; ou, pior ainda, eles se veem diante de um risco iminente de pobreza ou declínio em sua mobilidade social familiar" (MARTES, 2011, p. 3).

Como neste trabalho vamos falar mais especificamente de brasileiras jovens do gênero feminino, cabe dizer que, especificamente para jovens, por vezes, a migração é percebida como uma oportunidade de investimento pessoal de baixo risco, como uma opção fundamentada no pensamento: "O que eu tenho a perder?". Como aponta Maxine Margolis no prefácio do Livro *New Immigrants, New Land: a study of brazilians in Massachusetts*, "uma vez que as despesas de emigração geralmente estão ao alcance, os imigrantes brasileiros têm a chance de experimentar um país estrangeiro e, se as coisas não funcionarem, eles podem voltar para casa" (2011, XII, Prefácio).

Diante disso, para melhor compreender a participação de jovens mulheres brasileiras no programa *Au pair*, foram realizadas 11 entrevistas de história oral com participantes brasileiras do programa com o objetivo de analisar de que forma o *Au pair*, formalmente classificado como intercâmbio cultural, pode servir como porta de entrada para imigração, implicando a permanência das participantes nos Estados Unidos após o término do intercâmbio sob uma variedade de situações. Por intermédio das entrevistas foi possível analisar as experiências dessas mulheres nos Estados Unidos, pesquisando desde a motivação das participantes no que se refere à escolha pelo programa até a decisão de permanecer, definitivamente, no país após o término do contrato de trabalho, buscando compreender as estratégias usadas pelas jovens para subverter a finalidade alegada do programa.

As entrevistas seguiram um roteiro temático a fim de que fossem relatados "detalhes da história pessoal do narrador que interessam por revelarem aspectos úteis à instrução dos assuntos centrais" (MEIHY&RIBEIRO, 2011, p. 89). Mas também foi aberto espaço para que as depoentes dissertassem livremente sobre suas experiências, permitindo que temas e categorias não previstas antecipadamente fossem contemplados.

Optou-se por proteger a identidade das depoentes visto que, no primeiro contato, ao explicar do que se tratava a pesquisa e perguntar se elas tinham interesse em participar das entrevistas, algumas das mulheres perguntaram se o nome delas apareceria em algum documento. Para algumas mulheres, a preocupação com a exposição da sua identidade se deve ao fato de terem vivenciado algum tipo de ilegalidade durante sua vivência no exterior – violações tais como trabalhar como *babysitter* mesmo com *status* de estudante, que proíbe qualquer tipo de emprego fora do *campus* durante o primeiro ano de curso.

Uma entrevistada, em especial, Úrsula, após aceitar o convite para participar de uma entrevista, explicou o porquê de não querer que o seu nome fosse divulgado:

> Eu casei. Tô casada há quase um ano, quase ninguém no Brasil sabe. Só a minha família e os amigos mais próximos, então eu não queria que as pessoas soubessem. Eu gosto da minha privacidade, eu não queria que as pessoas ficassem achando que eu casei por *green card,* daí eu não contei pra ninguém. Por isso eu não queria que o meu nome ficasse exposto e as pessoas soubessem que sou eu. (Úrsula)

Já uma outra jovem, a Cristina, que experimentou o *status* de indocumentada durante quase dois anos, disse que não se importava se o seu nome verdadeiro fosse usado:

> Ah, não, não me importo. Eu não me importo nem um pouco, porque agora eu tô aqui legalmente, não vai voltar (nenhuma consequência) pra mim, nada. Eu não tenho problema. Se eu tivesse ilegalmente aqui, eu ia dizer "troca o nome", mas como eu não tô, tanto faz pra mim. Isso realmente foi coisa que eu vivi. Gostaria de ter feito diferente, de ter pensado um pouco mais, de ter estendido o meu visto pra não ter essa sensação de que eu fiz coisa errada no passado. Mas eu já fiz, não dá pra voltar atrás.

Tive fácil acesso às depoentes pois a minha experiência de 18 meses como *au pair* me propiciou um amplo ciclo de amizade com outras *au pairs*, entre as quais várias continuaram nos Estados Unidos após o término do programa e, então, se encaixaram enquanto sujeitos da minha pesquisa. Entre as 11 mulheres entrevistadas, seis procederam do meu círculo pessoal, visto que as conheci durante a minha experiência como *au pair*; e as outras cinco foram contatadas após voluntariarem-se para participar da entrevista ao responder o questionário.

Optou-se por entrevistar jovens que se encaixassem nas três categorias a seguir: 1) as que se casaram e possuem um *green card*, 2) as que trocaram o *status* para estudante e passaram

a frequentar universidades estadunidenses, 3) e ainda as que optaram por continuar a residir no país indocumentadas. Tal escolha foi resultado de uma suposição gerada através da minha observação pessoal, visto que enquanto *au pair* e membro de fóruns online de *au pairs*, percebi que essas eram as três opções mais recorrentes entre as jovens que continuavam a residir no país após o término do programa. E essa hipótese foi confirmada por meio dos dados coletados nos questionários.

De acordo com os dados coletados nos questionários, a maioria das brasileiras continua a residir nos Estados Unidos após casar-se com um(a) nativo(a). Em segundo lugar, aparecem aquelas que trocaram o *status* para estudante, sendo seguidas pelo *status* de turista. Entretanto, o *status* de turista, na maioria dos casos, tem duração de apenas seis meses e acaba por ser utilizado como uma estratégia provisória para conseguir mais tempo – e consequentemente dinheiro – em solo norte-americano. Por isso, foram entrevistadas as brasileiras indocumentadas, que se apresentaram como o quarto *status* mais recorrente.

Os questionários foram aplicados em março de 2018 e buscaram abarcar diferentes aspectos da migração de *au pairs* brasileiras para os Estados Unidos tais como: os motivos da escolha dos Estados Unidos como país de destino para o intercâmbio, o motivo da escolha bem como a duração do intercâmbio, a motivação da decisão de permanecer no país após o término do contrato de trabalho, dentre outros. Para confecção e aplicação eletrônica dos questionários foi feito uso da ferramenta *Google Forms*.

O questionário tem linguagem clara e simples e a maioria das perguntas tem respostas de múltipla escolha com as alternativas previamente previstas. Conforme Rocha-Trindade (1995, p. 129) "um bom conjunto de perguntas é o resultado de muitas horas de trabalho inicial, conduzindo à formulação mais adequada e mais precisa possível dos itens nele incluídos". Ou seja, devem ser eliminadas ambiguidades e devem ser reduzidas as situações de rejeição antes de se chegar à elaboração definitiva do questionário. O modelo do questionário está incluído como apêndice na presente dissertação.

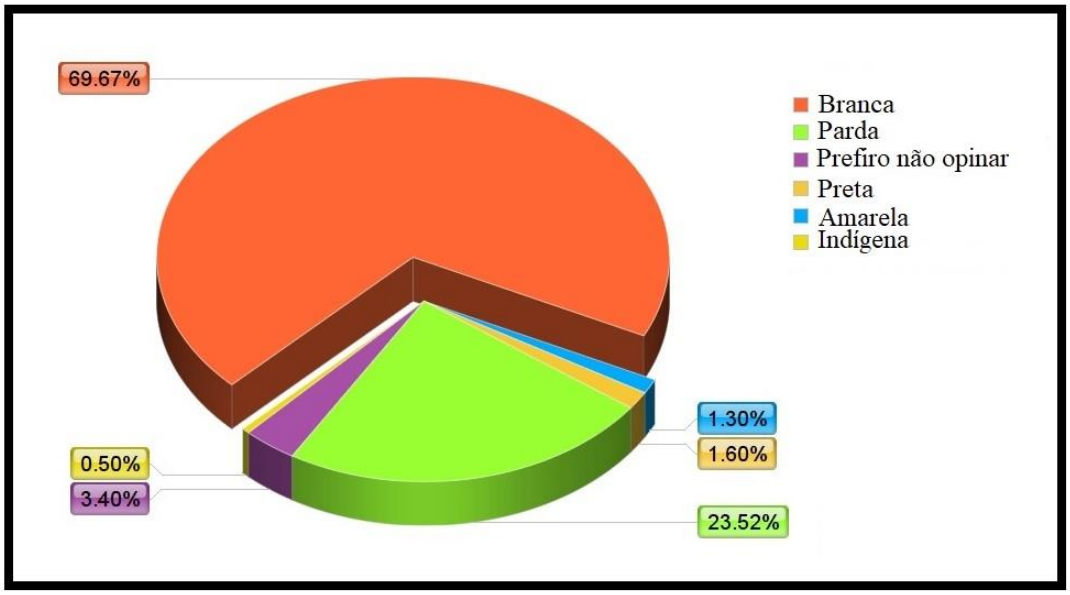
O questionário ficou disponível para ser respondido por três semanas, do dia 5 até o dia 26 de março de 2018, e ao final desse período, acumulou 378 respostas. No final do questionário, havia um espaço que perguntava: "Você teria interesse de participar de uma entrevista longa para contar sua experiência no Programa *Au pair*? Caso sim, informe seu e-mail abaixo". Dentre as 378 mulheres que responderam os questionários, 140 se dispuseram a participar de uma longa entrevista. O fato de 37% das respondentes se prontificarem a narrar sua trajetória de forma mais detalhada evidencia o desejo dessas jovens de compartilhar suas experiências no programa – embora, em razão do tempo, esse número seja muito superior à

possibilidade de entrevistas no presente projeto.

Os convites para que os questionários fossem respondidos foram disponibilizados em fóruns no Facebook que são compostos exclusivamente por mulheres brasileiras que já foram, são ou almejam ser *au pairs* nos Estados Unidos ("*Au pair*-Grupão[25] e o "*Au pair* – Grupão do Amor ♥[26]"). Parte desta pesquisa consiste em analisar a importância das redes digitais de relacionamento para o deslocamento das mulheres – redes que, nesse caso, são representadas pelos fóruns online – visto que é através dessas plataformas que circulam as informações que conectam os sujeitos da pesquisa.

Inclusive, para melhor compreender os sujeitos da pesquisa, no início dos questionários havia uma série de perguntas – referentes a idade, estado de origem e cor – a fim de desenhar um perfil socioeconômico das mulheres que participam do intercâmbio.

Gráfico 1 – Cor ou raça declarada pelas mulheres brasileiras que foram ou são *au pairs*

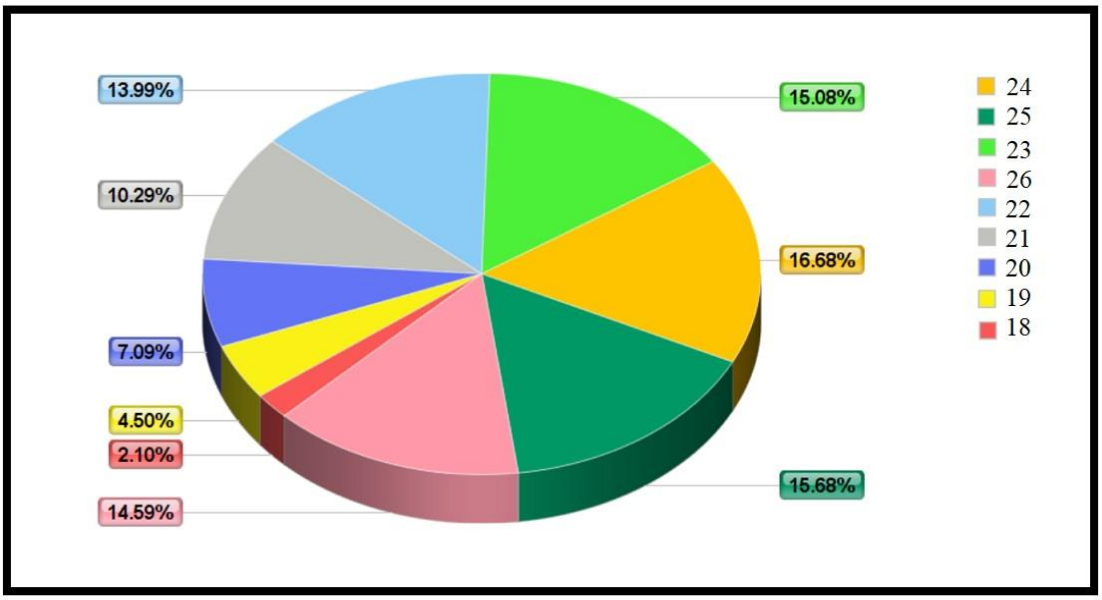


Fonte: Elaborado pela autora

Dentre as 378 respondentes, 263 (69,67%) se declararam brancas, enquanto 89 se declararam pardas. Em seguida, seis mulheres se declararam pretas; cinco, amarelas; e duas, indígenas. Além de treze mulheres que preferiram não opinar. Na pergunta seguinte, as jovens foram questionadas quanto a sua idade.

[25] Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/FaceAuPair/>. Acesso em: 20 mar. 2018
[26] Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/aupairdoamor//>. Acesso em: 20 mar. 2018

Gráfico 2 – Idade em que as mulheres brasileiras desembarcaram nos Estados Unidos para iniciar o intercâmbio



Fonte: Elaborado pela autora

Como mencionado anteriormente, podem se candidatar ao programa *Au pair* apenas mulheres entre os 18 e 26 anos. As jovens de 18, 19 e 20 anos representam, respectivamente, grupos pequenos de 2,1%, 4,5% e 7,10%. A maior parte das mulheres divide-se em grupos de faixas etárias de tamanhos similares, sendo 24 anos a idade em que o maior grupo de mulheres embarca para os Estados Unidos – 63 mulheres, o que corresponde a 16,70% das respondentes; sendo seguido por mulheres de 25 anos, que representam 15,6%.

Enquanto várias *host families* aceitam apenas meninas maiores de 21 anos por acreditarem que a idade está relacionada com maturidade e com uma possível maior experiência como motorista; outras famílias dão preferência a meninas menores de 21 anos, devido ao fato de, nos Estados Unidos, essas meninas não poderem ingerir bebidas alcoólicas, de modo que isso poderia significar um maior foco no trabalho e menor possibilidade de acidentes de trânsito relacionados ao consumo de álcool.

No website "*Au pair Mom*[27]" (Mãe de uma *au pair*), as *host moms* – isto é, as mães das crianças das quais as *au pairs* cuidam – compartilham conselhos e ideias com *host parents* que querem ter um bom relacionamento com as *au pairs*. No post "*Would you choose an older au*

[27] Disponível em: <www.aupairmom.com> Acesso em: 25 out. 2018.

pair? Poll[28]" (Você escolheria uma *au pair* mais velha? Enquete), as *host moms* debatem sobre qual é, supostamente, a "idade ideal" da *au pair*. Apesar de a maioria das mães anfitriãs acreditarem que a idade não é o principal fator a ser observado na escolha da *au pair*, as opiniões são divergentes – 73 *host moms* comentaram nessa postagem. Enquanto uma *host mom,* sob o usuário AFHostMom, comentou:

> Nossa única diretriz de idade (e talvez seja injusto) é que não vamos escolher uma *au pair* abaixo de 20 anos – preferimos 21 anos ou mais. Estou curiosa para entender o porquê das pessoas possivelmente não aceitarem candidatas mais velhas – preferimos uma *au pair* mais velha por causa da maturidade e da experiência que ela pode trazer. Aos 34 anos, somos pais relativamente jovens, e, com a candidata certa, uma pequena diferença de idade entre nós seria um bom fator em nossa casa.

Uma outra *host mom*, HRHM, apontou os benefícios de uma *au pair* com menos de 21 anos:

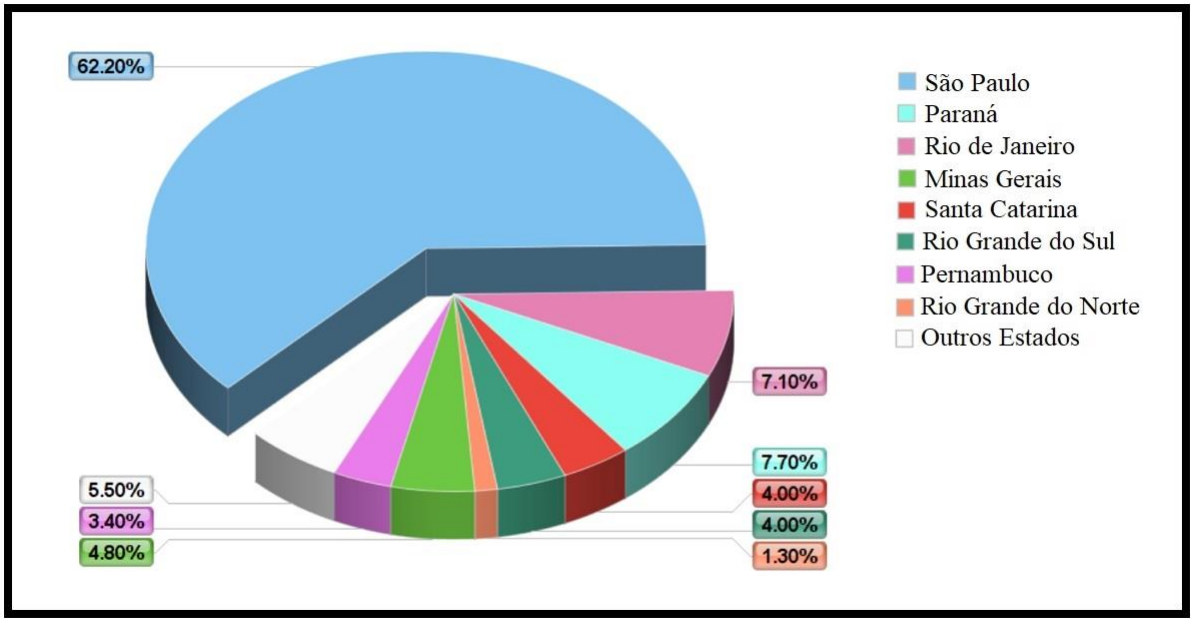
> Tenho certeza de que estou em minoria quando digo que quanto mais jovem, melhor. Eu prefiro uma *au pair* interessada em ser um membro da família e acho que com *au pairs* mais velhas e mais "independentes", elas realmente não passam tempo conosco, a menos que estejam no relógio (trabalhando). Eu também sinto que aos 25 ou 26 anos uma pessoa deve se estabelecer em uma carreira duradoura e seguir nessa direção. Essa falta de pensamento objetivo e ambição me fazem repensar. Eu também gosto do fato de que, com o grupo de sub-21, posso apenas dizer "sem bebidas" e não ter que me preocupar com o fato que de minha *au pair* pode dirigir embriagada ou ficar de ressaca na segunda-feira de manhã.

Mas deixando de lado o fator idade e retomando o perfil socioeconômico das *au pairs*, a pergunta seguinte em nosso questionário era referente ao estado de origem das participantes.

---

[28] Disponível em: <http://aupairmom.com/how-do-you-feel-about-older-aupairs/2012/03/25/celiaharquail/>. Acesso em: 25 out. 2018

Gráfico 3 – Estado de origem das *au pairs* brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora

Segundo dados dos questionários, dentre as 378 respondentes, 253 jovens – o que corresponde a 62,2% das respostas – declararam ser São Paulo seu estado de origem. Logo após São Paulo, o segundo estado com maior taxa de participação no programa é o Paraná (7,7%) sendo seguido pelo Rio de Janeiro (7,1%) e Minas Gerais (4,8%). A região com menor participação foi a região norte, com apenas 0,3%. Sendo seguida pela região centro-oeste com 1,6%. Enquanto isso, o nordeste acumula 6,4% de participação e o sul, 15,7%. A região sudeste abarca os estados de origem da grande maioria das participantes: 74,9%.

Esses dados coincidem com os apresentados pelo Censo Brasileiro Demográfico de 2010. Segundo o IBGE (2010), a região do país que mais participa no fluxo migratório é a região sudeste (representando 49% desse fluxo), sendo seguida pela região sul e, logo após, a região nordeste. O censo demográfico apontou ainda que a respeito da imigração com destino aos Estados Unidos, os viajantes costumam partir de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo e Paraná. No caso específico das *au pairs* brasileiras, quatro desses cinco estados citados pelo IBGE aparecem também como estados que mais enviam *au pairs* para os Estados Unidos

É importante entender quem são essas mulheres e de onde elas vêm, mas é também de extrema importância entender o que as leva a escolher o programa *Au pair* e o porquê, dentre tantas opções de países, escolher os Estados Unidos.

2.3.1 *Por que ser au pair nos Estados Unidos?*

Apesar de levar uma vida confortável e frequentar a faculdade no Brasil, Cristina[29], que desde os seis anos sonhava com os Estados Unidos, sentia-se inquieta e desejava conhecer mais do mundo. O fim de um longo relacionamento somado à fascinação pelos Estados Unidos e a vontade de aprimorar o inglês foram, segundo a jovem, os principais motivos que a levaram a sair do Brasil.

> Cristina: Na época que eu saí do Brasil, eu tinha terminado um namoro e era mais uma corrida contra tudo que eu tava deixando pra trás, não queria ligação com nada. E aí achei que correr pra outro país ia ajudar (risos), mas você sabe tão bem quanto eu que não funciona assim. Você vem, mas seus problemas vem com você.
> Entrevistadora: Mas então qual tu dirias que foi o principal motivo que te levou a participar do programa?
> Cristina: O primeiro motivo que me levou a procurar uma opção para sair do país foi o fato de eu ter terminado um namoro de onze anos. Foi bem difícil, mas já tava acabado, eu que não queria aceitar (risos), e essa foi uma razão, eu queria largar isso e fui procurar sobre o programa. A segunda é que eu sempre sonhei em vir pros Estados Unidos desde que eu tinha uns seis anos de idade e uma amiga foi e eu fiquei com essa coisa na cabeça, queria ir. Aí depois vem toda aquela coisa de que tudo acontece aqui nos Estados Unidos primeiro e depois vai pro Brasil, então eu queria estar no lugar onde acontecem as coisas. Essa foi a segunda razão. A terceira e última é que eu não sentia que eu falava bem inglês, e eu queria poder abrir a boca e dizer "eu falo inglês fluentemente".

No entanto, sabe-se que existem inúmeras opções de intercâmbio de estudo e trabalho, programas mais curtos com duração de três meses ou mesmo pacotes de turismo dentre as outras inúmeras possibilidades que poderiam levar a jovem para os Estados Unidos. Então por que a escolha pelo programa *Au pair*? Segundo Cristina, o preço do intercâmbio foi o fator decisivo.

> A minha amiga comentou assim "Cristina, você tá querendo sair do Brasil, né? Por que você não faz um intercâmbio?", eu falei "Não, mas intercâmbio é muito caro, eu não tenho dinheiro pra isso, sou pobre" (risos) e ela disse "Não, tem um programa que você vai lá, eu não sei direito como é, mas você estuda e trabalha e é barato" e eu falei "Nossa, vou procurar". E eu comecei a procurar que nem doida intercâmbios pra gente pobre (risos). Mas é verdade. A gente pobre tem que procurar intercâmbios pra gente pobre, então eu fui procurar e achei esse programa que, na época, ia me custar 5.000 reais. E aí a *host family* pagava minha passagem, pagava meu seguro de saúde... Meu pai pagou os 5.000 reais e eu trouxe uns 400 dólares, que na época eu troquei acho que 1.000 ou 1.400 reais, tava 2,80 o dólar mais ou menos. Então, no geral, o que eu gastei foi mais ou menos em torno de 5.000 reais, e 5.000 cabia no bolso. Pensei "Terminei a faculdade, não preciso trabalhar logo de cara, vou fazer um ano daqueles que o pessoal faz na Europa". (Cristina)

[29] Entrevista realizada no dia 27 de junho de 2018 com duração de uma hora e seis minutos. Cristina é um nome fictício.

Apesar de pertencer a uma classe econômica diferente[30] da Cristina, o custo do intercâmbio também foi o que levou Carol a optar pelo programa *au pair*, juntamente com a necessidade de aprimorar suas habilidades na língua inglesa. Em 2015, Carol trabalhava como secretária bilíngue numa multinacional, em São Paulo, e sonhava em ser comissária de bordo, de modo que tanto o seu trabalho como secretária como seu trabalho dos sonhos exigiam fluência no inglês.

> Eu vim pra cá pros Estados Unidos pra falar inglês justamente pra ser fluente. Eu já tinha estudado, eu tinha pago uma escola particular na cidade onde eu morava no Brasil. Eu me interessava pela língua, só que eu fazia duas aulas na semana, às vezes três aulas. Cada aula durava uma hora e não era suficiente pra eu me sentir confortável pra falar a língua. Então o principal motivo que me trouxe pra ser *au pair* – além da minha vontade de viajar, porque eu já tinha acabado a faculdade e nada me impedia de sair do Brasil – foi o inglês. (Carol)

Com foco no aprendizado do idioma, ainda enquanto trabalhava para a multinacional, Carol viajou para São Francisco, Califórnia, durante suas férias de trabalho para um intercâmbio de quatro semanas. No entanto, o programa custara a Carol 10.000 reais, e a jovem não queria desembolsar a mesma quantia novamente, de forma que achou no *Au pair* uma opção viável para alcançar seu objetivo. "Em um mês, num curso de férias, eu gastei 10.000 reais. E esses 10.000 reais eu gastei pra ficar só quatro semanas. Quando eu fui *au pair*, eu fiquei dois anos inteiros e não gastei nem metade", explica a jovem.

No caso da Bárbara, que aos 24 anos já havia estudado o idioma durante sete anos em um curso particular, foi a dificuldade em arrumar emprego no Brasil que a levou a buscar uma opção para sair do país.

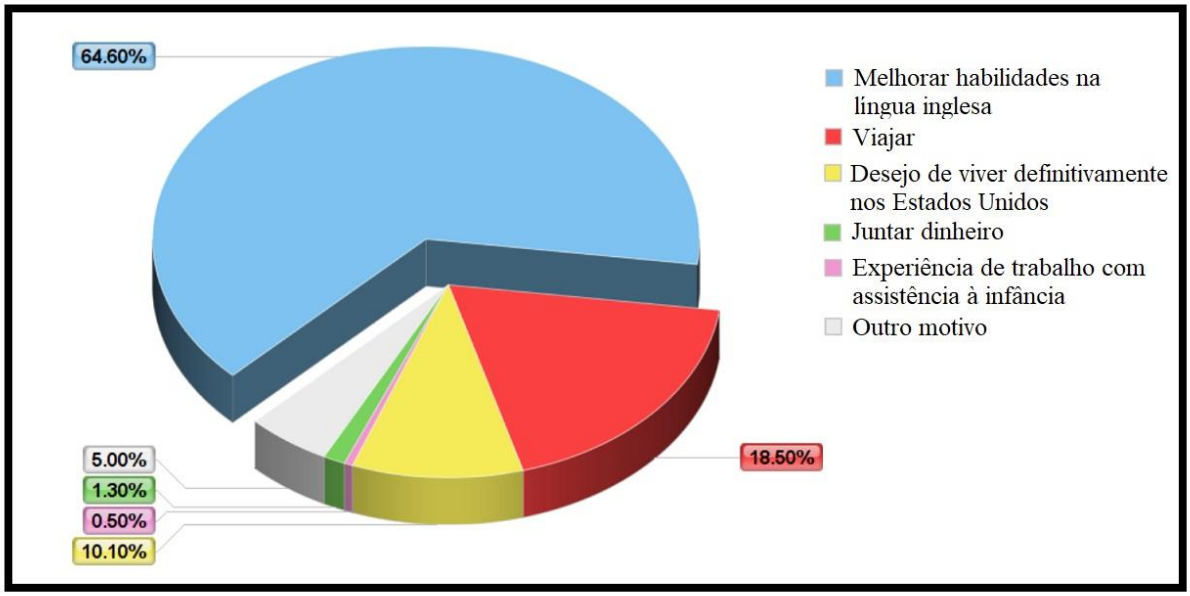
> No Brasil, eu sou formada em Engenharia Civil, tenho uma pós-graduação em Gestão de Projetos. Eu me formei em 2015 e desde então eu tava desempregada. Eu fiz uma Pós e mesmo assim continuou difícil pra arrumar emprego. A minha mãe tem um comércio, então eu tava ajudando ela no comércio esse tempo todo. Aí uma amiga minha tinha vindo pros Estados Unidos como *au pair* uns cinco anos atrás. Eu entrei em contato com ela pra saber como ela tinha feito pra vir pra cá, porque ela tava aqui até hoje, e ela me falou sobre o programa e me colocou no Grupão. Foi quando eu comecei a pesquisar. Eu fui na mesma agência que ela foi, ela era da minha cidade, e procurei saber sobre o programa e decidi fazer. Como eu trabalhava com a minha mãe, ela tava cobrando muito uma atitude minha, dizia que o comércio ia ser meu depois, que era pra eu decidir se eu ia assumir a loja ou não e que se não fosse, era pra eu seguir minha vida. Eu não queria cuidar de comércio, aí eu disse pra ela "Olha, eu não quero. Vou tentar ser *au pair* nos Estados Unidos e depois eu resolvo o que faço da minha vida". No começo ninguém da minha família aceitou, mas depois eles foram

[30] É importante ressaltar que existem *au pairs* brasileiras de diferentes classes econômicas. Enquanto muitas participantes já haviam visitado os Estados Unidos mais de uma vez como turista antes do intercâmbio, algumas outras não tinham condições financeiras para arcar com os custos de uma viagem internacional, de modo que percebiam o programa *Au Pair* como única opção acessível de mobilidade internacional.

concordando com a ideia. (Bárbara)

Inclusive hoje, morando nos Estados Unidos, Bárbara alega que o mercado de trabalho brasileiro é um dos motivos que a leva a não querer voltar para o país. “Se eu voltar pro Brasil como engenheira, vou arrumar um emprego e ganhar no máximo 4.000 reais por mês”, diz a jovem.

Gráfico 4 – Principal motivo que levou mulheres brasileiras a escolherem o programa *Au pair*



Fonte: Elaborado pela autora

No questionário aplicado, com 378 respondentes, quando questionadas sobre o principal motivo que as levou a decidir ser *au pair*, a grande maioria das mulheres, 64,60%, respondeu que a vontade de melhorar suas habilidades na língua inglesa foi o principal motivo; sendo seguido por viajar, 18,50%; e, em terceiro lugar, o desejo de viver definitivamente nos Estados Unidos. Caso marcasse a opção “outro motivo”, a jovem poderia especificar o motivo, e entre as respostas apareceram: falta de futuro no Brasil; amadurecimento e conhecimento; sair de casa; crescer como pessoa; desejo de dar um tempo da vida acadêmica e um relacionamento mal resolvido que ainda tinha esperança que desse certo; desemprego; ganhar vivência internacional para minha carreira, dentre outros.

Em julho de 2018, uma publicação no “*Au pair* – Grupão do Amor ♥[31]” criada por uma

[31] Os fóruns online de au pairs brasileiras no Facebook serão melhor explicados ao longo do segundo capítulo.

das administradoras do fórum perguntava: “Por que você quer/quis ser *Au pair*?”. Neste grupo são comuns postagens com pedidos de conselho, desabafos, enquetes a respeito de tópicos relacionados a experiência do intercâmbio e mesmo postagens de humor referentes ao trabalho de assistência à infância. Entre os 181 comentários que respondiam essa questão foram mencionados os mais diversos motivos, desde fluência no inglês e viagens até desejo de fugir da realidade e sair do Brasil.

Figura 2 – Publicação no “*Au pair* – Grupão do Amor ♥” sobre as motivações das mulheres brasileiras no que diz respeito a escolha do programa *Au pair*

Fonte: Reprodução/Facebook

Enquanto alguns comentários evidenciam o desejo da fluência em língua inglesa e vivência internacional, outros comentários brincam ser a motivação do intercâmbio a vontade de “beijar umas boca gringa”, isto é, se relacionar com nativos. Um dos comentários ironiza, ainda, a motivação alegada pelas participantes às agências e famílias anfitriãs: “Pra HF é pq I loveee kids hahaha” (“Pra *host family* é porque eu amo crianças hahaha”). A variedade das respostas, que abarca desde humor até ressentimento, contida nessa postagem só reitera que a decisão de emigrar dificilmente é motivada por um único fator. Na maioria das vezes, essa

decisão é tomada frente a um conjunto de circunstâncias que vão desde o início ou fim de um ciclo de vida – o fim de um relacionamento e o início da vida de solteiro, por exemplo –, até fatores profissionais ou familiares.

Ao desenhar um perfil dos brasileiros que emigram para Massachusetts, Ana Cristina Braga Martes (2011) combinou os dados demográficos com as variáveis das razões para emigrar e classificou três perfis mais comuns. O primeiro – e maior – grupo é formado por brasileiros, em sua maioria jovens adultos, que emigram com o objetivo de aumentar seus salários e poder de consumo a fim de, um dia, voltar para o Brasil e investir o dinheiro recém-conquistado, bem como por brasileiros que passam por dificuldades financeiras no Brasil e emigram a procura de melhores empregos. Já o segundo grupo abrange pessoas que emigram com o propósito de aumentar o seu capital humano, isto é, uma busca por novas habilidades e conhecimentos, especialmente a vontade de aprender a língua inglesa e vivenciar a imersão em uma nova cultura. Esse segundo grupo é composto majoritariamente por jovens mulheres e mulheres mais velhas com níveis mais alto de educação, e também alguns jovens homens. E, por último, o terceiro grupo é composto por brasileiros que emigram com o objetivo de se reunir com a sua família ou acompanhar um membro familiar, sendo composto, em sua maioria, por crianças e idosos (BECKER, 1993 *apud* MARTES, 2011, p. 58 e 59).

Analisando as respostas dos questionários aplicados em nossa pesquisa, mais de 80% das jovens brasileiras afirmam que aprender o inglês e viajar pelo território estadunidense foram os motivos principais que as levaram a querer sair do país. Isto posto, pode-se dizer que a grande maioria das brasileiras que participa do programa *Au pair* enquadra-se no segundo grupo, visto que almejam buscar novas habilidades e conhecimentos, bem como vivenciar novas culturas.

Todavia, tanto o inglês quanto as novas experiências e conhecimentos poderiam ser alcançados em outros países como Irlanda, Inglaterra ou Canadá, então por que escolher os Estados Unidos? Estudos recentes apontam que a atração exercida por países capazes de produzir padrões culturais globais é um fator a ser observado. No caso brasileiro, a atração pelos Estados Unidos se deve, em parte, pela expansão dos padrões socioculturais desse país para o Brasil que precedeu o período de internacionalização da produção e a reestruturação produtiva iniciada na década de 1970, posto que a fascinação pelos Estados Unidos teve origem ainda nos anos 1940 com a implementação bem-sucedida da Política de Boa Vizinhança, desenvolvida durante o governo Roosevelt, que utilizou do rádio e do cinema para gerar interesse e simpatia pelo estilo de vida norte-americano (MARTES, 2011, p. 24 e 25).

Ainda a respeito da escolha específica pelos Estados Unidos, Ana Cristina Braga Martes explica que, mesmo que o emigrante opte por deixar um emprego de prestígio no Brasil para

trabalhar em uma função que ele jamais cogitaria desempenhar no seu próprio país, essa escolha pode ser compreendida quando analisado o deslumbramento do brasileiro pelo estrangeiro.

> A opção de emigrar adquire um significado específico: o de fugir da circunstância de declínio da mobilidade social no Brasil, ainda que, paradoxal, possa significar uma mudança, ainda que temporária, de trabalhar como secretária para trabalhar como empregada ou de ser contador para ser lavador de pratos. Mas entre os prós e contras implícitos nessas mudanças, além do salário mais alto, morar nos Estados Unidos é considerado "chique" no Brasil e pode elevar o *status* percebido dos brasileiros de classe média aos olhos de seus pares. (MARTES, 2011, p. 65)

No caso de Isabela[32], o fascínio pela vida nos Estados Unidos, como era retratada em produções audiovisuais, desempenhou um papel importante na escolha pela intercâmbio. Desde os 15 anos, a jovem fantasiava em fazer o intercâmbio *High School*[33] para morar no país com uma família estadunidense e frequentar uma escola do país durante um ano, como via nos filmes.

> Desde muito pequena eu sempre quis vir pros Estados Unidos. Acho que por causa de filmes, aquela coisa toda que todo mundo no Brasil tem pelos Estados Unidos. Eu comecei a pesquisar sobre intercâmbios quando eu tinha uns 15 anos, mas eu me achava muito nova e minha mãe também não gostava da ideia, porque eu sempre fui um pouco dependente da família. E aí eu fiz faculdade, fiz Direito, no Brasil. Eu tava trabalhando como secretária financeira de uma igreja católica, quando eu tava me formando eu consegui esse emprego na igreja, mas não era uma coisa que eu amava muito. Eu achava legal, mas eu queria mais do que aquilo. E na época eu tava namorando e aí quando eu terminei o namoro, eu decidi que não queria ficar mais lá trabalhando na igreja. Eu pensei "Ah, por que não fazer o intercâmbio agora que eu já tô formada?!". Eu já tinha 25 anos quando decidi fazer intercâmbio, isso era no final de 2015. Eu tinha duas amigas que tinham sido *au pair*, então eu fiquei sabendo por elas e aí eu fui na agência olhar preço e olhar outros tipos de intercâmbio também. Eu queria pagar um intercâmbio só de estudo, sabe, que você vem e fica três meses, só que é muito (enfatiza) caro, então não tinha condição nenhuma de eu fazer. Aí na época o *Au pair* era o mais barato e seria uma experiência totalmente diferente, eu poderia viver com uma família americana e aquela coisa toda. E eu lembro que quando eu decidi, eu tava supersegura de que eu queria mesmo, mas muitas pessoas duvidaram, acharam que eu não iria aguentar nem três meses, porque "Ah, você é muito apegada com a família, nunca saiu de casa", mas eu não tava num momento muito feliz no Brasil. Eu tava desanimada com a profissão, com a carreira que eu escolhi do Direito, porque pra advogar, pelo menos lá em Goiânia, eles não tão pagando quase nada, e pra passar em concurso tem que dedicar muitos anos, então enfim… Eu decidi vir pra cá. (Isabela)

Ao ser questionada sobre qual teria sido o principal motivo que a levou a escolher o programa *Au pair*, a jovem, sem pestanejar, respondeu: "o preço!". Entretanto, a experiência

---

[32] Entrevista realizada no dia 31 de julho de 2018 com duração de 49 minutos. Isabela é um nome fictício.

[33] No intercâmbio *High School*, adolescentes que cursam o Ensino Médio podem estudar em um colégio em outro país por até um ano letivo.

relatada por Isabela evidencia o leque de motivos que pode levar uma pessoa a emigrar. Contando sua história, a jovem elenca, pelo menos, quatro motivos: fascinação pelos Estados Unidos, fim de um relacionamento, preço acessível do programa *Au pair* e insatisfação com a sua vida profissional.

Ao chegar nos Estados Unidos, aos 26 anos, Isabela percebeu que mudar de país não era tão difícil quanto imaginara. "Eu tinha aquele medo: será que eu vou me adaptar? Eu achava que era muito difícil mudar de país, e vir pra cá me mostrou que não é tão difícil quanto eu pensava, e que eu poderia estudar aqui ou fazer qualquer outra coisa", relembra a jovem que, desde então, volta ao Brasil apenas para visitar.

2.3.2 *As vidas móveis das au pairs*

Ao estruturar o conceito de vidas móveis, Urry e Elliot esclarecem que nas vidas móveis importam mais as conexões consequentes das mobilidades do que as mobilidades em si. Isso se deve ao fato de as conexões reorganizarem o sujeito por intermédio de suas atividades cotidianas e relações interpessoais, o que acaba por criar personalidades e individualidades portáteis, nomeadas pelos autores de "*portable personhood*". Dessa forma, "a identidade torna-se não apenas inclinada a novas formas de transporte e viagem, mas fundamentalmente reformulada em termos de capacidade de movimento" (ELLIOT, URRY, 2010, p. 3).

Para as *au pairs*, o conceito de personalidade portátil é fundamental. As jovens levam consigo dos seus países de origem para os Estados Unidos uma personalidade que será, em certa medida, remodelada através de novos hábitos, descobertas e, principalmente, novas conexões e redes. Isto é, não é o deslocamento geográfico que exerce papel primordial no desenvolvimento da identidade das jovens, mas as consequências desse deslocamento que reorganizam esses sujeitos.

Apesar de ter morado no Brasil durante toda a sua vida anterior à experiência de *au pair*, Laura[34] conta que, após três anos morando nos Estados Unidos, chegou a estranhar o seu país de origem e afirma ter notado mudança no próprio comportamento.

> Quando voltei pra passar férias no Brasil, me chocou muito o barulho, o brasileiro fala muito alto (risos), então acho que levei um pouquinho de susto. E eu fiquei muito mais "na minha", meus pais acharam um pouco estranho o meu comportamento. Mas eu conversei com eles bastante sobre isso, expliquei como eu me sentia. Eles entendem, mas acham estranho, lógico. Minha mãe me achou um pouquinho diferente, me achou mais madura, mais independente. Não sou mais aquela menina sonhadora que queria ir pros Estados Unidos e falar inglês, sabe… Sou outra, já tenho outro objetivo em

[34] Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2018 com duração de 38 minutos. Laura é um nome fictício.

> mente. O objetivo que eu tinha vindo pra cá já foi alcançado. E aí agora eu tô com um objetivo muito mais responsável: comprar uma casa, trabalhar, conquistar uma coisa maior.

Essa mudança na vida de Laura e na sua própria identidade só foi possível devido à vida móvel da jovem. Em uma vida em movimento é central a capacidade de estar em um outro lugar além do local em que seu corpo se encontra. Esse deslocamento, não necessariamente físico, pode acontecer através de telefonemas, chamadas de vídeo ou qualquer outro meio que permita às pessoas escaparem das restrições de formas tradicionais de vida adentrando, então, em práticas mais fluidas. Segundo John Urry e Anthony Elliot (2010, p. 5), "através do uso do que chamamos de mobilidades miniaturizadas (celulares, laptops, iPods), as pessoas rastreiam as reviravoltas da vida social herdadas e co-criadas com outras pessoas", isto é, essas mobilidades miniaturizadas servem para "aumentar as capacidades móveis de sujeitos individuais em formas físicas, comunicativas e virtuais" (2010, p. 43).

Durante o processo para se tornar uma *au pair*, as mobilidades miniaturizadas facilitam a conexão entre as candidatas a *au pair* ainda residentes no Brasil e as brasileiras que já vivem nos Estados Unidos e trabalham como *au pairs*, de forma a estreitar o canal informacional. Já durante a experiência internacional do programa, as mobilidades miniaturizadas funcionam como armazenamento e recuperação de afetos e emoções, visto que essas tecnologias móveis são a principal forma de contato com o país de origem e entes queridos.

Uma das entrevistadas, Carla[35], foi *au pair* durante dois anos. No primeiro ano da sua experiência nos Estados Unidos, a jovem trabalhou para uma família de judeus ortodoxos cuidando de quatro crianças. Carla afirmou ter sofrido para se adaptar à dieta *kosher* da família, bem como admitiu ter estranhado a vestimenta, os costumes e a língua hebraica que, às vezes, era falada na casa. Esse duplo choque cultural – a inserção em duas culturas novas, não só americana, mas também a judaica – levou a jovem a chorar todos os dias durante os três primeiros meses. Segundo Carla, o apoio da mãe e as chamadas de vídeo diárias foram a fonte de força necessária para enfrentar a situação e não desistir do programa:

> Foi muito difícil. Eu não julgo a *au pair* anterior que saiu porque não tava mais aguentando. Eu fiquei lá por mérito meu, mas também eu tive apoio. Minha mãe tava sempre ali no Skype, me via chorar, ficava desesperada. Eu fazia Skype com a minha mãe todos os dias, eu tinha que falar com ela pelo menos por 20 minutos antes de dormir. Eu queria voltar pro Brasil, mas a minha mãe sempre foi aquela pessoa que

[35] Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2018 com duração de uma hora e dois minutos. Carla é um nome fictício.

> me mandou ser forte, "Quando começa alguma coisa, foca em terminar", ela me dizia. E falava também que as meninas (*host kids*) precisavam do meu carinho e do meu apoio. Essas coisinhas que me levaram a ficar até o final.

Para além do suporte emocional, as jovens brasileiras também usam as mobilidades miniaturizadas para acompanhar eventos tais como nascimento de familiares, aniversários de amigos ou mesmo casamento de conhecidos através de fotos, vídeos ou transmissões ao vivo, o que transforma a experiência e faz com que esses sujeitos estejam presentes em mais de um lugar ao mesmo tempo, ainda que de forma não-corpórea. Posto isso, "o armazenamento e recuperação de afetos organizados através de vários tipos de vida móvel geram novos modos de identidade menos ligados a localidades fixas, padrões regulares ou tradições culturais habitadas" (ELLIOT, URRY, 2010, p. 6).

Para Alice[36], que nunca havia saído do Brasil, a tecnologia funcionou como um cordão umbilical contectando-a a sua família, mesmo a dez mil quilômetros de distância.

> Quando eu me mudei pros Estados Unidos, era a primeira vez que eu ia ficar tanto tempo longe da minha família, então uma das minhas maiores preocupações era como eu iria manter contato com eles. Tanto que a primeira coisa que eu pensei quando eu cheguei nos Estados Unidos foi "Eu preciso de um lugar com Wi-Fi pra conseguir avisar minha família que eu tô bem, que eu cheguei viva". E eu acho que as redes sociais, internet, essa proximidade que a tecnologia te proporciona é muito importante, porque fisicamente você tá longe, mas mentalmente você sempre quer tá perto. Então você poder ter a chance de fazer uma chamada no Skype com os teus pais, com o teu cachorro que tá do outro lado do mundo e isso é muito louco, porque você sente que tá perto mesmo você não estando. (Alice)

Ademais, o uso de tecnologias proporciona, também, o pleno funcionamento das vidas móveis, visto que sustenta a existência de um canal de informações amparado no capital social na forma de obrigações e expectativas recíprocas que vão emergir principalmente entre estruturas de conexões fortes (FUSCO, 2007, p. 17). No caso das *au pairs*, o capital social, bem como a mobilidade de informações entre *au pairs* brasileiras, mostra-se indispensável durante todo o trajeto do deslocamento, desde o Brasil até os Estados Unidos, e é sobre isso que falaremos no próximo capítulo.

[36] Entrevista realizada no dia 9 de junho de 2017 com duração de 40 minutos. Alice é um nome fictício.

3 TRABALHO DOMÉSTICO E MOBILIDADE DE INFORMAÇÕES ENTRE *AU PAIRS* BRASILEIRAS

Para participar do programa *Au pair*, a candidata deve ter ensino médio completo, ter entre 18 e 26 anos, ser solteira e sem filhos, possuir carteira de motorista e permissão internacional para dirigir, além de habilidades, no mínimo intermediárias, na língua inglesa e experiência comprovada com cuidado infantil, dentre outros. Ao constatar preencher todos os pré-requisitos, as participantes devem escolher uma agência de sua preferência. De acordo com a BELTA (*Brazilian Educational&Language Travel Association*), órgão responsável pelo intercâmbio estudantil no país, em novembro de 2018 existiam quatorze[37] agências, associadas a ela, que comercializavam o programa no Brasil.

Ainda que com suporte institucional físico no Brasil, para as candidatas, a maior parte do processo de inscrição no programa acontece online e à distância, fazendo uso de *websites*, telefonemas internacionais e chamadas de vídeo. Dessa forma, o uso de plataformas e ferramentas digitais envolve transformações nas experiências cotidianas das candidatas ao programa, que passam a depender das mobilidades miniaturizadas para fins informacionais, de deslocamento, dentre outros.

Se a jovem brasileira que deseja participar do programa não tiver acesso à informação ou não dispuser de dispositivos de comunicação, ela automaticamente será excluída enquanto candidata. Essas conexões internacionais são características do "alongamento geográfico" das relações sociais, que são mantidas à distância fazendo uso de recursos tais como vídeo-chamadas e ligações telefônicas na tentativa de diminuir distâncias, oferecendo um tipo desmaterializado e desincorporado de socialização (URRY, 2011, p. 26).

As agências brasileiras funcionam como mediadoras e recrutam mulheres que assinam contratos com empresas estadunidenses. Seguindo a ordem do processo para se tornar uma *au pair*, após a realização de um contato inicial e apresentação do intercâmbio, a agência brasileira realiza um teste psicológico e um teste de proficiência para averiguar se a candidata é capaz de se comunicar em inglês. Bianca, que atualmente estuda em uma universidade estadunidense após ter sido *au pair* por um ano e seis meses, contou que, ainda no Brasil, em São Paulo, se matriculou em uma escola de inglês que oferecia cursos especiais exclusivos para jovens que

[37] As agências, no Brasil, que comercializam o intercâmbio *Au Pair* são: Beth Coutinho, Bil Intercâmbios, CI – Intercâmbio e Viagem, Dri Viagens, English Experience, Experimento, Fit Intercâmbio, IE, Intercultural, STB, True Experience, Trust, Yazigi, West1. Disponível em: <http://www.belta.org.br> Acesso em: 5 nov. 2018.

desejavam se inscrever no intercâmbio[38]. Nesse curso, os professores não só ensinavam vocabulário em inglês relacionado ao universo infantil, como também treinavam possíveis questões que seriam realizadas pelas *host families* nas entrevistas via Skype.

Caso a jovem seja aprovada em ambos os testes – o psicológico e o de proficiência – ela pode realizar o pagamento da taxa de inscrição no programa, que varia de agência para agência. Apesar da existência desse teste, é comum que meninas com baixíssima capacidade de compreensão no inglês sejam aprovadas. Joanna, por exemplo, explicou que, com a ajuda de outras meninas que já haviam participado do teste em inglês e compartilhado suas experiências, ela teve acesso às perguntas costumeiramente realizadas pelas agências e, por isso, conseguiu aprovação:

> Meu inglês não era muito bom, aí entrei no Grupão e pesquisando sobre a entrevista da minha agência, achei a entrevista completa. Eu peguei, imprimi e decorei. Se não tivesse sido o Grupão e o *link* da entrevista, acho que eu não teria passado, não (risos). (Joanna)

Ao mencionar o "Grupão", Joanna faz referência a um fórum no Facebook – o "*Au pair* – Grupão" – composto apenas por brasileiras que já foram, são ou desejam ser *au pairs*. Esse tipo de fórum evidencia a importância e influência das redes sociais que servem como mediação no deslocamento migratório. Tais redes cumprem a função de recepção, adaptação e socialização das imigrantes de modo a minimizar os riscos na migração de longa distância. No caso das *au pairs*, essas redes são representadas por agências de intercâmbio e fóruns online pelos quais circulam informações com o objetivo de conectar migrantes e não migrantes no espaço e no tempo, de modo a dar "origem a teias complexas de relações interpessoais que permitem contextualizar as migrações como um produto social" (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 91).

3.1 Grupos de *au pairs* brasileiras no Facebook

No caso específico das *au pairs* brasileiras, um dos maiores suportes e fonte de informação em português é o fórum "*Au pair* - Grupão[39]", no Facebook. Criado em outubro de

[38] O oferecimento de cursos de inglês voltados para *au pairs* explicita a existência de toda uma cadeira que se organiza em torno do programa *Au Pair*. Situação similar acontece regularmente nos fóruns online de *au pairs* brasileiras: ex-*au pairs* retornadas do intercâmbio oferecem serviços, via Skype, de ensino da língua inglesa com foco no vocabulário infantil bem como treinamento para entrevistas com as *host families*.

[39] Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/FaceAuPair/?ref=bookmarks> Acesso em: 20 abr. 2019. Tenho acesso ao "*Au Pair* - Grupão" desde 2014, quando decidi ingressar no programa.

2010, sete anos depois – no dia 16 de maio de 2017 – o "*Au pair* - Grupão" contabilizava 18.469 membros; já no dia 6 de fevereiro de 2019, o grupo contava com 22.804 membros. O fórum funciona como um espaço totalmente restrito[40] a *au pairs*, ex-*au pairs* e pessoas que tenham interesse em entrar no programa – além disso, até dezembro de 2018, o grupo era secreto, de modo que um novo membro só podia entrar caso fosse convidado por alguém que já era membro. Segundo as regras do próprio fórum, a entrada de representantes de agência de intercâmbio é proibida, bem como a entrada de homens, que somente serão aceitos sob indicação direta para as administradoras do grupo após comprovação de participação ou intenção de participação no programa.

O grupo possui um acervo de textos úteis descarregáveis para as participantes do programa como: "Possíveis perguntas para tirar o visto", "Ajuda emocional (contatos)", "Mudando o *status* para turista", "Advogados de imigração", "Como dizer tudo em inglês", "Passo a passo para troca de *status* J1 para F1", "Site presentes Turma da Mônica para as kids", dentre outros. Além do fórum "*Au pair*-Grupão", existe um outro grupo ainda mais específico, o "Pós AP[41]", que, em outubro de 2018, somava 1.907 membros e é composto por brasileiras que desejam continuar morando nos Estados Unidos após o fim do programa *Au pair* e que objetivam discutir sobre troca de *status*, obtenção de outros vistos, oferecimento de trabalhos, dentre outros assuntos.

Além desses dois fóruns, existe um terceiro grupo, o "*Au pair* - Grupão do Amor ♥[42]", que foi criado em julho de 2017, e em um período de oito meses já contabilizava 13.139 membros, chegando a aceitar mais de 2.000 membros no período de 30 dias.

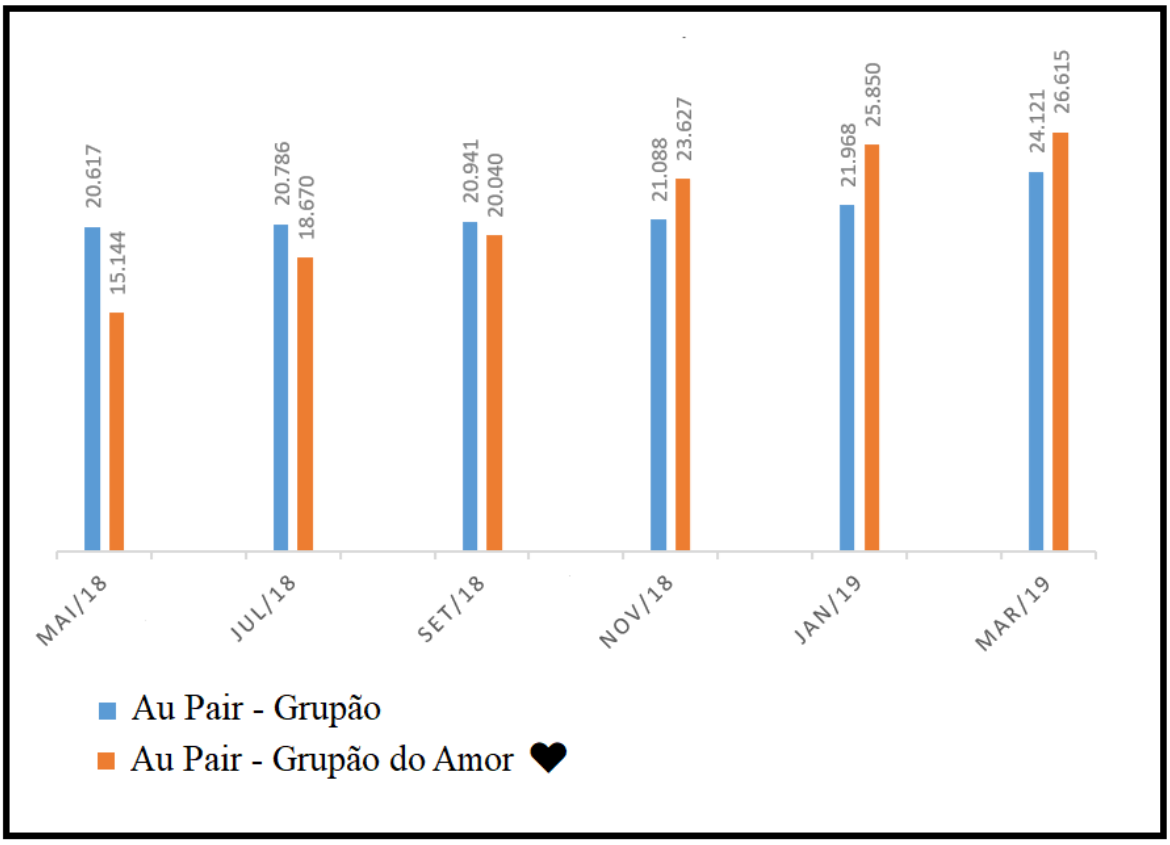
---

[40] Segundo descrição do próprio fórum, o prazo médio para cada membro ser aceito costuma ser de duas semanas pelo fato de existirem muitas solicitações e todas as candidatas a membros passarem por uma "validação". Em caso de urgência, a candidata interessada deve adicionar algum membro do grupo, que comunicará a situação a uma das administradoras via mensagem direta. Segundo as regras do grupo, se algum membro adicionar uma funcionária de uma agência de *au pair*, esse membro poderá ser excluído do grupão. Também é proibida a entrada dos pais, namorados ou *host family* da *au pair*.

[41] Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/413765065339413/> Acesso em: 20 abr. 2019.

[42] Disponível em: < https://www.facebook.com/groups/aupairdoamor/> Acesso em: 20 abr. 2019.

Gráfico 5 – Progressão no número de membros em dois fóruns online de *au pairs* brasileiras



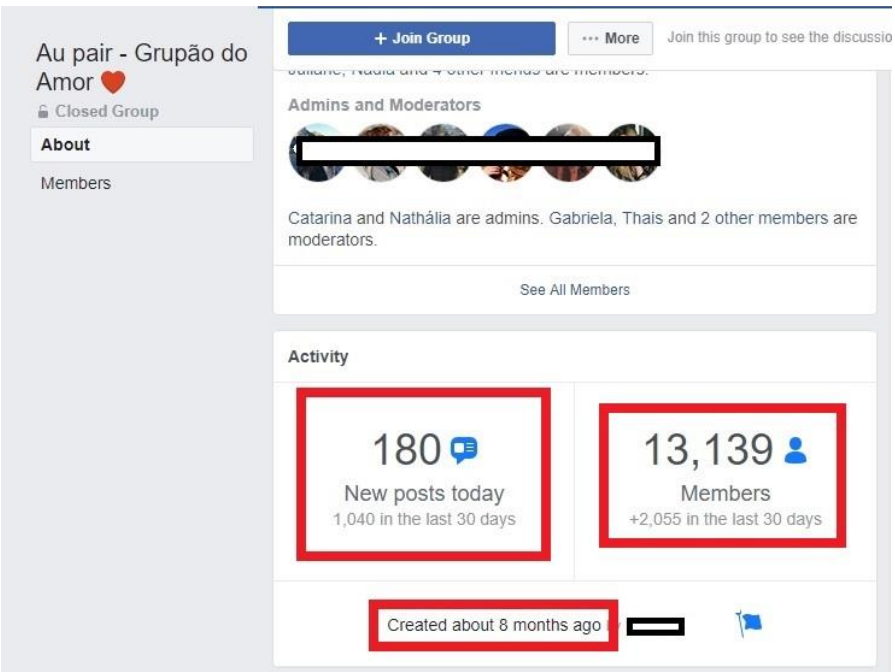
Fonte: Elaborado pela autora

O "*Au pair* – Grupão", criado em 2010, é fechado enquanto o "*Au pair* – Grupão do Amor ♥", criado em 2017, além de fechado é também secreto[43]. Em maio de 2018, o "*Au pair* – Grupão" contava com 20.617 membros, enquanto o "*Au pair* – Grupão do Amor ♥" era composto por 15.144 membros – mais de quatro mil membros a menos. Entretanto, dez meses depois, em março de 2019, o segundo fórum já havia ultrapassado o primeiro em quantidade de membros, apesar de sua recém-criação – enquanto o "*Au pair* – Grupão" acumulava 24.121 membros, o "*Au pair* – Grupão do Amor ♥" contava com 2.491 membros a mais.

[43] Quando o grupo é fechado, qualquer usuário do Facebook pode encontrá-lo através de pesquisa no site e pedir para participar ou ser adicionado por um dos membros. O conteúdo do grupo, porém, é oculto e só os membros podem ver e fazer posts, comentários, curtir e demais ações. Já o grupo secreto não é encontrado através de pesquisas no Facebook e só pode entrar no grupo secreto quem for adicionado ou convidado por um dos membros.

Na área de descrição do fórum, o "*Au pair* - Grupão do Amor ♥" é descrito como "um grupo destinado a ex, atuais e futuras(os) *au pairs*! Aqui trocamos dicas, informações e ajudamos umas as outras a tirar dúvidas. Proibido grosseria e deboche".

Figura 3 – O fórum "*Au pair* - Grupão do Amor ♥" no Facebook



Fonte: Reprodução/Facebook

Além do expressivo número de membros, também é significativo o fluxo diário de informações: a título de exemplo, somente no dia 22 de março de 2018, mais de 180 novos *posts* haviam sido compartilhados entre os membros desse fórum. Isso demonstra a necessidade de um local de suporte, para além da institucionalidade das agências e das *Local Childcare Consultants* (LCCs)[44], onde essas jovens possam, de fato, compartilhar experiências e dúvidas.

Os três fóruns citados acima funcionam como cadeias de cooperação e solidariedade. Jovens brasileiras que já foram ou ainda são *au pairs* se dispõem a responder dúvidas das candidatas que estão ainda no início do processo, passando pela etapa de escolha da família anfitriã ou pelos testes que antecedem a assinatura de contrato. Ou seja, nessas redes e através desses laços, migrantes potenciais estabelecem laços com o país de destino por intermédio dos

[44] LCCs, ou *area director*, é como são chamadas as funcionárias responsáveis pelo bom relacionamento entre a *au pair* e sua *host family*. Eles representam o contato direto das *au pairs* e *host families* com as agências (*sponsors*). É dever das LCCs recrutar *host families* para participar do programa, organizar reuniões mensais com *au pairs* de bairros próximos, manter contato mensal com *au pairs* para averiguar o bom funcionamento do programa, dentre outras tarefas.

migrantes retornados ou de migrantes que estão a viver a experiência da migração. Além disso, "migrantes ativos e migrantes em potencial usam tanto os recursos disponíveis nas próprias redes quanto os recursos de outros grupos que podem ser obtidos por meio dessas redes" (FUSCO, 2007, p. 24).

Ao se inscrever no programa, Laura não tinha conhecimento da existência dos grupos de *au pairs* no Facebook. A jovem tinha como suporte e fonte de informação apenas a agência e uma amiga que havia participado do intercâmbio. Somente nos Estados Unidos, ao encontrar-se em uma situação delicada, o *rematch*[45], é que Laura ouviu conselhos das amigas *au pairs* que faziam parte do fórum e entrou no "*Au pair* – Grupão".

> Eu não tinha conhecimento de nenhum grupo de Facebook quando eu tava aplicando pro *Au pair*, não sabia o que era o Grupão, não sabia nada. Então eu fiz tudo sozinha, não tinha ideia de como eram as experiências das *au pairs*, só tinha ideia do que a minha amiga, que era *au pair*, me contava, e a família dela era ótima, então ela só me contava coisa boa. Por isso, eu não sabia do lado sombrio do programa, de que poderiam existir famílias ruins, mas eu sabia que se alguma coisa acontecesse, eu poderia pedir *rematch* e tentar de novo. Mas eu não tinha ideia do que eram as redes sociais, o poder que tem experiências de várias *au pairs* num grupo de Facebook, eu não tinha esse conhecimento. Aí quando eu vim pra cá demorou ainda uns meses. Quando eu fiquei de *rematch* da primeira família que eu fui descobrir esse Grupão e as experiências das meninas. (Laura)

A jovem, após dois anos participando do programa, hoje é casada, mas conta que ainda faz parte do Grupão. Apesar de, atualmente, não usufruir dos conteúdos do grupo ou precisar de ajuda, Laura explica que optou por permanecer no grupo para retribuir a ajuda que um dia recebeu. "Quando eu precisei, elas ajudaram, então se tiver alguma coisa que eu possa ajudar, quero estar lá. Eu vou lá e consigo falar com a pessoa", diz. Esse é um exemplo nítido da solidariedade presente nos fóruns de *au pairs* brasileiras.

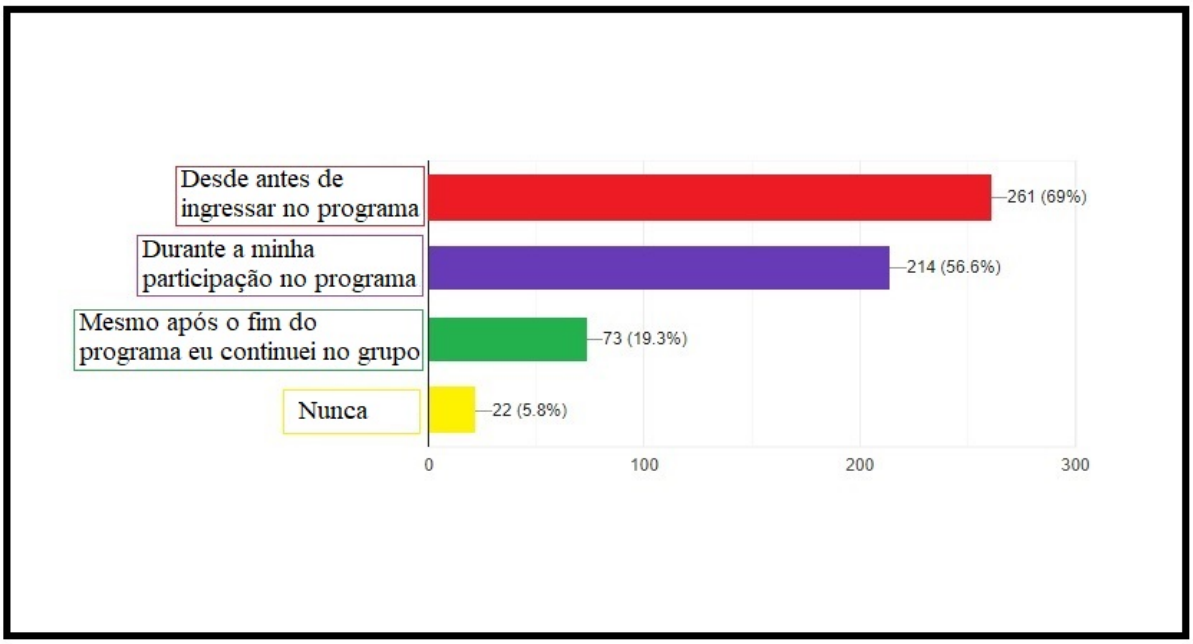
A solidariedade consiste em um mecanismo do capital social que ajuda as *au pairs*, enquanto um grupo social, a controlarem parcialmente as soluções disponíveis para problemas ou conflitos decorrentes da migração através das ligações estabelecidas no interior e entre as redes (FUSCO, 2007, p. 17). Entretanto, a utilidade do grupo não se limita a uma ferramenta de ajuda no momento que antecede a vivência do programa, estendendo-se por toda a experiência do *Au pair*. São comuns no grupo postagens de desabafos, pedidos por conselhos,

---

[45] O *rematch* acontece quando a *host family* ou a *au pair*, ou ambas as partes, decidem não mais trabalhar juntos devido a uma insatisfação mútua ou unilateral. O *rematch* significa a recolocação da *au pair* em uma outra família. Quando o processo de *rematch* se inicia, a *au pair* tem duas semanas para encontrar uma nova família anfitriã, enquanto a *host family* tem tempo indeterminado para encontrar uma nova au pair. Se a *au pair* não encontrar uma nova família durante esses 14 dias, ela deverá retornar ao seu país de origem arcando com os custos da passagem aérea.

recomendações, agradecimentos, bem como narrativas das histórias de vida das *au pairs* que obtiveram sucesso no programa e incentivam novos membros a embarcarem na aventura internacional, mas também de experiências traumáticas que levaram à desistência do programa.

Gráfico 6 – Participação das mulheres brasileiras em fóruns online de *au pairs*



Fonte: Elaborado pela autora

No questionário aplicado, questionou-se a participação das respondentes em grupos online[46]. Nesta pergunta, as jovens tinham a opção de assinalar mais de uma alternativa, visto que uma mulher pode ter participado dos grupos desde antes de ingressar no programa, continuar a participar durante o intercâmbio e pode, também, não sair do grupo mesmo após finalizada a sua participação. Dentre as 378 respondentes, apenas 22 afirmaram nunca ter participado de grupos virtuais de *au pairs* brasileiras. A grande maioria das meninas, 261 entre as 378 respondentes, afirmaram ter entrado no grupo ainda no Brasil. O fórum normalmente é utilizado por esse grupo pré-embarque como fonte primária de informações básicas sobre o intercâmbio, e também como um local para sanar possíveis dúvidas sobre regras do programa, conselhos sobre qual é a melhor agência no Brasil ou mesmo sobre o que levar ou não na mala. Além disso, também são comuns nos fóruns postagens referentes aos chamados "grupos de embarque": meninas que ainda estão no Brasil e vão embarcar nos Estados Unidos em uma data

[46] O convite para que os questionários fossem respondidos foi disponibilizado nos próprios fóruns online de *au pairs* brasileiras, de modo que essa amostra é enviesada e apresenta limitações.

X buscam outras candidatas que também vão embarcar nesta mesma data com o propósito de criar um grupo no Whatsapp para se conhecer e se encontrar no aeroporto.

Durante a experiência do intercâmbio, 214 mulheres afirmaram ter participado dos fóruns. No decorrer de suas vivências no exterior, *au pairs* costumam utilizar os grupos para compartilhar experiências – positivas e negativas –, buscar amizades em bairros e cidades próximas ou mesmo companhia para viagens, além de pedir recomendações de cursos em universidades estadunidenses ou alertar outras brasileiras sobre *host families* consideradas perigosas. Já 73 meninas disseram ter continuado participado do grupo mesmo após o fim do intercâmbio. Para esse último grupo, os fóruns não têm muita utilidade além de ajudar outras *au pairs* ou brasileiras que anseiam começar o intercâmbio. Mas, muitas vezes, brasileiras que já terminaram o *au pair* e continuaram a residir nos Estados Unidos utilizam o fórum como ferramenta para buscar empregos ou tirar dúvidas sobre troca de visto ou *status*.

A vivência do programa é, de certa forma, compartilhada coletivamente nestes fóruns por um vasto grupo de jovens que dividem experiências, processos, sentimentos e cotidianos em certa medida similares. Anthony Elliot e John Urry (2010, p. 34) denominam esse compartilhamento online de *emotional containment*, ou contenção emocional, que depende de uma estreita conexão entre tecnologias digitais, mobilidades miniaturizadas e capital social.

Por intermédio da contenção emocional, *au pairs* do mundo inteiro utilizam celulares e computadores para acessar fóruns e redes sociais a fim de expressar e explorar preocupações, dúvidas e ansiedades que possivelmente não compartilhariam com aqueles que estão fisicamente perto. Na tabela seguinte, percebe-se que a existência de fóruns de *au pairs* brasileiras não se restringe aos Estados Unidos, apesar de as jovens nesse país comporem os fóruns com maior quantidade de membros.

Tabela 2 – Fóruns de *au pairs* brasileiras no Facebook

Nome do Fórum	Quantidade de membros em abril de 2019	Data de criação
Au pair – Grupão do Amor ♥	27.348	Julho de 2017
Au pair – Grupão	25.309	Outubro de 2010
Au pair na Alemanha	6.290	Dezembro de 2015

Brazilian Au pairs in the Netherlands (*Au pairs* brasileiras na Holanda)	4.828	Março de 2011
Au pair Grupão Holanda	6.736	Julho de 2016
Nanny, *Au pair*, Ex-*au pair* – Brasileiras nos EUA	1.615	Julho de 2015
Pos AP	1.988	Setembro de 2012
Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas	1.367	Setembro de 2011
Brasileiras *Nanny/babysitter/au pair* nos EUA	1.190	Novembro de 2015
Brazilian Au pairs in Europe (*Au pairs* brasileiras na Europa)	4.515	Agosto de 2012
Brazilian Au pairs in France (*Au pairs* brasileiras na França)	1.517	Junho de 2016
Au pair Grupão Brasil	36.719	Dezembro de 2015
Brazilian Au pairs in Sweden (*Au pairs* brasileiras na Suécia)	620	Junho de 2015
Brazilian Au pairs in Denmark (*Au pairs* brasileiras na Dinamarca)	567	Janeiro de 2016
Brazilian Au pairs in Belgium (*Au pairs* brasileiras na Bélgica)	1.798	Maio de 2012
Brazilian Au pairs (*Au pairs* brasileiras)	25.874	Abril de 2016

Fonte: Elaborado pela autora

São também grupos com notável quantidade de membros os fóruns de *au pairs* brasileiras em território holandês: "*Brazilian Au pairs in the Netherlands*", com 4.828

membros, e "*Au pair* Grupão na Holanda", com 6.736 membros. Em seguida, os países que acumulam grupos com maior quantidade de *au pairs* brasileiras são a Alemanha, "*Au pair* na Alemanha" conta com 6.290 membros; Bélgica, "*Brazilian Au pairs in Belgium*", 1.798 membros; e França, "*Brazilian Au pairs in France*", 1.517 membros.

A respeito do aspecto coletivo dos deslocamentos individuais decorrente da utilização das redes sociais presenciais e da circulação de informações, Fausto Brito afirma que essas redes podem, também, ser chamadas de "redes sociais de imigrantes" e que estas caracterizam os deslocamentos a longa distância visto que:

> Ninguém migra isoladamente, o processo migratório tende a ser coletivo, funcionando como uma bola de neve. Os que migram estabelecem entre si uma rede de informações e apoio, visando não só informar sobre as condições do país de destino como também facilitar a adaptação do imigrante (BRITO, 1996, p. 63).

Com o decorrer do tempo, a circulação de informações passou a percorrer novos caminhos. No caso da mobilidade de *au pairs* brasileiras, o fluxo informacional que fomenta o aspecto coletivo da mobilidade restringe-se não apenas ao contato presencial, mas também - e para muitas candidatas principalmente - em plataformas online e redes digitais de relacionamento. No fórum "*Au pair*-Grupão", jovens ainda no Brasil, mas já com a família anfitriã escolhida e contrato assinado, começam a buscar amizades e estabelecer conexões com postagens chamando pelas *au pairs* de determinadas cidades ou estado dos Estados Unidos e informando o dia de sua chegada em solo estadunidense. Essa busca online é uma evidência da necessidade humana de conexões, especialmente em momentos de adaptação em novos ambientes; conexões essas que compõem o capital social e funcionam como fator encorajador e acolhedor para os migrantes.

O capital social desse fórum não é, necessariamente, um investimento consciente, mas um subproduto de negociações entre as jovens e de representações coletivas. O "*Au pair* – Grupão" funciona como uma comunidade simbólica baseada na solidariedade e em cooperação a fim de ajudar a "superar problemas porque diminui os custos de negociação pelas características próprias da estrutura em que se cristalizam as redes de relacionamento" (FAIST, 2000 *apud* FUSCO, 2007, p. 19). Dessa forma, o grupo funciona como uma plataforma que não só reforça, coopera e até incentiva o deslocamento de milhares de brasileiras, mas também facilita o alcance de o êxito dessa mobilidade a partir do momento que possibilita o desenvolvimento do capital social das jovens *au pairs*.

Além dos fóruns no Facebook, durante as entrevistas, três jovens mencionaram

participar, também, de grupos no Whatsapp formados exclusivamente por *au pairs* e ex-*au pairs* brasileiras. Entretanto, eles possuem caráter mais regional e um menor número de membros, visto que os agrupamentos costumam ser realizados por *au pairs* de uma mesma cidade ou bairros mais próximos. Joanna, por exemplo, jovem brasileira que participou do intercâmbio durante seis meses e hoje é casada e mora em Massachusetts, não só participava de grupos assim no universo online, mas os trazia ativamente para sua vida.

> Eu participava de um grupo de *au pairs* brasileiras em Massachusetts. É um grupo no Whatsapp que tem mais de 150 meninas, sempre tem gente entrando e saindo. Então quando eu tenho algum problema, ou quando alguma menina tem algum problema, a gente sempre conversa lá. Às vezes alguma menina posta que aconteceu alguma coisa e não tem pra onde ir e eu digo "Ah, vem pra cá". Já abriguei umas duas ou três meninas aqui no apartamento pra ficar dois ou três dias. (Joanna)

A solidariedade, no entanto, abarca além de hospedagem, conselhos e gastos compartilhados. Um tópico recorrente no fóruns no Facebook é "família perigo", que nada mais é que um alerta cujo objetivo é evitar que brasileiras passem por situações de abuso ou violência com *host families* consideradas perigosas durante o intercâmbio.

3.1.1 *Família perigo: as host families não recomendadas por au pairs brasileiras*

Tudo começou quando Marília enviou à sua então *host mom* uma mensagem de texto avisando que havia optado pelo *rematch* – isto é, por trocar de *host family* – e pedindo desculpas por não ter falado a respeito pessoalmente. Na mensagem, a jovem esclareceu que o motivo não era pessoal, que a LCC ligaria para acertar maiores detalhes acerca da procura por uma nova *au pair*, e que todos poderiam conversar melhor no período da noite.

Pouco após enviar a mensagem, Marília entrou no banho e ouviu batidas violentas na porta. Amedrontada, a jovem respondeu, via mensagem de texto, que estava no banho e pediu que a *host mom* esperasse. Ao que obteve como resposta gritos: "Abra essa maldita porta, sua puta! Eu vou enviar esse seu traseiro gordo de volta pro Brasil! Abra a porta!". Sem resposta de Marília, a *host mom* continuou os insultos por mensagem de texto: "Você provavelmente não quer mexer comigo, querida. Bom voo de volta para o Brasil. Não é esperto mexer com pessoas muito ricas. Completa idiota".

Aflita, Marília ligou para sua LCC e para um amigo, na expectativa de que os dois a socorressem. Ambos chegaram imediatamente e a ajudaram a empacotar seus pertences e organizar suas malas para deixar a casa da *host family*. Quando terminavam a organização, a *host mom* entrou no quarto e pediu para averiguar se Marília não estava roubando nada seu,

chamou o amigo da jovem de traficante e o expulsou do cômodo. Pegou da mão de Marília o celular alegando que, na verdade, lhe pertencia.

Essa experiência traumática foi relatada por Marília em uma publicação no "*Au pair* – Grupão". Na postagem, a jovem relata:

> No que ela entrou, trazendo a neném mais velha, começou a vasculhar. Pegou o telefone antigo e veio perguntando sobre o novo, que EU comprei. Eu disse "Está comigo porque esse é meu!". Ela disse que não era e veio pra cima de mim tentando pegar o telefone. Nisso a agente (LCC) já levantou pediu pra ela "*Back off*" (Afasta-se), e ela veio mais pra cima ainda. Gente, sem brincadeira, ela estava gritando com voz de homem "*Giiiiive it to me, you whore*" (Me dê isso, sua puta). Eu pude ver o mal ali, no olho dela. Eu disse mais uma vez que não, e para ela baixar o tom de voz. Então ela cuspiu na minha cara, SIM! Cuspiu uma, cuspiu duas. Eu levantei, encarei ela, chamei ela de *crazy bitch* (vadia louca), e tentei sair. Ela me pegou pelo braço, me girou na sala, eu caí em cima das minhas malas e foi aí que ela me encheu de tapa e socos nas costas. Eu consegui levantar e sentar no sofá de frente pra ela, chutando ela. Minha agente tentou de tudo pra separar, mas a mulher é grande, mais ou menos 1,85. No que eu chutei ela, eu consegui sair e descer a escada. Ela cuspiu mais uma vez e disse que me deportaria. (Marília. Grifos da autora da publicação[47])

Ao escapar da casa, Marília correu para a rua – onde seu amigo lhe esperava com o carro ligado – e deu de cara com o *host dad* apedrejando o veículo enquanto ameaçava pegar uma arma que guardava em casa. Marília decidiu ligar para a polícia e, ao perceber a atitude da jovem, o *host dad* a intimidou "*What you going to do, you whore? You wanna mess with me? You foreign! You're nothing here but a piece of meat*" (O que você vai fazer, sua vadia? Você quer mexer comigo? Sua estrangeira! Você não é nada além de um pedaço de carne"). Aos gritos, Marília respondeu de volta, entrou no carro e se dirigiu até a rua paralela, onde esperou pela chegada da polícia.

> Eles foram até a minha casa e os *hosts* mandaram eles "*Fuck off! Get out of our property*" (Foda-se! Saiam da nossa propriedade). Tive que ir à delegacia prestar queixa com meu amigo. Eles têm muitos *records* (registros criminais), então ficou mais fácil de ver quem é o problema. E, por fim, todas, TODAS as minhas coisas estão lá dentro. Ela disse que vai atear fogo nelas, passaporte, dinheiro, cartão, roupa, TUDO!! Liguei já em todos os números que me passaram, imigração, proteção ao J1, Apia (lógico!), e eles não podem fazer NADA! Nada até que eu vá para a corte e pegue um mandato. No mais, só acordo. Eles (*host parents*) estão negociando devolver o valor que eles pagaram à agência em troca dos meus pertences, mas, até onde eu sei, a hosta não aceitou ainda. (Marília. Grifos da autora da publicação)

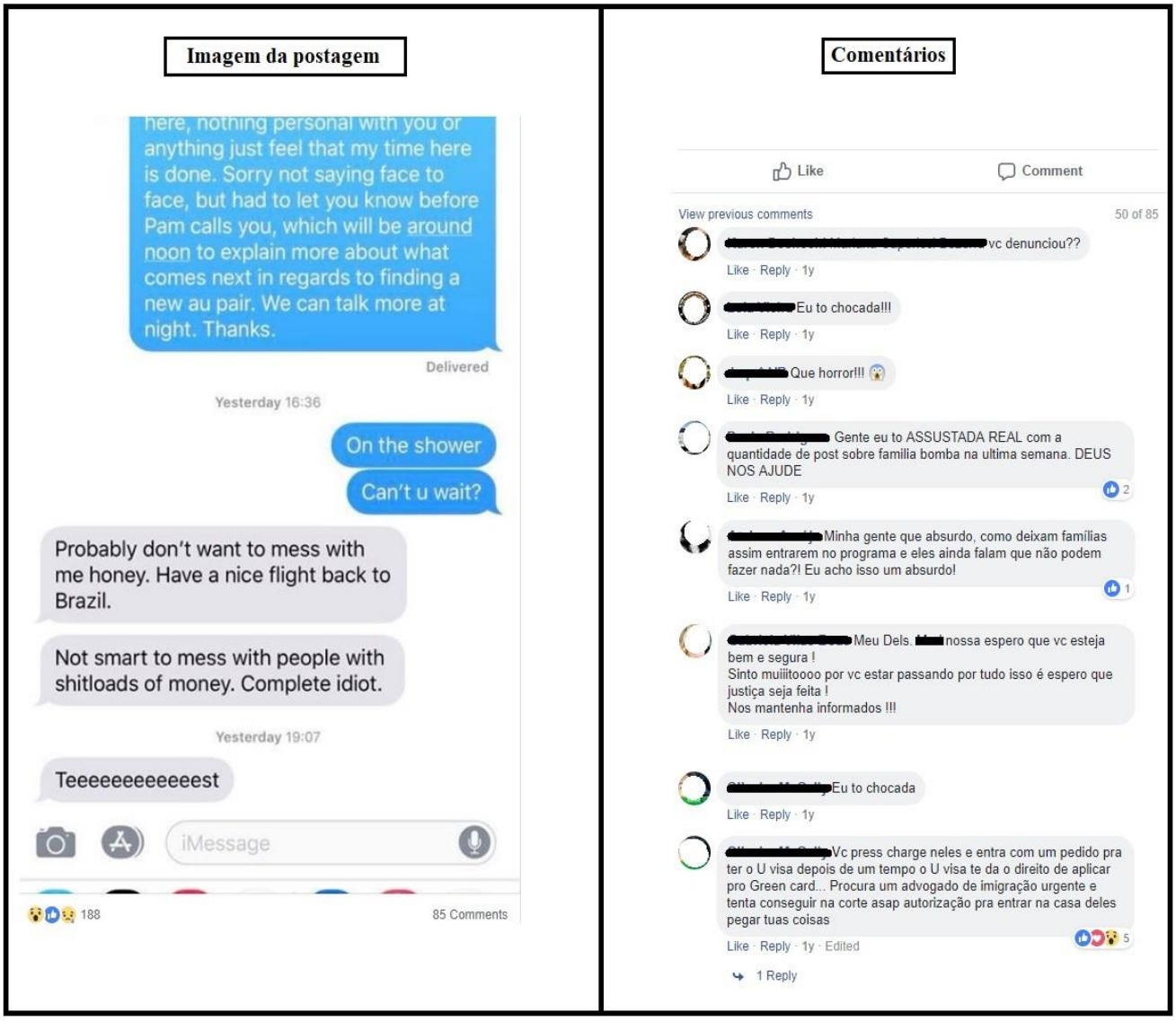
Em seguida, acompanhada pelo advogado da agência *Au pair in America* (Apia), com quem assinou o contrato de *au pair*, Marília foi à corte a fim de denunciar o abuso. A *host mom*

---

[47] Optou-se por manter a transcrição literal de todas as citações de publicações e comentários postados no Facebook utilizados neste trabalho.

foi chamada para contar sua versão, mas não compareceu. Apesar de ter ido adiante com as acusações, a jovem mostra-se desapontada com a pena de apenas 40 horas de serviços comunitários sentenciada à *host mom*. “Nem expulsa do programa ela foi, apenas trocou de agência. Porém eu a denunciei ao governo e, então, tiraram eles definitivamente do programa. Pelo menos isso”, conta a jovem.

Figura 4 – Publicação no “*Au pair* - Grupão” sobre uma situação traumática com uma “família perigo”



Fonte: Reprodução/Facebook

Ao finalizar a postagem, a jovem agradeceu o apoio das conterrâneas no Grupão. “Obrigada de coração a todo mundo que mandou mensagem. Ofereceram ajuda, lugar pra ficar, até família pra eu trabalhar ofereceram, pelos pensamentos positivos e as que sentiram essa

raiva comigo. Com certeza não me senti sozinha um segundo", escreveu Marília. A publicação recebeu 188 curtidas e 85 comentários que expressavam desde revolta e medo até sugestões e algum tipo de ajuda. Ao ser questionada sobre o porquê de ter publicado sua história, Marília respondeu:

> Sororidade. Só fiz o que eu gostaria que alguém fizesse por mim. Tantas meninas vem fazer o programa sem saber o que pode dar errado ou que sequer existem famílias assim, como eu vim. E visto que minha ex-*host family* estava procurando brasileiras, me senti na obrigação de alertar. Graças ao post, uma menina que tinha fechado *match* com eles viu a publicação e cancelou o *match*. (Marília)

O caso de Marília é apenas um dentre os tantos casos trágicos dentro do programa. O ideal seria que as próprias agências expulsassem essas famílias do programa, entretanto, isso dificilmente acontece. Segundo relatório[48] anual de análise do programa *Au pair* publicado em 2016, aproximadamente 12% das participantes do programa passaram pelo processo de troca de família, o *rematch*. Ainda com base nos dados relatados pelos 15 agências, entre as queixas relatadas pelos participantes do programa – incluindo *au pair* e *host family* – 47% das queixas foram resolvidas através do encerramento da participação da *au pair* no programa, enquanto apenas 4% dos casos expulsaram as famílias anfitriãs do programa (os outros 50% foram resolvidos por intermédio de *rematch* ou conciliação). Esses dados apontam para uma certa priorização das *host families* em detrimento das *au pairs* por parte das agências mediadoras e do governo estadunidense.

E, ainda que uma *host family* seja expulsa de uma agência, essa família tem ainda 14 outras opções de agências. Joanna conta que a sua ex-*host family*, por exemplo, com quem a jovem não teve uma boa experiência, já passou por pelo menos três agências.

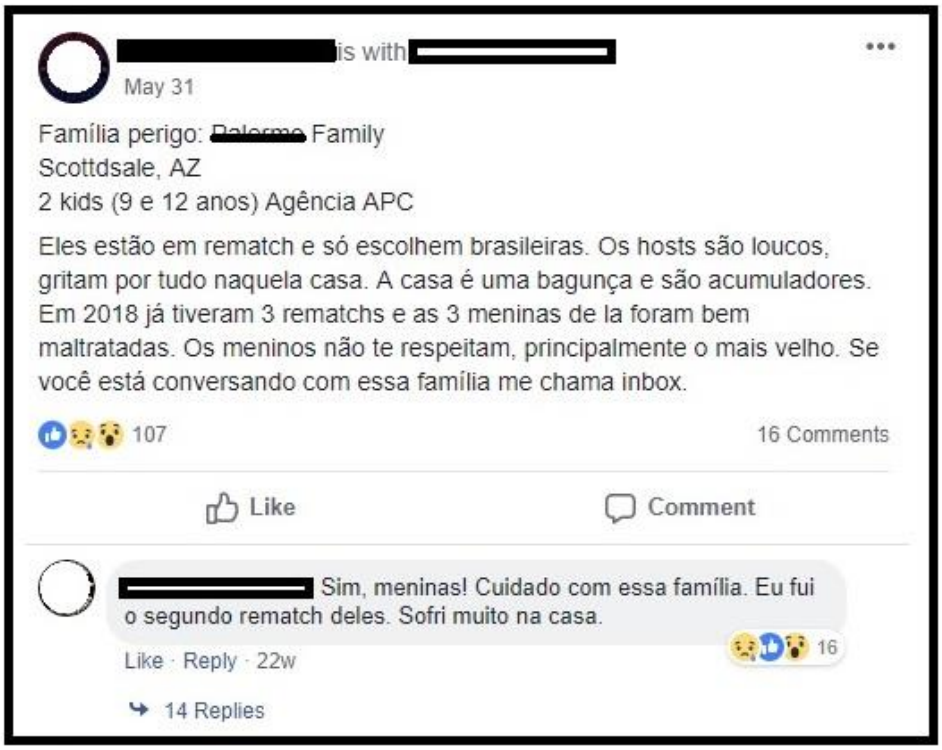
> Joanna: Tinha algumas regras dentro da casa. Eu tinha horário pra tomar banho, porque o banheiro que eu compartilhava com a família era em frente ao quarto da bebê, então se eu tomasse banho muito tarde, eu ia acordar a bebê. Eu só podia tomar banho até as 19h30. E sobre a comida: eu não podia comer quase nada da geladeira. Quando eu comia, era escondido. Depois que eu saí do programa, essa família virou família perigo, porque passaram mais duas outras brasileiras nas mãos deles e a última que passou, eles colocavam etiquetas na comida para falar o que era de quem e a menina não podia nem comer. Comigo eles falavam "Isso aqui é das crianças", "Isso daqui é nosso" e o que sobrava pra mim era sempre só arroz ou macarrão, sem molho, sem nada. Tanto que eu perdi 16 *pounds* (7.2 quilos).
> Entrevistadora: Sobre isso da família perigo: você quis dizer que os dados da *host family* foram divulgados no *Au pair* - Grupão?
> Joanna: Na verdade eles foram até expulsos da agência. Mas depois pegaram outra *au pair* porque entraram em outra agência. Antes de mim, eles foram expulsos da

[48] Disponível em: <https://www.politico.com/f/?id=0000015b-0cf2-d4b9-abff-3ffe31fd0001> Acesso em: 25 nov. 2017.

> *Cultural Care*. Aí comigo eles tavam na *Au pair Care* e acho que depois de mim foram pra outra. Agora eles tão com uma *au pair* da China. Eles tiveram depois de mim duas brasileiras, uma menina da África do Sul e uma chinesa.

Por isso, a fim de evitar que brasileiras sofram na mão de famílias consideradas inadequadas e abusivas, existe o alerta das "família perigo". Nesse tipo de publicação, normalmente as jovens elencam o sobrenome da família, agência à qual elas estão afiliadas, quantidade e idade das crianças e motivos pelos quais essa família é perigosa.

Figura 5 – Publicação no "*Au pair* - Grupão" alertando sobre uma "família perigo"



Fonte: Reprodução/Facebook

Devido à alta incidência desse tipo de publicação nos grupos, é comum que candidatas, durante a fase de entrevistas, peçam à *host family* com quem estão conversando o contato da última *au pair* que trabalhou para a família, a fim de se inteirar a respeito da experiência dessa jovem. Por vezes, as próprias famílias anfitriãs sugerem que esse contato aconteça; entretanto, algumas famílias preferem evitar essa conexão.

Em uma postagem de 2016, uma brasileira utilizou do "*Au pair* – Grupão" para tentar localizar a ex-*au pair* brasileira de uma família com quem estava conversando, mas que se negava a repassar o contato da jovem. Na publicação, a candidata questionava: "Família perigo

ou não?", enquanto descrevia cidade, quantidade de filhos, sobrenome da *host family* e agência na qual eles estavam inscritos.

Figura 6 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" a respeito de uma possível "família perigo"

Fonte: Reprodução/Facebook

A publicação recebeu 20 comentários. Enquanto um comentário dizia "Não vejo como perigo, pouca informação pra saber", outro dizia "Quando não deixam falar com a atual *au pair* já se sabe que é cilada". Um terceiro comentário ponderava as possibilidades e aconselhava que a jovem seguisse fazendo entrevistas a fim de conhecer melhor essa *host family.* "Complicado, né. Mas assim: tal como tem família ruim, tem *au pair* ruim também[49], e às vezes ela não deu sorte", completou a respeito da desistência das *au pairs* anteriores.

Essa comunicação entre ex-*au pairs* de uma mesma família anfitriã é recorrente, especialmente entre brasileiras. No caso de Joanna – jovem que desistiu do programa após seis meses –, foi criado um grupo de Whatsapp composto por três ex-*au pairs* brasileiras que compartilhavam uma ex-*host family* em comum.

[49] É importante ponderar que, como relembra o comentário, existem "famílias perigo", mas existem também *au pairs* "perigosas". E que, possivelmente, alguns relatos de "família perigo" podem tratar-se apenas de uma falta de sintonia entre *au pair* e família anfitriã, visto que personalidade e estilos de vida desempenham um fator central nesse relacionamento que ultrapassa o profissionalismo e exige convívio diário em um ambiente privado e íntimo.

> Joanna: Depois que eu saí do programa, eles tiveram uma outra *au pair* brasileira. Eles (*host parents*) compraram um carro com GPS e viam pra onde ela tava indo e até a velocidade que ela tava. Ela falou que eles colocaram mais câmeras na casa, porque eles falaram que não confiavam nela. Até hoje converso com uma das ex-*au pairs* brasileiras dessa família. Uma que casou e ficou aqui nos Estados Unidos.
> Entrevistadora: E como vocês se conheceram? (a entrevistada e a *au pair* anterior da *host family*)
> Joanna: Quando eu fiz o Skype com a família, ela veio falar comigo. Ela falou assim: "Depois a gente conversa melhor", porque a *host family* tava perto. Depois ela me disse "Eu tive meus problemas com a família, mas com você talvez não seja assim. Eu sei que você tem quase 27 anos, então não vou falar pra você desistir". Aí quando eu cheguei, nos primeiros meses, ela não falava muito comigo. Só que depois eu comecei a contar as coisas pra ela e ela me contou todos os problemas que ela teve e que tavam se repetindo comigo. Ela falou assim "Eu só não saí dessa família porque eu tinha um namorado". Ela não pediu *rematch*, mas depois fez extensão com uma outra família que a mãe era brasileira e o pai americano e ela amou, tanto que ela fala que o programa valeu a pena por causa dessa família. Depois disso, ela ficou um tempo como turista e trabalhando ilegal como *nanny* e aí o namorado dela pediu ela em casamento. Ela casou e tá aqui. Mas a gente conversou também quando a outra *au pair* brasileira tava lá. Inclusive eu preciso te contar: a gente fez um grupo, nós três, e a gente começou a falar sobre as coisas ruins que aconteciam. E ela tava passando por coisa pior, então ela desistiu do programa em alguns meses, mudou o *status* pra turista e foi pra Califórnia.

Entre as maiores reclamações listadas por *au pairs* em relação às famílias perigo estão violência verbal e quebra de regras do programa no que tange ao excesso de horas trabalhadas. Mas, assim como existem famílias consideradas perigosas, existem também famílias consideradas excelentes e que são recomendadas por brasileiras para brasileiras.

3.1.2 *Oferecimento de família*

Da mesma forma que brasileiras alertam conterrâneas a respeito de *host families* consideradas perigosas, são comuns também publicações nos grupos de Facebook em que *au pairs* que estão prestes a finalizar seu programa procuram por novas brasileiras que queiram substituí-las. Por vezes, o pedido parte da família anfitriã, que pede à jovem que os ajude a encontrar uma candidata que preencha determinados requisitos. Existe, inclusive, no Facebook o grupo "Oferecimento de famílias – *Au pair*"[50], que em dezembro de 2018 possuía 7.861 membros, com o propósito exclusivo de recomendar famílias.

Em postagens de oferecimento de família, costuma-se compartilhar a agência à qual a *host family* está afiliada, bem como a quantidade e idade das crianças e a cidade onde a família mora. Além disso, é comum uma série de pré-requisitos. Enquanto algumas famílias procuram apenas mulheres com mais de 21 anos, outras não se preocupam com a idade, mas exigem que

[50] Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/213073768902422/> Acesso em: 24 abr. 2019.

a jovem tenha, no mínimo, dois anos de experiência como motorista. Algumas famílias requerem candidatas que gostem de animais domésticos, já outras deixam claro que não estão dispostas a aceitar jovens fumantes.

Figura 7 – Publicação no "Au pair – *Grupão*" de um oferecimento de família

Fonte: Reprodução/Facebook

Nesta publicação, a jovem explica que, após finalizado o seu segundo ano como *au pair*, está a procura de uma nova *au pair* para sua *host family*. Logo no início da postagem, a jovem

deixa claro que a sua família está disposta a aceitar apenas meninas que estejam em extensão, isto é, que já tenham sido *au pair* por um ano e estejam prontas para iniciar o segundo ano em uma nova *host family*. A família procura meninas maiores de 23 anos, que tenham experiência com recém-nascidos e crianças com até 3 anos, e que sejam enérgicas, independentes, flexíveis, boas em solucionar problemas, dentre outras exigências.

Ao pedir ajuda de uma *au pair* para encontrar sua substituta, é comum que a *host family* destaque a importância da nacionalidade da candidata enquanto fator crucial para preenchimento da vaga. Para auxiliar no processo de escolha, algumas agências incluem em seus sites informações a respeito de experiência de *au pairs* de nacionalidades distintas. Dentre essas experiências e descrições, mulheres jovens da América Latina costumam são exaltadas por certas características. Enquanto mexicanas são descritas como prestativas, as brasileiras são aclamadas por sua energia e alegria infindáves, e as colombianas são elogiadas por seus modos exemplares; "todos têm o denominador comum de que são calorosos, carinhosos e cuidadosos com as crianças" (PÉREZ, 2015, p. 208). No site da agência *Cultural Care*[51], por exemplo, as mulheres latinas são promovidas como pessoas que evitam conflitos, respeitosas, adoráveis com crianças, boas cozinheiras, adaptáveis e apegadas aos princípios e valores familiares.

No fórum online *Au pair Mom*, um espaço dedicado para *host moms,* existem posts nos quais mulheres se perguntam "qual é a melhor origem de uma *au pair*?". Enquanto europeias são relembradas pela ordem e eficiência, latinas são referência de amor e cuidado com crianças. Em um post de dezembro de 2011, "*Getting Past Stereotypes– of Brazilian Au pairs, for example*" (Ultrapassando estereótipos - de *au pairs* brasileiras, por exemplo), uma candidata brasileira questiona se há excesso de participantes brasileiras esperando por uma família e se isso dificulta o *match* (a assinatura do contrato) entre *host families* e *au pairs* brasileiras. Apesar de a maior parte das *host moms* apontar que generalizar e reduzir uma nacionalidade a um estereótipo não é uma boa maneira de encontrar a *au pair* ideal, entre os 71 comentários referentes a essa pergunta, alguns apontam brasileiras como boas motoristas, outros alegam não terem escolhido brasileiras pela falta de experiência em dirigir na neve, enquanto outros elencam as características mais comumente relacionadas a brasileiras: festeiras, amigáveis, calorosas. Anna, por exemplo, explica que dentre as seis *au pairs* que teve, apenas três experiências foram de sucesso, e que essas três eram brasileiras.

> Percebi que minha agência, no ano passado, diversificou seu grupo de países e agora eles não têm mais uma maioria das *au pairs* brasileiras. Mas eu acho que, em geral,

[51] *Cultural Care*, 2014. "Conheça nossas *au pairs*" Disponível em: <https://culturalcare.com/meet-our-au-pairs/recruitment-countries/> Acesso em: 10 nov. 2018.

> as *au pairs* brasileiras são bem sucedidas, e é por isso que elas continuam obtendo vistos de *au pair* facilmente (em geral) e as famílias continuam assinando contrato com elas.
> Nós amamos *au pairs* brasileiras. Tivemos seis *au pairs*, quatro delas brasileiras. E três das nossas boas experiências foram com brasileiras. A quarta *au pair* brasileira, apesar de termos passado por um *rematch*, ainda era uma garota com boa personalidade, doce. Os dois outros *rematches* "ruins" que tivemos com garotas que mentiram foram com as duas *au pairs* que não eram brasileiras que tivemos.
> Eu acho que nos damos bem com brasileiras. As meninas do Brasil que tivemos como *au pair* eram comunicativas, de fácil convivência, felizes e positivas. Amavam muito as crianças, eram calorosas, gentis, sem preconceitos (muito importante para nossa família judia de cores variadas!), de mente aberta e respeitosas. Claro que existem desvantagens. A maioria de nossas *au pairs* brasileiras não estava acostumada a fazer qualquer coisa em casa, mas, uma vez ensinadas, em geral lidavam bem com as tarefas relacionadas com assistência à infância como lavar roupa infantil ou preparar o café da manhã. Mas elas não eram naturalmente úteis na administração de uma casa, como se poderia esperar que um membro adulto da casa fosse.
> Há também um estereótipo comum no exterior de que as brasileiras são festeiras. Eu apreciei a natureza social de nossas *au pairs* e o fato de elas fazeram amigos facilmente. Se elas estão felizes com sua vida social, elas estão felizes em minha casa, e eu sou uma *host mom* feliz. Deve ser equilibrado com responsabilidade para com o trabalho, e até agora todas as nossas *au pairs* brasileiras foram capazes de tratar o trabalho com crianças com responsabilidade e não deixar sua vida social interferir no trabalho. É claro que o fato de o meu marido ser brasileiro talvez influencie no meu apreço pelos aspectos positivos da cultura brasileira. (Anna, *Au pair Mom*, 2011)

É comum que após uma experiência de sucesso com uma *au pair* de determinada nacionalidade, a *host family* continue a escolher *au pairs* desse mesmo país. Da mesma forma, após uma experiência negativa com uma *au pair* de certo país, *host families* costumam passar a evitar escolher jovens dessa nacionalidade. No caso de Joanna, por exemplo, a sua *host mom* chegou a lhe explicar o porquê de evitar *au pairs* asiáticas e europeias.

> Eles gostavam de brasileiras. A mãe me falou uma vez que ela achava que brasileiras trabalhavam melhor. Ela tem um menino mais velho de nove anos e ela tem *au pair* desde que ele tinha menos de um ano. Ela já teve *au pair* chinesa, porque ela é chinesa e queria pras crianças falarem chinês, mas ela falou que ter *au pair* chinesa era como ter mais uma criança em casa, que parecia que elas não sabiam fazer nada e eram bem dependentes. E que na Europa as meninas eram esnobes e não queriam ajudar na casa ou eram sujas e não arrumavam. É o que ela falou, não sei se é verdade. Ela teve alguns *rematches*, mas não me falou direito o que foi. E teve uma menina brasileira que ela gostou muito e aí começou a procurar meninas brasileiras depois disso. (Joanna)

Situação parecida aconteceu com Carla, que vivenciou a preferência por brasileiras por parte das duas *host families* com as quais morou e para as quais trabalhou.

.

> Todas as *au pairs* que passaram pela minha *host family* de New Jersey foram brasileiras. Duas antes de mim, eu e mais outra que chegou depois de mim, todas brasileiras. Eu acho que… não, eu não acho, eu tenho certeza que entre as *host families*, brasileiras e latinas no geral tem muito mais fama de *hardworking*, que a gente trabalha muito mais e aguenta muito mais. Que a gente lida com as coisas adversas muito mais facilmente que as europeias e asiáticas. Foi esse *feedback* que eu

> tive entre as minhas amigas. Na comunidade judaica, por exemplo, de 20 *au pairs* da comunidade em que eu morava, 18 eram brasileiras. Surreal, era surreal. E chegando aqui em Chicago, a família também quis uma outra brasileira depois que eu terminei o meu ano. Eles viram como que eu era. Antes de mim eles tiveram uma alemã, mas não tinha dado muito certo. E eles já tinham visitado o Brasil em 2010 e tinham essa afinidade, por isso resolveram escolher brasileiras. Acho que também pelo fato de eles terem me escolhido e tudo ter dado muito certo. Eles falaram que se eu tivesse no meu primeiro ano, eles iriam estender comigo. E aí escolheram outra brasileira, mas ela não "aguentou o tranco" e voltou pra casa no nono ou décimo mês. E aí escolheram uma da Guatemala. (Carla)

A preferência por determinada nacionalidade é geralmente guiada por estereótipos ligados a forma como essas nacionalidades lidam com crianças ou com trabalho doméstico. De acordo com a estudiosa de gênero Evelyn Nakano Glenn (2010), empregadores costumam preferir mulheres imigrantes não apenas por estas representarem mão-de-obra barata, mas também por se mostrarem mais propensas a trabalhar sem reclamar. A situação do imigrante indocumentado é definitivamente mais sensível, visto que a falta de cidadania desse sujeito o torna mais maleável e controlável, entretanto, em geral os trabalhadores imigrantes de cuidado, independentemente do seu *status*, "frequentemente enfrentam o problema de 'trabalho pesado', sendo esperado que assumam tarefas adicionais além daquelas originalmente acordadas (p. 180).

É certo que o programa *Au pair* apresenta-se como uma excelente oportunidade para jovens que almejam vivenciar uma nova cultura e desenvolver habilidades na língua inglesa, mas não dispõem de recursos financeiros para financiar os custos de um intercâmbio regular no exterior. Contudo, há que se debater sobre a dinâmica do programa e sobre como a classificação do *Au pair* enquanto intercâmbio cultural resulta na hospedagem do programa sob o Departamento do Estado e não do Departamento de Trabalho. Tal fato, somado à supervisão gerenciada por agências privadas, tem como consequências a negligência com os direitos trabalhistas e a falta de amparo no que tange ao trabalho exercido pelas jovens que participam do programa.

Em um post fixo do "*Au pair* - Grupão do Amor ♥ ", uma das administradoras do fórum explica que o *au pair* consiste em "um intercâmbio cultural no qual sua atividade PRINCIPAL é supervisionar e cuidar das suas *host kids*". A atividade de supervisão e cuidado de crianças nada mais é que um trabalho de assistência à infância, de modo que apesar de basear-se num componente cultural, o programa é fundamentado na força de trabalho integral e de dedicação exclusiva dessas jovens participantes.

Posto isso, é necessário discutir as contradições da condição das *au pairs* nos Estados Unidos, bem como retratar as especificidades do trabalho doméstico dentro do programa *Au*

pair, que apesar de formalmente classificado como um intercâmbio cultural, é sustentado por intermédio de uma dinâmica que apresenta traços óbvios de um trabalho formal. O intercâmbio é vendido por algumas agências como "*Big Sister - Au pair*", de forma a mercantilizar a ideia da *au pair* como uma irmã mais velha das crianças das quais cuida e supervisiona, mas acaba sendo identificado por algumas das *au pairs* participantes como exploração de trabalho doméstico, semelhante à servidão exercida por elfos-domésticos pertencentes ao universo fictício da autora britânica J.K Rowling.

3.2 As contradições da condição de *au pair* nos Estados Unidos: de "irmã mais velha" a "elfo doméstico"

No universo fictício criado pela autora britânica J.K. Rowling (2001), os elfos domésticos são criaturas mágicas que moram na casa de bruxos para os quais prestam serviços domésticos – tais como preparar comidas, limpeza e outros tipos de tarefas – e aos quais são imensamente leais. Essa dinâmica de servidão acontece baseada na submissão e obediência dos elfos que, apesar de enfrentarem maus-tratos por parte de seus senhores, vivem felizes com sua situação e acreditam que cuidar de seus proprietários em troca de abrigo e comida é uma prática justa e apropriada.

Elfos domésticos[52] não têm direitos próprios e são vistos como servos sem sentimentos ou emoções, de forma a serem considerados "bens móveis" que podem ser vendidos ou repassados. Eles são obrigados a obedecer aos membros da família a que pertencem, sendo a ordem de seus senhores a maior das leis existentes. Entretanto, nem todos os elfos são maltratados, alguns são tratados como animais de estimação ou bonecas adoradas.

Um elfo doméstico é libertado de sua condição de servidão quando recebe uma peça de roupa do seu mestre. Contudo, a liberdade representa uma grande vergonha para a maioria dos elfos, que interpreta a libertação como uma prova de que falharam em servir. Mas entre os elfos domésticos que consideram a servidão sua vocação, há Dobby: uma criatura diferente da maioria e que anseia pela liberdade. Dobby pertencia a Família Malfoy, até ser libertado pelo seu mestre Lúcio Malfoy, que o presenteou com uma meia. Após ser libertado, Dobby passou a trabalhar em Hogwarts pelo preço de um galeão ao mês, recusando a oferta inicial do diretor da escola, que era de dez galeões, por julgar ser uma quantia muito alta.

[52] Disponível em: <http://pt-br.harrypotter.wikia.com/wiki/Elfo-dom%C3%A9stico> Acesso em: 27 mar. 2018.

O mundo mágico de Harry Potter é uma referência comum para grande parte daqueles nascidos na década de 1990 ou nos anos 2000. Portanto, ao se deparar com a existência dos elfos domésticos, muitas das jovens brasileiras participantes do programa *Au pair* criaram uma associação caricaturesca entre a servidão dos elfos e a dinâmica de trabalho existente entre as *au pairs* e as *host families*. Evidentemente essa associação trata-se de uma sátira, visto que enquanto o programa *Au pair* possui leis que o regulam e garantem benefícios às participantes, a servidão dos elfos consiste em escravidão.

Em postagens com tom cômico, *au pairs* celebram, nos fóruns online, seu último dia de intercâmbio com os dizeres utilizados por Dobby ao ser libertado: "*Dobby has no master! Dobby is a free elf*" [Dobby não tem mestre! Dobby é um elfo livre].

Figura 8 – Publicação satírica de uma *au pair* no fórum "*Au pair* - Grupão"

Fonte: Reprodução/Facebook

Nesta postagem, uma *au pair* comemora seu último dia de trabalho e se diverte com o fato de a sua *host mom* ter reconhecido a referência e tê-la presenteado com uma meia do bebê de quem cuidava, situação semelhante a que aconteceu quando Lúcio Malfoy libertou Dobby. Já em uma outra postagem de 20 de agosto de 2016, uma *au pair* expõe o *post* publicado pela sua *host mom* no *Facebook*.

Figura 9 – Publicação de uma *au pair* no "*Au pair* – Grupão" sobre a postagem de uma *host mom*

Fonte: Reprodução/Facebook

Nesta publicação, a jovem exibe a captura da tela de uma postagem na qual a sua *host mom* pergunta "Onde estão os elfos e as criaturas da floresta que limpam a casa e lavam as roupas?". Na legenda do seu próprio *post*, a jovem explica que "está *off*", isto é, está no seu dia de folga, e ao lado usa a imagem do Dobby[53] para remeter à libertação do elfo e à sua. Diante

[53] As publicações no "Au Pair – Grupão" que fazem alusão ao Dobby tiveram início em 2013, sendo a primeira datada em março: "Ultimas horas de trabalho chegando ao fim! Pras *Au pairs* fãs de Harry Potter... Vontade de olhar pra *host* e dizer:"*Dobby has no master! Dobby is a FREE 'Au Pair*'!!! Kkkkkkkkkk". Apesar de a ideia do elfo estar associada à escravidão e maus tratos, a aparição do termo "elfo doméstico" ou da imagem do Dobby costuma vir acompanhada de postagens cômicas. O humor, nesse caso, é compreensível quando analisado o uso dessa alusão: as au pairs costumam fazer referência ao Dobby quando celebram o fim do intercâmbio ou mesmo os dias de folga, isto é, quando estão livres do trabalho que é associado à servidão dos elfos domésticos.

disso, é visível a relevância do componente trabalho no intercâmbio *Au pair*. Por isso, é necessário atentar para a existência de exploração, precariedade ou quebra de regras do programa, bem como discutir a relação entre gênero e trabalho doméstico e de cuidado no programa.

3.2.1 Trabalho doméstico

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) "o trabalho é a via fundamental para a superação da pobreza e da exclusão social. E não qualquer trabalho, mas sim um trabalho decente, entendido como uma ocupação produtiva adequadamente remunerada" (2006, p. 7). Entre os critérios que determinam a decência de um trabalho estão condições de liberdade, equidade e segurança. Entretanto, o trabalho, que deveria servir como instrumento para erradicar tanto a pobreza como a exclusão social, acaba, por vezes, agindo de maneira inversa, aumentando o abismo das desigualdades sociais, de gênero e raça.

Um fator determinante que se mostra decisivo no mercado de trabalho é o da nacionalidade. O sociólogo Sayad Abdalamek conceitua o trabalhador imigrante como "uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito" (1998, p. 54). Ao citar a provisoriedade do trabalho do imigrante, o autor faz referência à condição de trabalho eternamente revogável, que só se sustenta enquanto trouxer lucro para o país no qual ele reside e ao qual se apresenta como um imigrante que é tolerado apenas devido à sua utilitariedade, negando-se o direito a uma presença admitida como permanente.

O caso das *au pairs* entra como exemplo de casos de migrações supostamente temporárias. Jovens mulheres bilíngues e, em sua maioria, com curso superior completo ou em formação, aceitam trabalhar como babá pelo período de um a dois anos a fim de vivenciar o sonho americano em um "país de primeiro mundo" enquanto recebem remuneração em dólar. Esse deslumbramento pelo exterior, especialmente por parte de países em desenvolvimento, – e no caso das *au pairs*, mais especificamente pelos Estados Unidos – pode ser melhor entendido quando lembrado que:

> A experiência de viver no exterior é repleta de significações positivas para o Brasil. Nesse sentido, morar em algum país europeu, nos Estados Unidos, ou em outros países ricos constitui-se na ilusão de maior acesso ao consumo e prestígio social no Brasil, ainda que isso signifique, para o migrante, condições de vida piores do que a anterior (SANTOS, 2010, p. 31).

O trabalho realizado pelas jovens brasileiras no programa *Au pair* caracteriza-se como trabalho doméstico, isto é, o trabalho realizado no âmbito de um domicílio que não é o de sua

unidade familiar. Entre as funções do trabalhador doméstico estão afazeres tais como guarda e cuidados pessoais de crianças, limpeza dos domicílios, preparo de alimentos, dentre outras atividades referentes à administração de uma casa (OIT, 2006, p. 11).

Nos Estados Unidos, com o advento da inserção das mulheres no mercado de trabalho a partir das décadas de 1970 e 80, mulheres que anteriormente trabalhavam como donas de casa em tempo integral passaram a contratar serviço doméstico. Essa inserção no mercado de trabalho[54] aconteceu, em parte, devido à necessidade de duas fontes de renda na família, o que levou mulheres a trabalharem fora e acabou por reconfigurar a dinâmica familiar, visto que tarefas domésticas tais como limpar a casa, cozinhar e cuidar das crianças passaram a ser atribuídas a empregadas contratadas (MARGOLIS, 1994, p. 200).

Ao agravar tensões entre as demandas do tempo das mulheres para se dedicarem ao trabalho remunerado e aos cuidados da família, essas mudanças nas estruturas familiares, que se sustentaram em soluções privadas, acabaram por precarizar não só a inserção das mães no mercado de trabalho, mas também a de outras mulheres no trabalho doméstico. Somado ao fato de a responsabilidade pelo trabalho doméstico ser associada às mulheres, a situação de classe aparece também como fator determinante na quantidade de tempo empregada nos cuidados e afazeres domésticos. Isto é, mulheres com renda superior apresentam uma jornada de trabalho substancialmente menor, provavelmente devido à possibilidade de contratar serviços de empregadas domésticas (SORJ, 2008, p. 83).

No artigo *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*, Helena Hirata e Danièle Kergoat falam sobre a existência de um "modelo de delegação", que se fundamenta em uma dinâmica de contratação de trabalho doméstico que engloba países do hemisfério sul e norte. Dentro dessa dinâmica, a "relação étnica" entre mulheres passa a ser remodelada através de migrações femininas e contratação de serviços particulares dessas migrantes, que vendem sua força de trabalho doméstico e permitem às mulheres burguesas do norte uma maior flexibilidade em relação à demanda de envolvimento das empresas para as quais trabalham (2007, p. 602).

A contratação de mulheres migrantes evidencia relações sociais entre mulheres que "estabelecem-se dessa maneira: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de maneira diferente." (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 602). Ainda

---

[54] Segundo pesquisa social e demográfica da *Pew Research Center* publicada em 2013, em 1968, cerca de 37% das mulheres casadas em idade ativa com filhos jovens estavam empregadas; em 2011, esse número cresceu para aproximadamente 65%. Disponível em: <https://www.pewsocialtrends.org/2013/03/14/chapter-5-americans-time-at-paid-work-housework-child-care-1965-to-2011/> Acesso em: 22 fev. 2019.

segundo Hirata e Kergoat, essa prática resulta em um mascaramento e negação das desigualdades nas relações de classe que envolvem mulheres em situação precária, do ponto de vista econômico e legal, e mulheres abonadas. A respeito dessas migrações do polo meridional em direção ao setentrional com foco no trabalho, Sayad Abdelmalek afirma:

> De todas as negociações que são feitas dessa forma entre, por um lado, os países pertencentes ao "pólo norte" - países ricos e poderosos, industrializados e desenvolvidos - e, por outro, os países pertencentes ao "pólo sul" - países pobres e dominados, com a chamada economia "tradicional" (i.e., não-industrializada) e que, avaliados segundo os mesmos critérios que os países anteriores, só podem aparecer como subdesenvolvidos -, as negociações de mão de obra talvez sejam as que revelam mais claramente sua natureza assimétrica. Pode-se dizer que esta é uma característica estrutural de todas as negociações relativas aos problemas de migração: a vantagem sempre e imediatamente se encontra do lado do país de imigração, país rico a ponto de liberar um "excesso" de empregos desvalorizados (ou que, por causa disso, foram desvalorizados), de oferecê-los a uma mão de obra que se tornou disponível para esses empregos justamente por causa da dominação que sofre; país poderoso (politicamente) a ponto de tratar como bem lhe parecer essa mão de obra, ou seja, a ponto de pagá-la com o preço que lhe convém – o menor custo – os serviços que ela presta. (1998, p. 245)

O autor segue dizendo que tal trabalho condiciona a existência do imigrante, e que este trabalho possui características específicas e "é o trabalho que o 'mercado de trabalho para imigrantes' lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes" (1998, p. 55). Na maioria dos casos, os imigrantes advindos de países do sul são vistos como mão de obra barata, empregados no setor secundário do mercado de países industrializados, recebendo baixos salários e pouco prestígio social. E o trabalho doméstico de mulheres brasileiras que se deslocam do sul em direção ao norte através do Programa *Au pair* se encaixa nesse padrão.

A *au pair* pode trabalhar até 45 horas semanais – não excedendo 10 horas diárias – e deve ter um dia e meio de folga a cada semana, tendo como remuneração 195,75 dólares semanais, ou seja, 783 dólares ao mês. O valor de 195.75 dólares resulta em 4,35 dólares por hora, valor inferior ao salário mínimo federal dos Estados Unidos que é de US$7,25. O fato de a remuneração da *au pair* ser aparentemente menor que o salário mínimo vigente é resultado do desconto de 40% da remuneração por pensão completa, isto é, hospedagem e alimentação oferecidos pela *host family*.

Entretanto, existem ações judiciais[55] em andamento nos Estados Unidos movidas por *au pairs* contra agências patrocinadoras do programa, isto é, as agências contratadas para mediar

[55] KOPPLIN, Zack. Politico Magazine, *They think we are slaves.* Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2017/03/au-pair-program-abuse-state-department-214956> Acesso em: 18 nov. 2017.

a interação entre *au pair* e *host family*. Essas ações alegam que as agências contratadoras de *au pair* determinam o salário a ser pago pelas *host families* com base em regulamentos federais incorretamente interpretados, de forma a ludibriar tanto as *au pairs* quanto as famílias que contratam seus serviços. Nos Estados Unidos, 29 estados têm taxas de salário mínimo mais elevadas que a taxa federal, portanto, *au pairs* de 29 estados estariam recebendo um valor consideravelmente menor que o previsto por lei. No estado de Washington, por exemplo, o salário mínimo é de 10,50 dólares por hora, dessa forma, a *au pair* residente nesse estado, em vez de 195,75 dólares, deveria receber $283,50 semanalmente.

Um dos processos[56] consiste em uma ação coletiva que representa cerca de 90.000 jovens que partiparam do programa entre janeiro de 2009 e outubro de 2018 e exigem salários justos e reconhecimento do valor de seu trabalho por parte das 15 agências privadas aprovadas pelo Departamento de Estado que administram o programa. Em caso de vitória das *au pairs,* as agências patrocinadoras serão obrigadas a atender às exigências do salário mínimo estadual – e pagar um valor retroativo referente ao que as *au pairs* deveriam ter recebido durante o intercâmbio –, bem como a impor o pagamento de horas extras e mudar a forma como o programa é comercializado para *au pairs*.

A baixa remuneração do trabalho da *au pair* resultou na criação do termo "au poor" pelas próprias participantes brasileiras do programa, um trocadilho com a palavra inglesa *poor*, que significa pobre. No blog de intercâmbio da agência de viagens *Student Travel Bureau* (STB), um artigo[57] publicado em maio de 2011 aponta dicas de "Como sobreviver com o salário de Au Poor no país do consumismo". No escrito, uma então *au pair* explica suas estratégias para poupar o *pocket money* recebido e conclui afirmando ser possível viver bem nos Estados Unidos com o salário. "Claro, não dá pra você passar a vida inteira ganhando esse salário pensando em sustentar uma família, mas enquanto estiver vivendo essa experiência, é um dinheiro suficiente para você realizar seus maiores planos", completa. O termo também é recorrente nos fóruns "*Au pair* - Grupão" e "*Au pair* – Grupão do Amor ♥", e geralmente vem acompanhado de pedidos de recomendação ou oferecimentos de serviços com preços acessíveis, bem como compartilhamento de promoções.

A respeito da dinâmica *live-in* – regime implementado no programa *Au pair* –, Maxine Margolis (1994, p. 201-3) afirma que apesar das vantagens óbvias de possuir residência e alimentação aparentemente gratuitas, a principal desvantagem desse tipo de serviço é seu

---

[56] Disponível em: <http://www.aupairclassaction.com/> Acesso em: 7 fev. 2019.
[57] Disponível em: <https://blogdointercambio.stb.com.br/como-sobreviver-com-o-salario-de-au-pair-nos-estados-unidos> Acesso: 17. dez. 2018.

potencial para a exploração, visto que, de certa forma, o fato de sua casa ser também seu local de trabalho faz com que essas mulheres estejam, de certo modo, de plantão a todo momento.

As autoras Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi apontam que o emprego doméstico detém marcas de precariedade que o caracterizam, tais como longas jornadas de trabalho e baixos níveis de rendimento. Essa precariedade recai, especialmente, sobre as mulheres que realizam trabalho doméstico nessa dinâmica *live-in*, ou empregadas domésticas residentes. As autoras explicam também que a precariedade dessa parcela de empregadas residentes pode ser compreendida quando analisado o fato que a maioria dessas mulheres são migrantes e não dispõem de outra moradia. Além disso, "são também aquelas jovens e solteiras que não formaram sua própria família e podem, por isso, se sujeitar às longas jornadas de trabalho e às restrições de sua liberdade de circulação" (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2000, p. 72 e 73).

Ao contrário de outros tipos de trabalhos domésticos, as condições de trabalho das *au pairs* estão sujeitas a regulamentos federais específicos e, além disso, as agências responsáveis pelo monitoramento da relação *au pair* e *host family* possuem pessoas encarregadas para mediar conflitos entre as duas partes. Essas mediadoras são conhecidas pelas *au pairs* como LCC, sigla para *local childcare consultant* (consultoras locais de assistência à infância). Entretanto, enquanto uma *au pair* brasileira desembolsa por volta de 600 dólares para participar do programa, uma família anfitriã paga aproximadamente 19 mil dólares, de forma que as agências mediadoras costumam priorizar as *host families* como clientes e procuram satisfazer suas necessidades ainda que isso vá contra o bem-estar da *au pair*. Agências e LCCs por vezes fazem vista grossa a abusos e maus-tratos ou até mesmo aconselham *au pairs* a acatarem situações desagradáveis visando à convivência familiar harmoniosa e a fim de evitar o *rematch* e a possível volta antecipada e forçada da *au pair* à sua terra natal.

Roberta[58], que participou do programa durante dois anos com uma só *host family,* afirma ter tido uma experiência maravilhosa que se assemelhou a um período sabático. Quando questionada sobre os pontos positivos e negativos do programa, rapidamente indicou o processo do *rematch*[59] como o principal ponto negativo.

> Entrevistadora: Quais tu consideras os principais pontos negativos e positivos do programa?

[58] Entrevista realizada no dia 17 de dezembro de 2018 com duração de 44 minutos. Roberta é um nome fictício.
[59] Quando a *au pair* entre em *rematch*, ela tem o período de duas semanas para encontrar uma nova *host family.* Se não encontrar, a *au pair* deve pagar sua própria passagem de volta ao país de origem.

> Roberta: Na minha experiência quase tudo é positivo, mas o ponto negativo é que não tem muita fiscalização. A *au pair* fica na mão da *host family*, você sente que não pode falar nada, que não tem voz, porque você sabe que pode perder a família. O *rematch* tem aquela regra do tempo muito pequeno, então você se submete a muita coisa só porque pensa "Ah, se eu pedir *rematch* tem chance de eu voltar pro Brasil". O *rematch* é um terrorismo. É como se eles fizessem do *rematch* um terrorismo que impede você, te paralisa e faz com que o *rematch* seja a sua última opção, porque pode te levar de volta pra casa. Ponto positivo é que é um intercâmbio muito barato. Gente que nunca pensou que fosse poder fazer um intercâmbio desses tem a oportunidade de ir. Você tem acesso à língua, cultura, e você ainda trabalha, então dá pra juntar dinheiro.

Isto é, o medo de não encontrar uma nova *host family* no período de duas semanas concedido no *rematch* e voltar para o Brasil é tão grande, que faz com que parte das *au pairs* se submeta a situações desagradáveis e até mesmo abusivas no ambiente de trabalho. É importante refletir sobre a relevante taxa de *rematches*, desistência ou abandono do programa por parte das jovens e sua relação com a precariedade desse tipo específico de trabalho doméstico. E, ainda sobre a relação tríplice entre as *au pairs*, coordenadoras locais, e *host families*: a verdade é que para além dessa relação, a convivência diária acontece somente entre a *au pair* e a família anfitriã, de forma que fora da legalidade do programa existem acordos realizados entre essas duas partes que não são comunicados às consultoras locais.

3.2.2 Regras do programa

Logo após assinatura do contrato com a *au pair*, as *host families* são encorajadas pelas agências mediadoras a criar uma lista de recomendações denominada "Regras da casa" com o propósito de estabelecer condutas adequadas a serem seguidas pela *au pair*. Essas regras podem envolver desde o horário-limite que a jovem deve voltar para a casa até pequenas obrigações da *au pair* enquanto membro da família tais como: ajudar a tirar o lixo ou auxiliar no preparo de refeições, até diretrizes no que dizem respeito ao uso do carro, do celular, da televisão, dentre outros tópicos.

Nas regras da casa em que Cristina morou e trabalhou por um ano e meio foi estabelecido que a jovem não deveria voltar para a casa depois da meia-noite nos dias de semana, pois os *host parents* exigiam que ela dormisse, no mínimo, oito horas antes de começar o expediente.

> Eu tinha *curfew*, era meia-noite. Eles exigiam que eu dormisse no mínimo oito horas antes de começar a trabalhar. A parte ruim do programa é que você é controlada. Eu, pelo menos, sentia que eu não era adulta, que eu era mais uma criança dentro da casa. Eu tinha meu dinheiro, eu tinha o carro disponível, mas eu tinha hora pra voltar pra casa. Não podia dormir fora, não podia isso, não podia aquilo. Então a parte ruim é essa limitação, esse controle que as famílias têm sobre você e que em outro trabalho normal ninguém teria. Por exemplo, vamos dizer que você trabalha de atendente de

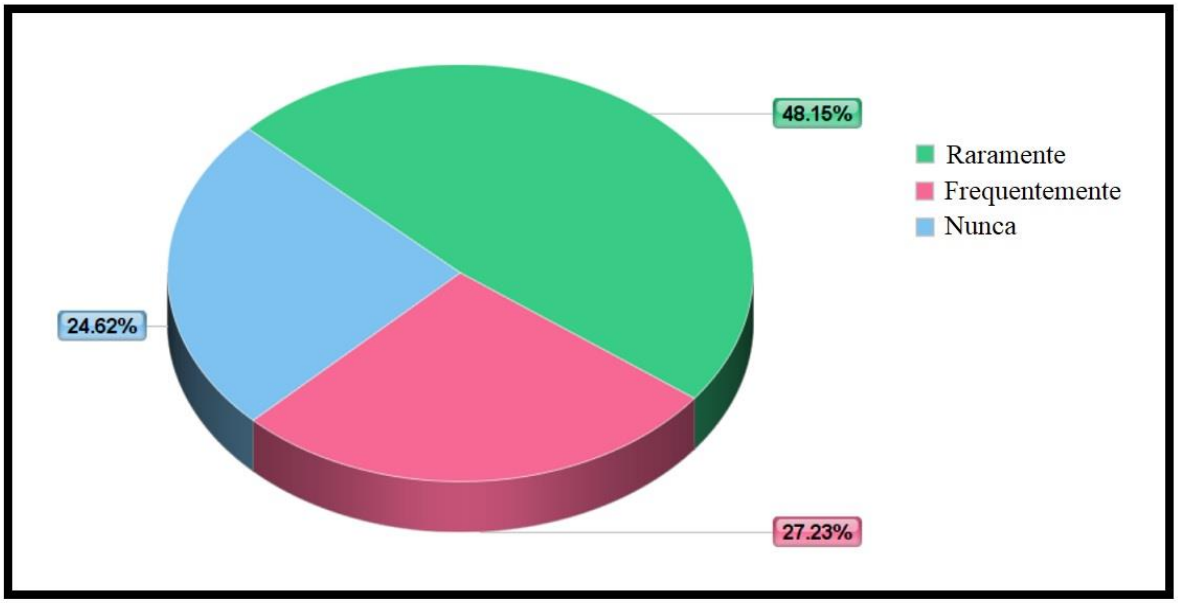
> comércio ou numa creche com criança ou é professor. Nenhum chefe seu vai te perguntar "Você dormiu oito horas?". Então acho que essa foi a parte ruim pra mim, o controle que eu senti e que não gosto. Mas quando a gente foi estender o programa, eu cortei isso. Eu falei "Olha, eu sou adulta e *curfew* não tá com nada" (risos). Vamos ser sinceros, eu tenho as minhas responsabilidades e se eu entrar no meu quarto vocês não vão saber se eu tô acordada ou dormindo. Vocês não podem me forçar a dormir oito horas por dia, isso é balela". E cortamos isso. (Cristina)

Apesar da existência das regras do programa e das regras particulares de cada *host family*, o limite entre "*au pair* trabalhadora" e "*au pair* enquanto membro da família" ainda é tênue. Se após o fim do expediente, *host parents* pedem à *au pair* que ela cuide das crianças enquanto eles preparam o jantar, isso configura hora trabalhada? Algumas *au pairs* optam por passar parte do seu tempo *off* – sua folga – com a *host family* e não se importam em conviver com as crianças fora do horário de trabalho por considerarem essas ocasiões uma forma de confraternização familiar. Outras preferem manter uma relação estritamente profissional com a *host family* e, após finalizadas as horas estipuladas no *schedule*[60], retiram-se das áreas comuns da casa a fim de delimitar de forma clara os limites entre o trabalho e sua vida pessoal.

Em relação à contabilização das horas e diante do limite turvo entre convívio familiar e atividades enquanto membro da família em contraste com a *au pair* como prestadora de serviços, "em vez da relação contratual racional, monetizada subjacente ao trabalho remunerado, o trabalho doméstico é tipicamente visto como um contrato moral mútuo, incorporado nas densas relações sociais e de gênero da família" (CHUANG, 2013, p. 312). Isto é, o pagamento financeiro de possíveis horas extras é, por vezes, mascarado de modo que a recompensa por ajudar nos afazeres domésticos familiares acontece "na moeda moral" da apreciação, do cuidado e da integração familiar. (HESS, PUCKHABER, 2004, p. 69), caracterizando um discurso que permite aos empregadores exigir uma maior flexibilidade e mais horas trabalhadas por parte das *au pairs*, de formas que estas últimas recebam como recompensa pelo seu trabalho gratidão e gentileza da *host family*.

[60] O *schedule* é um cronograma organizado pela *host family* que determina as horas de trabalho da *au pair* bem como seu tempo livre. O cronograma não pode ultrapassar 10 horas diárias e 45 horas semanais.

Gráfico 7 – Frequência com que as regras do programa foram quebradas por parte da *host family*



Fonte: Elaborado pela autora

Quando questionadas com que frequência as regras do programa haviam sido quebradas por parte da *host family*, apenas 24,62% das respondentes – 93 entre as 378 mulheres – afirmaram que isso nunca havia acontecido. Dentre as 285 mulheres que vivenciaram quebra de regras no programa, 182 (48,15%) afirmaram que o fato aconteceu poucas vezes, enquanto 103 mulheres (27,23%) disseram que regras eram quebradas frequentemente.

Em seguida, os questionários perguntavam a essas mulheres que vivenciaram quebra de regras do programa quais normas haviam sido desobedecidas. A respondente poderia assinalar mais de uma das cinco[61] opções listadas e havia, ainda, uma opção "Outro". Caso a norma desobedecida não se enquadrasse em nenhuma das cinco opções apresentadas, a jovem poderia responder livremente e descrever a situação de quebra de regras.

A resposta mais citada foi, por 240 respondentes, a extrapolação das horas máximas trabalhadas. Em seguida, a falta de pontualidade no pagamento do *pocket money* – salário –, que deve ser pago semanalmente, foi citada por 114 jovens. Em terceiro lugar, 85 mulheres afirmaram ter tido sua integridade física e emocional ameaçada durante o programa. Além disso, 39 respondentes afirmaram não terem acesso à mesma alimentação que a *host family*,

[61] Entre as cinco regras comumente quebradas previstas nos questionários estavam: trabalhar no máximo 45 horas semanais e 10 horas diárias; acesso à mesma alimentação que a *host family*; tempo adequado para completar os créditos requeridos pelo programa; integridade física e emocional; e pontualidade no recebimento de *pocket money* (salário).

enquanto 34 jovens afirmaram não terem tido tempo adequado para completar os créditos requeridos pelo componente educacional do programa.

Entre as respondentes que assinalaram a opção "Outro", apareceram as seguintes respostas:

1. Nos meus dias *off*, se eu não saísse de casa, muitas vezes acabava ficando sozinha com as *kids.* Meus *hosts* saíam pra ir "logo ali rapidinho", e demoravam sempre, no mínimo, umas três horas parar voltar;
2. no meu caso foi tudo de comum acordo. Eles me pagavam extra e eu concordei em trabalhar as horas a mais em troca de um valor X;
3. cheguei a trabalhar mais de 100 horas em uma semana; trabalhei duas semanas sem folga;
4. a *host family* não queria que eu tirasse as duas semanas de férias;
5. às vezes a *host mom* achava que o marido me pagou, e o marido achava que a esposa me pagou e, por isso, atrasavam o salário. Ou atrasar para chegar em casa por motivo de trânsito. Acidentalmente, nunca propositadamente;
6. sofri agressão por parte da *host mom*. Atualmente estamos em processo na corte devido a isso.
7. humilhação, agressão física e verbal. Regras não eram claras com relação a limpeza, comida, agenda, nada era claro. O serviço era extremamente pesado e não tive suporte para estudos de acordo com as regras;
8. falta de privacidade. Os *hosts* entravam no meu quarto sempre que queriam, deixavam tudo aberto, luz acessa, guardavam coisas lá o tempo todo, eu me sentia invadida;
9. esconder comida, exigir roupas de cama lavadas e passadas toda semana assim como roupas comuns. Fazer menu semanal com receitas diversas e me obrigar a cozinhar para todos na casa, além de ser a única responsável pela louça de todos, lavar louças de todos a mão, secar e guardar. Fora os maus tratos psicológicos como dizer que não me quer por perto no horário *off,* devo sumir da casa, pois apreciam o momento em família deles e não querem que eu atrapalhe isso. Me mandar me retirar e ir para o meu quarto no momento da janta que eu cozinhei e mesa que eu coloquei, pois queriam um momento em família.

No caso de Bárbara, o que a levou a pedir *rematch* foi a desobediência e agressividade do adolescente de 11 anos de quem cuidava.

> Eles eram uma família bem rica, o pai era médico e a mãe trabalhava no consultório dele. Eram cinco crianças, mas só uma morava na casa. Os outros três eram filhos só do pai e a outra menina já tava na faculdade e só vinha no feriado e férias. O menino de 11 anos que morava na casa era muito mimado. Eu praticamente só dirigia, mas ele era muito mimado, não me respeitava. Eu tinha que dar banho nele! Ele tinha 11 anos e eu tinha que dar banho nele! Teve um dia que eu já tava muito estressada porque ele não me respeitava, me tratava igual lixo. E sempre me chamava de lixo. Aí um dia eu fui buscar ele. Ele tava no shopping com a mãe e eu fui buscar ele pra praticar o basquete e na hora que ele entrou no carro, ele falou "Você não serve nem pra carregar minhas sacolas", aí eu falei assim "Você nunca mais vai falar isso pra mim". Cheguei em casa e fui falar sobre isso com a mãe, e ela disse que ele só tava estressado. A gente ia viajar pro Havaí no dia seguinte. Eu falei pra ela que se fosse pra ser assim, eu não iria, e ela falou "Você não quer mais viajar pro Havaí com a minha família ou você não quer mais minha família?" "Eu não quero mais sua família" e pedi *rematch* (risos). Aí ela me falou "Você tem que sair da minha casa amanhã cedo, vai arrumar suas coisas", e eu fui arrumar minhas malas e no outro dia a LCC me buscou. (Bárbara)

Já no caso de Bianca, a desobediência da criança não resultou em *rematch* graças à interferência dos *host parents*:

> As crianças me respeitavam muito, eu sempre tive muita abertura e muita liberdade com eles, nunca tinha problemas. Mas o menino do meio entrou numa fase de querer me bater, então eu conversei com a minha *host mom* e o meu *host dad* e eles totalmente me apoiaram, deram uma superbronca nele, falaram que ele tinha que mudar. Então eles sempre me apoiaram no sentido das crianças me obedecerem. (Bianca)

Além da ocorrência de violência física e emocional, é comum a extrapolação das horas trabalhadas – a regra mais frequentemente quebrada. Bárbara, por exemplo, é apenas uma entre as milhares de *au pairs* que fecham acordos informais com a *host family*: o pagamento de horas extras.

> Entrevistadora: E sobre a questão de regras: as regras foram obedecidas pela tua *host family*?
> Bárbara: Eu trabalho mais que 45 horas por semana, mas eles me pagam extra. Eles me pagam 50 dólares a mais. Eles sempre pagam 200 ou 230 quando eu não faço extra, e quando eu faço extra, eles me pagam 10 dólares a hora. E tem dia que acontece alguma coisa e eles tem que ir pro hospital, e aí eu faço *overnight*, mas é só.
> Entrevistadora: E tu quebrou alguma regra?
> Bárbara: Sim (risos). Faço *babysit* quase todo sábado.

Dessa forma, Bárbara passou a ser remunerada pelas horas trabalhadas a mais que não estão previstas no pagamento semanal e que são proibidas pelas regras do programa. É importante ressaltar que ao aceitar trabalhar horas extras, a *au pair* também está quebrando as regras do programa. No caso de Cristina, o pagamento de horas extras acontecia semanalmente, visto que as 45 horas semanais máximas delimitadas pelo programa não eram suficientes pra cobrir o horário de trabalho dos *host parents*, de forma que os pais a ofereceram 10 dólares por cada hora extra trabalhada.

> Entrevistadora: E a respeito da dinâmica de trabalho com a *host family*, como funcionava? Alguma regra do programa foi quebrada por ti ou pela *host family*?
> Cristina: O programa diz que você não pode trabalhar mais que 45 horas por semana ou 10 horas por dia. Antes de eu vir, eles não me falaram nada, mas assim que eu cheguei, eles sentaram comigo e falaram assim "Olha, Cristina, a regra do programa é essa, de 45 horas, mas nós precisamos de 50 horas, porque esse é o horário que a gente trabalha. Eu só consigo chegar em casa nesse horário". Eles saíam às 8 da manhã e voltavam às 6 da tarde, às vezes até mais tarde, mas tava tudo tranquilo. Eles me perguntaram, falaram assim "A gente oferece 10 dólares por hora, 50 a mais por semana. Você aceita? Se você não aceitar, não tem problema. Não sinta como se fosse sua obrigação, a gente pode contratar outra pessoa pra cobrir essas horas". Aí na época, sinceramente, eu pensei "Ah, mais dinheiro! Beleza!", só que se eu soubesse realmente como seria, eu teria dito assim "Olha, sem problema. Vamo fazer isso sim, mas se tiver um momento em que eu queira sair mais cedo, eu aviso e combinamos pra eu só trabalhar só as 45 horas". Eu deveria ter falado isso, mas na época eles me pegaram de "calça curta", eu aceitei e foi de comum acordo. Não foi uma coisa que eles me obrigaram "Vamos quebrar as regras e te explorar". Eles sentaram comigo, explicaram a situação e me deram a oportunidade e a opção de aceitar ou não. Eu aceitei pelo dinheiro. E aí foi super tranquilo no começo, né, a ansiedade, a coisa toda, você trabalha que você nem vê. Depois de um tempo, você vê que "Poxa, é bastante tempo trabalhando". O tempo foi passando e teve uma hora que realmente ficou pesado, mas eles não me exploravam. Também teve um fim de semana que eles viajaram e eu cuidei das crianças sozinha. Eles me deram, na época, 400 dólares. Se for contar financeiramente, eles poderiam ter pago mais, mas eu aceitei. Eu acho que quando duas pessoas aceitam, não tem essa de exploração, porque eles não tavam me colocando na parede pra eu aceitar. Por muito tempo eu considerei eles a minha família nos Estados Unidos e ainda considero.
> Entrevistadora: E tu quebrou alguma regra? Fez *babysit* pra outra família ou coisa assim?
> Cristina: (pensa) Teve uma única vez que eu fiz, eu queria experimentar. Aí fui lá e fiz, foram duas horas. Eles não sabiam e eu fiquei super sentida, nunca mais fiz depois.
> Entrevistadora: E quanto tu recebeu por hora?
> Cristina: 15 dólares a hora, mas foi a pior experiência da minha vida. Não o trabalho, mas a sensação de que eu tava quebrando as regras, porque eu não tinha conversando com eles. Então depois disso eu nunca mais fiz, me contentei com meus 250 dólares por semana e bola pra frente.

Segundo as regras do programa, sob nenhuma circunstância a *au pair* pode prestar o serviço de cuidado infantil para outra família além da sua *host family*[62]. Mas várias das *au pairs* brasileiras que foram entrevistadas confessaram ter quebrado as normas do programa ao fazer *babysit* remunerado para famílias além da sua família anfitriã. Por vezes, a própria *host family* indica sua *au pair* para cuidar das crianças dos vizinhos ou amigos. Carla, além de receber 10 dólares por cada hora extra trabalhada para sua família anfitriã, foi indicada aos vizinhos pelos próprios *host parents*.

[62] Também segundo as regras, as *au pairs* não devem trabalhar mais de 45 horas por semana e, mesmo assim, muitas participantes fazem acordos extraoficiais de pagamento de horas extras com suas famílias anfitriãs – o que configura quebra de regras do programa. No entanto, muitas *host families* não permitem que a *au pair* trabalhe como *babysitter* para outras famílias – o que também configuraria quebra de regras. Essa relatividade no que diz respeito ao cumprimento das regras do programa evidencia o pensamento de algumas famílias anfitriãs: as regras podem ser quebradas, mas apenas se o beneficiado for a *host family*.

Mas para além de expectativas frustradas, excesso de horas trabalhadas e *rematches,* o programa *Au pair* proporciona a várias mulheres o que elas consideram ser o melhor ano de suas vidas. Muitas participantes encontram na *host family* uma família postiça e se consideram sortudas por terem encontrado famílias que lhes presentearam com liberdade e confiança.

> Eu considero que eu dei muita, muita, muita sorte. Eles sempre me deixavam muito à vontade. Mas eu sempre fui muito responsável também, sempre tive muito medo de *rematch* ou de acontecer alguma coisa, porque eu tava em outro país, sabe, então eu tentava respeitar ao máximo. Eu pensava assim: a casa é deles, regras deles, eu tô aqui pra isso. Eu não sou uma pessoa que veio pra cá curtir a vida, eu queria respeitar, agradecer por eles estarem abrindo a casa deles pra mim. Nas raras vezes que eu tive que trabalhar a mais, eles sempre se desculpavam, mas nunca me pagavam extra. Me avisavam, perguntavam se eu podia. E eu achava de boa, pelo fato de eu nunca trabalhar as 45 horas, ter o carro com gasolina paga por eles. Então eu achava que eu podia fazer isso, não era algo que ia me incomodar. (Isabela)

Contudo, mesmo após uma experiência considerada excelente, Isabela optou por não estender o programa *Au pair*.

> Entrevistadora: E mesmo tendo uma experiência tão boa, tu não optou por renovar. Por quê?
> Isabela: É porque assim que eu cheguei aqui, eu fiz 26. E eu tava achando que tava na hora de tomar uma decisão. Eu acho que o *Au Pair* é uma ótima oportunidade pra abrir portas. Antes de vir pra cá, eu ficava com aquele medo: será que eu vou me adaptar? Eu achava que era muito difícil mudar de país, então vir pra cá me mostrou que não é tão difícil quando eu pensava, e que eu poderia estudar aqui ou fazer qualquer outra coisa. Mas a minha idade… Eu achava que eu era velha, então eu não queria mais um outro ano, porque eu achava que o que o *Au pair* tinha pra me proporcionar já tinha me proporcionado, entende? Em abril eu fiquei noiva do meu marido e meu ano ia acabar em junho. Então também não tinha porque eu continuar como *au pair* se eu podia casar, mudar e procurar um futuro aqui. Eu pensei muito se eu renovava ou não, mas eu resolvi que tava na hora de tomar uma atitude que fosse contar mais pro futuro. O *Au pair* é legal, é muito bom, a família era maravilhosa, mas pro momento da minha vida não era o que eu precisava. Faz sentido? (risos)

Segundo a jovem, um ano havia sido o período de tempo ideal para cumprir seus objetivos. Entretanto, isso não é o que acontece com a maioria das jovens brasileiras que participam do intercâmbio.

3.3 Extensão do programa: renovação do contrato

Ao sair do Brasil, as participantes do programa assinam um contrato em que se dizem dispostas a viver por, no mínimo, um ano nos Estados Unidos. Apesar de a maioria das

participantes cumprir o contrato, segundo relatório anual[63] de análise do programa *Au pair* publicado em 2016, 17.586 jovens iniciaram o programa em 2015 e dentre essas participantes, 3.478 *au pairs*, o que representa 19,77% das participantes, deixaram o programa antes da conclusão do contrato de 12 meses.

Para melhor compreender a existência de conflitos ou o embate de expectativas por parte da *au pair* e da *host family,* que muitas vezes resulta em desistências ou *rematch*, é crucial observar a forma como o programa é vendido para ambas as partes. A agência *Cultural Care*, por exemplo, detém de mais de um *website*[64]: um direcionado a *host families* e outro direcionado as *au pairs*. No site direcionado às *au pairs*, a agência enfatiza o propósito cultural do programa afirmando: a "família anfitriã quer que você se torne um membro de sua família, então eles vão oferecer a você uma oportunidade de aprender sobre a cultura americana ao passo que você também compartilha sua cultura com eles diariamente". Simultaneamente, no site direcionado às *host families*, o programa é vendido como uma alternativa barata para substituir creches e babás: "uma solução flexível e acessível para assistência a infância".

Ao pesquisar sobre o tema, a socióloga Mirza Aguilar Pérez utiliza o conceito "dilema cosmopolita" para definir as experiências conflituosas das au pairs mexicanas - que muito se assemelha a das brasileiras - no que diz respeito às expectativas em relação ao intercâmbio e ao componente de trabalho doméstico do programa.

> Nos discursos das agências de *au pair* há uma narrativa latente de conto de fadas: as *au pairs* são convidadas a realizar um sonho, viajar, aprender, ganhar dinheiro, participar de intercâmbios culturais e melhorar seu inglês. Essa narrativa se estende às redes sociais de *au pairs*, blogs e fóruns com *au pairs* contando histórias que destacam a possibilidade de experimentar uma aventura que muda vidas. Esta narrativa de conto de fadas é construída sobre o "dilema cosmopolita": como uma jovem mexicana pode ser educada, cosmopolita e bilíngue, mas ainda assim capaz de fornecer cuidados infantis amorosos como uma "boa mulher" deveria? Esse dilema sustenta a contradição entre o sonho das *au pairs* de viagens internacionais e a vida na cidade global com a realidade do trabalho infantil exaustivo e do trabalho doméstico degradante. (PÉREZ, 2015, p. 214)

Isto é, mulheres relativamente privilegiadas experimentam a mobilidade temporária de classe que consiste no dilema cosmopolita. Ao mesmo tempo que o programa *Au pair* representa uma "forma de migração aspiracional, que se baseia na mobilidade social imaginária e no capital cultural" (PÉREZ, 2015, p. 208) e exige uma jovem cosmopolita e bilíngue, o programa

---

[63] Disponível em: <https://www.politico.com/f/?id=0000015b-0cf2-d4b9-abff-3ffe31fd0001> Acesso em: 4 dez. 2018.
[64] Disponível em: <https://go.culturalcare.com> Acesso em: 7 fev. 2019.

também exige uma mulher capaz de realizar tarefas domésticas de limpeza e cuidado enquanto oferece assistência infantil numa jornada de trabalho diária que pode chegar a dez horas.

Devido ao uso das redes sociais e ao contato com mulheres que já foram ou são *au pairs*, ao migrar, a maior parte das jovens está ciente da quantidade de trabalho que as aguarda. A maioria consegue não apenas lidar com o contrato pré-estabelecido no seu país de origem, mas opta ainda por estendê-lo. A *au pair* pode fazê-lo por mais seis, nove ou 12 meses; bem como pode escolher se quer continuar com a mesma *host family* ou se prefere trocar de família.

No entanto, ao pesar prós e contras, muitas participantes continuam indecisas e decidem recorrer aos fóruns no Facebook para consultar as opiniões e experiências de outras *au pairs*. A opinião de familiares, as notícias vindas do Brasil e os relatos de *au pairs* que regressaram ao Brasil e também das que continuaram a residir nos Estados Unidos costumam ser os fatores de influência na escolha das jovens.

Figura 10 – Publicação no "*Au pair* – Grupão do Amor ♥" referente a dúvida quanto a extensão do programa

[redacted] ▸ Au pair - Grupão do Amor ♥
May 9, 2015

Pessoal, meu programa acaba em outubro, mas estou vendo essas reportagens sobre essa crise do Brasil e realmente está me deixando aflita.. Pelo menos em MG sei que estão despedindo em massa... Principalmente na área da mineração que é a área que eu tenho experiência..
Não estou muito por dentro das notícias.. mas vocês acham que essa situação melhora? Será que compensa estender o programa? Ou estendendo ou não quando eu voltar pro Brasil a situação vai estar desse jeito?
Tenho muito receio de voltar e ficar desempregada...😐

20 57 Comments

Like Comment

View previous comments 49 of 57

[redacted] Aqui no Rio não está diferente, desemprego, o insegurança, preço s altíssimos e o que mais escuto são pessoas falando que não conseguem emprego ou tem alguem na família que foi demitido.. Ta difícil viu.
3y · Like 3

[redacted] Pois é [redacted] tb compartilho do msm pensamento... Tenho medo de voltar e ficar desempregada... Mas agora com a experiência do inglês vc pode encontrar emprego como professora. Pode n ser aquilo q vc quer, mas já é um começo... Escola sempre precisa!
3y · Like 3

[redacted] Olha eu acho q vc tem q fazer o q o seu coração mandar. Eu estou voltando depois de 2 anos aqui, aos 28 anos e acho que esta passando da hora, tenho uma familia ótima, viajei bastante e sou feliz aqui, mas chegou a hora de voltar e fiz o q devia aqui. O Brasil já passou por crises anteriores lembram? 2008 foi terrivel tb e nós estavamos lá e vamos sobreviver a essa tb. Não fique pq vc está com medo ou porque se sente pressionada, fique somente se vc tiver planos aqui e sentir q deve ficar, se decidir voltar, saiba q terá caminhos a trilhar, mas vai com fé, confiante em vc q da certo 😉
3y · Like 13

[redacted] Prefiro voltar do que ficar sendo au pair e morando na casa dos outros! Emprego sempre vai existir, o mundo não para e precisam de mão de obra... Pode demorar, mas algum emprego vc arruma sim!
3y · Like 4

Fonte: Reprodução/Facebook

Nesta publicação de maio de 2015, uma jovem compartilha suas aflições sobre a possível instabilidade que enfrentaria ao retornar ao Brasil. Nos comentários, enquanto uma *au pair* também diz sentir medo de ficar desempregada no Brasil, uma outra a tranquiliza ao dizer

que a experiência internacional poderá auxiliar a obtenção de um emprego provisório como professora de inglês.

No caso de Carla, o incentivo da mãe e a crise no Brasil foram fatores cruciais para a escolha pela extensão do programa.

> Quando eu decidi renovar, o Brasil tava passando por aquela crise, tava rolando o *impeachment* da Dilma, tava aquela loucura toda e a minha mãe disse "Filha, você vai voltar pra cá pra ficar dentro de casa louca procurando emprego. Eu acho melhor você ficar aí mais um ano. Então se você achar um lugar legal, uma família legal, vai! Só tenta" e foi assim que eu decidi passar pela extensão. A minha família do primeiro ano queria que eu ficasse com eles mais um ano, eles até ofereceram pagar 250 dólares por semana, mas eu não queria ficar de jeito nenhum, era muito trabalho. E aí quando eu falei pra eles que eu ia estender, mas não com eles, a mãe ficou bem chateada porque queria que eu ficasse lá, mas ela acabou escrevendo uma carta de recomendação maravilhosa pra mim sem eu saber. Meu processo de extensão foi bem tranquilo quanto à escolha de família, eu só ia estender se eu achasse uma família que realmente valesse a pena e fosse me proporcionar uma ótima experiência. Eu falei acho que com mais de 20 famílias que chegaram a me contatar. Foi bastante surpreendente até pra mim. Eu fiz uma lista de coisas pro meu segundo ano, lugares que eu queria ir. Isso acabou me ajudando na escolha da minha segunda família. Acabei vindo pra uma família no subúrbio de Chicago com duas meninas: uma de três e uma de oito anos. Eu tinha carro só pra mim, a família me dava um cartão de crédito pra eu usar com gasolina e compras no mercado. Eu trabalhava menos de 45 horas por semana, eu trabalhava 35, às vezes 30 horas por semana. Os meus *hosts* eram superlegais, eles foram uma família mesmo pra mim. Foram realmente 12 meses que valeram a pena. Todo o excesso de trabalho e todo o perrengue que eu passei nos primeiros 12 meses (risos) valeram a pena quando eu vim pra Chicago pra morar com essa família. Foi onde eu senti muito menos *homesick*, eu gostava de ficar em casa, de conversar com meus *hosts*, gostava das meninas. Foi um ano muito fácil, os meus *hosts* eram muito generosos e valorizavam muito o meu trabalho. Essa é a diferença: tem família em que você se sente maravilhosa, você sente que tá fazendo a diferença, e tem outras famílias que você é só mais uma pessoa na casa. Foram duas experiências completamente distintas. (Carla)

De acordo com dados do relatório[65] oficial publicado em 2016, 53% das jovens que participaram do *Au pair* no ano de 2015 consideraram a experiência com a *host family* excelente, enquanto 33% a consideraram boa. Além disso, são altos os índices de extensão; segundo Bill Kapler[66], presidente da agência *Go Au pair*, aproximadamente 50%[67] das *au pairs* afiliadas a sua empresa optam por estender o programa.

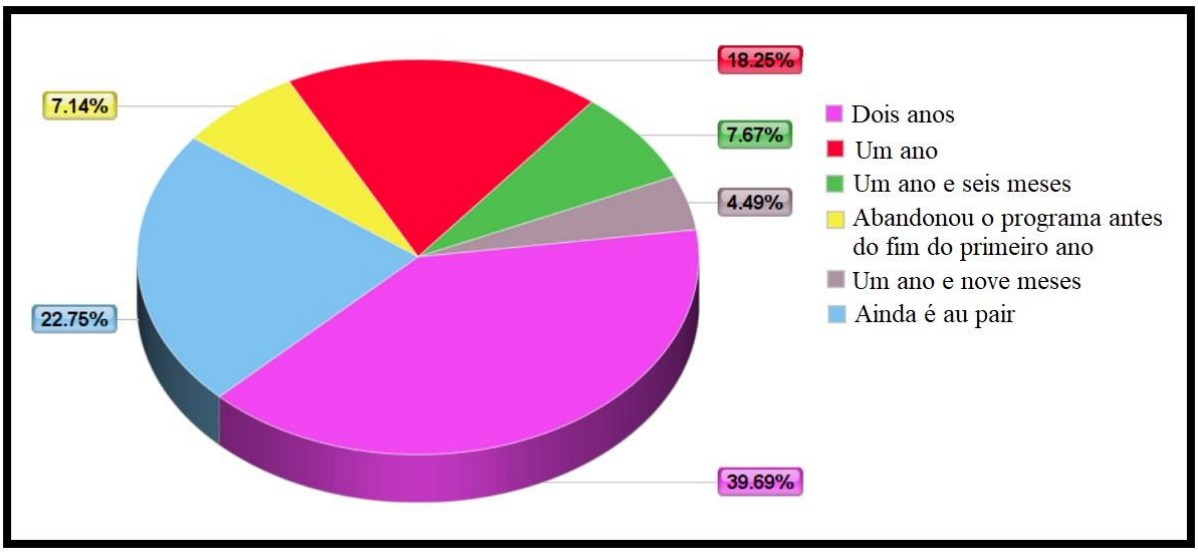
---

[65] Cf. nota 57 deste capítulo.

[66] Disponível em: <https://jezebel.com/au-pairs-an-international-class-of-domestic-workers-a-1823646266> Acesso: 14 dez. 2018.

[67] A extensão do intercâmbio pode, em parte, ser um indicativo de que a experiência no programa foi satisfatória, mas, por outro lado, pode configurar uma estratégia de permanência nos Estados Unidos para aquelas que anseiam pela residência permanente e percebem a extensão como uma possibilidade legal de permanecer no país por mais tempo.

Gráfico 8 – Duração do intercâmbio das *au pairs* brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora

No caso das *au pairs* brasileiras, os dados dos questionários sugerem que a maior parte das jovens estende o contrato. Apenas 27 mulheres, 7,14% das respondentes, abandonaram o programa antes mesmo de finalizar o primeiro ano. Nesse caso, a jovem é responsável pela compra de sua própria passagem de volta para o seu país. Caso a jovem cumpra o contrato e finalize seu intercâmbio, a agência paga a passagem. Dentre as 378 respondentes, 86 jovens – o que corresponde a 22,75% - afirmaram ainda estar no primeiro ano do programa, de forma que a duração da experiência permanece indeterminada.

O maior grupo de jovens é composto por 150 mulheres, 39,69% das participantes, que estenderam o programa pelo período máximo, de forma a residir nos Estados Unidos por dois anos como *au pair*. Como previsto no acordo inicial, 69 mulheres (18,25%) viveram o intercâmbio pelo período de um ano, enquanto 29 mulheres (7.67%) estenderam por mais seis meses e foram *au pair* durante um ano e seis meses; e 17 mulheres (4.49%) estenderam por mais nove meses, de modo a residir nos Estados Unidos por um ano e nove meses.

Os motivos que levaram as mulheres a estender o programa são os mais variados. Desde vontade de melhorar o currículo para retornar ao Brasil e conseguir um bom emprego até o desejo de juntar dinheiro suficiente se matricular em uma faculdade estadunidense, como foi o caso de Bianca.

> Eu estendi, na verdade, porque eu tava já planejando fazer *college* aqui, eu queria muito. Já que eu não tinha começado a faculdade no Brasil, eu pensei que seria uma

> super oportunidade de eu conseguir aplicar[68] pra fazer a faculdade aqui. E então eu decidi, conversei com meus pais e eles falaram que tudo bem. Estendi por mais um ano pra aprimorar o inglês mais ainda e juntar mais dinheiro pra poder fazer a faculdade. (Bianca)

Com Laura foi diferente. Ao sair do Brasil a jovem temia que o apego a família fosse ser um problema, mas ao chegar nos Estados Unidos o problema foi outro: conflitos e mentiras por parte da *host mom* a levaram a pedir *rematch*. Mas nem o apego a família nem as experiências ruins no primeiro ano foram motivo suficiente para que Laura deixasse de estender seu intercâmbio.

> Laura: Depois de tudo que eu passei no meu primeiro ano, eu pensava assim "Ah, eu quero acabar esse programa e voltar pro Brasil logo". Mas as coisas aconteceram de forma diferente.
> Entrevistadora: E por que tu decidiu estender se a tua experiência no primeiro ano foi, de certa forma, ruim?
> Laura: Eu decidi estender porque eu queria realmente ter a experiência de que o programa *Au pair* era bom. Eu queria ter as mesmas experiências que as minhas amigas tavam tendo. Elas viajavam, estudavam, faziam os cursos que elas queriam. A família proporcionava uma vida legal pra elas, flexível. E eu não tinha aquilo, eu não tive aquilo. E eu não queria desistir e voltar dos Estados Unidos com uma frustração de não ter tido aquela experiência legal como *au pair*. Aí eu comecei o processo da extensão e quando eu fechei com a família foi quando eu conheci meu marido, o que fez as coisas mudarem completamente. Mas resumidamente o motivo foi que eu não queria de jeito nenhum voltar pro Brasil com aquele sentimento "Ai, o *Au pair* não é bom. A minha experiência foi péssima".

Já Joanna saiu do Brasil rumo aos Estados Unidos com o objetivo de juntar dinheiro, estudar inglês e então voltar para o seu país com o propósito de ficar uns meses sem trabalhar para finalizar a redação de um livro. Entretanto, nada seguiu o rumo planejado. Joanna abandonou o programa aos seis meses após uma experiência ruim com a *host family* seguida por um pedido de casamento. Apesar de ponderar a existência de *host families* boas e ruins, a jovem acredita que a extensão pode ser desgastante, visto que o trabalho de *au pair* não possibilita nenhum tipo de promoção de cargo ou crescimento na área.

> Eu acho que, muitas vezes, o fato de você morar com a família faz com que as *host families* vejam as *au pairs* como uma adolescente. Muita família não vê que você é uma adulta trabalhando. Algumas famílias veem você como uma escrava, literalmente, tipo "Tô pagando um monte pra agência, tô pagando pra *au pair*, tô pagando a comida, a estadia, então ela tem que fazer tudo isso pra mim. Se ela não fizer tudo é um absurdo". É… (pensa) mas também tem família que entende e faz você ser parte da família. Só que você cuida de uma família que não é sua e você nunca vai evoluir nesse emprego. Você pode evoluir no inglês, mas você não vai

[68] Como explicam Valéria Magalhães e Steven Butterman (2017) "aplicar é um anglicismo utilizado pelos imigrantes brasileiros para se referirem a 'inscrição' ou 'entrar com a papelada'" (p. 210).

> crescer no emprego, então isso desmotiva a pessoa, sabe? Por isso acho que ficar dois anos pode ser desgastante. (Joanna)

É importante ressaltar que algumas coisas mudam na vida da *au pair* durante o período de extensão. Na primeira ida ao consulado estadunidense, ainda no Brasil, as candidatas recebem um visto com duração de apenas um ano, de forma que, no período da extensão, o visto expira, portanto, a *au pair* recebe um formulário DS160[69] novo, que a autoriza a morar legalmente no país durante a extensão do programa. Entretanto, portadora apenas do DS160 e não mais do visto, a *au pair* fica impedida de sair e retornar aos Estados Unidos, a não ser que retorne ao consulado no Brasil para tirar um novo visto.

Roberta, por exemplo, aproveitou uma visita ao Brasil no Natal de 2017 para renovar o seu visto para a extensão. A *host family* já havia comunicado à jovem que eles fariam viagens a Belize e México internacionais no ano seguinte, e se a jovem portasse apenas o DS160 seria proibida de sair dos Estados Unidos a passeio e depois retornar para dar continuidade ao intercâmbio. Por isso, não é raro que *au pairs* retornem ao seu país de origem para solicitar um novo visto.

> Entrevistadora: Tu disse que foi pros Estados Unidos achando, com certeza, que iria voltar. Em que momento tu decidiu estender?
> Roberta: Acho que eu decidi estender depois de uns seis meses que eu tava nos Estados Unidos, mas eu não contei logo pros *host parents,* esperei passar o verão, porque no verão eles sobem nas minhas costas, eu trabalho mais. Então eu não queria falar que eu ia ficar, porque eles iam ficar muito confortáveis e iam me pedir pra fazer um monte de coisa que não era pra eu fazer. Aí eu contei pra eles depois do verão. Ela ficou super feliz, estendemos. Eu vim pro Brasil, peguei outro visto, porque eu não queria ficar presa nos Estados Unidos. Queria poder vir no Brasil visitar e queria viajar pra Belize e pro México com a *host family* também.

Roberta não teve dúvidas de que estenderia. Entretanto, a dúvida "estender ou não estender" assola muitas das participantes quando o fim do primeiro ano do intercâmbio se aproxima. E, muitas vezes, uma dúvida similar volta a aparecer quando o fim do segundo ano se aproxima: "voltar para o Brasil ou continuar residindo nos Estados Unidos?". Entretanto, após o fim do período da extensão, o programa *Au pair* já não oferece mais nenhum tipo de opção de continuidade nos Estados Unidos. Próximo da conclusão do intercâmbio, a agência envia a *au pair* um e-mail pedindo que a jovem informe a data escolhida para voltar para o seu país de origem, mas grande parte das *au pairs* brasileiras não deseja retornar ao Brasil e passa, então, a buscar estratégias para continuar a residir nos Estados Unidos. É sobre essas brasileiras

[69] O DS160 é um formulário eletrônico que tem como função coletar informações de pessoas que aplicarão para um visto americano.

que continuam a residir nos Estados Unidos após o término do programa que vamos falar no próximo capítulo.

4 AS ROTAS DESVIANTES: MUDANÇA DE *STATUS* E DE VIDA

"Se eu voltar pro Brasil como engenheira, eu vou arrumar um emprego e ganhar, no máximo, quatro mil reais por mês. Se eu andar com meu Iphone na rua, eu vou ficar com medo de ser assaltada. Um carro eu vou demorar três anos pra conseguir comprar", alega Bárbara ao explicar o porquê de ter escolhido continuar a residir nos Estados Unidos após o término do seu intercâmbio. Segundo a jovem, em três meses, com dois ou três mil dólares, ela conseguiria comprar um carro usado em bom estado nos Estados Unidos, além de uma série de pequenas vantagens garantidas pela segurança pública, como andar despreocupada com o celular na rua e não se preocupar em ser seguida em idas ao banco. "É outra vida. É uma paz de espírito, é uma paz mental", conclui Bárbara sobre a vida em território norte-americano.

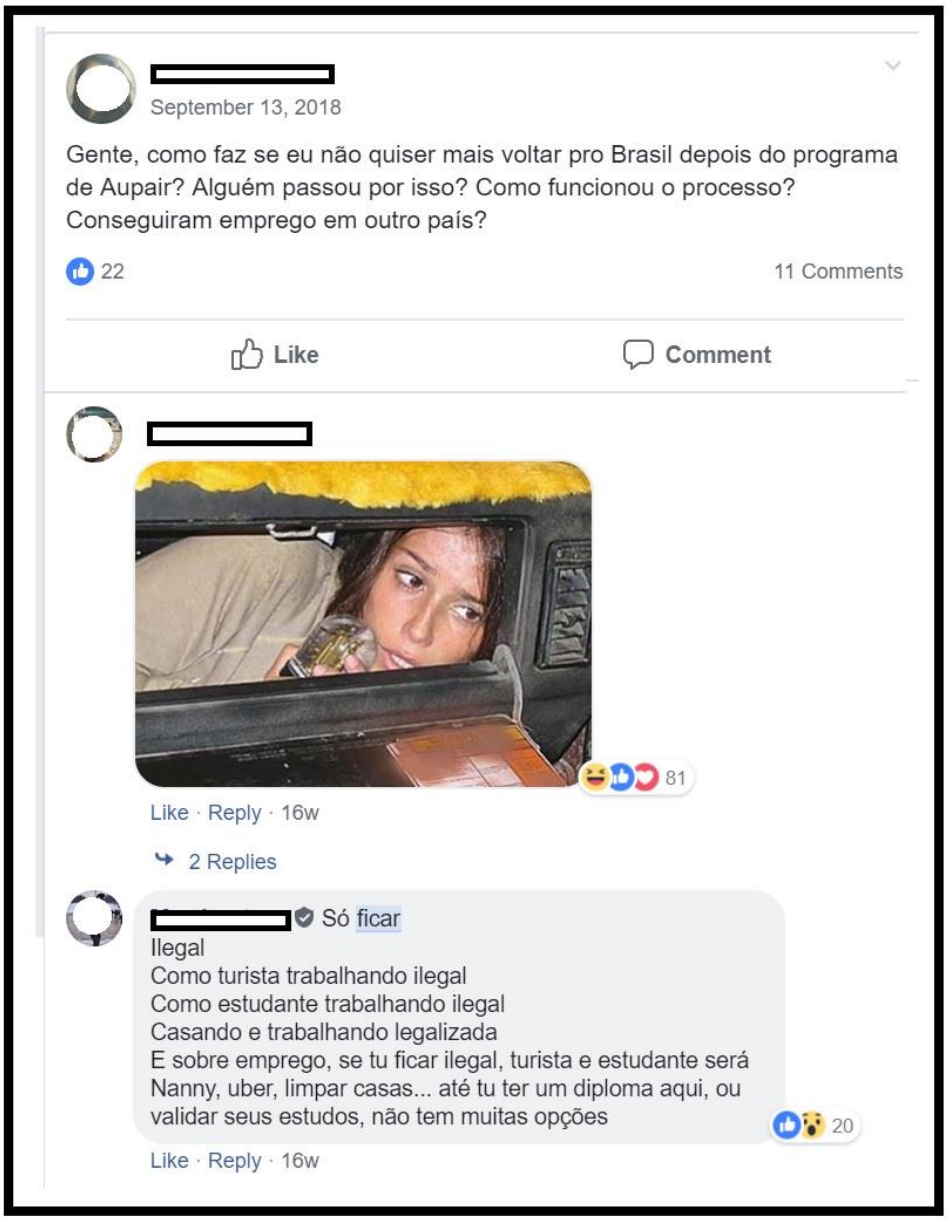
Esses foram os motivos de Bárbara, mas cada mulher que optou por desviar a rota prescrita no intercâmbio – não retornar à sua terra natal e continuar a residir nos Estados Unidos – teve seu próprio combo de motivos, apesar de, na maioria vezes, eles serem, em certa medida, similares e incluírem a preocupação com a segurança pública no Brasil e a atração pelo poder de consumo nos Estados Unidos. No entanto, a vontade de milhares de brasileiras de permanecer no país vai de encontro com as leis restritivas de imigração e do protecionismo das fronteiras estadunidenses.

No "*Au pair* – Grupão", em uma das várias publicações tangentes ao tema, enquanto um comentário assegura que "É super comum ficarem depois do programa. Seja lá a forma, o povo dá um jeito", outro diz "Eu sempre vejo pessoas falando sobre ficar nos Estados Unidos, não é impossível, mas vá com o pé no chão. Os Estados Unidos é um país que não deseja imigrantes!!". Mas para além de suposições, os membros do fórum compartilham também suas próprias experiências, escolhas e opiniões. Em uma postagem de setembro de 2018, uma jovem compartilhou no "*Au pair* - Grupão do Amor ♥" a seguinte dúvida: "Gente, como faz se eu não quiser mais voltar pro Brasil depois do programa de *Au pair*? Alguém passou por isso? Como funcionou o processo? Conseguiram emprego em outro país?". O comentário mais curtido, com 81 *likes*, foi a imagem da Sol, personagem da novela América, que foi ao ar no Brasil em 2005, na Rede Globo.

Sol, personagem interpretada pela atriz Deborah Secco, teve uma infância pobre e cresceu ouvindo histórias sobre pessoas que se mudaram para os Estados Unidos, realizaram seus sonhos e conseguiram juntar dinheiro, o que alimentou na jovem a ambição de se mudar para o país. Entretanto, ao ter seu visto negado mais de uma vez, Sol passou a ver como única opção a travessia ilegal pela fronteira do México. Durante a travessia, que aconteceu mais de

uma vez, a jovem, acompanhada de um grupo de imigrantes ilegais, passou fome, sede e cruzou desertos. Muitos morreram e Sol foi obrigada a retornar ao Brasil.

Figura 11 – Postagem no fórum "*Au pair* - Grupão do Amor ♥" sobre o pós-*Au Pair*

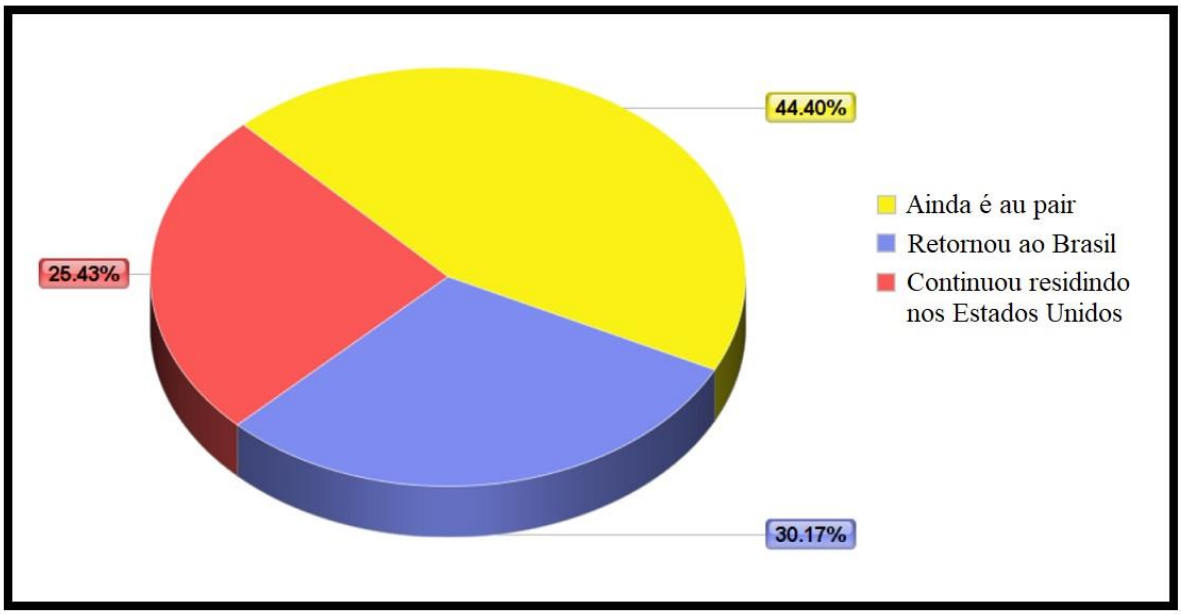


Fonte: Reprodução/Facebook

A imagem postada no fórum de *au pairs* exibe a segunda tentativa frustrada de Sol de entrar ilegalmente nos Estados Unidos. O uso dessa imagem como resposta a questão do que fazer após o fim do programa sugere que a forma mais fácil, apesar de também a mais arriscada, seria permanecer indocumentada no país. O segundo comentário mais curtido indicou as formas

mais comuns de ficar nos Estados Unidos após o término do intercâmbio: “Ilegal. Como turista trabalhando ilegal. Casando e trabalhando legalizada. E sobre emprego, se tu ficar ilegal, turista e estudante será *nanny*, uber, limpar casas. Até tu ter um diploma aqui, ou validar seus estudos, não tem muitas opções”.

Gráfico 9 – Colocação das participantes brasileiras após encerramento do programa *Au pair*



Fonte: Elaborado pela autora

Nos questionários, jovens brasileiras foram interrogadas se, após o encerramento da sua participação no Programa *Au pair* e do *grace period/travel month*[70], elas haviam continuado a residir nos Estados Unidos ou haviam retornado ao Brasil. Dentre as 378 respondentes, 168 ainda estavam participando do programa, de modo que ainda não haviam decidido se iriam retornar. Dentre as 210 respondentes restantes, 98 continuaram a residir nos Estados Unidos, enquanto 113 retornaram ao Brasil. Esses dados evidenciam que a proposta inicial do intercâmbio é, em certa medida, subvertida, visto que o regulamento do programa inclui até mesmo o pagamento da passagem aérea de volta à terra natal como forma de assegurar que as jovens retornem ao seu país.

[70] O *grace period* ou *travel month* é um período de carência de 30 dias concedido as *au pairs* no final do intercâmbio. Após a finalização do contrato, a jovem tem até 30 dias para realizar viagens pelos Estados Unidos antes de retornar ao seu país de origem.

Para alcançar o objetivo da residência permanente nos Estados Unidos, as jovens brasileiras se sujeitam a uma variedade de situações e valem-se de múltiplas estratégias, permanecendo em território norte-americano portando diferentes vistos e *status*. Apesar de serem usados como termos equivalentes[71], o visto e o *status* detêm propriedades específicas. Como explicado no website do Ministério das Relações Exteriores[72], o visto é o documento concedido pelas representações consulares de um país no exterior que possibilita a expectativa de ingresso e estadia de estrangeiros em seu território. Isto é, no caso das *au pairs* brasileiras, o visto é o adesivo colado no passaporte que somente pode ser obtido no consulado dos Estados Unidos no Brasil com o propósito de permitir sua entrada nos Estados Unidos. O visto comprova que a jovem passou por uma entrevista em um consulado americano e possui todos os pré-requisitos para entrar no país. Entretanto, apesar da permissão concedida pela embaixada americana no Brasil para viajar até a fronteira dos Estados Unidos, a entrada e permanência em território norte-americano somente pode ser concedida pelos oficiais da imigração já em solo estadunidense.

Já o *status* é a validação do visto que tem como propósito ditar as obrigações do estrangeiro enquanto um não-imigrante e provar a legalidade de sua permanência nos Estados Unidos. Por exemplo, se uma *au pair* brasileira é detentora do visto J-1, ela necessariamente obteve esse visto em um consulado estadunidense no Brasil. Ao chegar nos Estados Unidos, essa jovem deve mostrar o formulário DS-2019 e o visto J-1 aprovado para que o oficial da imigração aprove seu *status* J-1 e permita sua entrada no país.

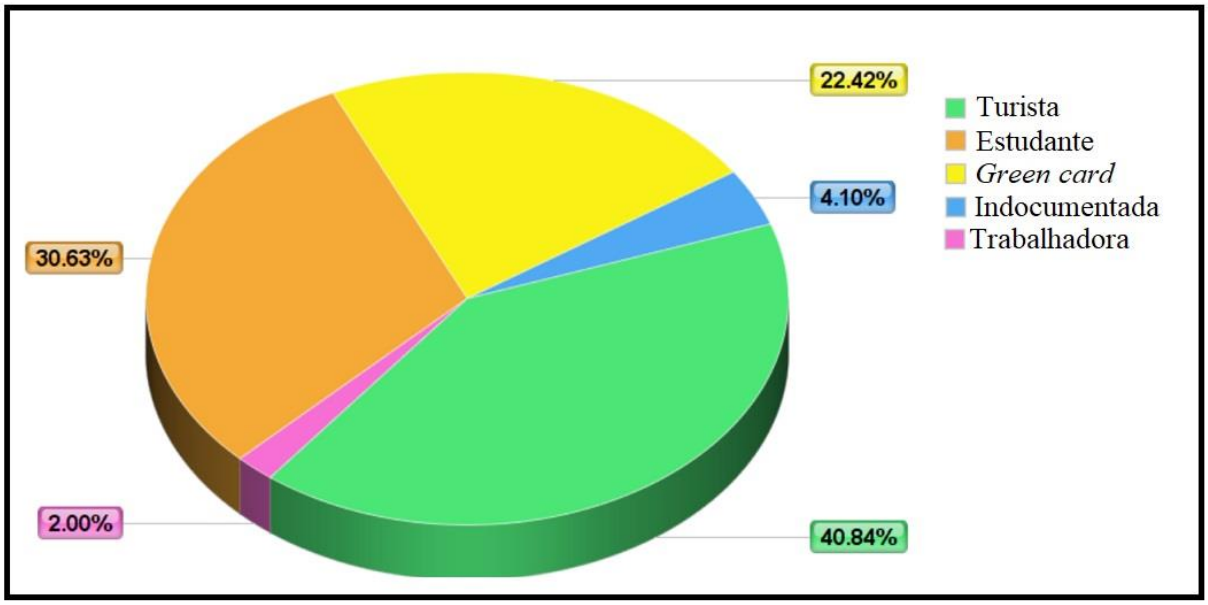
Se, por exemplo, após o intercâmbio uma jovem ex-*au pair* optar por trocar o seu *status* J-1 para estudante em tempo integral em uma universidade nos Estados Unidos, ela não necessariamente deve retornar ao Brasil e aplicar para um novo visto, ela poderá realizar a troca de *status* estando nos Estados Unidos e, então, obter o *status* de estudante: uma permissão concedida pela imigração para que esta jovem estude em uma universidade estadunidense ainda que não possua o visto F1. Já no caso de essa jovem optar por retornar ao Brasil e comparecer a uma entrevista no consulado norte-americano, então ela poderá ter seu visto F1 aprovado.

---

[71] Inclusive, nas entrevistas aqui transcritas diversas vezes as jovens utilizam o termo "visto" quando, na verdade, se referem a "*status*". Apesar de as jovens que continuam a residir nos Estados Unidos após o intercâmbio terem consciência da diferença entre ambos devido aos processos de troca de *status*, os termos costumam ser usados pela maior parte das *au pairs* como sinônimos.

[72] Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/vistos> Acesso em: 11 mar. 2019.

Gráfico 10 – Primeiro *status* imigratório das brasileiras que continuaram a residir nos Estados Unidos após o término do programa *Au pair*



Fonte: Elaborado pela autora

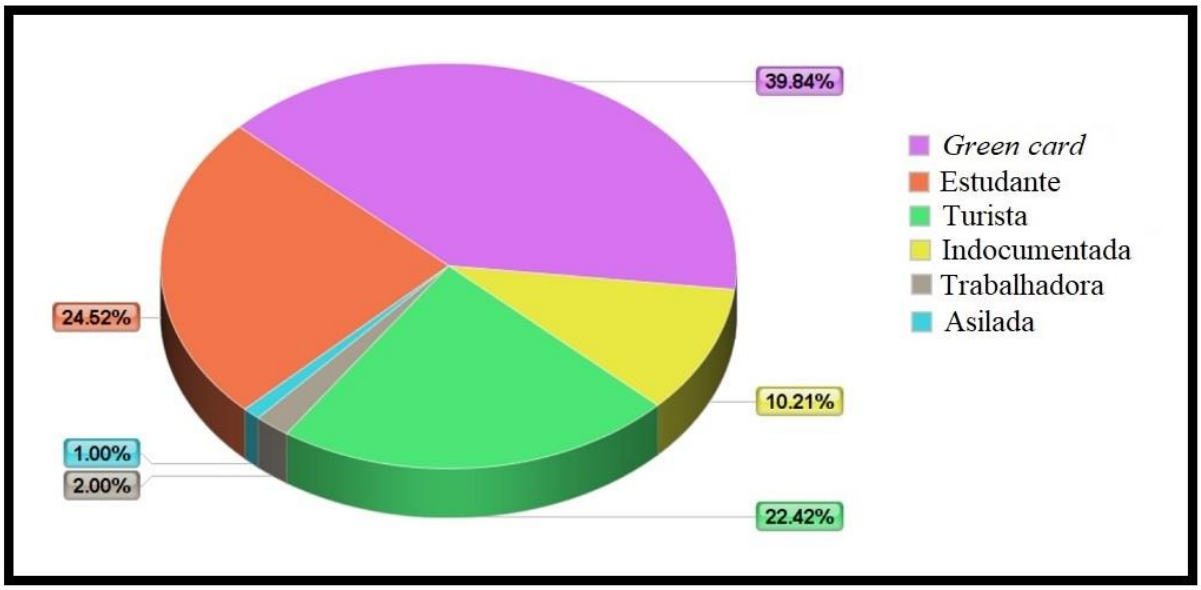
De acordo com os dados coletados nos questionários, o primeiro *status* mais comum logo após o fim do intercâmbio é o de turista. Dentre as 98 mulheres que responderam os questionários e optaram por continuar nos Estados Unidos após o término do programa *Au pair*, 40 permaneceram fazendo uso do *status* de turista. Isso pode ser explicado devido ao fato de ser a troca de *status* mais barata, visto que exige um menor saldo na conta bancária como evidência de que essa jovem poderá se sustentar no período de permanência nos Estados Unidos, além de não exigir filiação a instituição alguma, como exige o visto de estudante. A *au pair* deve apenas preencher formulários e realizar o pagamento de uma taxa que, no ano de 2018, era de 370 dólares. Entretanto, por tratar-se de um *status* de curta duração – o período máximo que um brasileiro pode ficar como turista nos Estados Unidos é de seis meses, podendo ser estendido por mais seis –, o *status* de turista apresenta-se como uma solução temporária utilizada pelas jovens para ganhar tempo e acumular dinheiro para, então, trocar novamente de *status*.

Em segundo lugar, ainda de acordo com os questionários, apareceram trinta mulheres - o que corresponde a 30,63% das respondentes - com *status* de estudante. A fim de estudar em uma universidade nos Estados Unidos, a jovem deve, primeiramente, escolher a instituição onde irá estudar. Após ser aceita, a própria faculdade preenche alguns formulários que deverão ser enviados a imigração juntamente com provas financeiras, como extratos bancários (seus ou de

um responsável, que poderá servir como um *sponsor* e deverá assinar um formulário de declaração de apoio), que demonstrem a capacidade financeira de custear sua permanência no país. Se a imigração recusar o pedido, a jovem deve deixar o país imediatamente; se o pedido for aceito, a jovem receberá um documento comprovando a aprovação e validade da mudança de *status*. Como explica o blog de uma ex-*au pair* brasileira que passou pelo processo, By Ban, na matéria "Entenda como funciona a troca de Visto nos Estados Unidos"[73], a partir daí, o visto J-1 passa a não mais ter validade e o *status* da jovem é o F1, ou seja, estudante em tempo integral. Entretanto, se a jovem quiser sair do país para visitar sua terra natal, por exemplo, ela deverá fazer uma nova entrevista no consulado e pedir um novo visto para entrar nos Estados Unidos mais uma vez.

Em terceiro lugar, apareceram as mulheres que se casaram com nativos e aplicaram para o *green card*; em quarto lugar, as mulheres indocumentadas e, em último lugar, duas mulheres que permaneceram após serem contratadas pra trabalhar em empresas estadunidenses.

Gráfico 11 – Atual *status* imigratório das brasileiras que continuaram a residir nos Estados Unidos após o término do programa *Au pair*



Fonte: Elaborado pela autora

Já a respeito do segundo e atual *status*, de acordo com os dados coletados nos questionários, a maioria, 39,84% das brasileiras, no momento em que respondeu aos

[73] "Entenda como funciona a troca de visto nos Estados Unidos". Disponível em: <http://byban.com.br/trocar-de-visto/> Acesso: 29 jan. 2018.

questionários, era casada com um nativo(a) e, consequentemente, portadora ou no processo de obtenção do *green card*. Em segundo lugar aparecem aquelas com *status* de estudante, 24,52%; em terceiro lugar, as mulheres com *status* de turista, 22,42%; e, em quarto lugar, as brasileiras indocumentadas.

Essa mudança entre o primeiro e o segundo *status* abre espaço para a proposição de hipóteses. Inicialmente, o *status* mais comum é o de turista, já no caso do segundo e atual *status*, as mulheres turistas passam a ocupar o terceiro lugar no pódio dos *status* mais recorrentes entre ex-*au pairs* brasileiras. Isso pode ser explicado devido ao fato de que o *status* de turista (B2) tem curta duração, assegurando a permanência das brasileiras nos Estados Unidos apenas pelo período de seis meses[74], de modo que elas trocam o *status* de J-1 para o B2 como uma estratégia provisória para ganhar tempo e acumular dinheiro com o propósito de, posteriormente, trocar para um *status* que lhe assegure uma permanência mais longa.

Figura 12 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" referente a troca de *status*

Fonte: Reprodução/Facebook

[74] Apesar de o visto de turista ser válido por 10 anos, isso não significa que a pessoa portadora do visto possa permanecer nos Estados Unidos por 10 anos ininterruptos, apenas indica que ela tem a documentação necessária para entrar no país múltiplas vezes durante esse período.

Nesta publicação do "*Au pair* – Grupão", datada em setembro de 2015, uma jovem pergunta aos membros do fórum se seria possível que ela, após ter trocado o *status* para turista, aplicasse novamente para outra troca de *status*, nessa segunda vez para estudante. Entre os 27 comentários que a postagem recebeu, a maioria explicava as propriedades da troca de *status* relatando experiências pessoais, como o seguinte relato: "Eu vim com o de turista e apliquei pra estudante 45 dias antes do de turista expirar. Levaram quatro meses pra me responder e neste período não estava ilegal pq estava aguardando resposta. Graças a Deus deu tudo certo". Em um outro comentário, uma jovem explica que se a troca de *status* for requisitada no prazo correto, a aplicante não precisará sair dos Estados Unidos assim que o primeiro *status* expirar, visto que estará no aguardo pela resposta da imigração, o que fará com que essa jovem esteja *out of status*.

Ainda de acordo com as informações coletadas nos questionários, enquanto o *status* de turista caiu para quase metade, o *status* das mulheres casadas por pouco não dobrou, passando de 22 mulheres para 39 – de 22,42% para 39,84%. Esse fato nos leva a cogitar que várias ex-*au pairs* se utilizam do tempo concedido pelo *status* de turista – cujo formulário custa apenas 370 dólares - a fim de acumular dinheiro para entrar com o pedido de solicitação da residência permanente, isto é, do *green card*, que chega a custar aproximadamente dois mil dólares. Ou seja, elas utilizam os seis meses concedidos pelo *status* de turista para trabalhar e acumular dinheiro com o propósito de custear o processo de solicitação do *green card*, que requer uma soma em dinheiro substancialmente maior, visto que o Formulário I-130[75] (Pedido de Parente Estrangeiro), em janeiro de 2019, custava 535 dólares, e o Formulário I-485[76] (Solicitação de Registro de Residência Permanente ou Ajuste de Condição) custava 1.225 dólares.

Posto isso, neste capítulo, serão relatadas estratégias e experiências de ex-*au pairs* brasileiras que desviaram suas rotas nos Estados Unidos e dividem-se em três grupos: mulheres que se casaram com nativo(a)s e obtiveram um *green card*, as que trocaram o *status* para estudante e passaram a frequentar universidades estadunidenses, e ainda as que continuaram a residir no país indocumentadas. A fala dessas imigrantes foi captada por intermédio de instrumento apropriados da história oral que, segundo Valéria Magalhães e José Renato Araújo, destacam "as especificidades de gênero" bem como favorecem a "tarefa analítica dos estudos migratórios de lançar luz sobre esses processos" (2016, p. 32).

A sabida invisibilidade das mulheres nos estudos de imigração nos levou a fazer uso dos testemunhos dessas mulheres que, por anos, foram percebidas (ou despercebidas) como

[75] Disponível em: <https://www.uscis.gov/i-130> Acesso: 31 jan. 2019.
[76] Disponível em: <https://www.uscis.gov/i-485> Acesso: 31 jan. 2019.

acompanhantes de seus pais, maridos e filhos. O desinteresse pelas trajetórias dessas migrantes, que "nunca eram percebidas como sujeitos no processo migratório" (ASSIS, 2009, p. 748) fez com que elas, por muito tempo, desempenhassem um papel secundário na história da imigração.

Por isso, percebe-se "a necessidade de assegurar às mulheres o direito de contar suas próprias experiências de modo que suas histórias não sejam reduzidas a uma narrativa terceirizada contada sob a ótica masculina" (MOUSINHO, 2019, p. 634). Com esse propósito, a história oral funciona como instrumento metodológico ao dialogar diretamente com esses sujeitos, de forma a propiciar o entendimento de múltiplos aspectos das migrações de mulheres, como a "interação social com a sociedade nativa, os transcursos de remodelagem identitária de mulheres (sempre marcantes nestes contextos), ou ainda as relações sociais que se mantêm ou que se constroem em novas bases" (MAGALHÃES, ARAÚJO, 2016, p. 32).

4.1 De J-1 para F1/M1: a ex-*au pair* brasileira estudante

Ainda em São Paulo, Bianca[77], aos 18 anos, fazia cursinho pré-vestibular e sonhava em ser médica. "Queria fazer Medicina, mas como era muito concorrido, eu prestei vários vestibulares e não consegui passar. Aí decidi fazer o *Au pair* pra vir pra cá, aprender o inglês e ter uma experiência diferente. Eu era novinha, pra mim tava ótimo", conta a jovem. Apesar de saber da existência do programa na Europa, Bianca não pensou duas vezes ao optar por fazer o intercâmbio nos Estados Unidos. "Eu sempre quis vir pros Estados Unidos desde pequena, sempre foi um sonho", confessa.

Em 2013, Bianca se mudou para a costa noroeste dos Estados Unidos, em uma cidade no interior do estado de Washington, onde mora desde então. Ainda no fim do primeiro ano do intercâmbio, decidiu estender o contrato devido a vontade de ingressar em uma universidade estadunidense. Segundo a jovem, o segundo ano do intercâmbio serviu para aprimorar ainda mais o inglês e juntar dinheiro para custear a faculdade. Bianca contou com o apoio dos pais, que foram os *sponsors* dos seus estudos, e também da sua família anfitriã, com quem teve várias conversas no segundo ano do seu intercâmbio e acabou por selar um acordo extra-oficial.

Em 2015, Bianca iniciou o curso de *Allied Health*, focado na área clínica e laboratorial. As despesas da faculdade foram pagas com uma poupança resultado do *pocket money* do segundo ano do intercâmbio somado ao salário de *nanny* da jovem e à ajuda financeira dos pais. Apesar de saber que portadores do visto F1 – o visto para estudantes – legalmente não podem

[77] Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2018 com duração de uma 30 minutos. Bianca é um nome fictício.

trabalhar fora da faculdade, a jovem alega que não teria como se sustentar sem trabalhar. Inclusive, segundo Bianca, a dinâmica de trabalho com a *host family* mudou no terceiro ano de convivência, após o fim dos dois anos do intercâmbio. Nos dois primeiros anos, a *au pair* e a família anfitriã seguiam as regras do programa, já no terceiro ano, sem regras estabelecidas além de um acordo informal entre ambas as partes, trabalhou bem mais.

> Bianca: Eles viajavam e me deixavam sete dias direto com as crianças, entendeu? Trabalhando. Eles iam pra Europa e eu ficava 24 horas trabalhando, eu não tinha um *break*.
> Entrevistadora: E tu nunca recebeu hora extra ou *overnight*?
> Bianca: Não. Eles nunca me pagaram hora extra.
> Entrevistadora: E essas viagens aconteciam quando tu era *au pair*?
> Bianca: Não. Se eu tivesse dentro do programa, eu poderia ter conversado com a LCC e isso não aconteceria. Só que quando você tá fora do programa, você tem que se adequar mais ao que a família quer, porque a partir do momento que eles aceitaram você na casa deles fora do programa, você tem que seguir as regras deles e não da agência.

Após quatro anos e meio morando com a *host family*, Bianca decidiu se mudar e então começou a dividir apartamento com outras brasileiras. Em seguida, terminou seu curso na faculdade e aplicou para a permissão de trabalho.

> Bianca: A minha situação tá ótima. Eu terminei o meu curso e agora tô aplicando pra poder pegar permissão de trabalho. Claro que eu fico com um pouco de medo por causa do Trump, de ele mudar as leis e ficar mais difícil de você conseguir trabalhar aqui. Mas, de resto, eu não tenho nenhum problema. Eu mudei, saí da casa da minha *host family*, tô morando sozinha e tô organizando meu apartamento. Agora eu tenho muito mais liberdade, eu gosto muito mais. Se eu soubesse, eu não teria nem ficado com a minha *host family.* Acho que teria sido até mais fácil pra mim se eu tivesse desde o início trabalhado como *nanny* pra pagar o *college*.
> Entrevistadora: Atualmente tu trabalha como nanny pra uma família fixa ou pra várias?
> Bianca: Pra uma família fixa. Mas, na verdade, eu ainda faço *babysitting* pra minha *host family*. No sábado, às vezes, eles saem à noite e eu vou lá, ajudo eles e fico com as crianças.

A permissão para trabalhar depois do término da graduação dura apenas um ano e Bianca ainda não tem projetos sólidos sobre o que fazer em seguida. “Não tenho planos ainda, preciso pesquisar e ver se tem alguma forma de ficar aqui. Não sei, às vezes você trabalhando, eles podem oficializar você, não sei. Ainda não pensei nisso (risos)”. Apesar das dificuldades em permanecer nos Estados Unidos, Bianca não cogita voltar pro Brasil. “Não cogito voltar. A não ser que seja a minha última opção e não tenha outro jeito. Eu me acostumei muito com os Estados Unidos, não me vejo voltando pro Brasil pra ficar. Meu plano é trabalhar e ficar aqui”, conclui.

Bianca faz parte de uma estatística ascendente de estudantes brasileiros em universidades estadunidenses. De acordo com o relatório anual[78] do *Student and Exchange Visitor Information System* (SEVIS), o número de estudantes internacionais vindos da América do Sul cresceu 4,3% entre março de 2017 e março de 2018, e dentre os países da América do Sul, quem mais enviou estudantes foi o Brasil, com um crescimento de 3,1%. Já segundo estudo Open Doors[79], divulgado pelo escritório de Educação e Cultura do Departamento de Estado dos Estados Unidos, no período letivo de 2017 e 2018, 14.620 brasileiros se matricularam em universidades norte-americanas, fazendo do Brasil o décimo país com mais estudantes no país.

Para residir nos Estados Unidos como estudante, a jovem deve ser portadora do visto ou *status* F1, usado por estrangeiros que querem cursar, no país, bacharelado, mestrado, doutorado ou mesmo o idioma inglês. Aqueles que procuram cursos de curta duração, como cursos técnicos, podem solicitar o visto M1. Esses dois primeiros são regulados pelo *Student and Exchange Visitor Program* (SEVP), enquanto o visto J-1 é usado para intercâmbio cultural, como *Au pair*, e é regulamento diretamente pelo governo federal. Entretanto, os dois departamentos mantêm troca de informações e permitem que o *Deparment of Homeland Security* (DHS) tenha dados de todos os alunos internacionais e suas condições migratórias.

O curioso é que nem sempre a ideia de permanecer nos Estados Unidos após o fim do intercâmbio parte das *au pairs*. Por vezes, a *host family* – apegada à jovem e também à flexibilidade e ao baixo custo do trabalho prestado por ela – incentiva e oferece ajuda, inclusive financeira, para que a *au pair* continue a residir no país. No caso da Alice, após um ano e nove meses de participação no programa *Au pair* com a mesma família anfitriã, os *host parents* sugeriram que a jovem se matriculasse em um curso profissionalizante que seria por eles custeado.

> Entrevistadora: Como aconteceu a decisão de ficar além do contrato de *Au pair*?
> Alice: Não foi minha ideia. Na verdade, eu já tava bem convencida de que eu iria embora no final do programa, mas aí, um dia, eu tava trabalhando até a noite. Era tipo umas dez da noite e eles tinham um evento e esse evento era numa loja gigante, que tem um departamento de beleza incrível. Eu já tava exausta de trabalhar, quando os meus hosts chegaram dez da noite e falaram assim: "A gente tava nesse evento, tinha vários maquiadores lá e a gente começou a conversar com eles, porque a gente sabia que você já tinha feito curso de maquiagem e a gente pegou o nome de algumas escolas de maquiagem" Aí eu "É? legal!" (risos). Eu não tava entendendo absolutamente nada e aí o *host dad* falou assim "Então se você quiser ficar, a gente pode pensar sobre você ir pra uma escola de maquiagem" aí eu até gaguejei na hora "Mas como assim? Do que vocês tão falando?", e aí rolou toda a conversa. "Se você quiser ficar mais tempo com a gente, a gente pode te ajudar a mudar pro visto de

[78] Disponível em: <https://www.ice.gov/doclib/sevis/pdf/byTheNumbersApr2018.pdf> Acesso em: 11 mar. 2019.
[79] Disponível em: < https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/13/matriculas-de-brasileiros-em-universidades-nos-eua-crescem-117-diz-estudo.ghtml> Acesso em: 11 mar. 2019.

> estudante e você vai ficar aqui, vai continuar trabalhando e morando com a gente e a gente paga sua escola", aí eu falei "Tá bom". Só que eu achei que eles tavam tipo... sei lá, achei que era só uma ideia avulsa, nunca pensei que eles levariam à sério. E aí umas duas semanas depois, meu *host dad* me mandou um e-mail com um *link* das escolas falando "Falando sério agora: se você quiser, a gente vai ser flexível em relação a sua escala de trabalho. Então é com você agora", e eu pensei "Meu Deus do céu!". Fui visitar a escola, adorei a lugar e era um programa que era muito interessante pra mim, porque eu já era maquiadora em São Paulo, mas eu nunca tive aulas de efeitos especiais e essa escola tinha justamente essa parte. Na visita à escola, conversei com todo mundo, pesquisei sobre como era o processo pra mudar de *status* e aí os meus *hosts* foram os meus *sponsors* e eu acabei decidindo ficar justamente pela aula de efeitos especiais. Eu teria que passar por todo o processo de outras aulas que eu já tinha feito no Brasil, mas eu tinha um objetivo maior que fazia com que valesse a pena ficar. (Alice)

Ao continuar a morar na casa da *host family*, porém após o término do programa *Au pair*, Alice já não mais contava com o suporte da agência ou das regras estabelecidas pelo governo dos Estados Unidos. Segundo a jovem, nenhum contrato foi assinado, mas sim uma espécie de concordância conversada entre ambas as partes: um acordo informal.

4.1.1 *Acordos informais entre ex-au pairs estudantes e host families*

Várias jovens do mundo inteiro sonham em morar nos Estados Unidos, mas custear faculdade, aluguel, alimentação, dentre outras despesas, nem sempre cabe no orçamento dessas mulheres. Várias famílias norte-americanas querem serviços de assistência a infância baratos e flexíveis, mas, como mencionado anteriormente, o custo anual médio de uma babá em tempo integral em Washington D.C é de 45 mil dólares. O programa *Au pair* surgiu, então, como uma alternativa de baixo custo, visto que a família anfitriã desembolsa, por ano, no máximo 20 mil dólares, a depender da agência escolhida.

Entretanto, o *Au pair* permite que uma candidata participe do programa por, no máximo, dois anos, de modo que a jovem deve voltar para o seu país de origem e uma nova *au pair* deve substitui-la em seu cargo, aprendendo a rotina e atividades a serem desempenhadas. Mas nem todas as famílias participantes do programa aceitam a regra dos dois anos, e algumas estão dispostas a buscar estratégias alternativas com o propósito de fazer com que essa jovem, que já conquistou as crianças e se adaptou a rotina da casa e da família, continue a residir nos Estados Unidos.

Em uma postagem de fevereiro de 2013, no website *Au pair Mom*, *host moms* debatem sobre a possibilidade de ajudar a *au pair* a trocar de *status* após o fim do intercâmbio. O post

"*Switching your au pair to a diferente visa is difficult and costly*[80]" (Trocar o visto da sua *au pair* é difícil e caro) divaga sobre a vontade das famílias anfitriãs de manter uma mesma *au pair* por um período maior que dois anos e sobre os empecilhos colocados pelos Estados Unidos para evitar a permanência dessa jovem no país.

> Muitos *host parents* já desejaram manter uma boa *au pair* para sempre - ou pelo menos por um período mais longo que o permitido pelo intercâmbio. E muitas *au pairs* (incluindo algumas que moraram na minha casa e suas amigas) fizeram um grande esforço para encontrar uma maneira legal (ou vagamente legal) de permanecer nos Estados Unidos após o fim oficial da aventura da *au pair*. A maneira fácil de fazer com que uma *au pair* fique legalmente é tentar casa-la com um dos seus amigos que moram nas proximidades. Essa é a opção fácil, mas existem outras formas legais de conseguir um visto, porém são extremamente difíceis. A política de Imigração dos EUA é confusa, a burocracia é pesada e a ênfase está na prevenção da fraude, em vez de garantir que pessoas com habilidades, empregos e apoio social possam trabalhar legalmente por uma base prolongada ou permanente. (*Au pair* Mom)

Em uma outra postagem de janeiro de 2010, "*Helping your au pair extend, with student status:advice wanted*[81]" ("Ajudando a sua *au pair* a estender com *status* de estudante: preciso de conselhos"), uma *host mom* pede ajuda das *host families* que já tenham ajudado sua *au pair* a ficar nos Estados Unidos como estudante após o intercâmbio. A publicação recebeu 18 comentários; um deles relembra a ilegalidade dos recorrentes acordos entre *au pair* e *host family*:

> Um estudante estrangeiro precisaria de um *sponsor* que estivesse disposto a cobrir os gastos, etc., se ela não fosse capaz de fornecer dinheiro suficiente. O que está acontecendo com frequência é que várias famílias anfitriãs estão atuando como *sponsors* para suas ex-*au pairs*, que, enquanto são estudantes em tempo integral, continuam a trabalhar para essas família, como faziam quando eram *au pairs*. É ilegal a troca de *sponsorship* (patrocínio) por trabalho. Além disso, o visto de estudante não permite que o estudante trabalhe fora do *campus* (apenas em circunstâncias muito especiais de dificuldades). (*Au pair* Mom, Franzi, 2010)

Cada acordo entre uma ex-*au pair* e uma *host family* detém regras específicas conversadas entre as duas partes. Os acordos mais comuns são: a *au pair*, mesmo após o término do programa, continua a residir na casa da *host family* e a receber o seu salário semanal de 195,75 dólares (ou mais, a ser acordado), sem pagar aluguel ou alimentação; ou, em alguns casos, a família anfitriã se oferece para cobrir os custos da faculdade da jovem, além do salário semanal e da isenção do pagamento de aluguel e alimentação.

---

[80] Disponível em: <http://aupairmom.com/switching-your-au-pair-to-a-different-visa-is-difficult-and-costly/2013/02/24/celiaharquail/> Acesso em: 16 jan. 2019.
[81] Disponível em: http://aupairmom.com/colletge/2010/01/10/celiaharquail/ Acesso em: 16 jan. 2019.

Ainda que esse segundo caso – em que a *host family* se oferece para além de pagar o salário semanal da *au pair*, pagar também os custos da faculdade – pareça uma opção demasiado custosa, na verdade, a *host family*, ainda assim, não sofre prejuízo financeiro. Isto porque, fora o salário semanal pago para a *au pair*, a *host family* desembolsa, anualmente, uma taxa de US$8.465 pela assinatura do contrato com as agências patrocinadoras do programa. Dessa forma, quando a *au pair* aceita fazer parte de um contrato extraoficial com a *host family*, a família anfitriã redireciona esse valor – que anteriormente era pago à agência - para o pagamento da faculdade da *au pair*.

No entanto, no caso da Bianca, ela continuou na casa da *host family* – com quem morou por quatro anos e meio – recebendo apenas o salário semanal, sem nenhum tipo de aumento, e trabalhando horas a mais.

> Bianca: Quando entrei na faculdade, continuei trabalhando pra eles e morando com eles.
> Entrevistadora: Mas vocês tinham algum acordo? Normalmente, se a *au pair* e a *host family* saem da agência, a família paga um salário maior ou se oferece para pagar a faculdade.
> Bianca: No meu caso, eu conversei com eles, falei que queria fazer faculdade aqui. Eles já sabiam, na verdade. Desde a minha extensão, no segundo ano, eu falei pra eles que eu queria fazer faculdade aqui. E aí a *host mom* falou que eu poderia continuar morando com eles, só que eu continuei ganhando o mesmo salário de *au pair* e eu mesma tive que pagar a minha faculdade, eles não ajudaram em nada financeiramente.
> Entrevistadora: Então eles saíram ganhando nesse acordo? Porque pararam de pagar a agência…
> Bianca: Exatamente! Muito! Porque eles pararam de pagar a agência, me pagavam muito pouco e eu trabalhava muito. Foi a partir daí que eu passei a trabalhar bem mais, foi meio que exploração. Mas de uma forma ou outra eles acabaram me ajudando, eu tinha um lugar pra ficar. Mas é… foi isso. Eles ganharam mais.

Já no caso da Alice, a *host family* pagou, integralmente, o custo dos estudos, além do salário semanal. Entretanto, a ausência de supervisão por parte de terceiros também fez com que a família se sentisse mais confortável em burlar as regras estabelecidas entre as duas partes, o que resultou numa extrapolação das horas trabalhadas que haviam sido acordadas inicialmente.

> No começo, a minha *host family* era extremamente exigente em seguir as regras. Se eu passasse 15 minutos do meu horário, a *host mom* já ia falar "Não, você já tá off[82]". Eu nunca trabalhava mais que as 45 horas. Depois, quando eu resolvi estender com a família, depois do fim do primeiro ano, ela ainda seguia as regras, mas uma vez ou

[82] Como dito anteriormente, a *au pair* deve trabalhar 45 horas semanais que serão distribuídas em, no máximo, 10 horas por dia durante a semana. A *au pair* tem sua escala de trabalho determinada pela *host family* no início de cada semana e nos momentos em que não está trabalhando, a *au pair* está "off", ou seja, está livre, de folga.

> outra ela falava "Será que tem como você não ter folga nessa semana?" ou eu tinha que trabalhar mais que 10 horas no dia. Depois que acabou realmente o tempo como *au pair*, esse 1 ano e 9 meses que eu fiquei com a família, eu estendi pra estudante e aí foi uma coisa completamente diferente. A minha *host family* tinha consciência que eu ia trabalhar o dia inteiro como babá e depois ainda iria pra escola à noite, então obviamente eu estava sempre mais cansada. Mas eu acho que a mudança maior, pra mim, foi o fato de eles não se importarem tanto com as regras e os limites do nosso não-contrato - porque a gente não assinou nada -, mas do nosso trato, digamos assim. Tecnicamente, as horas eram as mesmas, eu teria que trabalhar as 45 horas. Mas o que acontecia era eu já ter trabalhado as 45 horas durante a semana e a minha *host* me botava pra trabalhar (imitando a voz da *host mom*) "mais três horinhas no sábado, mais quatro horinhas no domingo". Aconteceu várias vezes de eu não ter um dia de folga por três semanas. Então o que eu reparei que mudou pra minha *host family* é que eles se sentiram muito mais confortáveis em quebrar as regras. Quando você é *au pair*, você tem a sua coordenadora, você pode ligar pra ela e falar "Ei, a minha *host family* tá extrapolando", mas quando você tá como estudante, você não tem pra quem gritar. No meu caso, a minha escola não era paga mensalmente, tinha que pagar o valor total do curso logo no início. Eles pagaram isso pra escola, que seria o valor que eles pagavam pra agência de *Au pair*, e o meu salário continuou a mesma coisa. Então nessa questão foi tudo bem. E tecnicamente eu trabalhava 45 horas, mas muitas vezes ela acrescentava horas extras. Às vezes eu falava (pra ela) "Então... já tem duas semanas que eu tô sem folga, eu preciso de um dia" e ela ficava "Ai, verdade, desculpa" e ficava um clima... Eu me sentia mal, porque, "Poxa! Eles fizeram tanto por mim, tão pagando minha escola". Então você fica naquela coisa de "Será que vai pegar mal se eu falar?", embora seja meu direito. Eu preciso ter folgas, ainda mais depois de três semanas de trabalho. Mas acho que acontece isso com muitas meninas que continuam no país depois do programa, só que ainda com *host family*. Acontece isso de "Eu não quero ser inconveniente, eu não quero causar uma situação desconfortável", porque, querendo ou não, você mora com seus chefes. Normalmente, quando você trabalha e você tem um problema com seu chefe, você vai pra casa e você desaba. Quando você é *au pair* você não tem isso, você mora com seus chefes, você vive com eles, é 24 horas. (Alice)

Diferentemente de Alice e Bianca, Úrsula passou a trabalhar uma menor quantidade de horas após deixar o programa e continuar a trabalhar para a mesma *host family*. Entretanto, o arranjo da Úrsula foge ao padrão da ex-*au pair* estudante, visto que, ao casar, a jovem deixou de morar com a sua família anfitriã e passou a morar com seu marido.

4.2 De J-1 para *green card*: a ex-*au pair* brasileira casada

Aos 18 anos, Úrsula[83] fez seu primeiro intercâmbio para a Irlanda. Por um ano, a jovem residiu em Dublin, onde fazia curso de inglês. Ao final do primeiro ano, sem vontade de voltar para o Brasil, decidiu começar a trabalhar como babá. "Pra poder ficar mais seis meses, eu precisei começar a trabalhar, porque meus pais falaram que não iriam mais me mandar dinheiro, eles não queriam que eu ficasse. Então eu comecei meu primeiro emprego com criança". Ao

[83] Entrevista realizada no dia 28 de março de 2018 com duração de uma hora e dois minutos. Úrsula é um nome fictício.

voltar para o Brasil, a experiência internacional como babá levou Úrsula a trabalhar como professora de inglês para crianças por três anos, enquanto cursava a faculdade de Direito. Até que, no sexto período da faculdade, Úrsula decidiu fazer outro intercâmbio. A jovem, que já havia visitado os Estados Unidos outras três vezes como turista, decidiu ser *au pair* no país, já com a vontade de ficar um pouco mais.

> Eu tava precisando de um *break*. Daí comecei a pesquisar sobre intercâmbios e vi que o *Au pair* seria a opção mais viável pra mim, financeiramente falando, porque meus pais não queriam mais me bancar e eu também não tinha dinheiro pra fazer um só de estudo. Então eu vim pra cá meio que já querendo ficar. Eu abri a minha cabeça pra ver quais eram as minhas opções de emprego aqui, pra ver se eu podia fazer faculdade, conhecer pessoas novas, ter mais oportunidades. Eu não tinha certeza, mas eu já vim sabendo que queria ficar. Fiquei um ano com a mesma família, trabalhei por um ano, e nesse um ano eu conheci o meu atual marido. Na metade do meu intercâmbio, com seis meses, eu não tava gostando do *Au pair* de jeito nenhum, queria muito voltar pro Brasil. Na verdade eu não queria voltar, mas eu não iria ficar ilegal aqui, não, e não tinha dinheiro pra mudar pro visto de estudante e não tinha mais visto de turista, então eu tava pensando demais em voltar pro Brasil e fazer alguma coisa lá. Mas o meu marido me pediu em casamento, a gente casou e eu acabei ficando aqui. (Úrsula)

É assim que Úrsula, resumidamente, conta sua trajetória. Após o término do intercâmbio, a jovem aplicou pro *green card*. No entanto, a lentidão do processo fez com que a jovem, sem o *work permit*, continuasse trabalhando para sua *host family*. Ou melhor, para o seu ex-*host dad*, visto que, durante o intercâmbio, os *host parents* se divorciaram e passaram a morar em casas diferentes, de modo que Úrsula, durante o *Au pair*, morava e trabalhava em duas residências distintas.

> Úrsula: Na verdade, no meio do programa, os pais se separaram. Eles ficaram cada um em uma casa, então eu trabalhava em duas casas diferentes. Foi bem complicado, bem estranho. E quando acabou o programa, a mãe decidiu que queria uma *au pair* só pra ela e eu fiquei trabalhando só para o pai. Faz oito meses que tô trabalhando com ele, e tá sendo a melhor coisa, menos drama. E é isso. Agora eu tô estudando, tô fazendo faculdade. Por enquanto tô fazendo só os pré-requisitos e no final do ano vou aplicar pra um curso que é tipo Odontologia.
> Entrevistadora: Tu trabalha só com uma família então?
> Úrsula: Trabalho muito pro *host dad*, mas ainda faço extras pra outras famílias de vez em quando. Como eu trabalho só pro pai – porque eles tão divorciados, então eles dividem a custódia das crianças -, então quando as crianças tão com a mãe, eu tô *off*. Mas eu ainda recebo *full time*.
> Entrevistadora: No caso tu recebe o salário de uma *au pair*?
> Úrsula: Não, tô recebendo bem mais.
> Entrevistadora: Mas tu recebe mesmo em semanas em que tu não trabalha? Não entendi.
> Úrsula: Isso. Porque a gente não tem *schedule*. A gente é bem… como se diz… *Messy*. A gente é bem *messy*. Como não tem *schedule*, eu falei pra ele "Olha, eu quero continuar a trabalhar pra ti, mas eu preciso de uma garantia, porque eu não posso trabalhar pra ti *part time* e ficar disponível sempre e sem poder trabalhar pra mais ninguém. Aí a gente combinou que eu iria ficar trabalhando pra ele *on call*, tipo: quando ele precisar de mim, eu vou, mas em compensação ele tá me pagando *full time*, um salário normal.

Ao aplicar para uma *community college*, Úrsula conta que o fato de ser casada com um nativo e ter morado naquele mesmo estado por mais de um ano fez com que a jovem conseguisse pagar *in-state tuition*, isto é, taxas de matrícula e pagamento de disciplinas por um preço mais baixo por ser residente do estado. Em sua rotina, Úrsula intercala horários de trabalho com horários de estudo. A estudante frequenta a faculdade *full time*, o que corresponde a 11 créditos – quatro disciplinas por semestre. Geralmente, por volta das seis da manhã, começa a trabalhar. Vai até a casa onde as crianças moram, prepara o café da manhã e os deixa no colégio. Então segue para a faculdade, onde assiste aula das nove da manhã até as duas da tarde. Ao sair da faculdade, busca as crianças no colégio e as acompanha em tarefas e lazer até a hora do jantar.

Ou seja, a jovem trabalha como uma *nanny live-out*: oferece seus serviços para uma família ao cuidar das crianças, mas não reside no local de trabalho como fazia quando era *au pair*, visto que agora divide um apartamento com o seu marido. Se Úrsula não tivesse casado com um nativo, o seu visto de estudante a concederia permissão para permanecer nos Estados Unidos apenas durante o período em que estivesse na faculdade, com possibilidade de extensão para um visto de estágio. Mas como a jovem casou e obteve o *green card*, ou *United States Permanent Resident Card*, sua permissão para estadia é permanente.

Ao contar a história de como foi pedida em casamento, Úrsula ri e afirma ter sido pega de surpresa.

> Ele me pegou de surpresa, eu não achava que ele iria pedir. Quando ele me pediu em casamento, a gente tava junto só há uns seis meses. Bem pouco, né? Eu tava falando pra ele "Poxa, eu queria ficar, mas não vou ficar ilegal, nem turista e não tenho dinheiro". Aí ele perguntou assim "Ah, você quer ficar mesmo", e eu "Quero!" e ele "Você me ama?" e eu "Amo". Uma coisa brega… (risos) foi bem brega (risos). Daí ele "Ah, vamo casar", e eu falei "Você tem certeza? Eu não quero estragar a tua vida só porque eu preciso de um jeito de ficar aqui" e ele "Não, eu tenho certeza. Eu te amo". E a gente vai fazer um ano de casados daqui a um mês. A gente casou em maio de 2017, e eu apliquei pro *green card* com dois meses, em julho. Quatro meses depois, eu recebi a permissão para trabalhar e até agora tô esperando marcarem a entrevista do *green card.* O processo é bem chato, bem chato mesmo, são mil formulários pra preencher. E é caro, bem caro... Uns dois mil dólares. Mas eu quis pagar tudo, eu fiz questão de pagar tudo pra ele não jogar um dia na minha cara. (Úrsula)

Após comparecer a essa primeira entrevista no serviço de imigração, a jovem receberá um *green card* condicional, com duração de dois anos. Após esse período, se a união persistir, uma nova entrevista será marcada para a concessão do documento, que tem duração de 10 anos.

O caso de Joanna[84] não é muito diferente do de Úrsula. Sua namorada a pediu em

[84] Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2018 com duração de 55 minutos. Joanna é um nome fictício.

casamento como forma de tirá-la do intercâmbio, visto que a jovem não se dava bem com a sua família anfitriã e pensava em abandonar o programa. Apesar de ter um carro para locomoção pessoal – que quebrou durante os primeiros meses do intercâmbio -, o uso era limitado pela família anfitriã, de modo que a jovem só podia ir para determinados lugares. Além disso, Joanna trabalhava mais que as 45 horas semanais permitidas e não tinha acesso a uma alimentação adequada - o que a fez perder vários quilos.

> A gente começou a sair e dormir juntas todo final de semana na casa dela. E isso me ajudava muito, porque eu me sentia um robô na casa da *host family*. A mãe era chinesa e o pai americano, e eles faziam tudo pros filhos, os filhos não faziam nada sozinhos. Tinha horário pra tudo, era uma coisa bem robotizada. Eu trabalhava 11 horas por dia, todos os dias, e ficava meio neurada. Aí no final de semana eu viajava com a minha namorada. Isso quando eu não tinha que viajar com a *host family*. Viajei algumas vezes e foi péssimo, fiquei trancada no hotel. Então eu comecei a contar pra minha esposa as coisas que eu tava passando e ela começou a se sentir mal, falando que ia procurar um jeito pra eu sair do programa. Mas eu fiquei com medo de sair dessa família, pedir um *rematch* e ir pra uma outra cidade e não ficar perto dela. Aí um dia a gente resolveu viajar pra Nova York, em abril, a gente se conhecia há dois meses. A gente tava andando de metrô, achou um anel no chão e tinha um grafite escrito "Até que a morte nos separe" com uma caveira mexicana. Aí ela falou assim "Vamo casar? Assim a gente resolve o problema" e eu falei "Tá bom", achando que era brincadeira, né. Isso aconteceu em um domingo. E aí na segunda-feira, ela me mandou mensagem com o processo do *green card*, com tudo que eu precisava saber pra casar. E eu perguntei "Você quer mesmo fazer isso?" e ela disse "Quero", e eu disse "Ah, vamo então, né" e a gente casou em junho. Eu falei pra *host family* que eu ia sair do programa porque eu ia voltar pro Brasil. Eu menti pra eles.

A decisão de não contar para a *host family* o real motivo que a fez abandonar o intercâmbio foi tomada pela jovem devido aos preconceitos por parte da família anfitriã.

> Entrevistadora: Eles sabiam da tua orientação sexual?
> Joanna: Não. Eu tentei falar uma vez, mas eles não me davam muita abertura pra falar. Um dia eu falei a palavra "gay" e a *host mom* falou "Nunca mais fale essa palavra na minha casa. Não fale na frente dos meus filhos". Mas eu acho que eles suspeitavam de mim. Eles conheceram a minha namorada, ela chegou a dormir lá comigo. Se você olha pra ela, você vê que ela é lésbica. Eu tentei falar, mas eles não queriam ouvir. E a outra *au pair*, que me substituiu, me falou que a *host family* comentou com ela que eu era gay, mas eles nunca chegaram a falar na minha cara e nunca deixaram que eu contasse, então eu resolvi não contar o motivo da minha saída. Eu falei que a minha mãe tava com problema no Brasil e que eu precisava voltar urgente. E aí eu saí da casa. Eu falei pra agência que eu ia voltar pro Brasil e eles perguntaram da minha passagem. Eu disse que a minha mãe ia comprar e eles (*Au pair Care*) nunca mais mandaram e-mail nem nada, só disseram "Você tem 30 dias pra sair dos Estados Unidos". Meu último dia no programa foi numa quinta-feira e no sábado eu casei.

Após sair do programa, Joanna passou a dividir apartamento com a sua esposa e mais uma *roommate* para economizar com o propósito de comprar uma casa. A demora no processo do *green card* fez com que a jovem fosse inserida no mercado de trabalho *under the table,* trabalhando na área de construção e como babá.

> Agora eu trabalho como *nanny*, mas só *part-time*, só metade do dia. Quando eu casei e saí do *au pair*, eu fiquei meio doida atrás de trabalho. Eu passei uma semana sem emprego e fiquei louca. A minha esposa não ganha tão bem assim pra sustentar nós duas, então eu arrumei um emprego em construção, de limpeza. Odiei, só fiquei 15 dias. Eu voltava pra casa toda machucada, doía, e era ilegal, porque o *green card* demora. Casei há um ano e ainda não recebi o *green card*. Depois que o Trump assumiu tá demorando bastante. Eu recebi meu *work permit* na semana passada. Então tudo que eu trabalhei foi ilegal, eles chamam de *under the table*. Eles me pagam em dinheiro, porque se pagar em cheque tem problema. Eles me pagam ou em dinheiro ou por aplicativo de transferência. Quando eu saí do trabalho de construção, entrei em um grupo no Facebook de brasileiros em Boston, que chama Bazar de Boston, e vi o post da minha chefe. A mãe postou que tava precisando de uma babá e ela morava perto de mim. Eu disse "Moro perto, fui *au pair*", aí a gente fez uma entrevista e ela me contratou.

Tanto no caso de Úrsula como no de Joanna, o pedido de casamento aconteceu pouco tempo após o início do relacionamento e, também em ambos os casos, o companheiro e a companheira das jovens as pediram em casamento como forma de assegurar sua permanência no país. O que não significa a inexistência de amor, mas demonstra como a questão da imigração e das leis pode, em certos casos, precipitar decisões e acelerar o ritmo do relacionamento. No caso da Isabela não foi diferente.

Isabela planejava aplicar para o visto de estudante após o fim do programa *Au pair*. Entretanto, após uma série de pesquisas, a jovem percebeu que seu salário de babá não seria suficiente para custear as taxas de estudos em uma faculdade norte-americana como uma estudante internacional. Ao relatar a situação para seu então namorado, ele prontamente apontou o casamento como uma solução para driblar os empecilhos.

> Entrevistadora: E sobre o teu noivado? Conta um pouco mais.
> Isabela: Vou te falar como que foi, entre aspas, o pedido de casamento. Eu ia aplicar pra estudante, eu tinha decidido que ia estudar *Business* aqui e conversei com ele. Ele já tinha me chamado pra ir morar com ele até eu arrumar um *roommate* e organizar minha vida, então a gente já ia morar junto. Mas aí eu tava pesquisando sobre faculdade e eu vi que era muito caro. E como eu era brasileira, não ia poder pagar *tuition* como residente, mesmo tendo morado um ano como *au pair*. E aí eu tava conversando com ele e falei "Nossa, tô preocupada, não sei se vai dar certo, porque é muito caro. Não sei se eu vou conseguir pagar mesmo que eu arrume um emprego de babá" e aí ele falou "Ah, vamo casar então! E aí você não precisa se preocupar com isso". Não foi exatamente assim, mas foi meio assim. Inclusive esses dias eu perguntei pra ele "Se eu não fosse estrangeira e não tivesse naquela dúvida do que fazer, você acha que a gente teria casado dessa forma?" e ele não falou que sim nem que não, mas ele deu a entender que ele realmente me pediu em casamento porque ele não queria que eu fosse embora, mas que se eu tivesse ficado de outra maneira, ele acha que independente disso a gente casaria sim, talvez só não tão rápido.

A jovem casou-se em novembro de 2017 e a cerimônia contou com a presença da mãe e da avó, que viajaram do Brasil para os Estados Unidos, e também dos pais do noivo, que vieram de outro estado. A comemoração foi simples: um jantar numa churrascaria brasileira em

Denver, Colorado. Um mês após casar-se, Isabela deu entrada no processo do *green card*, e somente em maio do ano seguinte chegaram as suas permissões para trabalhar e viajar. Então, em julho de 2018, Isabela viajou para o Brasil, onde realizou o sonho de casar vestida de branco, com a presença de toda sua família e também da família do seu marido, que fez questão de comparecer.

Esse anseio pela presença das famílias de ambas as partes foi inclusive tema de uma publicação no "*Au pair* – Grupão".

Figura 13 – Pedido de conselhos relativos a casamento no "*Au pair* – Grupão"

Fonte: Reprodução/Facebook

Na postagem, a jovem pedia sugestões de "ideias legais pra fazer um casamento com culturas Brasil e América" e dicas de como fazer as famílias interagirem no evento. Um membro do grupo prontamente aconselhou que a autora do post entrasse no grupo "Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas", um fórum em que todas as participantes poderiam ajudá-la, visto que todos os membros haviam passado por essa mesma experiência. Uma outra integrante do fórum elencou dicas tais como: fotógrafa brasileira, *buffet* incluindo comidas da sua terra natal e uso dos idiomas português e inglês durante a cerimônia.

> Fiz o meu assim metade e metade pq meus pais e amigos não falavam nada de inglês e eu queria muito que eles participassem e se sentissem incluídos. Igreja: o padre foi mto bacana e fez os votos metade português e metade inglês pra gente repetir. Ele decorou todas as palavras em português. Acho que ele já falava espanhol. Ele tbm deixou a gente fazer uma das leituras bíblicas em português. Na festa: todas os pais e padrinhos entraram no salão segurando as bandeirinhas dos Eua e Brasil. Na hora do *speech*, o *best man* fez o dele em inglês e minha amiga fez o dela em português. Não traduzimos os *speeches* mas minha amiga chorou tanto que no final até os americanos que não entendiam português estavam chorando tbm hahaha. Decoração: Nomeei cada mesa com o nome de uma cidade brasileira e coloquei uma foto do lugar com uma descrição em inglês no centro da mesa. Espalhei umas mini bandeirinhas brasileiras e americanas pelo salão. Música: Passei uma lista de músicas brasileiras pro Dj além das americanas. Escolhi uma música brasileira pra dançar com meu pai. Comida: O *buffet* só conseguiu fazer umas empadinhas. Mas no *after party* tivemos um *Brazilian food truck* com mandioca frita, pastel, coxinha, etc. A fotógrafa tbm foi brasileira! O que ajudou na hora das fotos com a família. (comentário no Facebook, 2019)

Enquanto planejava seu casamento, Isabela teve ainda que lidar com a burocracia das leis estadunidenses. A demora do processo do *green card* fez com que a jovem trabalhasse *under the table* como babá e como gerente de um *food truck* de comida brasileira. Esse mercado de trabalho *under the table* foi mencionado por todas as entrevistadas, sem exceção; desde as estudantes que trabalharam para pagar as mensalidades da faculdade até mesmo as jovens que se casaram e obtiveram *green card*, mas tiveram que passar por um período de espera até a chegada do seu *work permit*. Em ambas as circunstâncias essas mulheres se submeteram a algum tipo de trabalho informal, proibido pelo visto que portavam e pelas leis imigratórias, mas necessário para o seu sustento. Entretanto, para as mulheres indocumentadas, esse assunto é bem mais delicado, visto que, diante do desamparo total e na ausência de qualquer tipo de visto, o trabalho *under the table*, ou ilegal, é a única opção.

4.3. De J-1 para a indocumentação: a ex-*au pair* brasileira indocumentada

Em junho de 2018, o website Terra[85] divulgou que, de acordo com informações fornecidas pelo Departamento de Segurança Interna, 500 brasileiros estavam em prisões dos Estados Unidos sob acusação de violar as leis de imigração do país. Destes 500, 207 já têm contra si ordens de deportação. Enquanto nos demais países o tráfico de drogas é o maior responsável pelas prisões – cerca de 40% delas –, entre os brasileiros as violações de imigração

[85] Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/eua-tem-500-brasileiros-presos-por-imigracao-ilegal,27c17dcd36e6383e530490688d006485ztndhvfu.html> Acesso em: 1 fev. 2019.

lideram a lista.

É importante detalhar as nuances da imigração ilegal. Na seção referente à Lei Imigratória do site jurídico FindLaw[86], afirma-se que o crime mais comum associado à imigração ilegal é, possivelmente, a entrada indevida no país. De acordo com a lei federal, é considerado crime da entrada indevida quando: o estrangeiro entra ou tentar entrar nos Estados Unidos a qualquer momento ou em qualquer lugar que não seja designado pelas autoridades imigratórias; não se submete à inspeção pelos agentes imigratórios; ou também quando entra ou consegue entrar nos Estados Unidos voluntariamente ocultando, falsificando ou manipulando fatos materiais. O assunto, inclusive, virou tema de publicação no "*Au pair* - Grupão".

Figura 14 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" sobre as consequências da indocumentação"

Fonte: Reprodução/Facebook

[86] Disponível em: <https://immigration.findlaw.com/> Acesso em: 1 fev. 2019.

Na postagem acima reproduzida, a autora pergunta “Alguém sabe me responder em quais circunstâncias ou o que acontece com quem fica ilegal aqui e é pego? Quais as consequências?”. Entre os 79 comentários, um apontava que deportação é assunto sério e que não deve ser tratado levianamente.

> Meninas, não caiam nessa de "fulano ficou ilegal X anos de boa". Isso é muito sério. Uma vez fora do *status*, vcs não conseguem reverter a situação. Ser deportado é dar *bye bye* pros EUA e nunca mais voltar! Acho que muitas não tem noção do que é uma deportação! Vc vai algemado pra dentro do avião! Tem direito a uma malinha de roupa. A imigração não te leva no seu ape pra vc empacotar suas coisinhas pra levar pro Brasil. (Comentário no Facebook, 2016)

Em resposta a esse comentário, uma outra brasileira respondeu “Que sensacionalismo! Quem fica depois que visto vence, nem ilegal é, é *out of status*. Comporta diretinho que nada te acontece”. Em uma tréplica, a jovem que falou da seriedade da deportação afirmou “Eu sei dessa diferença, ilegal é quem atravessa fronteira, e *out of status* é quem teve o visto e venceu e ficou no país. No fim, dá na mesma, tá tudo errado!!!!”. E assim seguiu a discussão, dividindo opiniões a respeito das consequências da indocumentação.

É importante ressaltar que nem todos os imigrantes que estão nos Estados Unidos sem um *status* legal cometeram o delito da entrada indevida. No caso de Cristina, por exemplo, apesar de ter passado quase dois anos sem *status* legal nos Estados Unidos, em 2013 a jovem entrou no país com o visto J-1 válido para participar do intercâmbio *Au pair*.

Depois de muito sonhar com um ano sabático e com a fluência no idioma inglês, Cristina encontrou no programa *Au pair* uma solução financeiramente acessível. Após um primeiro ano finalizado com sucesso, Cristina optou por estender o programa com a mesma família anfitriã, com quem chegou, inclusive, a negociar uma extensão extraoficial, que excedia a permanência máxima permitida pelo programa.

> Minha *host family* queria que eu estendesse por mais um ano, eles sempre me elogiavam, mas chegando no final desse um ano e seis meses, as coisas começaram a ficar estranhas. (pausa) Eu já tava de saco de cheio, eu achava que eles já tavam pegando no meu pé, mania de perseguição, sabe como é, né. Eu sentia que tinha muita pressão em cima de mim. Uma vez a gente sentou pra conversar e eles me explicaram que às vezes a *host family* tem certas expectativas em relação à *au pair*. Quando a *au pair* ultrapassa essa expectativa, a barra da expectativa deles sobe, então eles já esperam que ela faça mais. Aí a *au pair* vai lá e faz, e eles continuam subindo essa barra de expectativas que nunca para de crescer. Então eles esperavam que eu fizesse muito mais do que eu deveria e eu comecei a ficar irritada, eu já não queria mais fazer. Antes eu passava tempo com eles como família, no final, eu já não queria mais ficar nem um minuto a mais. Eles até me trataram um pouco mal no final do intercâmbio. A conversa no começo era: depois dos seis meses da extensão, eu ia continuar morando com eles, a *host family* ia ser minha *sponsor* pra eu estudar. Eu poderia trocar o *status* pra turista e depois estudar, eu tava focada nisso e eles iriam pagar a faculdade.

> Mas aí faltando um mês pra acabar meu programa, a *host mom* chegou e disse assim "A gente não vai mais querer ficar com você. Não vai rolar. Quando você se muda?". Eu falei "Ferrou! Pra onde é que eu vou?". E comecei a procurar várias coisas, porque eu não queria ir embora, eu queria ficar. E aí eu comecei a arrumar minhas coisas e fui morar com uma amiga. (Cristina)

A desistência da família anfitriã nas vésperas do fim do intercâmbio deixou Cristina desamparada e com apenas um mês para decidir o que fazer em seguida. A jovem, então, aceitou o oferecimento de uma amiga brasileira e mudou-se para a casa da *host family* dessa amiga, com quem morou por três meses. Em troca de hospedagem e alimentação, Cristina ajudava a sua amiga – que também era *au pair* – a cuidar das crianças, de forma que a *host family* passou a ter duas *au pairs*. No fim do terceiro mês, a *host family* "emprestada" mudou de cidade e a jovem se viu, mais uma vez, sem ter para onde ir.

> Cristina: Eu fiquei sem chão, não sabia o que fazer, não tinha nem lugar pra morar. E aí acabou que eu não fiz a extensão do meu visto, que foi a maior bobeira que eu fiz na minha vida. Eu deveria ter feito, mas não fiz. Foi uma besteira que eu fiz, eu não mudei meu *status*, e aí acabou expirando meu visto de *au pair* e eu fiquei sem *status*. Não fiquei ilegal, de certa forma, porque ilegal eles consideram quem atravessa a fronteira sem documentação, eu fiquei sem *status*, o que, indiretamente, é ilegal. Fiquei sem *status* e comecei a trabalhar lavando pratos. Aconteceu assim: quando eu fui comprar meu carro, eu passei em várias locadoras e fiquei amiga de um cara que trabalhava lá. A gente sempre batia papo e quando eu falei que eu tava precisando de trabalho, ele disse que tinha um amigo que tinha um restaurante e me indicou. O dono do restaurante fez um "cambalachinho" aí pra poder não pagar taxa, mas trabalhei nesse restaurante acho que só um mês. Eu trabalhava muito tempo, era muito tempo em pé, eu ficava toda quebrada. Além disso, eu comecei a ficar chateada. Eu ganhava 10 dólares a hora e começou a me aborrecer o fato de eles não dividirem a *tip* comigo, a gorjeta. Eles me davam 10 dólares de gorjeta e o resto o cara pegava todinho pra eles. Tipo: eu ganhava 100 dólares de gorjeta, mas ele pegava tudo pra ele. E eu ficava "Meu, eu tô aqui também! Eu tô trabalhando aqui, por que você não tá dividindo comigo?". Isso me irritava e um dia, quando eles me pagaram, eu senti falta de 50 dólares, eles tavam deixando de me pagar cinco horas trabalhadas. Aí pensei "Ah, não vou trabalhar aqui. Não ganho gorjeta e não tão pagando minhas horas direito? Que se lasquem! Não quero mais", aí eu simplesmente parei de ir, nem falei que não iria mais, eu simplesmente parei de ir.
> Entrevistadora: E quando eles vão fazer contratação eles pedem documentos? *Status*? Como funciona?
> Cristina: Não me pediram nada. Eu recebia cheques até pouco tempo atrás, mas eles pagam taxas, eles pagam direitinho. Não pagam no seu nome, pagam no nome de outra pessoa. Mas eu recebia num envelope, recebia cheque. Então não era em dinheiro não. Mas não me pergunta como eles fazem, não faço a menor ideia. A única coisa que eu sei é que eles me pagavam e pagavam as taxas pro governo direitinho.

Após trabalhar com limpeza de casas e também em restaurantes, Cristina concluiu que seria mais vantajoso voltar a trabalhar com assistência â infância. A jovem, então, voltou a trabalhar como babá; entretanto, nessa segunda vez, trabalhou como *nanny live-in,* isto é,

morava com a família para qual trabalhava numa dinâmica bem similar à do programa *Au pair*, mas com menos regras e restrições e também com menos direitos e benefícios.

> Entrevistadora: Como tu achou esse emprego?
> Cristina: Eu tava trabalhando num restaurante lavando pratos, limpando as coisas, e fiz uma amiga. Essa amiga tinha uma colega psicóloga, que eu também conheci. E essa colega psicóloga, do nada, me ligou, porque a gente tinha feito um trabalho juntas uma vez limpando casas. Quando a gente trabalhou juntas, a gente conversou e eu falei que tava procurando trabalho. E aí ela me ligou e falou assim "Eu conheço uma pessoa que tá procurando uma babá. Você tem interesse?" eu disse "Opa, manda pra mim!". Conversei com essa pessoa, ela me contratou e fui morar com ela. Eu precisava arrumar um lugar pra mim, e aí encontrei um trabalho onde eu era *live-in*, eu morava com a família. Eu era babá, morava com eles e eles pagavam superbem.
> Entrevistadora: Qual era a diferença entre a dinâmica do *Au pair* e a da *nanny live-in*?
> Cristina: A diferença é que quando você vem como *au pair*, você tem algumas regras. Como *nanny*, eles me pagavam 2.200 dólares por mês, bem mais do que eu ganharia se eu fosse *au pair*. Eu podia comer lá, mas eu que me virasse com qualquer coisa extra como gasolina, seguro do carro ou meu seguro saúde. Eu que me virasse com tudo, mas deu certo porque eu tinha um dinheiro guardado. Só que o *live-in* não durou muito, porque eu mudei pra lá e conheci meu marido no mesmo mês, e aí comecei a passar muito tempo no apartamento dele e hoje sou casada Comecei a passar muito tempo e teve uma hora que ele chegou e disse "Muda pra cá" e eu peguei minhas coisas e me mudei. Aí parei de morar com a família e passei a ir lá realmente só pra trabalhar.
> Entrevistadora: E isso mudou o teu salário?
> Cristina: Mudou. Eles diminuíram a quantidade de horas que eu trabalhava e passaram a me pagar por hora, e não um total fixo por mês. Comecei a receber 18 dólares por hora, e não mais 2.200 dólares por mês.

Contudo, apesar de ter um trabalho fixo com um salário que atendia as suas necessidades, a indocumentação de Cristina era algo que a incomodava e fazia com que a jovem se percebesse em um estado de angústia constante. A gota d'água foi a notícia de que sua mãe, que morava no Brasil, estava doente. Cristina, então, começou a reconsiderar suas próprias escolhas e a cogitar deixar o relacionamento com o então namorado para trás a fim de retornar para sua terra natal. Mas não foi exatamente isso que aconteceu em seguida.

> Entrevistadora: Tu falou que se arrepende de não ter trocado o *status* para turista. Tu acha que isso dificultou teu processo do *green card*?
> Cristina: Não, não dificultou processo nenhum, mas é um sentimento que fica dentro de você, que você sente… ou pelo menos eu sou assim, não sei se todo mundo é assim. Mas eu ficava com aquilo na cabeça: eu tô errando. Você tá aqui e passa um policial do seu lado e você se treme toda. Eu ficava superangustiada, porque eu tenho faculdade, eu tenho curso técnico e eu já falo inglês fluente. Pra que que eu vou ficar num lugar que não me quer?
> Entrevistadora: Tu cogitou voltar pro Brasil nesse tempo?
> Cristina: Ah, sim! Várias vezes. Eu queria ficar aqui (nos Estados Unidos), mas começou essa política de não querer imigrante de jeito nenhum, e aí parecia um cerco se fechando. Você pode ir pra qualquer lugar, mas você não pode fazer tudo. E eu não gosto de controle, eu gosto de ser livre. Mesmo que eu não faça nada, eu gosto de saber que eu posso fazer. Então quando eu andava na rua e eu via um policial, o coração já batia lá em cima. Quando eu tava sem *status*, eu não conversava com

> ninguém, porque você nunca sabe se a pessoa vai te denunciar ou não, e eu não queria isso pra mim. Aí fica essa sensação muito ruim. E a minha mãe ficou doente também… Eu já tava namorando com o Luke e aí eu falei pra ele que eu ia embora. Não era pressionando ele nem nada disso, mas eu falei pra ele "Olha, a minha mãe tá doente, e eu não quero ficar aqui. Já tão dizendo que eles não vão aceitar mais a *driver license* pra você poder viajar internamente, e eu não quero ficar em um país que não me quer. Eu tô livre, mas eu me sinto presa". Porque quando você trabalha, trabalha, trabalha, depois de um tempo você quer viajar, mas eu não poderia viajar. Aí você vai e compra um carro, mas vai que te param?! Eu não quero mais viver assim. Tive essa conversa com ele, disse "Não se apega. Não tô te ameaçando nem nada, só tô te dizendo que eu vou embora. Então não quero que você sofra e também não quero sofrer. Minha mãe tá doente e eu preciso ir embora. Não sei quando eu vou, mas eu vou". Essa conversa a gente teve em novembro ou dezembro. E quando foi em janeiro, a gente casou. (risos)

A partir do momento em que foi pedida em casamento – o que, consequentemente, reverteria a situação de indocumentação –, Cristina deixou de lado a ideia de retornar definitivamente ao Brasil. Isso pode ser explicado se levado em conta que "a legalização representa um ritual de passagem para quem vive no exterior" (MAGALHÃES, BUTTERMAN, 2017, p. 208). Quando indocumentado, o brasileiro permanece, de certo modo, ligado ao Brasil devido à incerteza da sua permanência nos Estados Unidos, o que faz com que o retorno se mantenha como uma opção. No entanto, a partir do momento que a residência é obtida, a vida deste imigrante é redimensionada.

> O advento da obtenção da residência redimensiona a sua vida, promovendo um corte em sua identidade, ele passa então a vislumbrar a possibilidade de permanência definitiva. (...) Do ponto de vista da convivência com os compatriotas, a posse de documentos denota prestígio e modifica relações. Os indocumentados são vistos com certo desdém por conterrâneos em situação regular, sendo comumente apontados como detentores dos estereótipos negativos em relação aos brasileiros. (MAGALHÃES, BUTTERMAN, 2017, p. 208)

Então, em janeiro de 2016, Cristina aplicou para o *green card*; em fevereiro, mandou toda a documentação para a imigração e três meses depois, em junho, recebeu sua permissão para trabalhar. Desde então, portadora de uma permissão para trabalhar, a jovem parou de trabalhar com assistência à infância e passou a trabalhar com atendimento ao cliente.

> Entrevistadora**:** Como aconteceu a entrevista e o processo de contratação?
> Cristina: Então… Quando eu passei pelo processo do *green card*, minhas amigas brasileiras casadas trabalhavam nessa companhia de viagens, e aí eu fui, fiz a entrevista, e eles me contrataram pra semana seguinte. Eu fui na minha chefe, mãe das crianças, e falei "Olha, a gente tá com poucas horas, eu preciso trabalhar e isso não é suficiente pra eu pagar minhas contas. Eu tô dando as minhas duas semanas de aviso prévio". Ela ficou super brava, não achou bacana, mas eu indiquei um monte de gente pra me substituir e então eu comecei a trabalhar nesse novo lugar. Levei minha *work permit*, que é minha permissão de trabalho, e aí o *green card* eu recebi depois, em agosto, e eu já tava trabalhando desde julho. Eu fiquei um ano e meio nessa companhia e agora, em janeiro (de 2018), eu fiz a transição pra uma outra, que também é de

> atendimento ao cliente, mas é um pouco diferente. A primeira era por telefone, a segunda é só por e-mail. Na entrevista, eles querem saber da minha experiência. Eles não perguntam de documentação, eles não perguntam nada do tipo "Ah, você tem documentação?". Não, porque subentende-se que eles só vão contratar com documentação, então se você não tiver, você nem vai pra entrevista. Nessa última entrevista, em questão de dois dias eu já tava contratada. Eu fui, fiz um teste de português, e no dia seguinte eu fui pra entrevista pessoalmente e à noite ela já tinha me dado a resposta que eu começaria na semana seguinte. Foi uma coisa bem rápida.

Em uma dinâmica de 4x10, Cristina trabalha quatro dias por semana, dez horas por dia. "Eu comecei ganhando cinco dólares por hora como *au pair*, depois fui pra 10, 11, até que cheguei nos 18 dólares por hora como *nanny*. Depois fui pra 20, 21 e hoje eu ganho quase 25 dólares por hora trabalhada", relembra Cristina, ao narrar sua trajetória profissional nos Estados Unidos. De acordo com Valéria Magalhães e Steven Butterman, "um dos desdobramentos da passagem do *status* de indocumentado para o de residente é que as opções de modos de sobrevivência se tornam mais amplas. O imigrante poderá trabalhar em atividades formalizadas e, em muitos casos, em posições mais favoráveis" (2017, p. 208). Entretanto, apesar do final feliz – em 2018, Cristina e o marido comparam um apartamento e agora moram juntos num imóvel próprio – a jovem assegura que jamais aconselharia uma outra mulher a seguir o mesmo caminho que ela.

> Se eu fosse aconselhar alguém hoje, eu diria: "Olha, se a sua vontade é ficar permanentemente aqui nos Estados Unidos, vai pelos meios certos: fica os dois anos como *au pair*, depois dos dois anos, pede o visto de turista. Depois do de turista, pede o de estudante. E vai de lá. Depois de estudante, talvez você consiga um estágio, talvez um trabalho, aí você pode ficar. Mas não fique ilegal, porque o sentimento dentro de você é a pior coisa. E você tem que aceitar trabalho e coisas que as pessoas falam que você não aceitaria se você tivesse legalmente. (Cristina)

Ao afirmar que não aconselharia outras mulheres a seguirem o mesmo caminho que o seu, Cristina fala sobre o período em que morou nos Estados Unidos indocumentada. Apesar de ter entrado no país com um visto válido, o J-1, após o fim da sua extensão, o visto expirou e a jovem não retornou ao Brasil e tampouco aplicou para troca de *status*, de modo que sua presença passou a ser ilegal. Entretanto, segundo a seção de lei imigratória do website FindLaw[87], não se trata de um crime, mas sim de uma transgressão de uma lei federal imigratória com punição civil, e não criminal. Nesse caso, as principais penas civis são a remoção e a deportação. Além disso, a presença ilegal também pode ter consequências negativas para alguém que busca uma reentrada nos EUA, ou a residência permanente. Mas não foi isso que aconteceu com Raquel.

---

[87] Disponível em: <https://immigration.findlaw.com/> Acesso em: 12 mar. 2019.

Aos 19 anos, Raquel[88] se inscreveu no programa *Au pair* por percebê-lo como uma alternativa acessível para sair do Brasil. A jovem tomou conhecimento do programa através de uma prima que fez o intercâmbio e acabou residindo definitivamente nos Estados Unidos após casar-se com um nativo. Apesar de considerar levar uma vida confortável no Brasil, Raquel não sentia que pertencia ao seu próprio país.

> Eu tava fazendo faculdade de Rádio e TV e tava de saco cheio já. Saco cheio da minha turma, todo mundo me bulinava, o povo era super infantil. Troquei de turma, fui pra uma outra sala, melhoraram as coisas. Mas não sei, não era o lugar que eu queriestar. Eu gostava da minha faculdade, era conveniente. E a minha mãe depositava dinheiro na minha conta pra eu comer, sair, era confortável minha vida aqui no Brasil, mas eu não queria estar aqui, porque eu não gosto daqui. (Raquel)

Com o apoio dos pais, Raquel desembarcou nos Estados Unidos em 2014. No primeiro ano, passou por um *rematch* após a sua primeira família anfitriã abandonar o programa. Por não querer voltar para o Brasil, estendeu o programa e acabou tendo que passar por mais dois processos de *rematch*, de forma que, durante os seus dois anos de intercâmbios, a jovem morou com quatro *host families* diferentes.

Após o fim dos dois anos de uma experiência conturbada no programa, Raquel, ainda assim, decidiu continuar a residir nos Estados Unidos. Com o apoio financeiro da mãe e suas próprias economias, iniciou o processo da troca de *status* para turista, alugou um apartamento e comprou um carro.

> Eu quis ficar lá nos Estados Unidos, eu ainda quero morar lá. Eu acho que eu já tentei me achar o suficiente aqui no Brasil, não consegui, quero voltar pra lá. Acho que tem uma frase que eu sempre penso "A sua casa está onde está o seu coração". E o meu coração tá lá. Apesar da minha família estar aqui e eu amar muito a minha família, meu coração tá lá, e isso é uma coisa que eu não consigo mudar. (Raquel)

Sem receber resposta do governo estadunidense sobre seu processo de troca de *status*, Raquel optou por trabalhar como *nanny* durante esse período, visto que sem uma fonte fixa de renda a jovem não seria capaz de se sustentar. Durante os dez meses em que residiu nos Estados Unidos após o fim do intercâmbio, trabalhou para quatro famílias.

> Eu entrei no site "*Care.com*". Lá você criava o seu perfil e marcava entrevistas. Eu trabalhava com uma família de manhã, e as minhas funções eram acordar as crianças, preparar o café da manhã e levar pra escola; e com uma outra à tarde, que eu só pegava as crianças na escola e levava pra casa. Só que eu não achei que tava dando muito

[88] Entrevista realizada no dia 8 de abril de 2018 com duração de 48 minutos. Raquel é um nome fictício.

> benefício pra mim, achei que eu tava trabalhando demais e ficando muito cansada. Então fui procurar outra e achei uma família que era só um bebê, super fácil, e fiquei uns seis meses com eles. Mas aí tive que voltar pro Brasil. (Raquel)

Após dar entrada no processo de troca de *status*, o candidato recebe uma carta de confirmação assegurando que a imigração recebeu seus documentos. Além disso, é possível que a imigração, dois ou três meses depois, envie uma carta pedindo evidências como: comprovação financeira de que tem dinheiro para custear sua estadia, evidência de vínculos com o Brasil, dentre outras. No caso de Raquel, somente dez meses depois a jovem percebeu que não havia recebido nenhum tipo de resposta do governo acerca da sua aplicação para a troca de *status*.

> Raquel: No último mês do segundo ano do programa, apliquei pro visto de turista. Nesse tempo, eles mandaram uma carta pedindo mais documentos, mas eu nunca recebi. Às vezes eu acho que a minha *roommate* roubou, só eu e ela tínhamos a chave do correio. Não recebi essa carta. Passou dez meses e eu não tinha recebido absolutamente nada do governo, e aí eu perguntei pra uma menina que tava passando pelo mesmo processo que eu. Perguntei como tinha sido o processo dela e ela falou que não tinha demorado, e que ela ficava checando online. E eu nem sabia que era pra olhar online. Eu aí quando olhei, tava escrito que eu tinha que voltar. Depois de um tempo, também recebi uma carta dizendo que eu tinha que voltar pro Brasil. Fiquei mais dois meses ainda, pra vender as coisas, e aí voltei. No total, fiquei 12 meses.
> Entrevistadora: E como foi quando tu teve que voltar pro Brasil?
> Raquel: Vendi minhas coisas. Vendi meu carro no *Craigslist*, vendi toda minha mobília. A mobília que eu não vendi, deixei pra minha *roomie*. Quando eles negaram minha troca de *status*, eles falaram "Volte imediatamente". Só que esse "imediatamente" é meio impossível, porque a passagem é muito cara, então eu voltei um mês depois desse aviso.
> Entrevistadora: E quando tu voltou pro Brasil qual foi o impacto? Quais foram as tuas impressões?
> Raquel: Eu queria morrer. Nossa, foi horrível. Eu ficava com muito medo. Eu saí do aeroporto e via aquelas motos passando. O cheiro era muito forte, era abafado. Não sei. É uma sensação de "não quero estar aqui" e essa sensação tá seguindo comigo todos os dias.

Ao retornar ao Brasil, Raquel se sentia sufocada. Com o passar dos meses, ensaiou uma readaptação. Comprou um carro, trabalhou como recepcionista em um hotel e, logo depois, como professora assistente em um colégio bilingue enquanto continuou o relacionamento à distância com Derek, o namorado que conheceu ainda nos Estados Unidos durante o segundo ano do seu intercâmbio. Entretanto, apesar da estabilidade no Brasil, Raquel não retornou à faculdade. Ainda insatisfeita, decidiu participar, uma segunda vez, do programa *Au pair*. O retorno de uma ex-*au pair* somente tornou-se possível a partir de 2008, quando o governo americano anunciou que ex-*au pairs* que completaram seu programa com sucesso poderiam,

após dois anos[89], participar do programa novamente. O processo e os pré-requisitos são os mesmos, a única exigência extra é que a jovem apresente como referência de trabalho com crianças o contato da sua primeira *host family*.

> Entrevistadora: Em que momento tu decidiu participar de novo do programa?
> Raquel: Depois de um ano no Brasil e dois anos fora do programa, eu disse "Eu vou de novo". A ideia é ficar dois anos como *au pair* e depois eu caso. Dois anos é o tempo que o meu namorado vai levar pra terminar a faculdade. Ele quer terminar a faculdade antes de casar, e ele ainda tá terminando o primeiro ano. Tô de bem com a minha vida agora, mas o Brasil não é o lugar que eu quero estar. Eu quero ir pra fora, então nem pensei em voltar pra minha faculdade quando voltei pro Brasil, porque sei que não iria valer lá. Pra que eu vou fazer faculdade no Brasil, se quero morar fora? Então eu tive que fazer um novo passaporte, porque o antigo ia vencer, mas mesmo assim eu precisei levar o antigo, porque nele tinha meu visto do *au pair*. No passaporte antigo, tinha a data que eu saí dos Estados Unidos, que foi em 2017. No regulamento do programa, se eu quiser ser uma *returning-au pair*, eu teria que ficar dois anos longe dos Estados Unidos. Então eu tava com muito medo de eles negarem meu visto, porque eles tinham meu passaporte que dizia que eu tinha saído de lá só em 2017, eles tinham todas as informações e mesmo assim eles aprovaram. Eu cheguei lá rezando Pai Nosso desde o carro. Cheguei, fiquei na fila e na hora da entrevista, ele pediu os dois passaportes e perguntou se eu já tinha ido pros Estados Unidos e eu disse que sim, que já tinha ido pra Disney algumas vezes e também tinha sido *au pair*. Ele perguntou se eu tinha experiência com criança e eu disse que trabalhava numa escola bilíngue e tinha sido *au pair*. Ele realmente fez uma entrevista de *au pair* comigo como se fosse a minha primeira vez. Perguntou: "O que você vai fazer quando voltar pro Brasil?" Eu falei que ia cursar Pedagogia, porque trabalhando no colégio que eu trabalhava eu decidi que era isso que eu queria fazer, queria ser professora. Ele disse "Tá bom. Seu visto foi aprovado. Boa viagem!". E eu espero não ter que ir embora dessa vez. Espero que Deus me abençoe com um anel de noivado. (Raquel)

Fora do programa *Au pair*, Raquel gastava 500 dólares com aluguel – dividindo apartamento com uma *roommate* – e 400 dólares com seguro para o carro, gasolina, além de gastos com alimentação, dentre outros. Entretanto, apesar desses gastos, que no programa *Au pair* são custeados pela *host family*, Raquel considera ser *nanny* mais economicamente vantajoso que ser *au pair*, visto que como *nanny* ela ganhava o triplo do salário. Quando questionada sobre o motivo que a levou a participar novamente do intercâmbio mesmo sabendo que trabalhar como *nanny* seria mais vantajoso, Raquel respondeu que sua decisão se deu devido ao fato de não ter "outro jeito de ir pra lá", visto que não portava um visto de turista, e, dessa forma, o visto J-1, concedido aos participantes do programa *Au pair*, seria o mais economicamente acessível para levá-la de volta aos Estados Unidos, onde a jovem planeja

[89] No website da *Au Pair in America* (APIA), a agência deixa claro que se você já participou do programa *Au pair* nos Estados Unidos, você pode voltar para uma segunda experiência no intercâmbio, contanto que você tenha completado com sucesso, no mínimo, um ano como *au pair* e que você tenha vivido fora dos Estados Unidos por, pelo menos, dois anos. Disponível em <https://www.aupairinamerica.com/become-an-aupair/our-programs/return-program/index.asp> Acesso em: 13 fev. 2019

casar-se e começar a faculdade.

A história de Raquel, bem como a de outras ex-*au pairs* brasileiras, evidencia que o trabalho com assistência à infância não se limita ao tempo de experiência do intercâmbio, podendo abarcar também o período que sucede o programa *Au pair*.

4.4 Assistência à infância fora do programa *Au Pair*

As histórias relatadas neste capítulo contam trajetórias diversas, desde mulheres que possuem *green card* e estudam em faculdades estadunidenses até aquelas que continuaram a residir nos Estados Unidos em situação de indocumentação. Mas as mulheres entrevistadas e suas trajetórias convergem em um ponto: todas, sem exceção, continuaram a trabalhar com assistência à infância mesmo após o fim do término do programa *Au pair*.

Bárbara[90], por exemplo, após o fim do seu intercâmbio, trocou o *status* para turista e, depois, para estudante, mas nunca deixou de trabalhar com assistência à infância. A jovem, no entanto, confessa ter se sentido ludibriada após perceber a diferença de salário entre uma *au pair* e uma *nanny*. Como *au pair*, Bárbara ganhava 783 dólares mensais; e agora, como *nanny*, ganha 3.200 dólares para trabalhar a mesma quantidade de horas.

> Bárbara: Eu escolhi o *Au pair* porque é o programa mais barato pra você vir pros Estados Unidos e ele abre as portas pra você aqui. Só pelo programa, em si, eu não teria vindo. Eu amo criança, mas depois que você tá aqui e você vê como a *nanny* ganha de verdade, você se sente uma burra por ter vindo como *au pair*.
> Entrevistadora: Qual a diferença em dinheiro que tu ganha como *nanny* pro dinheiro que tu ganhava como *au pair*?
> Bárbara: O que eu ganho em um sábado como nanny é o valor que eu ganharia em uma semana como *au pair*.
> Entrevistadora: Quanto uma *nanny* ganha por hora na cidade em que tu mora?
> Bárbara: Depende muito… É de 15 a 20. Depende do tanto de criança que você cuida. Uma criança é 15, duas crianças continua 15, acima de 3 crianças de 18 a 20. E a família ainda dá uma graninha extra, uma gorjeta.

A determinação da quantia a ser paga a uma *nanny* pelo serviço de assistência à infância é importante no que tange à definição de uma taxa competitiva a fim de atrair as candidatas mais qualificadas. O site *Care.com* disponibiliza uma ferramenta[91] que calcula o valor justo a ser pago pelo trabalho de uma *nanny*. Ela leva em conta fatores como: anos de experiência com assistência à infância e qualificações especiais, quantidade de crianças e de horas trabalhadas, localização geográfica, responsabilidades adicionais, dentre outros.

---

[90] Entrevista realizada no dia 3 de agosto de 2018 com duração de 43 minutos. Bárbara é um nome fictício.

[91] *Cost of Child Care Calculator*. Disponível em: <https://www.care.com/cost-of-childcare?&s=getStarted> Acesso em: 13 fev. 2019.

De acordo com uma pesquisa[92] sobre salários e benefícios das *nannies*, encomendada pela *International Nanny Association*, em 2017, mesmo que os salários oscilem com base em vários fatores, principalmente na quantidade de crianças, a taxa média de pagamento é de 19,14 dólares por hora. Ainda segundo essa pesquisa, 99% das *nannies* são do gênero feminino e 92% trabalham no regime *live out*, isto é, não residem no local de trabalho.

Tabela 3 – Comparativo entre o salário de *au pair* e o salário de *nanny* no pós-*Au Pair*

Ex-*Au pairs* Entrevistadas	**Salário como *Au pair*[93]**		**Salário como *Nanny***	
	Por Hora	**Por Semana**	**Por Hora**	**Por Mês**
Alice	$4,35	$195,75 + *room and board*[94]	Acordo com a *host Family*: salário de *au pair* + estudos pagos	
Bárbara	$4,35	$195,75 + *room and board*	-	$3.200,00
Bianca	$4,35	$195,75 + *room and board*	$19,00	-
Carla	$4,35	$195,75 + *room and board*	$15,00	-
Cristina	$4,35	$195,75 + *room and board*	$18,00	$2.200,00
Isabela	$4,35	$195,75 + *room and board*	-	$3.120,00
Joanna	$4,35	$195,75 + *room and board*	$15,00	-
Laura	$4,35	$195,75 + *room and board*	$20,00	-
Raquel	$4,35	$195,75 + *room and board*	$18,00 a $22,00	-
Roberta	$4,35	$195,75 + *room and board*	Acordo com a *host family*: salário de *au pair* + estudos pagos	
Úrsula	$4,35	$195,75 + *room and board*	-	$2.000,00

Fonte: Elaborado pela autora

[92] Salários e Benefícios das *nannies*. Disponível em: <https://nanny.org/production/wp-content/uploads/2018/01/2017-INA-Nanny-Salary-Benefits-Survey-FINAL.pdf> Acesso em: 15 fev. 2019.

[93] O salário da *au pair* colocado nesta tabela foi o salário estabelecido pelas agências do programa como o aconselhado. Entretanto, grande parte das *host families* arrendonda o valor para 200 dólares semanais e algumas famílias fazem, ainda, acordos extraoficiais que envolvem o pagamento de horas extras.

[94] *Room and board* descreve uma dinâmica em que, em troca de dinheiro ou trabalho, o empregador fornece ao empregado um lugar para morar, assim como refeições em uma base abrangente. Isto é, além do pagamento semanal, a *host family* é obrigada a oferecer hospedagem e alimentação para a *au pair*.

Essa tabela demonstra a diferença de salários entre as mulheres brasileiras entrevistadas que trabalharam como *au pairs* e *nannie*s nos Estados Unidos entre os anos de 2013 a 2018. Os valores pagos às *nannies* mostram-se oscilantes, o que é resultado de um acordo prévio entre cada trabalhadora e família contratante. No caso das brasileiras entrevistadas, essa oscilação de valores deve-se, principalmente, à quantidade de crianças e ao regime de trabalho – *live-in* ou *live out*. Enquanto algumas mulheres preferem residir fora do ambiente de trabalho, outras preferem poupar o dinheiro do aluguel; enquanto algumas mulheres cobram por hora trabalhada, outras estipulam um valor fixo por mês.

Essa discrepância entre os valores dos salários de uma *au pair* e uma *nanny* tem levado à promoção do programa *Au pair* como uma opção de baixo custo, que oferece mais flexibilidade para as famílias anfitriãs do que outros tipos de serviço. Enquanto uma *au pair* da agência *Cultural Care* tem o custo mensal para o empregador de 1.596,10[95] dólares trabalhando 45 horas por semana, uma *nanny* residente em Nova York[96], cuidando de duas crianças, e trabalhando as mesmas 45 horas semanais, poderá custar até 3.538,80 dólares mensalmente.

Essa diferença de salário é percebida como injusta pela maior parte das jovens que participam do intercâmbio.

> Isabela: Não dá nem pra comparar. O salário que eu ganhava como *au pair* era 200 por semana, e como babá eu ganhava 780 dólares por semana. Eu ganhava mais que o meu marido, que é americano.
> Entrevistadora: E tu trabalhava quantas horas nessa família?
> Isabela: 40 horas por semana.
> Entrevistadora: Nessa época tu trabalhava como *nanny live out*?
> Isabela: Sim, eu morava com meu marido. E às vezes eu fazia *nanny share*, que era trabalhar pra duas famílias ao mesmo tempo. Eu trabalhava na casa de uma das famílias e a outra família levava a neném deles pra essa casa e eu cuidava das crianças das duas famílias. É a melhor opção porque, por exemplo, muitas babás aqui em Denver cobram 15 dólares por hora. Nesse caso eu cobrava 18, então cada família pagava 9 dólares pra mim. Pra eles ficava bem mais barato e pra mim ficava mais vantajoso também.

Por morar com o marido, Isabela trabalhava no regime *live out*, isto é, não residia na casa da família para quem trabalhava. Já a Cristina, assim que começou a trabalhar como *nanny*, optou por ser uma *nanny live-in* para poupar o dinheiro do aluguel.

---

[95] No caso da Cultural Care, apesar de o valor mensalmente diretamente direcionado a *au pair* ser de 783 dólares, se calculado o valor total investido anualmente pelas *host families* – 19.153,25 dólares, incluindo *match fee* e *anual fee* – o valor desembolsado mensalmente passa a ser de 1.596,10 dólares.

[96] Pesquisa da *UrbanSitter* – que questionou mais de 20.000 famílias dos Estados Unidos – avaliou a média de salário pago por hora para babás nas nove cidades mais caras do país. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/babysitter-rates-in-the-most-expensive-us-cities-2017-3#new-york-city-4> Acesso em: 15 fev. 2019.

> Entrevistadora: Qual era a diferença do salário do *au pair* pro *nanny live-in*?
> Cristina: Olha… como *au pair* eu recebia por semana 200 dólares, porque minha família arredondava os 195,75 e como eu fazia hora extra, eu ganhava 50 a mais. Então eu ganhava 250 por semana, 1.000 dólares por mês. Como *nanny live-in* eu ganhava 2.2000 por mês. Então era um puta dinheiro, eu conseguia pagar todas as contas que eu tinha.

No entanto, apesar da significativa diferença de salário entre *au pairs* e *nannies*, Úrsula julga ser justo o salário da *au pair* se levado em consideração que a jovem não tem gastos referentes a aluguel, alimentação, seguro de carro e de saúde, dentre outros. A jovem, após o fim do intercâmbio, continuou a trabalhar para o seu *host dad* que, recém divorciado da esposa, necessitava de ajuda no cuidado com os filhos. Quando no programa, Úrsula recebia o salário convencional de uma *au pair*. Após o término do programa, ainda que trabalhando para a mesma família, cuidando das mesmas crianças e trabalhando uma menor quantidade de horas, passou a receber 2.000 dólares por mês.

> Entrevistadora: Qual é a diferença de salário sendo *nanny* pra mesma família fora do programa?
> Úrsula: Agora eu ganho mais que o dobro, ganho 2.000 dólares, mas em compensação meus gastos são bem maiores. No final das contas, eu ganho menos do que quando eu ganhava quando era *au pair*.
> Entrevistadora: Atualmente quais são os teus gastos?
> Úrsula: Aluguel, comida, seguro do carro, seguro de saúde e parcela do carro que eu comprei... (pensa) Isso do salário de *au pair* é até engraçado. Quando você conhece alguém, a primeira coisa que eles perguntam é: "Qual é o seu nome? O que você faz?". No primeiro mês, eu explicava "Ah, eu sou uma intercambista, eu moro com uma *host family*" e eles diziam "Ah, você é *nanny*" e eu "É..." (risos). As pessoas ficavam bem chocadas quando eu dizia quanto eu ganhava. Bem chocadas mesmo! Mas em compensação, eu acho que eles não sabiam a outra parte da história. Não sabiam que eu não tinha que pagar aluguel, não tinha que pagar seguro, não tinha que pagar nada.
> Entrevistadora: Então tu acha o salário justo?
> Úrsula: Eu acho. Considerando a vida que eu tenho agora, atualmente sobra menos dinheiro no fim do mês do que quando eu era *au pair*, então acho que é justo sim. Talvez a carga horária de trabalho seja muita, acho que um máximo de oito horas diárias seria melhor.

O relato dessas jovens que continuaram a trabalhar com assistência à infância mesmo após o término do intercâmbio ilustra uma realidade: entre as mulheres brasileiras que residem nos Estados Unidos, a fonte de emprego mais recorrente é o trabalho doméstico, que engloba desde limpeza de casas até serviço domiciliar de assistência à infância. Segundo Maxine Margolis, "talvez nenhum segmento do mercado de trabalho tenha contratado mais brasileiros do que o de serviços domésticos, um nicho de emprego feminino por excelência" (2013, p. 39).

Ainda de acordo com a pesquisadora, isso não significa necessariamente que essas mulheres apreciem esse tipo de trabalho, pelo contrário. Em decorrência tanto da natureza do trabalho como da desigualdade estrutural implícita na relação patroa e empregada doméstica no

Brasil, essa espécie de trabalho é a mais problemática para brasileiros (MARGOLIS, 1994, p. 199). Inclusive, esse descontentamento no que diz respeito ao trabalho doméstico virou tópico de uma publicação no grupo “Pos AP”.

Figura 15 – Publicação no “Pos AP” sobre insatisfação com o trabalho de assistência à infância

Fonte: Reprodução/Facebook

A autora da postagem desabafa estar, há mais de 10 anos, aprisionada em um ciclo que consiste em parar de trabalhar com assistência à infância por querer atuar em uma outra área, mas acabar voltando a trabalhar como babá por questões financeiras. “Tenho esperanças que esse ano será o último mas ainda tenho inseguranças e medos de continuar trancada nesse *ciclo my whole life*... alguém se identifica? Como lidar com isso?”, perguntou no “Pos AP”. Segundo a jovem, um dos motivos pelos quais ela acaba sempre voltando a trabalhar como babá é a facilidade em encontrar emprego nessa área. Maxine Margolis, ao analisar a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho doméstico nos Estados Unidos, aponta que “de fato, o trabalho em casa de família pode ser uma linha tão lucrativa que as imigrantes brasileiras raramente o abandonam” (MARGOLIS, 2013. p. 39).

Entre os 43 comentários respondendo a publicação, apareceram alguns conselhos e desabafos. Uma das respondentes compartilhou sua experiência ao abandonar o trabalho de babá e relatou que no momento em que começou a trabalhar como professora em uma escolinha percebeu que, na verdade, o dinheiro não compensava devido ao pagamento de impostos. “Só me faz querer chorar. Eu ainda não me encontrei”, confessou. Em seguida, uma outra mulher disse se identificar com a sensação de sentir-se presa na área de assistência à infância. “Faz oito anos que estou nessa vida. Todo ano falo que vai ser o último, mas não consigo sair. Já tenho a permissão pra trabalhar aqui, mas não sei o que acontece”, escreveu.

A escolha de trabalhar no mercado informal cuidando de crianças mesmo portando *work permit* não é tão incomum quando se poderia pensar e também aconteceu na vida de Carla. Após levar em conta os fatores de qualidade e estilo de vida nos Estados Unidos, bem como as vantagens e desvantagens dos contratos formais de trabalho no país, a jovem optou por continuar a trabalhar como *nanny*.

> Quando eu me mudei pra cá, em setembro do ano passado (2017), eu tava desempregada e não tinha meu *work permit*. Mandei a papelada do *green card* em novembro de 2017 e fui receber o *work permit* só em abril (2018). Então até abril desse ano, teoricamente, eu não poderia estar trabalhando. Mas, né (risos) a gente sempre precisa arrumar um jeitinho e fazer uma grana. Em setembro, eu tava desempregada, mas tava no *Care.com*, um site de *nanny*. Aí achei essa família no subúrbio e tô trabalhando pra eles desde outubro do ano passado, e decidi que vou trabalhar pra eles durante o próximo ano (2019) escolar também. Não trabalho 45 horas nem nada, trabalho 30 horas na semana. Meu trabalho de *nanny* agora é mais uma renda extra pra ajudar o meu marido. Eu já tenho o *work permit*, mas considerando todos os fatores de qualidade e estilo de vida nos Estados Unidos, a gente sabe que as pessoas que são CLT aqui, que tem contrato de trabalho, elas trabalham horrores pra ganhar quase a mesma quantidade que eu tô ganhando agora – eu tô fazendo 15 dólares a hora. Se eu tivesse carteira assinada, eu teria que trabalhar seis dias na semana pra ganhar o que eu tô ganhando agora. (Carla)

Ainda a respeito do trabalho com assistência à infância, é comum que a busca por emprego aconteça via websites e grupos virtuais. E assim como Carla, Isabela também encontrou emprego como *nanny* fazendo uso de plataformas digitais.

> Entrevistadora: Tu falou que, depois do *Au pair*, tu trabalhou como babá depois do término do *Au pair*. Como aconteceu tudo?
> Isabela: Tem um grupo no Whatsapp das meninas brasileiras que casaram e que são aqui de Denver e querem se reunir. E tem uma menina que eu conheci lá e que postou que tinha uma família precisando de babá pra início de setembro, então era a possibilidade perfeita pra mim. E aí eu falei pra ela que eu queria, e ela me passou o telefone da mulher e a gente fez a entrevista por ligação pelo Whatsapp, porque eu tava viajando. Enquanto isso, eu também pesquisava em grupos. Tem um grupo no Face também que é do bairro que eu morava em Denver, o grupo é de babás e famílias, sabe? Então eu não cheguei a postar, mas como tem muita família que posta que tá precisando, o que eu fazia era mandar mensagem pra eles. Então eu fiz entrevista com essa mulher que a menina indicou e fiz entrevista com mais outras famílias só pra ter mais opções. Acabou que eu preferi a que a minha amiga indicou, porque era *full time*, muitas horas.
> Entrevistadora: E qual tu acha que foi a importância das redes digitais de relacionamento tanto no processo pré-*au pair*, quanto no período em que tu tava trocando o *status* de *au pair* pra noiva?
> Isabela: Eu não sou muito de postar nos grupos, mas eu ficava acompanhando muito os comentários, tem muitas dicas. Na época que eu tava trocando o visto, eu pesquisava muito nos grupos sobre os documentos que eu ia precisar. Na época, eu achava muito legal, porque tinha dica de tudo e a internet, no geral, é uma ferramenta muito boa pra quem mora longe, porque a minha família inteira tem Whatsapp, Facebook, Instagram, então é uma maneira de tá mais perto, né?! E pro *green card* foi muito importante também, porque assim como tem grupo de *au pair*, também tem grupo de brasileiras que casaram e nossa… pesquisei demais nos grupinhos de Facebook. Os formulários que precisavam, coisas sobre entrevista. Tudo! Então pra mim o "Face" ajudou bastante.

Mas não foi só para Isabela que as plataformas digitais desempenharam um papel significativo no que tange a vivência em um país estrangeiro. Para além dos grupos de *au pairs* mencionados no segundo capítulo deste trabalho, existem também fóruns ainda mais específicos compostos apenas por ex-*au pairs* brasileiras, isto é, mulheres brasileiras que participaram do programa *Au pair* e, após o fim do intercâmbio, continuaram a residir nos Estados Unidos e utilizam o ambiente virtual como uma ferramenta multifacetada.

4.5 Redes digitais de relacionamento para brasileiras ex-*au pairs*

No período que precede e também durante o intercâmbio, os grupos online são de extrema importância e utilidade para a grande maioria das *au pairs* brasileiras, que o utilizam como fonte de informação e ferramenta para compartilhar histórias, frustrações e alegrias. Mas vale ressaltar que mesmo após o fim do intercâmbio, as participantes dos grupos nem sempre se retiram desses fóruns virtuais. Algumas continuam nos Grupões que abarcam todos os

assuntos referentes ao intercâmbio e à experiência internacional, enquanto outras tornam-se membros de grupos ainda mais específicos, como grupos para ex-*au pairs* brasileiras estudantes nos Estados Unidos ou ex-*au pairs* brasileiras casadas com americanos.

Quando o fim do intercâmbio se aproxima e uma então *au pair* decide, por exemplo, se matricular em uma universidade estadunidense, ela geralmente o faz tendo em mente que várias outras *au pairs* brasileiras já passaram pelo mesmo processo e que "não deve ser tão difícil assim". Mas a burocracia envolvida na troca de *status* e na admissão da faculdade costuma gerar uma série de dúvidas, de modo que essas jovens se encontram em busca constante de pessoas que já tenham passado por esse mesmo processo e que possam lhe auxiliar. Entretanto, nem sempre essas mulheres que passam por experiências similares estão fisicamente próximas umas das outras, e é aí que as redes digitais de relacionamento passam a operar como ponto virtual de encontro.

Com esse propósito, em 2017, foi criado o grupo "*Au pair* J1 to Student F1". Menos de dois anos após sua criação, em janeiro de 2019, o fórum já contava com 2.252 membros e em um período de 30 dias chega a ter um fluxo de mais de 130 publicações. O grupo é fechado e somente membros podem ver as postagens, de forma que, para solicitar entrada no grupo, as candidatas devem responder as seguintes perguntas: "1) Já é *au pair*? Se sim, quanto tempo de programa?; 2) Já está no processo de visto ou *change of status*?". Segundo publicação fixada no grupo pela administradora e criadora do "*Au pair* J1 to Student F1", o fórum surgiu "no meio da turbulência" do seu próprio processo de troca de *status* que envolveu falcatruas e demissões, mas acabou com um "final feliz" e agora serve como inspiração para outras meninas que querem passar ou estão passando pelo mesmo processo.

O grupo propõe, inclusive, um novo mecanismo para conectar seus membros: a mentoria. Dessa forma, membros do "Aupair J1 To Student F1" podem se candidatar para assumir papeis de mentor e orientar um membro que está dando início no processo da troca de *status*. Já um outro grupo, o "Estudante f1 pós aupair", foi criado em setembro de 2016 e em fevereiro de 2019 contabilizava 2.252 membros. Esse fórum também é fechado e para tornar-se membro as jovens devem responder uma série de perguntas: "1) Qual o seu *status* atual? *Au pair*? Turista? Estudante? Outro?; 2) Em qual país você está agora?; 3) Você já foi *au pair*? E por que você quer entrar no grupo?".

Em ambos os grupos, entre os assuntos mais recorrentes estão: o processo de troca de *status*, preenchimento de formulários, envio de documentos, recomendações de institutos e cursos e compartilhamento de histórias de sucesso e desabafos. Roberta, por exemplo, utilizou

o grupo como um manual de instruções “do que fazer e do que não fazer” durante o processo da troca de *status*.

> Amanda: Qual tu considera que foi a importância das redes digitais de relacionamento no processo pré-*au pair* e troca de *status*?
> Raquel: Meu Deus, um beijo pras redes sociais! (risos) Durante os processos, eu aprendi tanta coisa que eu nunca ia saber se não fossem as redes sociais... Eu entrei nos grupos assim que eu decidi fazer o intercâmbio, a minha prima que tinha sido *au pair* me colocou lá. Eu passava o dia inteiro no Grupão assistindo vídeos, e ler os casos de experiências ruins de várias *au pairs* me deu o choque de realidade de tudo que acontecia. Vi as meninas falando de coisas que eu nunca tinha pensado e nunca ia saber. Até detalhes culturais tipo jogar o papel higiênico dentro do vaso. E aí quando começou o meu processo de trocar o visto, eu talvez não tenha pesquisado tanto, porque várias pessoas que eu conhecia pessoalmente, outras *au pairs*, tavam fazendo a mesma coisa, então só escutei o que elas tinham pra falar. Mas acabou que eu usei muito as redes sociais pra descobrir “O que fazer? O que não fazer?”. Eu percebi que tavam negando muitos vistos quando o *sponsor* era a *host family*. Acho que eu saberia quase nada se não fosse pelos cinco grupos de *au pair* que eu participava.
> Entrevistadora: E agora que tu saiu do programa, tu vai continuar no grupo?
> Raquel: Provavelmente. Só pra ajudar as meninas que entram e não sabem o que vão fazer da vida.

Para Alice, que continuou nos Estados Unidos após o intercâmbio como estudante vocacional, os grupos de pós-*au pair* – como a jovem nomeia o período que sucede a saída do intercâmbio – também foram de extrema importância.

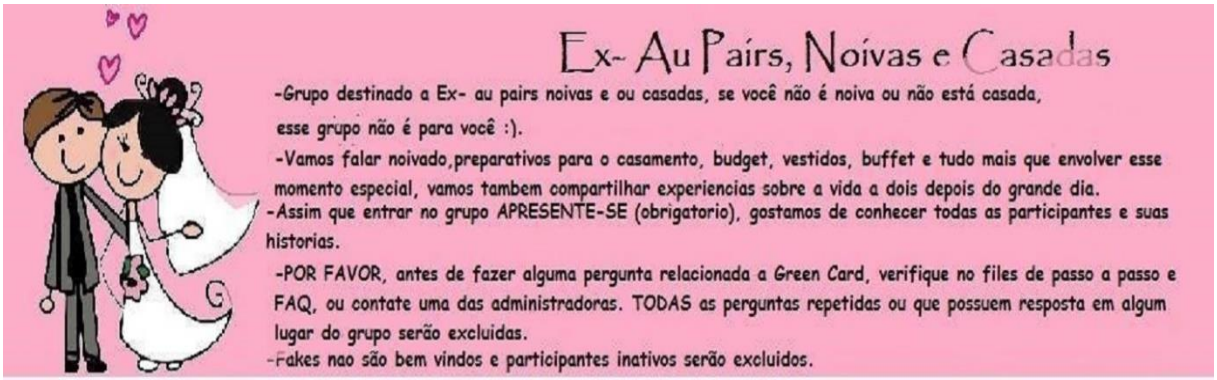
> Quando você decide ser *au pair*, tem uma agência que vai te ajudar com todo o processo, com o *match* e com a família. Mas, mesmo assim, existem alguns processos no caminho pra ser *au pair* que ninguém te explica. A agência fala "Olha, você tem que tirar o visto americano", mas eu nunca tinha tirado um visto americano, então eu não fazia ideia de como preencher um formulário, que era todo em inglês. Aí existem os grupos de *au pairs* no Facebook, depois passa pro Whatsapp também. É muito legal, porque você consegue ver que a galera se ajuda muito. Eu tinha algumas dúvidas, mas quando você posta nesses grupos, a galera realmente fala "Olha, eu fiz isso em tal lugar". Então foi muito importante pra mim durante todo o processo. Tanto pra ser *au pair* quanto depois pra mudança de *status*. Muitas vezes nesses grupos você consegue informação muito mais rapidamente do que se tentasse falar com alguém de alguma agência de viagem. O meu processo de mudança de *status* pra fazer a escola depois do *Au pair* foi completamente pela rede social, porque eu não tinha ideia de como fazer. O visto que eu precisava era o M1, e eu não achava informação nenhuma de como tinha que preencher toda a papelada, era muita coisa. Aí eu postei em um grupo de pós-*au pair* e as meninas falaram "Você tem que fazer isso, isso e isso. E você tem que ir em tal lugar". Foi muito importante pra mim. Eu acho que se eu não tivesse a rede social, eu teria me enrolado muito mais pra fazer todo o processo. (Alice)

Mas não é só para as ex-*au pairs* e estudantes que os grupos se mostram extremamente úteis. As mulheres brasileiras que se casaram com nativos após o fim do intercâmbio afirmaram, todas, ter tido dificuldade ao lidar com a burocracia no processo do *green card*.

> Entrevistadora: E sobre o processo de troca de *status*: qual tu acha que foi a importância das redes digitais de relacionamento nesse processo? Te ajudou de alguma forma?
> Cristina: Ah, 100% ajudou! Foi bem importante. Não só em questão de documentação, mas também em questão de apoio. Você chega lá e conta alguma coisa e o pessoal apoia bastante. Tem uns que são uns Zé Ruela, mas a maioria é gente boa. Na questão do *green card*, eu entrei num grupo chamado "Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas". E quando você tá no processo, o pessoal tem toda documentação lá e isso ajuda bastante, então quando eu entrei, eu fui procurar que documentação eu precisava pro *green card*. Eu peguei tudo lá, fiz minha documentação, não teve problema nenhum. Eu tinha uma amiga que casou também, e quando eu tava com a minha documentação toda pronta, ela me mandou as fotos do processo dela e eu meio que bati com o meu pra checar e mandei, super apreensiva.

Criado em setembro de 2011, o grupo "Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas", mencionado por Cristina, já conta com 1.361 membros[97]. Segundo as regras do grupo, devem solicitar participação no fórum somente as ex-*au pairs* que já estão noivas ou que são casadas. Além disso, a fim de ter sua entrada aprovada no grupo, algumas perguntas devem ser respondidas pelas candidatas: "1) Como você chegou até este grupo? 2) Conta pra gente sobre o seu *status*... (Você está namorando com planos de casar? Quando? Você noivou? Já casou?".

Figura 16 – Imagem da capa do grupo "Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas"



Fonte: Reprodução/Facebook

No Facebook, a imagem de capa do grupo explica: "Vamos falar de preparativos para o casamento, *budget*, vestidos, *buffet* e tudo mais que envolver esse momento especial, vamos também compartilhar experiências sobre a vida a dois depois do grande dia". O fórum, que chega a ter um fluxo de 175 publicações compartilhadas num período de 30 dias, também foi útil para Joanna, que ao publicar no Grupão a sua vontade de casar foi encaminhada para o "Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas".

[97] A contagem de membros foi realizada no dia 22 de fevereiro de 2019.

> Quando eu desisti do programa e decidi mudar de visto, eu pesquisei e publiquei lá no Grupão "Eu quero casar" e me encaminharam pro grupo "Ex-*Au pairs* Noivas e Casadas". Eu conversei com a administradora e ela me ajudou muito. Na verdade, achei que ela foi meio seca e grossa "Você tem que fazer isso", mas me ajudou muito pra eu saber de tudo que eu precisava pra casar e pro processo do *green card*. Então eu acho que sem o Facebook eu não teria conseguido passar de *au pair* pra casada. (Joanna)

Já no caso de Úrsula, o grupo que mais a auxiliou durante o processo de *green card* foi o "Casei nos EUA. E agora?".

> Entrevistadora: Quando tu teve que trocar teu *status*, tu contou com algum tipo de suporte?
> Úrsula: Grupo de Facebook. Tem um grupo só de *au pairs* noivas e casadas. "Casei nos EUA. E agora?"
> Entrevistadora: Qual tu acha que foi a importância das redes digitais de relacionamento desde o pré-*au pair* até o pós-*au pair*?
> Úrsula: (risos) 100%! Eu não teria conseguido fazer nada sem os grupos de Facebook. Sério, literalmente, eu fiz tudo do processo de *green card* pelo Facebook. Sem a ajuda das meninas, eu não teria conseguido fazer nada.

Apesar da Úrsula descrever o fórum como um grupo "só de *au pairs* noivas e casadas", em sua descrição, o "Casei nos EUA. E agora?", criado em janeiro de 2017, coloca-se como uma comunidade online destinada a mulheres e homens brasileiros casados ou noivos de americanos com o intuito de fornecer ajuda e troca de experiência em relação ao processo do *green card*.

No que diz respeito as brasileiras indocumentadas, essas mulheres não participam de grupos específicos destinados somente a elas, mas sim afiliam-se a fóruns tais como o Pos AP, que abriga todas as ex-*au pairs* que continuaram a residir nos Estados Unidos após o término do intercâmbio. Criado em 2012, o Pos AP – sigla para Pós-*Au pair* – afirma-se como uma comunidade de brasileiros que desejam continuar morando nos Estados Unidos especialmente após o programa *Au pair*, mas aberta para "galera de outros vistos também. O objetivo da comunidade é discutir sobre troca de *status*, obtenção de outros vistos, *jobs* e outras assuntos nessa temática". O fórum conta ainda com um banco de arquivos tais como: "Exemplo de contrato para *nanny*", "Exemplo de carta para mudança de *status*, "Passo a passo para troca de *status* de J1 para F1" "*Housecleaning*: Rotina e *Check list*", "Pagar ou não pagar *taxes*", dentre outros.

O que todos esses grupos de ex-*au pairs* brasileiras mencionados têm em comum é que todos servem como ferramenta para auxiliar a imigração de sucesso dos brasileiros nos Estados Unidos, muitas vezes impulsionada por um medo ou aversão à ideia de voltar a morar no Brasil.

4.6 O Brasil como um país para visitar

"Eu sinto…(pausa) agora eu sinto que o Brasil é um país pra visitar. Eu não me sinto mais em casa." (Laura)

Em novembro de 2017, uma então *au pair* pediu aos membros do "*Au pair* – Grupão" que compartilhassem suas histórias boas ou ruins de quando elas retornaram ao Brasil após o fim do programa. "Qual tem sido a experiência de vcs e a sensação geral sobre o retorno? Se não retornaram ainda, como se sentem sobre a possibilidade de retornar? E por que voltar (ou não voltar)?", perguntou a criadora da publicação.

Figura 17 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" sobre o retorno ao Brasil

Fonte: Reprodução/Facebook

Os 113 comentários compreendem opiniões divergentes. Enquanto algumas meninas que ainda participam do programa desabafam sobre o sofrimento da *homesick* e a vontade de retornar ao Brasil, outras retratam uma possível volta ao Brasil como um pesadelo. Uma então *au pair* comentou "Tô nos eua a quase 3 meses contando os dias pra voltar pro meu brasil, não me adaptei e sei que sou muito mais feliz lá perto de quem eu amo. O lugar é lindo a família é ótima mas seila, não tem 1 dia q eu não queira voltar pra casa" enquanto outra compartilhou que entra em pânico toda vez que pensa em um retorno ao Brasil.

Ainda nessa publicação, uma ex-*au pair* defendeu o Brasil e criticou as brasileiras que consideram uma espécie de tragédia pessoal voltar a sua terra natal.

> Eu voltei pro Brasil depois do *au pair*. Fiquei lá 1 ano e meio. Não sei as outras, mas eu nasci e fui criada no Brasil, conheço bem minha cidade. Quando era *au pair*, dirigia bmw (que NÃO era meu), morava numa casa foda (que NÃO era minha), numa cidade super segura (que também NÃO era minha). Realidade de *au pair* é ilusão. Eu vejo várias meninas com medo de voltar pro Brasil, e não entendo bem esse medo... medo da sua realidade? Os primeiros meses no Brasil foram difíceis, mas melhorou muito quando entrei na faculdade, arrumei emprego, etc. Claro que é mais fácil se segurar numa realidade ilusória, parece ser paraíso mesmo. Eu voltei pros eua, e a vida real aqui não é um mar de rosas tbm. Tem problema e lado ruim como todo lugar. (Comentário no Facebook, 2018, grifos da autora)

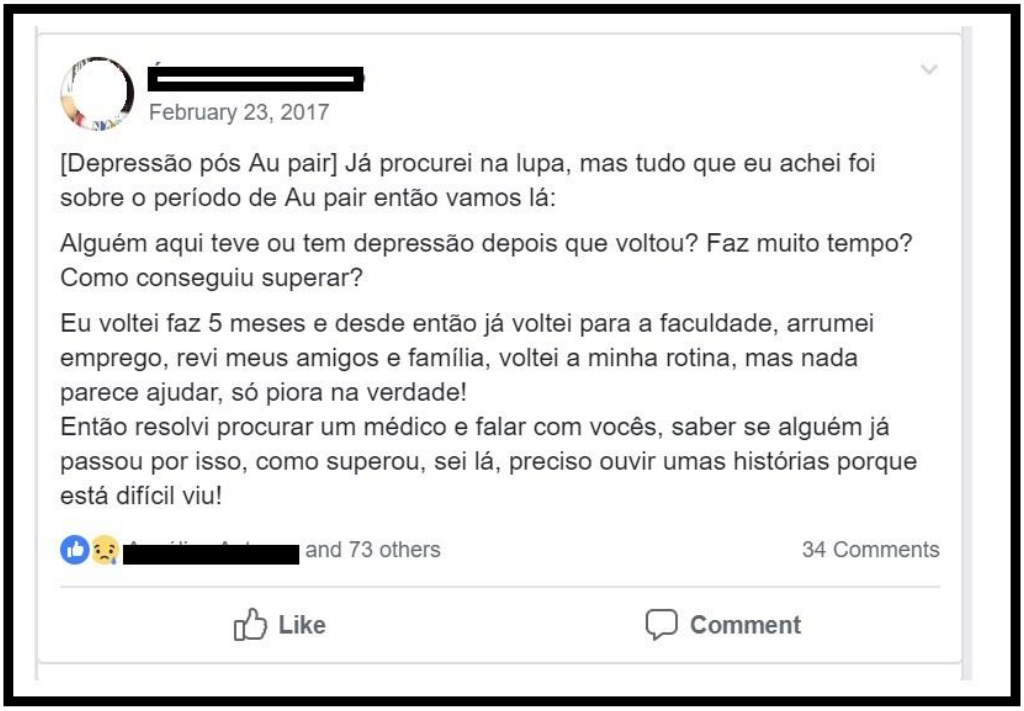
Esse comentário trata de uma situação recorrente nos fóruns de *au pairs* brasileiras no Facebook: o medo extremo ou a aversão à retornar ao Brasil. Muitas das mulheres retornadas divulgam nos fóruns representações de si mesma e do seu país de origem através de relatos de experiências em relação a dificuldade em encontrar empregos, a depressão por elas sofrida devido à readaptação e à insegurança e os altos índices de violência no Brasil; enquanto muitas das mulheres que continuaram a residir nos Estados Unidos compartilham suas fotos de casamento ou de formatura em universidades estadunidenses, de modo que as mulheres brasileiras passam a se inspirar no exemplo de outras brasileiras que realizaram o "sonho americano".

São comuns também posts de meninas que pedem conselhos para lidar com a chamada "síndrome do retorno" e com o choque reverso[98] da readaptação à sua própria terra natal.

---

[98] Segundo DeBiaggi (2004), esse choque cultural reverso decorre da falta de preparação dos migrantes para retornar, visto que estes falham em perceber o retorno ao seu país de origem como uma nova migração e não estão cientes do quanto suas comunidades (e eles mesmos) passaram por mudanças durante a sua ausência (p. 144 e 162).

Figura 18 – Publicação no "*Au pair* – Grupão" sobre a "síndrome do retorno"



Fonte: Reprodução/Facebook

Na publicação, a jovem denomina seu estado como "Depressão pós *Au pair*". A depressão relatada faz parte do processo de adaptação e das problemáticas enfrentadas pelos migrantes retornados ou em trânsito estudados pela psicóloga Laura Satoe Ueno (2008), que aponta o movimento emigratório como potencializador de implicações que ultrapassam os âmbitos econômico, histórico e político, abarcando também o psicológico. De acordo com Ueno, os migrantes transitam não só entre dois lugares geográficos, mas também entre culturas e mundos sociais diferentes (2008, p. 123).

No livro *Psicologia, E/Imigração e Cultura,* Geraldo José de Paiva (2004) explica que nos encontros e desencontros culturais consequentes da mobilidade é posta em xeque toda a articulação do sentido da vida, o que acaba por levar a "complexos processos de manutenção, de rejeição e de negociação relativos a valores, relações familiares, identidade pessoal e grupal" (2004, p. 10). Ainda segundo o autor, a psicologia intercultural, juntamente com a antropologia, resumiu esse conjunto de processos em um termo: "aculturação", que Ecléa Bosi define a seguir:

> A aculturação psicológica consiste em um processo de ressocialização pelo qual os indivíduos passam decorrente de uma mudança de contexto cultural. O contato contínuo com outra cultura representa uma ruptura expressiva do quadro de

> referência, sentido e pertencimento anterior. A mudança impõe um ajustar-se ao novo ambiente. Reaprender outras formas do que antes era parte da rotina torna-se um desafio à memória-hábito, isto é, esquemas de comportamento registrados no corpo e de que se vale geralmente automaticamente, que faz parte de todo nosso aprendizado cultural (BOSI, 2003, p. 62)

Essa aculturação psicológica pode provocar, conforme descreve Nakagawa (2002) mediante sua experiência clínica, quadros confusionais transitórios observados em alguns migrantes retornados. Esses quadros são nomeados de "síndrome do regresso" e apresentam como características "dispersão do pensamento, distanciamento afetivo, grande sensibilidade às diferenças, falta de segurança, tendência autodestrutiva", além de um sentimento de não estar bem "aqui" nem "lá" (p. 34).

De acordo com a professora do Núcleo de Estudos e Orientação Intercultural Sylvia Dantas isso acontece porque, ao deixar sua terra natal, os emigrantes se preocupam em amenizar o choque cultural no país de destino, mas o mesmo não acontece durante a volta pra casa. "A questão que as pessoas não se dão conta é que a volta representa uma nova migração. Quem morou fora passou por um processo de mudança e quando volta há um choque reverso e o custo emocional é muito maior" (LEMOS, 2015).

Entre as entrevistadas neste trabalho, apenas uma oferece um relato que pode ser aproximado daquilo que estamos chamando de síndrome do retorno, visto que foi a única a experenciar uma volta aparentemente definitiva ao Brasil – que na realidade durou apenas um ano, pois logo a jovem retornou aos Estados Unidos como *returning-au pair* –, mas todas as mulheres visitaram o Brasil em algum momento após a vivência no exterior e afirmam não cogitar voltar a morar em sua terra natal. Essa resistência, ou até mesmo aversão, em cogitar voltar a residir no Brasil é justificada pela maioria das participantes como devido à angústia constante causada pela insegurança pública brasileira e também ao alto poder de consumo nos Estados Unidos quando comparado ao alto custo de vida em território brasileiro.

> Entrevistadora: E atualmente tu pensa em voltar pro Brasil?
> Cristina: Ai, cara, eu sempre penso, né. Mas eu não quero voltar pra morar. Não tenho interesse, por causa da questão de possibilidade de vida, você tem muito mais aqui. Nos Estados Unidos, você pode comprar tudo que você quer. Você trabalha que nem um condenado, você trabalha sem nem ter folga às vezes, mas vale a pena fazer isso, porque no final do mês você tem um dinheiro que você pode comprar qualquer coisa. Aqui eu adquiri, materialmente falando, coisas que eu jamais conseguiria, nesse mesmo tempo, no Brasil. Eu não conseguiria ter um carro no Brasil, eu não conseguiria ter besteiras tipo um computador bacana. Eu não conseguiria comprar o carro do ano, não conseguiria jamais comprar um apartamento, eu não conseguiria, por exemplo, ter guardado 20 mil reais na minha poupança. Eu não conseguiria fazer isso no Brasil. Eu notei a diferença logo de cara. E também no Brasil tem aquela coisa que você fica com medo a todo instante e aqui não tem isso. Foi muito difícil pra mim

> largar o hábito de ficar olhando pra trás ou colocar o celular no bolso e não tirar ou mexer na rua, sendo que aqui você anda livremente, não existe ladrão de carteira. Existe ladrão de carro, *serial killer*, mas não essa coisa pequena que tem no Brasil pela necessidade. Porque no Brasil existe toda essa coisa pela necessidade do brasileiro de ter algo e não conseguir comprar. Aqui, se você trabalhar, você tem tudo, você consegue comprar um carro em dois anos e em dois anos você paga esse carro. Se você juntar dinheiro, com o salário todo do ano, você já paga. No Brasil, não, porque 90% do seu salário é conta. Além de todos os impostos. Então eu senti um pouco essa diferença, tudo aqui era mais barato. E tinha essa segurança que nossa… fez toda diferença.

No caso de Isabela, ao retornar ao Brasil para organizar a festa de casamento com seu marido norte-americano, a jovem inicialmente sentiu muito medo, cuja origem Isabela credita a uma espécie de histeria coletiva que acontece no Facebook em relação a situação da segurança pública no Brasil.

> Entrevistadora: E quando tu vieste passar um tempo no Brasil, como foi a tua experiência? Como tu te sentiu voltando?
> Isabela: (risos) Eu fiquei com muito medo de ser assaltada e medo do trânsito, porque em Goiânia tem muita moto no meio dos carros, aquela coisa toda, e aqui quase não tem moto, né. Todo mundo me zoou muito quando eu voltei pro Brasil, porque eu tava com medo de dirigir de verdade. E aí todo mundo tava "Nossa, parece que você não morou a vida inteira aqui. Ficou só um ano lá", mas a gente se adapta muito fácil com coisa melhor, sabe. Então eu me adaptei ao trânsito aqui e quando eu cheguei no Brasil o trânsito foi uma coisa que eu fiquei horrorizada. Eu lembro que a minha mãe me buscou no aeroporto e eu fiquei com medo o caminho inteiro de bater o carro até a casa da minha mãe. E eu fiquei com muito medo de ser assaltada de verdade, mas eu atribuo isso ao Facebook, porque tudo que você vê na internet é coisa ruim, então quando eu cheguei demorou um tempo pra eu perceber "Nossa, tá do mesmo jeito que eu larguei. Não tá pior, tá normal", então eu me acostumei. Mas eu tava meio noiada, com medo.

De acordo com a psicóloga Andrea Sebben, esse desajuste sofrido inicialmente por Isabela – e pelos migrantes retornados, em geral – em sua volta a sua terra natal se deve ao fato de a viajante ter tido vínculos sociais, espaciais e temporais mudados no país de destino e rompidos no local de origem, de modo que se faz necessária uma reintegração. No entanto, esse processo de reintegração pode ser dificultado devido a incompreensão de amigos e familiares, quando interpretam a estranheza do retornado como uma atitude esnobe (LEMOS, 2015).

Questionada se cogitaria voltar a residir no Brasil, Isabela revelou que não.

> Entrevistadora: E tu pensa em voltar a morar no Brasil?
> Isabela: Não… (pausa e pensa). Não penso.
> Entrevistadora: Por quê?
> Isabela: Ah, não sei… Primeiro que eu acho que meu marido jamais mudaria pro Brasil. Ele ama o Brasil, mas pra passear. E é aquilo que eu falei no início: eu realmente não me sinto 100% segura no Brasil. Eu acho que aqui (nos Estados Unidos)

> tem mais oportunidade de emprego. Você trabalha muito, mas por outro lado, se você quiser comprar suas coisas, é tranquilo. A população é valorizada aqui mais do que no Brasil.
> Entrevistadora: E tu pensa em voltar pra visitar?
> Isabela: Sim! (enfático) Visitar eu quero! Se eu ficar rica, quero ir três vezes ao ano. Eu tenho muita saudade da minha família, dos meus amigos. Acho que Estados Unidos nunca vai ser o Brasil em relação a isso. Mas ainda acho que, racionalmente pensando, aqui é a melhor opção. Se eu for pensar pelo lado emocional, quero voltar agora pro Brasil. Mas mesmo com diploma de Direito, a minha irmã tava advogando e ganhando 900 reais por mês, usando o carro dela pra dirigir pro fórum, pra todo lugar, e eles não pagavam nem a gasolina. É muito desvalorizado. E depois que eu vi que aqui com pouco você consegue muito, eu pensei que "Ah, é a melhor opção!". Eu quero ter filhos, no futuro, e eu acho que aqui é um lugar que dá pra eu ficar mais tranquila em relação a construir uma família.

Esse julgamento da própria terra natal como um país para visitar foi recorrente nas entrevistas. Joanna, assim como Isabela, sonha em visitar o Brasil, mas não considera a ideia de voltar a residir definitivamente no país.

> Entrevistadora: Tu pensa em voltar pro Brasil?
> Joanna: Eu penso em voltar pra visitar. Eu espero passar alguns meses com a minha esposa no Brasil, porque eu quero que ela conheça melhor a cultura brasileira. Mas eu não quero morar no Brasil mais, não. Ah, eu não sei… depois que você sai do Brasil… Lá tem tanta violência. A única coisa que eu gosto do Brasil é que eu morava numa cidade muito boa, a saúde pública era muito boa. Mas eu acho a qualidade de vida daqui melhor. Acho que aqui as coisas funcionam melhor que no Brasil. Eu quero – eu já falei pra ela – quando a gente tiver nossos filhos, eu quero que eles fiquem um pouco no Brasil, quero que eles falem português fluente. Se algum dia eles escolherem fazer faculdade ou se mudar pro Brasil, eu quero que eles possam fazer essa escolha.

Entretanto, apesar do descarte do Brasil como uma opção de país para a residência definitiva, mostrou-se também recorrente o desejo das ex-*au pairs* brasileiras de que seus maridos e esposas conhecessem sua terra natal e a cultura brasileira.

> Eu penso em voltar pro Brasil quando eu começar a pensar em constituir uma família. Talvez eu vá morar quando eu tiver pensando em ficar grávida, são possibilidades. Mas eu não penso nada definitivo, eu não tenho planos. Eu me sinto muito bem no lugar em que eu moro, também em relação a saúde. Em São Paulo, eu tinha crises de alergia o tempo todo, o ano inteiro, então pra mim era difícil desde o momento que eu acordava, e aqui eu não preciso de nada, minha saúde é 100%. Então acho que na verdade eu vim pra cá e é aqui mesmo que eu tenho que ficar. Penso em ir pra visitar como eu fiz nesse ano. Eu e o meu marido, a gente passou 20 dias no Brasil e ele conheceu minha família. Pra visitar com certeza no ano que vem a gente tá voltando, mas pra morar é mais difícil, não acho que seja uma opção sólida. (Carla)

Cristina compartilha da mesma vontade de Carla, mas cogita um período de tempo um pouco maior, chegando a considerar residir no Brasil por até dois anos com o seu marido, ou mesmo durante a sua aposentadoria.

> Eu quero morar um ano no Brasil, ou dois anos, com o meu marido. Quero que ele conheça minha família, quero que ele saiba como é a família brasileira, que ele sinta o calor brasileiro. E quero principalmente que ele aprenda o português, porque quero que ele se comunique com a minha família. Mas eu não quero morar no Brasil, eu não aguento a criminalidade no Brasil. Infelizmente, você não pode ter nada que a outra pessoa quer pegar. Ninguém quer trabalhar muito duro, eles querem roubar de você. Então eu não admito isso, não rola pra mim mais. E essa coisa do governo estar sugando todo seu dinheiro... Você trabalha cinco meses só pra pagar imposto, não rola pra mim. E fora que você trabalha, trabalha e você não vê seu dinheiro. Você não consegue comprar nada, você nunca muda de cidade, você quase nunca viaja. Se for uma classe média ou média baixa, né, você não viaja, vai tá sempre no mesmo lugar, porque você não tem dinheiro pra ir. Eu não quero isso pra mim, mas talvez eu volte pro Brasil quando a gente se aposentar. A gente pretende ter uma casa na praia aí no Brasil ou em qualquer lugar do mundo que seja barato e que a gente consiga se manter pro resto da vida. (Cristina)

É também comum, nos depoimentos das ex-*au pairs* brasileiras, a aparição de estereótipos do que significa "ser brasileiro" assim como sobre a vida no Brasil. Em um estudo sobre representações sociais e estereótipos, Arruda, Gonçalves e Mululo (2008, p. 504) apontam que estereótipos possuem funções sociais de possibilitar uma economia cognitiva, visto que a partir deles são sistematizadas percepções e, além disso, funcionam também como uma categorização que permite a diferenciação de grupos em oposição a si próprios, isto é, a segregação do que seria "o outro". Entretanto, se, nesse caso, o estereótipo do brasileiro é criado pelo próprio brasileiro, então estaríamos diante de uma autorrepresentação estereotipada.

Muitas dessas autorrepresentações são fundamentadas no complexo de "vira-latas". O termo, criado pelo escritor brasileiro Nelson Rodrigues, originalmente fazia referência ao descrédito dos brasileiros em relação ao desempenho da seleção brasileira de futebol após o trauma sofrido em 1950. Com o passar do tempo, essa expressão, embasada em um pessimismo e criticismo extremo no que diz respeito ao desenvolvimento do Brasil, passou a abranger uma série de outras esferas além do esporte, acabando por definir a "inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo" (RODRIGUES, 1993, p. 61).

O que Nelson Rodrigues chama de complexo de "vira-latas", Maxine Marxolis chama de "brasofobia", ao que conceitua como "o discurso de brasileiros falando mal uns dos outros". (MARGOLIS, 2003 *apud* MARGOLIS, 2013). Entretanto, ainda que ciente das dificuldades enfrentadas no Brasil – por vezes apontada de forma maximizada e estereotipada – as entrevistadas demonstraram afeição e carinho pelo país. Raquel foi a única a, aparentemente, demonstrar total desapego pelo Brasil ao afirmar categoricamente que "não gosta do brasileiro", que não se sente em casa no lugar onde nasceu e que se sente incomodada pelo "jeitinho brasileiro".

> Não sei, não gosto do brasileiro. Esse jeitinho brasileiro que as pessoas falam me incomoda bastante. Eu gosto de andar na rua sabendo que eu não vou ser assaltada. Eu tenho crises de ansiedade e no Brasil eu fico sempre olhando pros lados, é ruim. Nos Estados Unidos eu me sinto mais segura de sair na rua com meu celular escutando música ou sair pra dar uma volta na vizinhança. (Raquel)

Entre as 11 entrevistadas, três deixaram o Brasil para participar do programa *Au pair* já com o intuito de residir permanentemente nos Estados Unidos. Bárbara inclusive chegou a afirmar que caso sua troca de *status* para turista e estudante não tivesse sido aprovada, ela teria continuado a residir no país de qualquer modo, ainda que indocumentada.

> Eu nunca quis voltar pro Brasil. Eu já vim sabendo que eu não ia voltar. Que se não desse certo o *Au pair*, eu ia fazer outra coisa aqui. Não quero voltar, nunca quis. Tanto que se eu não casar, ou se não tivesse dado certo pra estudante, eu ficaria ilegal aqui. Qualidade de vida muito boa, tudo muito bom. Brasil é Brasil, mas pensando em qualidade de vida e no dinheiro que eu vou fazer aqui, aqui é melhor pra mim. Na família que eu trabalho, eu ganho 800 dólares por semana, são 3.200 por mês. Eu gasto 1.000 com despesas e ainda sobra mais de 2.000 por mês. Eu nunca conseguiria ganhar isso em reais, mas eu já parei de converter, porque a vida é outra aqui. (Bianca)

Ao expor o Brasil como um país perigoso e inseguro, essas jovens paralelamente exaltam qualidades dos Estados Unidos como se este país fosse indefectível – o que demonstra como o imaginário é uma categoria central nas representações dos deslocamentos. Em seus discursos, aparecem a possibilidade de conquistar bens materiais e alcançar paz devido a segurança pública norte-americana, algo apresentado como improvável ou impossível em território brasileiro. Paralelamente, o Brasil é exaltado em qualidades relativas a emoções: uma nação calorosa e composta por pessoas afetuosas.

> Entrevistadora: Tu voltou pro Brasil pela primeira vez só depois do *green card*?
> Cristina: Não, fui na primeira vez aos cinco meses que eu tava aqui como *au pair*. E aí eu não tinha ainda aquela sensação de sentir falta de alguma coisa. Eu não sentia falta de nada, nada tava me faltando. Mas quando eu fui a segunda vez, que já foi depois do *green card*, eu fui pra passar uma semana no Brasil. Uma semana não é nada, mas eu fui e foi maravilhoso! Eu fui pro chá de bebê da minha irmã e foi uma coisa assim... o coração bateu mais forte. Sabe quando as pessoas falam que os americanos são frios? Quando eu cheguei, a minha primeira impressão foi "Não, tá todo mundo doido. Eles não são frios". Mas depois que você mora aqui por um tempo, você percebe "É, realmente eles são frios", mas não é frio no sentido de eles serem rudes ou algo assim, eles são frios de sentimento. Eu não concordo com algumas coisas que tem aqui. No Brasil, tem o calor de família, a sensação de que é um ajudando o outro, não importa como, a família é unida. Aqui é cada um por si. No Brasil é aquele almoço de domingo, é aquela coisa que você liga pra mãe, liga pro pai, você conversa com sobrinha, prima. Aqui não, é cada um por si. Aqui você vai mudar de cidade? Bacana. A gente vai se ver nos feriados, porque é meio que uma obrigação, não porque é uma necessidade. E essa coisa de ligar, quem é que liga? Não existe isso. Então é mais uma questão de ser frio em uma questão de sentimento e família e amigos. Aqui é tudo controlado por horários. Você não tem essa espontaneidade de chegar e ir no seu vizinho ou na sua amiga simplesmente, tem que ligar antes, saber se é tudo bem, ou então combinar com um mês de antecedência pra ir jantar. Meu, como assim? (risos) Não faz sentido isso pra mim. Se você quer ver a pessoa, só vai!

> Mas aqui não, tem essas regras, eles não querem passar muito tempo com você. Eles querem uma, duas, três horinhas com você e acabou, já deu.

Segundo o sociólogo Jessé Souza (2018) até mesmo esse hábito de apontar as qualidades do Brasil apenas no âmbito afetivo faz parte do complexo de inferioridade do brasileiro. Em seu livro, "Subcidadania brasileira", o autor propõe "entender o país além do jeitinho brasileiro". Para tal, ele explica como os valores da razão e emoção acabam por animalizar ou tornar divino desde grupos de pessoas a até mesmo sociedades e nações.

> Sem qualquer mediação consciente, separamos as mulheres como afeto e corpo e os homens como razão e distanciamento afetivo, e os brancos e os negros segundo o mesmo princípio: o espírito diviniza e o corpo animaliza os seres humanos. Tudo que represente o espírito, como a inteligência e a moralidade, é percebido como superior e nobre, embora nem sequer reflitamos mais sobre a origem dessas avaliações. Por outro lado, tudo que seja associado ao corpo, como os afetos, o sexo ou a agressividade, é percebido por todos nós como vulgar, ameaçador e inferior. (...) Está criada a ideologia do vira-lata brasileiro. Inferior, posto que percebido como afeto e, portanto, como corpo se opondo ao espírito do americano e europeu idealizado, como se não houvesse personalismo e relações pessoais fundando todo tipo de privilégio também nos Estados Unidos e na Europa. A emoção nos animalizaria enquanto o espírito tornaria divinos americanos e europeus. Como seres divinos, os americanos seriam seres especiais que põem a impessoalidade acima de suas preferências pessoais, explicando com isso a excelência de sua democracia. (2018, p. 11 e 17)

O deslumbramento pelos Estados Unidos somado à descrença no Brasil explica a resistência dessas mulheres em cogitar voltar a residir em seu país de origem. Além disso, muitas das ex-au pairs – tanto as entrevistadas quanto as observadas nos fóruns online por intermédios de publicações – alegam não mais sentirem-se em casa no lugar em que nasceram e residiram a maior parte de suas vidas.

> Entrevistadora: E como tu sentes que é a tua relação com o Brasil atualmente? Tu pretendes visitar? Qual é o teu plano para os próximos anos?
> Laura: Eu sinto…(pausa) agora eu sinto que o Brasil é um país pra visitar, eu não me sinto mais em casa. Eu fui pro Brasil visitar meus pais e minha família, e deu duas semanas e eu já tava querendo voltar pra cá. Já tinha dado pra matar as saudades, já não tinha interesse em ficar lá. Não por causa da família, nada, lógico que não! Mas acho que é o choque reverso da cultura. Já tô acostumada com as coisas aqui nos Estados Unidos, tecnologia, e... (pensa) acho que o americano respeita muito o espaço das pessoas. Então acho que é uma questão de tudo, de higiene, natureza, respeito com o espaço do próximo.

No discurso de Laura, até mesmo a higiene – pela qual o brasileiro é reconhecido devido a frequência com que toma banho e escova os dentes – passa a ser uma qualidade memorável do norte-americano e mostra-se como um fator favorável a sua permanência no país. Laura e as outras ex-*au pairs* brasileiras entrevistadas, contudo, são apenas parte de um quebra-cabeça

complexo e multicolorido que abarca diferentes perfis, motivações e trajetórias que convergem em um mesmo propósito: o da residência nos Estados Unidos.

Ao ser questionada pela Istoé se o sonho americano chega a ser alcançado por esses brasileiros emigrantes, Ana Cristina Braga Martes responde que "o sonho é inatingível. Mas os brasileiros passam a ter uma visão positiva da sociedade americana, em termos de direitos, de capacidade de consumo, de segurança, de tranquilidade, de oportunidades" (COSTA, RODRIGUES, 2005), de modo que cada vez uma porcentagem maior dos brasileiros que emigram para os Estados Unidos tende a ficar lá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a imigração de brasileiras para os Estados Unidos através do programa *Au pair*. Os dados coletados mediante entrevistas de história oral, aplicação de questionários e observação de fóruns virtuais confirmaram a hipótese inicial de que o intercâmbio acaba por servir como porta de entrada para a imigração definitiva de uma parcela dessas participantes brasileiras. Em vez de retornar ao Brasil, como estabelecido no contrato assinado pelas intercambistas, muitas jovens desviam a rota previamente traçada e continuam a residir em território americano.

A pesquisa tinha como objetivo compreender a variedade de estratégias usadas por essas brasileiras para subverter a finalidade alegada do programa *Au pair*. Para tanto, foram realizadas onze entrevistas de história oral com ex- *au pairs* brasileiras que continuaram a residir nos Estados Unidos mesmo após o fim do intercâmbio. Essas entrevistas propiciaram uma descrição detalhada de experiências, relações e hábitos das sujeitas estudadas, e é fundamental perceber a experiência pessoal dessas jovens "como algo que existe para ser compartilhado, como algo que poderia ser útil para uma comunidade de investigação mais ampla" (SMITH, 2010, p.27).

Por intermédio das informações obtidas durante as entrevistas de história oral, bem como dos dados coletados na aplicação de questionários estruturados, percebeu-se que a maior parte das ex-*au pairs* brasileiras que continuam a residir em território norte-americano dividem-se em três grupos: 1) as que se casaram e possuem um *green card*, 2) as que trocaram o *status* para estudante e passaram a frequentar universidades estadunidenses, 3) e ainda as que optaram por continuar a residir no país indocumentadas. Essas rotas desviantes, ou diferentes *status* analisados, demonstraram a riqueza que relatos orais trazem aos estudos sobre imigração, de modo que, "por meio deles, é possível apreender uma variedade de representações e visões de indivíduos socialmente inseridos em posições diferentes" (Demartini, 2005, p. 96).

Entre os tópico citados mais recorrentemente nas entrevistas apareceram: relação afetiva e cotidiano das jovens com a *host family* – incluindo *host parents* e *host kids*; atual *status* e lentidão dos processos burocráticos; comparações entre a vida no Brasil e nos Estados Unidos no que diz respeito à segurança pública e poder de consumo; motivações para ir e permanecer nos Estados Unidos; e a importância dos fóruns online e da rede de cooperação entre *au pairs*.

O fato de apenas mulheres terem sido entrevistadas se deveu a estatística de que as mulheres constituem maioria dentro do programa. Ao passo que esse dado abre espaço para uma reflexão acerca da ínfima participação masculina no programa *Au pair* e sobre o porquê de o trabalho doméstico ainda ser considerado uma atividade feminina, também evidencia a

significativa migração internacional de mulheres por intermédio desse programa, o que indica uma busca pela independência e autonomia. Se antes essas mulheres eram invisíveis aos olhos dos estudiosos de imigração, sendo percebidas apenas como acompanhantes coadjuvantes de seus maridos ou pais, agora elas passam a ser retratadas em suas próprias trajetórias, como protagonistas dos seus deslocamentos (RODRIGUES, STREY, ESPINOSA, 2009, p. 429).

Além disso, os dados coletados por intermédio dos questionários revelaram uma informação relevante a respeito das mulheres brasileiras que continuam a residir nos Estados Unidos mesmo após o fim do programa *Au pair*: dentre as 378 brasileiras que participaram do intercâmbio e responderam os questionários, 97 continuaram a residir nos Estados Unidos após o fim do *Au pair*. É importante ressaltar que dentre essas 378 mulheres, 168 ainda estavam participando do programa - ainda não haviam decidido se iriam retornar ao Brasil ou não -, de modo que restaram 210 respondentes que já haviam concluído o intercâmbio. Dentre essas 210 mulheres, 97 continuaram a residir nos Estados Unidos, enquanto 113 retornaram ao Brasil. Esses dados evidenciam que a proposta inicial do intercâmbio é, em certa medida, subvertida por grande parte das participantes brasileiras, visto que o regulamento do programa inclui até mesmo o pagamento da passagem aérea de volta à terra natal como forma de assegurar que as jovens retornem ao seu país.

Portanto, fica evidente o desenvolvimento do capital social dessas jovens, que chegam nos Estados Unidos com um baixo capital de social e poucas conexões, devido ao fato de estarem em território estrangeiro, sem a presença de família e amigos, e, ainda assim, com o passar dos meses, acabam por formar conexões, ampliando suas redes, de forma a conseguir, por vezes, residência fixa no país por meio dos estudos ou relações interpessoais.

Além do capital social, também foi analisada a importância das redes digitais de relacionamento para o deslocamento das mulheres, visto que é através dessas redes que circulam informações com o propósito de recepção, adaptação e socialização dessas migrantes. No caso das *au pairs* brasileiras, essas plataformas são representadas pelos fóruns e grupos online, tais como o "*Au pair* – Grupão" e "*Au pair* – Grupão do Amor ♥", dois grupos fechados restrito a *au pairs* e ex-*au pairs* brasileiras, bem como mulheres que tenham interesse em entrar no programa. Além desses fóruns gerais, existem ainda outros grupos mais específicos compostos apenas por ex-*au pairs* brasileiras que já finalizaram o intercâmbio e se reúnem a fim de compartilhar conselhos, desabados e recomendações acerca do processo de troca de *status* para estudante bem como da obtenção do *green card*.

A respeito da duração do deslocamento dessas mulheres brasileiras, apesar de a data de retorno ser, burocraticamente, estabelecida pela duração do visto desde a saída do Brasil, é

importante lembrar que, por vezes, nem mesmo os migrantes sabem se estão migrando em um caráter temporário ou definitivo, de modo que "é sempre difícil qualificar uma migração como temporária ou definitiva no momento em que se efetua. As intenções dos migrantes não bastam, porque podem ser modificadas pelas condições que se deparam" (GEORGE, 1977, p. 34 *apud* SOARES, 2014, p. 55). Essa incerteza acomete várias das mulheres brasileiras que permanecem após o intercâmbio com o *status* de estudante, por exemplo. Nesse caso, a permissão para permanecer no país tem a duração exata do curso da faculdade, de modo que após finalizadas as aulas, essas jovens enfrentarão a incerteza de sua permanência nos Estados Unidos; o que não acontecerá com as jovens detentoras de *green card*.

A questão da duração do deslocamento abre, ainda, discussão para um outro questionamento: o deslocamento dessas jovens consiste em "migração ou turismo?". O intercâmbio *Au pair*, ao mesclar dinâmicas de migração de trabalho com intercâmbio cultural, desafia binarismos convencionais: "é migração ou turismo?". Por isso, neste trabalho optou-se por usar o conceito das mobilidades contemporâneas, que permite uma compreensão mais ampla acerca da crescente fluidez entre viagens, lazer e migração; visto que cada intercambista desloca-se com um propósito e muitas migram sem saber exatamente qual será o desfecho das suas trajetórias– se retornarão ao Brasil ou se permanecerão nos Estados Unidos.

Inclusive, apesar de formalmente enquadrado como intercâmbio cultural, o programa *Au pair* exige uma carga horária semanal de 45 horas de trabalho doméstico. No Brasil, trabalhos domésticos e de assistência à infância costumam ser desempenhado por mulheres com um menor nível de escolaridade e de classe média baixa, no entanto, nos Estados Unidos, as *au pairs* brasileiras possuem, em sua grande maioria, nível superior e não partem de regiões empobrecidas ou interioranas do Brasil, mas sim de grandes cidades da região sul e sudeste do país – em sua grande maioria de São Paulo (62,2%), sendo seguido pelo Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tratam-se de jovens bilíngues, portadoras de carteira de habilitação e com disponibilidade de recursos para serem investidos na mobilidade.

Entre as três principais motivações que levam essas brasileiras a inscreverem-se no programa *Au pair* estão a vontade de melhorar habilidades na língua inglesa, o desejo de viajar, e o anseio de viver definitivamente nos Estados Unidos. Já quando analisado o motivo de não querer retornar ao Brasil, os argumentos mais citados foram a instabilidade econômica – desemprego – e a violência urbana. Dessa forma, percebe-se que a imigração de brasileiras através do programa *Au pair* segue o padrão do novo fluxo de emigração brasileira com destino aos Estados Unidos, que foi fortemente identificado a partir de 2015 e tem retomado motivações antigas: a incerteza sobre as perspectivas econômicas e sociais no Brasil (CASTRO, LIMA,

2017, p. 21). Todas as jovens entrevistadas apresentaram esses argumentos em seus testemunhos e, apesar de cogitarem férias no Brasil, não ponderam a ideia de voltar a residir no seu país de origem, vendo-o como um "país para visitar".

Os dados coletados por intermédio da aplicação de questionários foram fundamentais para a construção de um perfil geral sobre as mulheres brasileiras que participam do programa *Au pair*. Além disso, o uso da história oral como principal metodologia ilustrou este trabalho e expôs a riqueza da singularidade da trajetória de cada mulher entrevistada. No entanto, pretendo, ainda, retomar a pesquisa a fim de incorporar novas variáveis, pois, como afirma Svetlana Aleksiévitch no livro *A guerra não tem rosto de mulher*:

> Acho que hoje eu faria perguntas diferentes e escutaria histórias diferentes. Eu teria escrito outro livro, não completamente diferente, mas mesmo assim outro. Os documentos (com que lido) são testemunhas vivas, eles não se solidificam como argila quando esfria. Não se calam. Eles se movimentam junto conosco. Sobre que assuntos eu perguntaria mais agora? O que gostaria de acrescentar? Eu acharia muito interessante... estou procurando a palavra... o ser humano biológico, e não apenas aquele que é filho de uma época e de uma ideia. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 19)

Se possível for, planejo dar continuidade a este trabalho e prosseguir fazendo uso da história oral a fim de relatar histórias narradas por testemunhas até então pouco – ou nada – notadas. Apesar da imigração brasileira para os Estados Unidos ser tópico recente em obras audiovisuais e pesquisas acadêmicas, o enfoque nessa migração específica – a que se inicia através do programa *Au pair* – ainda tem recebido pouco destaque no Brasil, o que ficou evidente na dificuldade, que beira a impossibilidade, em encontrar referências bibliográficas sobre o tema em português.

REFERÊNCIAS

ALLON, F.; ANDERSON, K.; BUSHELL, R. Mutant Mobilities: Backpacker Tourism in 'Global' Sydney. **Mobilities**, v. 3, n. 1, p. 73–94, 2008. Disponível em: <http://www.informaworld.com/smpp/content~content=a789967405~db=all~jumptype =rss> Acesso em: 23 set. 2017.

ARRUDA, Â.; GONÇALVES, L. P. V.; MULULO S. C. C. Viajando com jovens universitários pelas diversas brasileirices: representações sociais e estereótipos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 503-511, jul./set, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n3/v13n3a11.pdf> Acesso em 27 fev. 2019.

ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 15, n. 3, setembro-dezembro/2007.

BECKER, Gary S. **Human capital: A theoretical and empirical analysis with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil. Campinas: FNUAP, v. 1, 1996.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, Afrânio, NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 2 ed., p. 65-69.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. n. 110, p. 67-104, 2000.

BÜSCHER, M.; URRY, J.; WITCHGER K. **Mobile Methods**. Abingdon: Routledge, 2011

CHUANG, J. The U.S. *Au pair* Program: Labor Exploitation and the Myth of Cultural Exchange. **Harvard Journal of Law & Gender**, v. 36, n. 2012-46, 2013. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm? abstract_id=2163595> Acesso em: 9 mai. 2017

COHEN, S.; DUNCAN, T.; THULEMARK, M. Lifestyle Mobilities: The Crossroads of Travel, Leisure and Migration. **Mobilities**. v. 10, n. 1, p. 155-172, 2015.

COSTA, F; RODRIGUES, A; **Istoé**. O Sonho Americano. Entrevista, n. 1859, 2005. Disponível em: <https://istoe.com.br/6502_O+SONHO+AMERICANO/> Acesso em: 28 fev. 2019.

DE BIAGGI, S.D; PAIVA, G.J. (org.) **Psicologia, I/Emigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DEBIAGGI, S. D. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DE BIAGGI, S.D; PAIVA, G.J. (org.) **Psicologia, I/Emigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DELANEY, K. A. A Response to "Nannygate": Untangling U.S. Immigration Law to Enable American Parents to Hire Foreign Child Care Providers. **Indiana Law Journal**, v.70, n. 1, 1994.

DEMARTINI, Z.B.F. Pesquisa Histórico-Sociológica, Relatos Orais e Imigração. DEMARTINI, Z. de B. F; TRUZZI, O. M. S (orgs.) In **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: UFSCAR, 2005.

_____. Ciências Sociais: contribuições para a pesquisa em educação. **Educação&Linguagem**, v.15, n.26. 137-165, jul.-dez, 2012. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/issue/view/238> ISSN 2176-1043. Acesso em: 8 jun. 2017.

ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile Lives**. London: Routledge, 2010.

FAIST, T. **The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces**. Clarendon Press, Oxford. North Yorkshire. 2000.

FUSCO, W. **Capital Social e Dinâmica Migratória: um estudo sobre brasileiros nos Estados Unidos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2007.

GEORGE, P. **As migrações internacionais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977

GLENN, E. N. **Forced to care: coercion and caregiving in America**. Cambridge, Massachusetts: Harvard. University Press, 2010.

HESS, S; PUCKHABER, A. "Big Sisters" Are Better Servants? Cooments on the Booming of the *Au pair* Business. **Feminist Review**, v.77, p. 65-78. 2014.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, n. 132, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742007000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

HOCHSCHILD, A. Global care chains and emotional surplus value. In: HUTTON, W.; GIDDENS, A. **On the Edge: Living with Global Capitalism**. London: Jonathan Cape, 2000.

INTERNATIONAL LABOR RECRUITMENT WORKING GROUP. **Shortchanged: The Big Business Behind the Low Wage J-1 *Au pair* Program**. 2018. Disponível em: < https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3273579> Acesso em: 10 set. 2018.

KLAGSBRUNN, V. H. Globalização da economia mundial e mercado de trabalho: a emigração de brasileiros para os Estados Unidos e Japão. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil** – v. 2, p. 33-48, Campinas: FNUAP, 1996.

LANG, A. B. S. G. Imigração e história oral: trajetórias e vivências. In: ROCHA-TRINDADE, M. B.; CAMPOS, M. C. S. S. (Orgs.) **História, memória e imagens nas migrações: abordagens metodológicas**. Portugal: Oieras, 2005.

LEMOS, M. Síndrome do Retorno afeta pessoas que moraram mais de três anos fora do país. Ciência&Saúde. **Central Brasileira de Notícias**. São Paulo, 22 ago. 2015. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/default.htm?url=/editorias/ciencia-

saude/2015/08/22/SINDROME-DO-RETORNO-AFETA-PESSOAS-QUE-MORARAM-MAIS-DE-TRES-ANOS-FORA-DO-PAIS.htm> Acesso em: 26 fev. 2019.

LIMA, Á. E. de C e; CASTRO, A de L B. de C. de Castro e. **Brasileiros nos Estados Unidos: meio século (re)fazendo a América** (1960-2010) - Brasília: FUNAG, 2017.

MAGALHÃES, V. B.; BUTTERMAN, S. F. Brasileiros no Sul da Flórida: novas questões sobre os imigrantes LGBT. **Revista Bagoas**, Natal, v. 11, n. 16, ja/ju, p. 198-231, 2017. Disponível em: < https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/12520/8642 > Acesso em: 15 jan. 2019.

MAGALHÃES, V. B. de; ARAÚJO, J. R. de C. Rostos femininos nas migrações internacionais: mulheres brasileiras no sul da Flórida. ***Travessia: Revista do Migrante***, São Paulo, v. 29, n. 78, ja/ju, p. 27-52, 2016.

MARGOLIS, M. **Little Brazil: Imigrantes Brasileiros em Nova York**. Campinas, São Paulo: Papirus Editora, 1994.

_____. ***Forum on Brasphobia Sponsered by the Brazilian Rainbow Group***. New York: Hunter College-CUNY, 2003.

_____. **Little Brazil: an Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

MARTES, A. C. B. Chegadas e partidas: migrações internacionais no Brasil recente. **GV Executivo**, v. 15, p. 30-33, 2016.

_____. **New Immigrants, New Land - A study of Brazilians in Massachusetts**. Gainesville: University Press of Florida, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **Nenhum ser humano é ilegal: o significado das palavras**. 2014. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/en/nenhum-ser-humano-e-ilegal-o-significado-das-palavras/> Acesso em: 25 mar. 2019.

NAKAGAWA, D. I. Migração e saúde mental. In: Carignato, T.T., Rosa, M.D. & Pacheco F., R.A. (Orgs). **Psicanálise, Cultura e Migração**. São Paulo: YM Editora e Gráfica, 2002

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor**. Brasília: OIT, 2005.

PAIVA, G. J. de. Apresentação. In: DeBiaggi, S.D. & Paiva, G.J. (org.) **Psicologia, Emigração e Cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2014

PESSOA, F. **Livro do Desassossego por Bernardo Soares. Vol.II**. Lisboa: Ática, 1982.

PEREIRA, L. M. L. Trajetórias e desafios no percurso da história oral brasileira. p.113122. In: SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. (orgs). **Depois da utopia: A história oral em seu tempo**. 1.ed. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013.

PÉREZ, M. A. The Cosmopolitan Dilemma: Fantasy, Work and the Experiences of Mexican *Au pairs* in the USA. In: COX, R (org). ***Au pairs*' Lives in Global Context: Sisters or Servants?** Basingstoke: Palgrave. 2015.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**/ [tradução Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (org.). **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, N. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol**. Seleção e notas Ruy Castro. — São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e o Cálice de Fogo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

RODRÍGUEZ, D. M.; ORTEGA, A. S. Las nuevas precariedades a través de las *au pairs* universitarias: del cosmopolitanismo a los trabajos de cuidados a bajo coste. **Revista Prisma Social**. n. 15, Espanha: Universidade de Valencia, 2015.

ROVAI, M. G. de O. (ORG). História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017. Resenha de: MOUSINHO, Amanda Arrais. Uma história oral narrada por vozes femininas na luta contra as hierarquias de gênero. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 630 – 634, jan./abr. 2019.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa.** São Paulo: Editora Cortez. 1999.

SANTOS, A. L. **Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998

SCHULTES, A.K. **Caring and Cleaning "On Par": the Work of *Au pairs* & Housecleaners in the Chicagoland Area**. Tese (Doutorado em Filosofia), University of Wisconsin, Milwaukee, 2014.

SCHULTES, A.K. "I'm Not a Maid!" – A Critical Look at *Au pairs* vis-à-vis Migrant Domestic Workers. **Journal of Research on Women and Gender**. University of Wisconsin-Milwaukee, 2010.

SHELLER, M.; URRY, J. The new mobilities paradigm. **Environment and Planning**, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.

SOARES, W. **Da Metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. Tese (Doutorado em Demografia), Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, 2002.

SORJ, B. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, M.L; TITO, N. (orgs.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro.** Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

UENO, L.S. **Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão: uma intervenção psicossocial no retorno**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZELIZER, V. A economia do care. In: **Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care.** São Paulo: Atlas, 2012.

WAINBERG, J. A. Mídia e violência: a luta contra a desatenção e a sonolência das massas. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. **Violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

WIESEL, E. **The Nobel Peace Prize speech**. Oslo, 1986.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AS *AU PAIRS* E EX-*AU PAIRS* BRASILEIRAS

Au pairs brasileiras nos Estados Unidos

Este questionário faz parte de uma pesquisa de Mestrado que tem como tema "*Au pairs* brasileiras e suas rotas desviantes: História oral, memória e vidas móveis". Neste trabalho, busco compreender um pouco mais acerca das jovens brasileiras que viajam rumo aos Estados Unidos através do Programa *Au pair*.

O tempo estimado de preenchimento do questionário é de 5 a 10 minutos.

Caso deseje maiores informações sobre a pesquisa ou entrar em contato com a pesquisadora, favor utilizar o e-mail: amandaarraism@gmail.com

* Obrigatório

1. Qual seu gênero?*

( ) Feminino

( ) Masculino

( ) Outro:

2. Qual sua idade? *

( ) 18

( ) 19

( ) 20

( ) 21

( ) 22

( ) 23

( ) 24

( ) 25

( ) 26

( ) Acima de 26

3. Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça. *

( ) Branca

( ) Preta

( ) Parda

( ) Amarela

( ) Indígena

( ) Prefiro não responder

4. Qual seu estado civil atual?*

( ) Solteira

( ) Casada

( ) Viúva

( ) Separação legal

( ) Em união estável

( ) Em concubinato

( ) Other:

5. Qual seu estado de origem? *

( ) Acre

( ) Alagoas

( ) Amapá

( ) Amazonas

( ) Bahia

( ) Ceará

( ) Distrito Federal

( ) Espírito Santo

( ) Goiás

( ) Maranhão

( ) Mato Grosso

( ) Mato Grosso do Sul

( ) Minas Gerais

( ) Pará

( ) Paraíba

( ) Paraná

( ) Pernambuco

( ) Piauí

( ) Rio de Janeiro

( ) Rio Grande do Norte

( ) Rio Grande do Sul

( ) Rondônia

( ) Roraima

( ) Santa Catarina

( ) São Paulo

( ) Sergipe

( ) Tocantins

Parte 2

6. Como você tomou conhecimento do Programa *Au pair*? *

( ) Através de amigas/os que participaram

( ) Agências de viagem

( ) Reportagem em jornal, TV ou revista

( ) Redes sociais

( ) Outros sites na Internet

7. Qual era a sua idade quando desembarcou nos Estados Unidos como *Au pair*? *

( ) 18

( ) 19

( ) 20

( ) 21

( ) 22

( ) 23

( ) 24

( ) 25

( ) 26

8. Qual foi o principal motivo que levou você a escolher o Programa *Au pair*? *

( ) Melhorar minhas habilidades na língua inglesa

( ) Aumentar minha experiência de trabalho com crianças

( ) Viajar

( ) Juntar dinheiro

( ) Desejo de viver definitivamente nos Estados Unidos

( ) Outro:

9. Você participa ou já participou de grupos/fóruns online com outras *au pairs*? *

( ) Sim, antes de ingressar no Programa

( ) Sim, durante minha participação no Programa

( ) Sim, após minha saída do Programa

( ) Não, nunca

Parte 3

10. Durante sua experiência como *au pair*, alguma regra do programa foi quebrada por parte da sua host family? *

( ) Não, nunca

( ) Sim, poucas vezes

( ) Sim, frequentemente

11. Caso sua resposta tenha sido sim, qual regra foi quebrada? *

( ) Trabalhar no máximo 45 horas semanais e 10 horas diárias

( ) Acesso à mesma alimentação que a *host family*

( ) Tempo adequado para completar os créditos requeridos pelo programa

( ) Integridade física e emocional

( ) Pontualidade no recebimento de *pocket money* (salário)

Outro:

12. Caso queira descrever as situações de quebra de regras, utilize o campo abaixo.

_____
_____
_____

13. Por quanto tempo você esteve no Programa *Au pair*? *

( ) Menos de um ano, ainda sou *au pair*

( ) 1 ano

( ) Desisti do programa antes de completar 1 ano

( ) 1 ano e 6 meses

( ) 1 ano e 9 meses

( ) 2 anos

( ) Other:

14. Após o encerramento da sua participação no Programa *Au pair* e do *grace period/travel month*, você continuou residindo nos Estados Unidos?

( ) Sim (Automaticamente pula para a questão 15)

( ) Não (Automaticamente pula para a questão 21, não responde a Parte 4)

( ) Ainda sou *au pair* (Automaticamente pula para a questão 21, não responde a Parte 4)

Outro:

Parte 4

15. Em que momento você decidiu que ficaria nos Estados Unidos após o fim de sua participação no Programa? *

( ) Ainda no Brasil, antes mesmo de ingressar no Programa eu já planejava residir nos Estados Unidos

( ) Nos Estados Unidos, durante a minha experiência como *au pair*

16. Imediatamente após a sua saída do Programa, qual foi seu primeiro *status* de permanência nos Estados Unidos? *

( ) *Status* de estudante

( ) *Status* de turista

( ) *Status* de trabalhora

( ) *Green card* (após casamento)

( ) Asilada

( ) Indocumentada

17. Que tipo de auxílio você teve para viabilizar a troca de *status*?

( ) Advogado

( ) Colegas e amigos

( ) Redes sociais

( ) Consulado brasileiro

( ) *Host family*

( ) Família (do Brasil)

Outro:

18. Qual seu *status* atual de permanência nos Estados Unidos? *

( ) *Status* de estudante

( ) *Status* de turista

( ) *Status* de trabalhadora

( ) *Green card* (após casamento)

( ) Asilada Indocumentada

19. Você planeja voltar ao Brasil?

( ) Sim

( ) Não

( ) Talvez

20. Por quê?

Parte 5

21. Como você qualificaria o Programa *Au pair*? *

( ) Intercâmbio cultural

( ) Programa de trabalho

( ) Os dois, com ênfase na experiência cultural

( ) Os dois, com ênfase no trabalho

( ) Nenhuma das alternativas apresentadas acima

22. Como você classificaria a sua experiência no Programa *Au pair*? *

( ) Excelente

( ) Boa

( ) Regular

( ) Ruim

( ) Péssima

23. Durante sua experiência como *au pair* morando nos Estados Unidos, como você acredita que é/era vista dentro da sociedade americana?*

( )Turista

( ) Intercambista

( ) Babá

( ) Empregada doméstica

Outro:

24. Você teria interesse de participar de uma entrevista longa para contar sua experiência no Programa *Au pair*? Caso sim, informe seu e-mail abaixo.

_____

_____

_____